

J. O. de Meira Penna

A IDEOLOGIA DO SÉCULO XX

**Ensaio sobre o Nacional-socialismo, o Marxismo,
o Terceiro-mundismo e a Ideologia Brasileira**



ILN

nórdica

2.^a EDIÇÃO



J. O. de Meira Penna

A IDEOLOGIA DO SÉCULO XX

**Ensaio sobre o Nacional-socialismo, o Marxismo,
o Terceiro-mundismo e a Ideologia Brasileira**



Minha Impalpável Biblioteca

IL 
nórdica

OUTROS LIVROS DO AUTOR

- *Shanghai, aspectos históricos da China Moderna* — Americ Edit., 1944.
- *O sonho de Sarumoto, o romance da História Japonesa* — Borsoi, 1948.
- *Quando mudam as capitais* — IBGE, 1958.
- *Política externa, segurança e desenvolvimento* — AGIR, Rio de Janeiro, 1967.
- *Psicologia do subdesenvolvimento* (Prefácio de Roberto Campos) — APEC, 1972 (duas edições).
- *Em berço esplêndido* — Ensaios de psicologia coletiva brasileira — José Olympio/INL, Rio de Janeiro, 1974.
- *Elogio do burro* — AGIR, Rio de Janeiro, 1980.
- *O Brasil na idade da razão* — Forense Univ./INL, Rio de Janeiro, 1980.
- *O evangelho segundo Marx* — Convívio, São Paulo, 1982.
- *A utopia brasileira* — Itatiaia, 1988.
- *O dinossauro. Uma pesquisa sobre o Estado, o patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais e burocratas* — T.A. Queiroz Edit. São Paulo, 1988.
- *Opção preferencial pela riqueza* — Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1991.
- *Decência já* — Instituto Liberal e Editorial Nórdica, Rio de Janeiro, 1992.

Todos os direitos reservados sob a legislação em vigor. É proibido reproduzir este livro, no todo ou em parte, ou transmitir o seu texto sob qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, sendo especialmente interdita a sua reprodução em fotocópias (xerox), por gravação ou por qualquer outro sistema, em antologias, livros didáticos etc., a não ser após autorização específica e por escrito da Editorial Nórdica. Esta autorização só é desnecessária em caso de citação nos meios de comunicação com finalidade crítica.

© J. O. de Meira Penna, 1994

Revisão: Ana Paiva

Capa: Felipe Antunes, com ilustração de Francisco Goya, *Los Chinchillas*.

Produção Editorial: Pedro Rühs

Apoio do

Instituto Liberal

Rua Prof. Alfredo Gomes, 28

22251-080 Rio de Janeiro RJ

Fones: (021) 286-7775 e 226-6864

Fax: (021) 246-2397

Direitos adquiridos por:

Editorial Nórdica Ltda.

Rua Oito de Dezembro, 353

20550-200 Rio de Janeiro RJ

Fone: (021) 284-8848

Fax: (021) 264-8607

Impresso no Brasil — ref. 401/94

ISBN 85-7007-240-6



Minha Impalpável Biblioteca

A meus netinhos,
Blanca e Luiza, André, Eduardo, Pedro, Bernardo e Roberto,
com a esperança de que, ao atingirem a maturidade,
já tenham as ideologias de nosso século
sido transcendidas e, talvez, esquecidas.

O escritor deve saber como nadar contra a corrente.

Octávio Paz

As idéias têm consequências.

Richard Weaver, 1948

*Há quatro classes de ídolos que obcecaram a mente humana
(quae mentes humanas obsident).*

*Para fins de distinção,
dei-lhes os seguintes nomes:
primeiro, Ídolos da Tribo (Idola Tribus);
segundo, Ídolos da Caverna (Idola Specus);
terceiro, Ídolos do Mercado (Idola Fori);
e, quarto: Ídolos do Teatro (Idola Theatri).*

Francis Bacon no *Novum Organon*, 1607

*As ideologias — os ismos que,
para satisfação de seus aderentes,
podem explicar todas as coisas e todos os acontecimentos
por dedução de uma única premissa
— constituem um fenômeno recente e,
durante muitas décadas,
desempenhou um papel insignificante na vida política.
Somente a sabedoria da visão a posteriori
nos permite nelas descobrir certos elementos
que contribuiram para torná-las tão úteis à dominação totalitária.*

Hannah Arendt — *As origens do totalitarismo*, III, 13

SUMÁRIO

Introdução / 13

PARTE I

1. O Íncubo da Intelectuária / 21
2. O Nacionalismo como Religião Civil / 41
3. O Anti-semitismo / 62
4. Sobre o Socialismo como Utopia / 68
5. O Maniqueísmo da Esquerda X Direita / 79
6. De Marx ao Totalitarismo / 102
7. O Fascismo e o Nacional-socialismo / 119

PARTE II

8. O Nacionalismo no Brasil: o Integralismo / 143
9. O Nacionalismo no Brasil: o Getulismo / 148
10. A Ideologia Pós-1988 no Brasil / 161

PARTE III

11. Marx, o Profeta / 179
12. Sobre o Imperialismo / 197
13. A Teoria da Dependência Revisitada / 222

Índice Onomástico e Geográfico / 241

Bibliografia / 251

INTRODUÇÃO

Estou, neste livro, reunindo três tipos de estudos e artigos, a partir do próprio texto da edição de 1985. Na primeira parte, uma série de seções sobre o significado da ideologia, o nacionalismo, o socialismo, o fascismo e os aspectos da problemática ideológica que conduzem à realização da identidade desses movimentos, em ação nas democracias liberais. Na segunda parte, três capítulos (8, 9 e 10) sobre os efeitos que a ideologia exerceu no Brasil, desde a Revolução de 1930 até nossos dias, com uma seção especial sobre Getúlio Vargas. Na terceira parte, finalmente, trabalhei com uma série de textos, enriquecidos a partir de conferências no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio (publicados na *Carta Mensal* daquele órgão) e de artigos, no *Jornal da Tarde* de São Paulo, escritos em mais de 30 anos de preocupação com problemas de filosofia política, política brasileira e versando a conduta de nossas relações internacionais, sempre tentando demonstrar a incidência dos fatores ideológicos apontados, detrás da mera expressão concreta de política partidária e conflitos de poder entre as nações.

Trinta anos de preocupação com o problema... Que digo! Mais de 50 anos, pois era eu estudante universitário, no final da década dos 30, quando me vi envolvido na profunda cisão entre “esquerda” e “direita” que então se exacerbava... e que pouco compreendia. Talvez haja uma fatalidade no próprio ano em que nasci — 1917! É a data da Revolução Russa e do aparecimento dos Estados Unidos como potência mundial hegemônica, acontecimentos que determinaram, por ventura, o despertar de uma atenção pela situação internacional que nunca esmoreceu e que, inclusive, contribuiu para a escolha da carreira diplomática como profissão.

Essa carreira me permitiu testemunhar, *in loco*, a II Guerra Mundial, pois me encontrava em Shanghai, em 1940-42, e na Turquia, em 1944-45; assistir ao colapso do *ancien régime* chinês em 1947-49, aos

primórdios da Guerra Fria no próprio cenário da ONU em 1953-56, ao contencioso árabe-israelense em 1967-70 e, finalmente, participar da problemática do confronto brasileiro com o totalitarismo, como secretário-geral adjunto para a Europa Oriental e Ásia (1966-67), no Itamaraty, e como embaixador em Varsóvia, no período interessante que constituiu o surgimento do movimento da *Solidárnosc*. O ensaio configura, nesse sentido, um discurso que, confio, seja coerente e apresentando uma tese bem definida — tese que foi amplamente confirmada no *Annus Mirabilis* de 1989.

A história de nosso século é a história do homem singular. É a história do conflito do indivíduo livre, em sua resistência ao avassalamento crescente pela sociedade coletivista, a sociedade de massas que o socialismo e a estrutura do Estado nacional soberano impõem. É a história do protesto contra o que os alemães, que disso mais sofreram do que qualquer outro povo, chamam de *Massenmensch* em suas diversas modalidades. A história da resistência contra o que Ortega y Gasset descreveu como *La rebelión de las masas*. Também do lado de cá da Cortina de Ferro, nossa mente foi atacada, numa espécie de psicopatologia coletiva, pelos mitos e manipulações ideológicas, e a adoração de ídolos como aqueles a que se referia Francis Bacon. A cada um coube situar-se nesse entrevero fatal. Este livro comporta um posicionamento essencialmente liberal, com o qual, talvez, possam muitos comungar, nas mesmas preocupações e angústias.

Minhas conclusões são de que a estrutura do Estado-nação que socializa a economia e os meios de comunicação, dirigindo a opinião para uma uniformidade de convicções como a *Gleichshaltung* que os nazistas impunham, é obsoleta. Nem o socialismo, nem o nacionalismo, nem o social-liberalismo romântico de esquerda que a eles se entrega oferecem soluções para nossos problemas de escala planetária. Ou a humanidade supera a idade do Estado-nação, sacralizado na religião civil do socialismo, ou estará condenada pelos impasses que não podem ser abordados e vencidos a nível de interesses tribais conflituosos. Nossa meta, por conseguinte, é transcender a ideologia da religião política. Cabe-nos superá-la numa sociedade aberta, pluralista e ecumênica, orientada segundo critérios de razão prática ou ética pragmática — uma sociedade aberta para o mundo mas introvertendo, na autonomia do homem moral responsável, os princípios da filosofia perene.

Escrito em 1984, foi este livro publicado em primeira edição no ano seguinte, graças ao empenho da Sociedade Convívio de São Paulo, a cujos diretores, Adolfo Crippa e Gumerindo Rocha Dórea, desejo aqui, novamente, manifestar meu reconhecimento. Nos quase dez anos que intervêm, assistimos ao colapso monumental do comunismo; à emergência dos Estados Unidos como única superpotência e nação líder da Nova Ordem que, orientando a vida internacional, se estende agora sobre o

planeta; e ao aparente triunfo do liberalismo econômico que anuncia a internacionalização final do planeta. Esses episódios possuem consequências históricas monumentais.

Consciente de sempre haver orientado minhas observações pelo caminho que a história está demonstrando ser o correto, atrevo-me a oferecer uma nova edição, revista e aumentada, deste ensaio.

No momento de maior aflição, quando o reino de David e Salomão sucumbia sob os golpes dos assírios e dos babilônios, alguns dos grandes profetas hebreus — Isaías, Jeremias, Ezequiel, Amós — falaram nos “Restos de Israel”. Essa expressão, o Resto ou Remanescente — aquilo que sobrou no momento de colapso, a fração que sobreviveu na calamidade geral — constitui um elemento essencial da esperança bíblica. O resto fiel, o resto escatológico permanece como condição de renascimento da filosofia perene, a filosofia da liberdade, imune às vicissitudes da história. Na Grécia Antiga também, a escola de Sócrates, de Platão e de Aristóteles permaneceu como um resto, pregando a ordem de uma cidade ideal, sustentada por cidadãos livres e moralmente responsáveis. A idéia do resto escatológico transitou para o cristianismo: os primeiros cristãos, ao enfrentarem as perseguições do monstruoso Estado imperial romano, consideravam-se remanescentes de uma promessa que se ia, brevemente, realizar no triunfo do Reino de Cristo.

A lembrança do Resto me veio à mente ao apreciar a tese de um amigo e colega da Universidade de Brasília, o Professor Nelson Lehmann da Silva: “A Religião Civil do Estado Moderno”. É com humildade e orgulho que me considero membro, juntamente com o autor desse livro, dos Remanescentes de Israel. Como ele, creio pertencer ao grupo restrito daqueles que, em nosso país, se recusam a prestar homenagens às ideologias da moda; e que procuram a verdade dentro do ovo desse fênix, sempre renascido no fogo da tradição, sobre a Ordem da Alma, a alma de um indivíduo livre e responsável. É uma tradição, creio eu, que herdamos dos profetas israelenses, de Sócrates e de Santo Agostinho.

Quando li a dissertação de doutorado de filosofia de Lehmann — que, mestre na Universidade de Colônia em 1972, recebeu seu PhD na Universidade da Califórnia em Davis, 1980 — logo me entusiasmei pelo tema. Julguei esse estudo historiográfico sobre a evolução do conceito de religião civil no Estado moderno da maior relevância para a compreensão do que se passa no mundo e, sobretudo, do que se passa no Brasil, sempre em disponibilidade institucional. Aqui, estamos sentindo com a maior evidência o crescimento do culto do Leviatã, o terrível “deus mortal”, antecipado na Bíblia e anunciado por Hobbes. Foi precisamente no momento em que me preocupava com a publicação da primeira edição deste ensaio sobre a ideologia do século XX, que li a postulação de

Lehmann sobre a ideologia como a forma secularizada ou "ideologizada" do que era, outrora, a fé cristã.

O nacional-socialismo de nossos dias, tanto em suas formas "fascistas" e nacionalistas de "direita", quanto nas versões de "esquerda" mais entusiasticamente acolhidas nos países em desenvolvimento, com a *praxis* do marxismo, é de fato a religião civil desta idade de apostasia geral. Desde Rousseau, Hegel e Marx, a nação, governada por seu mais fiel partido, substituiu a Igreja tradicional, com sua hierarquia, como objeto de fé, de amor e de esperança. Hobbes, em pleno século XVII, foi aquele que, em primeiro lugar, antecipou ambigualmente o surgimento do moderno Leviatã: nunca se soube se ele aplaudia o absolutismo real ou se procurava, fato inédito, preservar os direitos dos indivíduos. O monstro do Apocalipse apresentaria seus efeitos perversos em nosso século: duzentos milhões de mortos em duas guerras mundiais, inúmeras revoluções, terrorismo, guerras civis, conflitos regionais e guerrilhas. Como historiador das idéias, Lehmann da Silva nos descreve o surgimento da besta feroz no horizonte da história de nossa civilização. O que me fascinou na tese é o paralelismo de sua procura dos autores relevantes e o apreço por aqueles mesmos que sempre me atraíram ao tema. Para só citar alguns: Mircea Eliade, G. van der Leuw, Hans Kohn, Norman Cohn, Berdiaev, Tillich, Kolakowski, Talmon, Aron, Monnerot, Hannah Arendt, Guardini, Löwith, Pieper. Seduziu-me sobretudo o recurso a Jung. O psicólogo suíço demonstrou as necessidades místicas da psique humana cujo fundamento arquetípico tem de ser satisfeito, sem o que descamba para pseudo-religiões políticas, às vezes fantasiadas de teologia libertadora. Encantou-me também a referência fiel a Voegelin, autor que descobri há mais de 30 anos. Eliminando a filosofia histórica de Spengler e Toynbee, descreveu Voegelin a evolução do mundo ocidental que, havendo dessacralizado o Estado graças à doutrina agostiniana das Duas Cidades, se dedicou ominosamente, a partir dos profundos distúrbios desse extraordinário século XIII — o século do pré-renascimento — a secularizar a religião. Foi por força do fenômeno gnóstico que a *Ersatzreligion*, consubstanciada numa ideologia luciferiana, resacralizou o Estado. É através desses autores que podemos compreender o grande processo milenar de introversão da ordem e da lei, no coração do cidadão responsável e na alma do homem moralmente "sincronizado" com a transcendência. O processo que perfeitamente define a contribuição do Ocidente à filosofia perene.

Mas o ensaio que, em segunda edição, revista, atualizada e aumentada, ofereço agora ao público, não é só dirigido contra as formas mais óbvias da ideologia ou religião civil do Estado moderno que os autores acima mencionados foram os primeiros a denunciar: o nacionalismo, o fascismo, o marxismo e o socialismo. Desejo apontar para soluções onde as descubro. Novas correntes de pensamento se hão erguido, na Europa

e na América do Norte, contra a estatização galopante e háo proclamado, com novo entusiasmo, os méritos do capitalismo democrático e do liberalismo — o mesmo que brilhou no século XVIII e entrou em eclipse por mais de 150 anos, em meados do século passado.

Sigo tais correntes que são ditas “liberais”. O impacto das tendências do “Segundo Liberalismo” se exerce sobretudo no terreno da economia política, razão pela qual tantos empresários são, no Brasil, os principais patrocinadores e ativistas nos Institutos Liberais. A inspiração é de economistas europeus como Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e P.T. Bauer; e americanos como Milton Friedman, Murray Rothbard, Israel Kirzner, Gary Becker, James Buchanan, para só citar alguns. Hayek exprimiu suas arraigadas convicções em livros como *O caminho da servidão* e Mises em *Ação humana*, ambos traduzidos pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro. Esses livros foram considerados a Bíblia da ciência econômica neoliberal. São idéias que conduziram a uma revalorização do conceito clássico de economia de mercado e de livre iniciativa empresarial, e a uma condenação correspondente do socialismo, do nacionalismo autárquico e restritivo, e do poder crescentemente avassalador do Estado soberano, com o argumento de que uma abertura econômica é condição *sine qua non* para a sobrevivência da democracia, a revitalização do desenvolvimento e a consolidação dos direitos de liberdade, segurança e propriedade do indivíduo moralmente responsável.

No Brasil, a defesa das concepções de Hayek e companhia se concentrou em torno dos Senhores Henry Maksoud e Roberto Campos, e dos oito Institutos Liberais distribuídos por várias capitais do país, com Donald Stewart e Jorge Gerdau à frente. A divulgação das teses do liberalismo tem sido, porém, favoravelmente exercida por muitos tecnocratas e alguns raros políticos. Não só essas teorias têm inspirado a gestão da economia em países ibéricos e latino-americanos de antigo regime militar ou semi-militar, e em países prósperos da Ásia Oriental, mas nos próprios Estados Unidos registra-se o nascimento de um movimento mais profundo, de caráter “libertário”, que denuncia o crescimento do intervencionismo de Washington.

O movimento libertário prega um voluntarismo de fortes alicerces éticos. Ele retoma o fio dos pensadores britânicos de fins do século XVII a princípios do século XIX, tais como Locke, Burke, Adam Smith, David Ricardo, Malthus, Bentham e John Stuart Mill; e franceses como Montesquieu, Bastiat e Tocqueville — reafirmando o direito natural e os méritos da liberdade e da propriedade individual, com ênfase no sentido de responsabilidade moral. Mantêm-se assim na mais pura tradição da famosa “ética protestante”, sociologicamente tão associada ao nome de Max Weber.

Diante da religião civil dominante, os “Restos de Israel” não são “politicamente corretos”. São, ao contrário, hereges. Gente que estraga a

feita. Gente egoísta, reacionária, entusiasta da ditadura militar e até, às vezes, vendida a “forças ocultas” financiadas pelo estrangeiro. Devemos, de qualquer forma, introduzir no Brasil toda uma nova corrente de pensamento que o *establishment* intelectual, a *intelligentsia* encastelada nas universidades e na mídia, ignora ou repudia ou combate pela conspiração do silêncio. Desejo que este meu ensaio sirva como uma espécie de aríete contra a fortaleza obsoleta que se pretende atualizada.

Parte I

1. O ÍNCUBO DA INTELECTUÁRIA

O século XX é um século eminentemente político e ideológico. Assemelha-se aos séculos XVI e XVII, no sentido em que é assolado por guerras de religião, salvo que as religiões que se enfrentam são “religiões civis”, “religiões políticas”, religiões *ersatz*. São, em outras palavras, ideologias. Quando nos espantamos com as motivações em virtude das quais, há 400 anos, os homens se engalfinhavam, torturavam, fuzilavam, enforcavam, queimavam vivos, esquartejavam e degolavam em torno de temas do gênero predestinação x livre-arbítrio, uso do vinho na comunhão, transubstanciação na eucaristia ou poder do Papa de salvar as almas do purgatório pela venda de indulgências — devemos imaginar o que nossos descendentes, dentro de outras duas ou três centúrias, pensarão sobre nossas violentas discórdias. Arguimos que católicos e protestantes se massacravam em nome de uma religião de paz e amor. Mas o que dizer de nossas guerras e revoluções, sempre iniciadas em nome de puros ideais de justiça, liberdade, paz e civilização? O que, para os homens do futuro, significarão termos como nacionalismo, fascismo, socialismo, marxismo, comunismo, maoísmo, trotskismo, nasserismo, justicialismo? Se houve uma cruzada contra a Boêmia, os partidários de cujo líder, João Huss, eram denominados *utraquistas* e perseguidos somente porque desejavam comungar sob as duas espécies, o pão e o vinho — *sub utraque specie* — o que dizer das nossas discrepâncias ideológicas que giram, muitas vezes, em torno de noções como as de raça ou mais-valia ou distinções bizantinas quanto ao grau de intervenção do Estado na economia, coletivização da agricultura e nacionalização de empresas, na base de argumentos com distinções maniqueístas de “direita” e “esquerda” que jamais são perfeitamente definidas? Lembro-

me de que, há alguns anos, espantado, perguntei sobre qual a origem das desavenças que opunham dois dos então considerados maiores arquitetos brasileiros. Atribuía-as, naturalmente, a rivalidades profissionais. Não, contestaram-me: a explicação era de que Oscar e Afonso Eduardo não se falavam porque era um stalinista, o outro trotskista...

Na minha adolescência, no final dos anos 30, os anos terríveis de conflitos e revoluções na Europa que iam conduzir à II Guerra Mundial, a dicotomia ideológica seguia os padrões de uma "direita" que se caracterizava como católica e nacionalista (o *slogan* da época era "Deus, Pátria e Família") e de uma "esquerda" não menos claramente definida como socialista e internacionalista. Havia poucas nuances intermediárias. Os que se diziam democratas se sentiam esmagados entre os dois monstros, com tendência a pender sempre para um lado ou para o outro. Foi precisamente essa polarização extrema que conduziu à guerra. No Brasil, dela se aproveitou Getúlio Vargas para impor sua ditadura personalista, com mui vagas conotações positivistas. Após o conflito, nova polarização se caracterizou, reacendendo-se periodicamente no aquecimento da chamada "guerra fria".

Procuremos traçar as origens desta situação de obsessiva preocupação política e ideológica. A primeira pergunta que se pode fazer é a seguinte: como se explica que a unidade da civilização ocidental, na Idade das Luzes — a Iluminação do século XVIII — que produziu a arte barroca e o neoclassicismo, chegando a um consenso sobre os méritos da razão humana e criando uma bela utopia política e social sob a égide dos princípios sublimes de liberdade, de igualdade e de fraternidade — se tenha rompido no século XIX? Por que motivo essa ruptura deu origem, em nossa própria centúria, ao contencioso entre o ideal democrático pluralista, sustentado no princípio da liberdade; e o democratismo ou democracia totalitária que enfatizou a igualdade econômica do socialismo e a fraternidade da comunidade nacional? Como nasceu o nacional-socialismo?

A Idade da Razão havia invocado o poder soberano da inteligência humana, individual. Através dos instrumentos da ciência e da tecnologia, e valendo-se do método cartesiano de idéias claras e precisas, devia o homem racional vencer as formas supersticiosas de convivência, suprimir os privilégios arbitrários e eliminar a autoridade monárquica repressiva, alcançando a sua própria autonomia moral. Mesmo o despotismo esclarecido dos reis da época era considerado uma configuração transitória para a preparação de uma forma mais livre e racional de convivência na sociedade. Libertado das cadeias do passado, o homem da razão anunciava um *admirável novo mundo* de progresso, liberdade e bem-estar. Essas promessas começaram, no entanto, a descarrilar a partir mesmo da Revolução Francesa. Foi um processo que pode ser ilustrado no famoso desenho de Goya em que vemos um homem adormecido, sentado numa cadeira, sobre o rótulo: *el sueño de la Razon produce*

monstruos... Isso pode ser interpretado tanto como “o sonho da razão produz monstros” quanto, contraditoriamente, “quando dorme a razão, monstros são produzidos”... São estes monstros irracionais, com orelhas de burro, que alimentam as massas cegas e encadeadas, como em outra gravura de Goya de que me servi para ilustrar a capa deste livro.

Os primeiros monstros foram gerados nas elucubrações incoerentes de Rousseau. Revivendo a velha heresia pelagiana, Jean-Jacques proclamou a perfeição da natureza humana, negou as consequências do pecado original e atribuiu às instituições sociais a responsabilidade única pelas perversidades do mundo. O princípio segundo o qual “devemos obrigar o homem a ser livre” e a negativa em reconhecer a incompatibilidade entre o princípio da igualdade e o princípio da liberdade conduziram a insanáveis contradições de onde surgiu o terror jacobino. As origens do que se chama a democracia totalitária têm sido suficientemente estudadas, valendo citar, neste particular, Sir Karl Popper, J. L. Talmon e Hannah Arendt. Os elementos ideológicos de que se ia compor a democracia totalitária estavam também presentes em Rousseau: a nova “religião civil” do culto da pátria que se transformaria em nacionalismo; e a extensão do igualitarismo à vida econômica, que se processava em coincidência com o desabrochar do capitalismo e os primórdios da Revolução Industrial, dando nascimento ao socialismo.

Foi Rousseau sucedido por Hegel e pelos promotores do idealismo alemão, inclusive Marx. Seu duplo propósito era claro: 1) a destruição do cristianismo; e 2) sua substituição por uma religião civil, essencialmente política, exclusivista e totalitária. A religião civil nacional-socialista da Idade Moderna concebeu uma nova sociedade espiritual. Assim, redescoberta (pois outrora todos a reconheciam, era a Igreja!), ela tem o nome de Povo. É a comunidade fraterna da imensa coletividade nacional. A insistência no caráter popular e nacional é de tal ordem que, no mundo socialista, não se hesitou diante do duplo pleonismo: “República Democrática Popular...” O “povo” passa a ser uma entidade mística sobrenatural, fonte da “vontade geral” a que se referia Rousseau nas suas teses levianas. A pseudo-religião, que representa um rito de aceitação universal, cultua um ídolo neopagão que inspira e conduz à violência, agressiva e destruidora, e a aventuras bélicas insensatas os regimentos de adolescentes utopistas, fanatizados pelo odor de sangue.

A dinâmica revolucionária do totalitarismo belicista e agressivo, no patriótico culto do monstro, é alimentada pela expectativa de um Terceiro Estágio, o estágio de Síntese — a Terceira República, o Terceiro Reich, a Terceira Roma, a Terceira Internacional, o Terceiro Mundo, etc. — no qual, como explicava Mussolini, “a relação imanente com uma lei mais alta” encontraria a plenitude da satisfação. Nessa etapa, seria encontrada a solução política final aos problemas existenciais do homem. E em tal estágio de secularização suprema, a política é considerada o caminho da

salvação pela autonegação do indivíduo e sua beatífica absorção no *holon* coletivo, imanentizado. O triunfo da felicidade corporativa!

Hitler revelou-se até modesto em suas ambições quando proclamou, para o Terceiro Reich, mil anos de duração, um mero milênio para estabelecer o domínio mundial da raça germânica e salvar a humanidade da degenerescência étnica. Lenin acreditava, com seu mestre Marx, que a nova pátria do proletariado seria eterna e que a história alcançaria hegelianamente o seu fim. Não deixa de ser estranho encontrarmos na mesma ilustre companhia os franciscanos comunistas eróticos da Ordem de Joaquim de Floris, do século XIII; a efusiva masturbação sentimental de Rousseau; os secos catedráticos das academias alemãs, obcecados com a dialética hermética de Hegel; os entusiastas do socialismo marxista sob todas as suas espécies; os ideólogos frustrados e ressentidos da *Rive Gauche*, possuídos pela revelação ideológica; o *Herrenvolk* conduzido à derrota pelas intuições estratégicas geniais do *Führer*; e os terroristas da ETA, Baader-Meinhof, PLO, IRA ou MR-8, à espera da Revolução Mundial que desejam propiciar pela metralhadora e a dinamite. Tal, entretanto, é o sentido universal, onipotente, do arquétipo! Para todos, o nacional-socialismo consubstancia o grande mito do século XX!

Na apreciação final da problemática do Estado-nacional, o Estado Jaganata legitimado pela ideologia coletivista, julgamos que um vício fundamental de sua estrutura moderna é o reclamo de soberania. A palavra soberania indica uma pretensão de autoridade exclusiva e suprema, um poder sem qualquer possibilidade de contestação ou concorrência. Ora, o Estado nacional é obsoleto. As calamidades bélicas e revolucionárias do século XX, bem como os problemas sociais e econômicos monumentais que se erguem diante da humanidade no vestíbulo do terceiro milênio, conduzem à conclusão de que estamos diante de uma situação de crise galopante para atender à qual o Estado nacional soberano, em vista sobretudo da exacerbação danosa da sua agressividade e prepotência, não está mais preparado.

Dados recentes, coletados por um grupo independente com sede em Washington e consubstanciados num relatório denominado *World Priorities*, revelam que mais de 23 milhões de pessoas já pereceram em mais de 150 guerras, revoluções e guerrilhas ocorridas depois da II Guerra Mundial. Desde o ano de 1991, que marcou o fim da Guerra Fria e pareceu anunciar um abrandamento geral das tensões, estariam em curso umas 30 pequenas conflagrações locais que já provocaram seis milhões de mortes. Muito embora acredite que a humanidade esteja transitando da Idade das Guerras para a Idade do Crime, a verdade é que a violência organizada de origem política continuará em suas devastações enquanto um tipo de autoridade supranacional não for concebido, provida de meios coercitivos tendentes a coibir essa violência. *em Bento*

O espectro da criminalidade crescente se revela precisamente no seio

dos órgãos que foram criados para corrigi-la — as Nações Unidas. A eliminação de tal perspectiva que ameaça a própria sobrevivência da civilização me parece abrir-se em alternativas que implicam, em ambos os casos, um enfraquecimento da soberania nacional. A sobrevivência final dessa multidão barulhenta e moleque de pequenos países atrasados e inviáveis, como os cento e tanto que proliferam na África, Ásia, América Latina e Oceânia, me parece duvidosa — e justamente porque não são viáveis é que a consciência exaltada de sua soberania e identidade nacional lhes põe a perder. Cabe, nesse particular, uma enorme responsabilidade às grandes nações ocidentais e sobretudo à nação líder do Ocidente, pois, além da sua simples defesa, lhes compete dar o exemplo e sobre elas recai o dever de procurar, por via de sábios entendimentos, a constituição de entidades supranacionais capazes de propor e impor a solução para os problemas universais já apontados. O que podemos afirmar é que o mundo está a exigir uma nova noção de responsabilidade moral do Estado. A nova estrutura supranacional deve dispor de meios eficientes de poder para atender aos desafios propostos — sem que, entretanto, fique comprometida a dignidade e a liberdade suprema da pessoa humana.

Segundo foi reconhecido pelo pensador austro-americano Eric Voegelin, a ordem espiritual ou Ordem da Revelação judeu-cristã consubstanciada na dicotomia augustiniana da Cidade de Deus, eterna, e da cidade terrena, sede do poder temporal pragmático, dicotomia dominante em nossa cultura por 15 séculos, passou a ser contestada a partir do Renascimento e do Iluminismo. Anunciou-se um “terceiro estágio” dialético. O reino divino seria estabelecido na própria Terra, com os recursos da ciência e pelos próprios meios humanos. Voegelin qualifica essa contestação de *gnose*. Ele procura traçar sua origem nas heresias que hão acompanhado o desenvolvimento da religião cristã. É o tema de seu ensaio *A nova ciência da política*. Na visão do filósofo, constitui o gnosticismo a própria essência intelectual da modernidade. A ordem da existência humana em sociedade que, no paganismo, era cosmologicamente simbolizada e que, no cristianismo, encontrou sua expressão na imagem do reino paradigmático de Santo Agostinho — o qual secularizava e relativizava o Estado — passou, a partir do século XVI, a ser formulada em termos ideológicos. O Estado foi então ressacralizado — à medida que se secularizava a religião. Primeiro, através da monarquia absoluta com seu “déspota esclarecido”; em seguida, através do conceito abstrato de *povo*; para finalizar nas democracias totalitárias há poucos anos desaparecidas. Foi Hobbes quem genialmente anunciou essa nova dispensação, repaganizante, que introduziu no Ocidente a teologia política do Estado-nação moderno, com sua religião civil intramundana e imanentista. O poder é a nova e única realidade. A força de um tigre e a

astúcia de uma raposa são, para Maquiavel, as virtudes do Príncipe. O poder político representa a forma existencial suprema em que se afoga e desaparece o homem singular, em sua liberdade eticamente responsável. No dualismo gnóstico, conforme assinala Voegelin, o mal não pode ser atribuído à vontade pecaminosa do indivíduo, porém é resultado inevitável da existência no mundo material. Dessa condição terrível, só uma pequena elite de indivíduos que *conhecem (gnose)* a realidade subjacente (no caso, os intelectuais marxistas e políticos radicais) é capaz de escapar do determinismo da vida material e forjar a utopia em que serão realizadas todas as aspirações humanas e todos os desejos satisfeitos na justiça e no bem-estar.

No mundo contemporâneo, a fé se converteu em ideologia “científica”, a esperança se transformou em expectativas utópicas de uma realização política, no reino da Terra, e o amor se vulgarizou em mero erotismo. Contudo, por detrás da catástrofe provocada pelo relativismo moral e do espantoso crescimento do poder científico, tecnológico e industrial na civilização moderna, um aprofundamento da consciência humana se desenha no horizonte da história. É essa minha convicção e minha esperança. Depois da “morte de Deus”, o homem estaria amadurecendo, conforme pensava o teólogo alemão Dietrich Bonhoeffer, no sofrimento e na angústia de nosso século terrível e uma emergência da autonomia moral do indivíduo singular, responsável perante si mesmo e seus semelhantes, se estaria caracterizando.

Numa visão otimista do século XXI — e antecipação que contraria expectativas gerais desastrosas deste final de milênio — podemos imaginar três novas grandes etapas ou conquistas no desenrolar do progresso humano. A primeira, no plano material, seria o controle da fusão do hidrogênio, acompanhada pela informática e a robotização da indústria, proporcionando à humanidade uma nova era de expansão e bem-estar econômico. A segunda, no campo político, implicaria a superação do conceito de Estado-nação, soberano e sacralizado. Isso deveria acarretar a liquidação da religião civil e a unificação política do mundo, num processo de que lhe é difícil prever a forma, mas que nos parece essencial à sobrevivência da civilização. E a terceira, no plano da ordem espiritual, comportaria uma renovação da espiritualidade, em termos religiosos imprevisíveis, e uma nova atenção do homem às necessidades transcendentes de sua alma.

Mas o que é, exatamente, a ideologia? Não a podemos analisar sem sabermos, inicialmente, em que consiste o próprio termo. Ora, verificamos logo ao início sua ambivalência e confusão de sentidos. A palavra *ideologia* parece haver sido originariamente utilizada pelo filósofo francês do Iluminismo Étienne Bonnot de Condillac (+1780), no espírito estrita-

mente racionalista do círculo dos *philosophes* daquela época de fervura no pensamento. Tornando-se amigo de Rousseau e de Diderot, Condillac introduziu na França a psicologia “sensacionalista” de Locke. Ambos davam precedência à percepção e à experiência como fonte dos conteúdos da psique. Já liberal em suas crenças políticas e econômicas (pois postulava a utilidade, e não o trabalho, como origem do valor, afirmando que “nossas necessidades é que fazem o valor e nossas trocas o preço”), Condillac fundou um movimento, de grande influência na França até a Revolução de 89, denominado *Ideologie*. Ele era, incidentalmente, irmão do *abbé* Mably, geralmente considerado um dos grandes utopistas do século XVIII e listado por Engels como um dos precursores do comunismo, colocado entre os *Levellers* da primeira Revolução Inglesa e o igualitarista radical Gracchus Babeuf, morto no período reacionário termidoriano da Revolução Francesa. Estamos, portanto, já nos aproximando do rico sentido do termo... Maine de Biran, outro filósofo francês (+1824), se coloca entre os *idéologues* por haver tirado de seu colega Destutt de Tracy a convicção de que, além dos sentimentos, da razão e das percepções, a psique do homem também possui a vontade para agir sobre o mundo físico. Destutt de Tracy (+1836) é considerado o primeiro a utilizar o termo *ideologia* num sentido que corresponde ao que hoje possui. Sua obra *Éléments d'idéologie* foi publicado em 1801, como expressão de uma escola a que pertenciam Cabanis, Volvey e outros, cujo intuito era determinar a origem das idéias mas de um ponto de vista estritamente materialista, como o produto da sociedade. Tracy citava Helvétius, o filósofo iluminista do século anterior: “*Nos idées sont les conséquences nécessaires des sociétés dans lesquelles nous vivons*”. Sustentando-se também em Rousseau, Tracy repudiava o *cogito, ergo sum* de Descartes e proclamava: “*Penser, c'est toujours sentir*”. Isso não o impediu de ser vigorosamente repudiado por Napoleão, que deu ao termo ideologia uma conotação pejorativa, qualificando a nova “ciência das idéias” de “*cette ténébreuse métaphysique*”.

No capítulo 16 de meu livro de 1988, *O dinossauro, uma pesquisa sobre o Estado, o patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais e burocratas*, faço referências ao termo, sinalizando ser a ideologia o produto cerebrino de uma nova espécie de intelectual, surgido com a modernidade. Nessa obra, valho-me dos trabalhos, hoje clássicos, de Tocqueville, de Julien Benda (*La trahison des clercs*), de Raymond Aron (*L'opium des intellectuels*), de Eric Voegelin e de Alain Besançon. Três outros livros podem ser acrescentados a essa lista: *La rebelión de las masas*, de Ortega y Gasset (com a permissão de Gilberto de Mello Kujawski, dono do assunto...); *The servile State*, de Hillaire Belloc, e *Dominations and power*, de George Santayana, não mencionados naquele meu livro. Dante Germino, em sua obra *Beyond ideology*, salienta o reducionismo ideológico de Destutt de Tracy, Augusto Comte e Marx e

argumenta que o "assalto contra a teoria política" conduz ao messianismo e à crença na solução final de todos os problemas epistemológicos e existenciais através da política.

Desses autores, parece-me que Besançon oferece uma das mais claras e completas definições do que seja a ideologia. Em *Les origines intellectuelles du léninisme*, ele define "uma doutrina sistemática que promete, mediante conversão, uma salvação; que se dá conforme a uma ordem cósmica, decifrada em sua evolução; que declara apoiar-se sobre uma certeza científica e que impõe uma prática política visando a transformar totalmente a sociedade, de acordo com o modelo imanente que esta encobre e que a doutrina descobriu". Vemos, desde logo, o progresso da concepção de ideologia: de um simples sistema de pensamento metódico para a compreensão sociológica da política, passou a constituir uma espécie de pseudo-religião civil ou "teologia secularizada" (uma *Weltanschauung*, ou cosmovisão, como é o termo alemão correspondente) tal como figura nos grandes movimentos históricos deste século, o comunismo soviético, o nazismo, o nacionalismo, o socialismo e o mais recente terceiro-mundismo. O socialismo, aliás, como Nietzsche já nitidamente notara, é o produto corrompido de um cristianismo em declínio: um cristianismo inteiramente secularizado. Como certa vez cheguei a definir, o socialismo é o altruísmo ou a caridade cristã impostos pela polícia...

A deterioração do sentido do termo ideologia já se torna aparente, no entanto, pouco tempo depois de sua criação na cabeça de Condillac, Maine de Biran e Destutt de Tracy. Friedrich Engels, o companheiro de Marx, compreende a ideologia como uma maneira de pensar especial. Na ideologia, o pensador desconhece os verdadeiros motivos de suas idéias e ações, que permanecem inconscientes. Em outras palavras, uma "falsa consciência" encobre as motivações determinantes (principalmente econômicas) que orientam o sistema de convicções e o comportamento social das pessoas. Nesse sentido especial, de valorização claramente negativa, a ideologia é uma espécie de máscara. Foi Marx que provocou essa mudança de rumo na genealogia da palavra, acrescentando-lhe conteúdos de essência moral. Um burguês, nesse sentido, sempre pensa como um burguês, capitalista que é. Um aristocrata pensa e comporta-se como um aristocrata, latifundiário feudal que é. Segundo Marx, os revolucionários franceses de 1789, como os revolucionários ingleses de 1649, consideravam-se possuidores de certos modos absolutos de existência moral, de valor universal, não diferentes, por exemplo, dos republicanos romanos, no caso dos franceses, ou dos hebreus do Antigo Testamento, no caso dos ingleses. É no *Dezotoit* brumário e na *Ideologia alemã* que Marx e Engels postulam serem as convicções políticas e morais determinadas, exclusivamente, pelos meios de produção e pelo papel que as classes ocupam nessa estrutura econômica. A ideologia seria uma "falsa consciência". Ela pertence apenas à super-estrutura mental, é o epife-

nômeno de algo que a estrutura econômica de produção forçosamente determina, sem que os atores nesse drama estejam disso conscientes. Marx usa com frequência o termo “fantasia” como sinônimo de ideologia, aplicável às concepções “idealistas fantasmagóricas” que não reconhecem o “materialismo histórico”.

A tese, como se sabe, é de um hegelianismo às avessas. Ela estabelece o absoluto relativismo moral e nega a possibilidade de concepções éticas perenes, tais como liberdade, justiça, direitos humanos, etc., fora das condições históricas que estejam condicionando a estrutura política e social do momento. A reviravolta acrobática que Marx realizou nas teses de Hegel foi por ele denominada “materialismo histórico”.

Uma série enorme de autores têm, no entanto, provado que a própria teoria de Marx sobre a ideologia e as de todos seus sucessores caíram na mesma esparrela de se imaginarem livres do determinismo que afeta a ideologia. Afinal de contas, tanto Marx quanto Engels não eram proletários, pensando como proletários; eram perfeitos burgueses, pensando como intelectuais burgueses ainda influenciados pelo Iluminismo do século anterior. Engels, especialmente, pode ser descrito como um rico industrial, provavelmente movido inconscientemente por complexos de culpa. O que, para eles, devia ser um diagnóstico objetivo, realizado por indivíduos privilegiados, donos da *gnose* da realidade subjacente do momento histórico em que viviam, independentes do condicionamento material e possuindo, por conseguinte, uma consciência autêntica, não passa na verdade de mais um sintoma do mal ideológico em si.

Uma interpretação moderna que tem feito sucesso no meio da esquerda festiva em nosso país é a do francês Michel Foucault, o inventor do “deconstrucionismo”. Tendo escrito uma *História da sexualidade*, Foucault, que morreu de AIDS, lançou a noção ambígua de “conhecimento/poder”. O conhecimento traz poder, não na institucionalização da autoridade legítima que se consubstancia no Estado, porém na disciplina insidiosa que a ideologia impõe pelo controle do corpo segundo normas socialmente definidas. Em sua obra decisiva sobre *As origens do totalitarismo*, Hannah Arendt analisa meticulosamente os perigos no funcionamento mental dos totalitários e a ausência de capacidade de distinguir entre o fato e a ficção: “abandonando a necessária insegurança do pensamento filosófico, em troca da explicação total de uma ideologia e de sua *Weltanschauung*, eles não correm tanto o risco de cair em alguma presunção vulgar e acrítica, quanto de trocar a liberdade inerente à capacidade do homem de pensar, pela camisa de força de uma lógica que se impõe com quase tanta violência quanto se fosse constrangida por um poder exterior”.

Um professor americano, Lewis Feuer, alega que todos os ingredientes em qualquer variante da ideologia repete o mito de Moisés — a história dramática da libertação das tribos hebraicas, para fora da sociedade totalitária do Egito faraônico. Eric Voegelin salienta que foi o Êxodo,

efetivamente, que inaugurou a simbolização em forma histórica na história da humanidade.

No Brasil, lucubrações filosóficas em torno de *consciência autêntica* e *falsa consciência* foram, desde os anos 50, insaciavelmente elaboradas por nossos marxistas e acredito que continuem falando nisso... Álvaro Vieira Pinto foi quem, associado ao ISEB, com maior profundidade analisou esse aspecto do problema da Ideologia. Na época, tratava-se de criar uma "ideologia do desenvolvimento" que, possivelmente, contribuiu não apenas para coroar intelectualmente os "50 anos de progresso em cinco", de Kubitschek, mas o "milagre econômico" de Médici — resultado com que certamente não contavam...

Fidel Castro, que era um pequeno burguês intelectualizado, foi provavelmente o primeiro líder marxista importante a enfatizar o pensamento de Antonio Gramsci, *et pour cause*... Gramsci (1891/1937) havia proposto a tese que, para obter o apoio das massas, devia o chefe revolucionário necessariamente procurar o controle da cultura popular, apossando-se dos meios que permitem tal controle. Co-fundador do PC italiano, o maior da Europa Ocidental, Gramsci é talvez a figura mais simpática (ou a única figura simpática!) de todo o movimento comunista internacional. Livre de tendências dogmáticas, monopolizadoras, ditatoriais e inquisitoriais, ele não dispôs, no entanto, de muito tempo para atividade partidária. Eleito deputado pelo PCI em 1924, foi detido em 1927, pouco tempo depois da subida de Mussolini ao poder, condenado a 20 anos de prisão e só liberado dois anos antes de morrer, prematuramente, de enfermidade grave (1937). Em sua obra *As correntes principais do marxismo*, Leszek Kolakowski, que citaremos frequentemente quando se tratar de marxismo, considera o italiano o mais original dos pensadores comunistas no período posterior a Lenin. Acentua também que, embora se tenha transformado em mártir, seus *Quaderni del Carcere* póstumos são mais embaraçosos do que úteis para a estrita ortodoxia marxista-leninista. Por essa razão poderia ser considerado o mais "revisionista" de todo o movimento de esquerda. Realmente, não tivesse ele sofrido numa prisão fascista quando, platonicamente, tomou o lado de Stalin contra Trotski, teria sido repellido como detestável herege e, em vez de escrever obras teóricas que o governo de Mussolini nem se deu ao trabalho de censurar, haveria terminado seus dias como exilado político na URSS, com uma bala da GPU (a polícia secreta de Stalin) na nuca, em vez de numa cama de hospital italiano, com tuberculose nos pulmões. Sabe-se que o próprio Gramsci temia que seus *Cadernos* caíssem nas mãos da GPU.

Mais do que a Marx deve Gramsci suas idéias a Hegel, através de Benedetto Croce, e a George Sorel, em cujo mito revolucionário se inspirou. Era um historicista radical. Hegeliano relativista até onde se possa ser e o mais "antieconomista entre os marxistas", tornou-se Gramsci relevante, historicamente, por haver introduzido a noção de que

um papel determinante é desempenhado pelos intelectuais no desenvolvimento da consciência ideológica de classe. Nos parece hoje óbvio que a esquerda socialista e comunista é constituída, pelo menos no Ocidente, por intelectuais. No Terceiro Mundo, é ela geralmente composta de militares; enquanto na Rússia e na China foi formada por um número diminuto de agitadores profissionais, oriundos da classe intelectual, manobrando grandes massas de operários e camponeses já organizados militarmente. No Brasil, contudo, sempre foi a esquerda um movimento de elites intelectuais que controlam a mídia, as cátedras universitárias e os periódicos de grande circulação.

O intelectual é aquele que, na concepção de Weber, obedece à ética da pura convicção, desvinculada de interesses econômicos imediatos; aquele que se preocupa, acima de tudo, com o *que deve ser*, o *Sollen* da terminologia kantiana, descurando da instância empírica naquilo que é realmente, o *Sein* da mesma distinção categórica. Se configura a praxis coletiva a única realidade e se *aquilo que é* e *aquilo que deve ser* se fundem dialeticamente (*theoria* e *praxis*), explica-se o papel que a *Intelligentsia* — ou seja, o que prefiro vernacularmente denominar a *intelectuária* — deve tomar na revolução. Caberia então ao intelectual, especialmente àquele que, como aponta Arendt, não sabe bem distinguir entre o fato e a ficção, conquistar a hegemonia cultural em proveito das massas que deve conduzir para a tomada do poder. Foi isso de fato o que aconteceu no Ocidente. O *gauchisme* exerceu aqui um papel surpreendente, convertendo ao socialismo e ao comunismo escritores, professores, jornalistas, artistas, profissionais liberais e clérigos das Igrejas estabelecidas.

A “hegemonia cultural” é assim a principal noção introduzida por Gramsci na metafísica hegeliano-marxista — e não por acaso era ele sardo, um latino meridional de uma sociedade estritamente católica e formada num ambiente afetivo, estético, pouco dado ao pragmatismo racionalizado dos povos nórdicos. Esse ponto me parece importante. Ele foi descurado pelos críticos do marxismo, inclusive por Kolakowski. Na concepção de Gramsci, o que vale é a existência de uma espécie de clero dominante, algo como a Ordem dos Jesuítas, organizados, obedientes, dogmáticos, revoltados com as injustiças e maldades do mundo, e firmemente dispostos a corrigi-las a qualquer preço. Em terra de cegos, quem tem um olho é rei. O tipo exemplificado pelo Padre Lima Vaz, S.J., provavelmente o mais “hegemônico” dos clérigos da esquerdigreja em nossa terra. O próprio Gramsci percebeu que, na Idade Média, a classe dominante não era apenas a nobreza feudal. A seu lado, prosperava o clero que era internacional, democraticamente recrutado, possuía a sua própria língua e às vezes se atrevia a desafiar, quase sempre em sentido revolucionário, o domínio do poder exercido pela aristocracia de espada. Isso principalmente na Itália, sede do papado.

Além disso, baixo, feio, corcunda (*gobbo*), oriundo de uma das regiões

mais pobres e esquecidas da Itália, a Sardenha, Gramsci era romântico, ressentido e complexado. Considerava-se "marginalizado", *emarginato*, como todos os seus conterrâneos e todos os proletários cuja redenção revolucionária se propunha realizar. Donde haver concebido a distinção entre centro e periferia, que considerava mais importante do que a hierárquica entre dominadores e dominados. É por esse motivo que Dante Germino, professor na Universidade da Virgínia, o exalta como "arquiteto de uma nova política" e aponta para sua influência sobre Carlos Gutiérrez e Leonardo Boff, os dois pseudoteólogos da libertação que reconheceram explicitamente essa sua dívida. Incidentalmente, muito embora de maneira alguma tivesse deixado de agir politicamente como italiano e exclusivamente como italiano, em *L'idea territoriale* (1916) alegava Gramsci que "o proletariado não pode encontrar seu lar na idéia territorial de pátria porque não possui história e nunca participou da vida política" — repetindo uma opinião de Marx que, como veremos, é insustentável. O comunista italiano sustentava, no entanto, que "tudo é política, inclusive a filosofia e as filosofias, e a única 'filosofia' é a história que se faz, isto é, a própria vida". Como tudo é política e como os pobres não participam da política, deduz-se que quem manda é a intelectualária gramsciana.

Ora, à luz das teses de Gramsci fácil seria compreender o papel de Fidel Castro na Revolução Cubana e, conseqüentemente, a simpatia do líder máximo ou *Führer* em relação ao pensador italiano, simpatia que é compartilhada pelos demais intelectuais da esquerda latino-americana. Fidel é o perfeito paradigma do intelectual *petit-bourgeois* que possui o talento, o gênio mesmo de se metamorfosear em caudilho militar: o exemplo latino por excelência é Napoleão! Só num país latino podemos ter um intelectual como instrumento da ideologia, transformando-se em tirano totalitário. Com seus ressentimentos, sua visão melancólica do mundo de estilo gnóstico, seus sonhos românticos, a insaciável gana do poder, os vãos da utopia que deve metastaticamente transformar a realidade, a possessão pelo incubo "daquilo que deve ser" e seu ódio obsessivo de "marginalizado" contra o "centro" hegemônico do poder, dominado pelos americanos — o estudante e jovem advogado que se transformou em chefe de guerrilha acabou fornicando uma nação inteira. Como explicar?

Os povos latinos possuem uma alma feminina. Para usar a terminologia de Jung, é sua *anima* coletiva possuída por um *animus* ideológico, um verdadeiro incubo que dela se apodera. Vamos logo em seguida formalizar e exorcizar essa idéia de incubo ideológico. Não sendo, como não somos no Brasil, homens que pensam, mas homens que sentem, pensamos femininamente, isto é, intuimos. Neste nosso tipo epimeteano, os pensamentos sobre política e economia se introduzem, à revelia da consciência lúcida, pela porta traseira da cuca. Literalmente, um povo como o cubano, e como poderia ter sido o brasileiro, foi sodomizado pela

personalidade hegemônica de Fidel Castro, o grande macho barbudo, espécie de Sansão de subúrbio.

Não nos admiremos, pois, que estejamos assistindo a esse tipo particular de fenômeno, ou seja, o controle da cultura de massa pelos intelectuais de esquerda. Eventualmente, bastaria aparecer um caudilho populista com suficiente talento para realizar o modelo previsto por Gramsci. Vejam o que ocorre com nossas redes de televisão e nossos grandes jornais, mesmo os considerados "conservadores": o noticiário que influencia a conduta da política externa e afeta o Congresso e o Executivo, a crítica literária e artística, os suplementos culturais dos grandes periódicos, o cinema, as universidades — tudo isso confirma a existência de uma intelectualária já possuída pelo incubo. A maior parte das editoras estão a tal ponto infiltradas que, conscientes de não poderem comercializar coisa alguma que seja "politicamente incorreta" e danosa à cosmovisão marxista, acabam exercendo a mais terrível censura sobre os autores de convicções democráticas, conservadoras ou liberais. Deve-se salientar que foi na década de 70, precisamente no período de linha dura militar, que foram editadas as obras mais características de esquerda, recaindo o peso brutal do controle dos meios culturais sobre quem não comungasse com a Vulgata: eram estes logo afastados como suspeitos de cúmplices da ditadura. E praticamente não se podia ouvir um sermão sem que, sob pretexto de "opção preferencial pelos pobres", crítica ao "pecado social" e anseio de êxodo do Egito faraônico não se ouvisse a repetição monótona das teses de Gutierrez e Boff. Na verdade, não é Marx, nem Trotsky, nem Lenin quem triunfa no Brasil, é Gramsci. Estamos sendo sodomizados pelo incubo ideológico num grau de que não podemos ter idéia. E um dia vamos despertar, sofrendo coletivamente da "síndrome de deficiência imunológica adquirida ao marxismo gramsciano..."

Numa conferência perante o Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio (*Carta Mensal* n.458), referiu-se Antonio Paim ao caráter teimoso e recalcitrante dos socialistas e marxistas brasileiros, aqueles que se autopromovem como constituindo a "esquerda progressista". Acontecem então aberrações tais como a de um adolescente de inteligência primária que conseguiu fazer-se eleger presidente da UNE e se transformou em importante criador de opinião pública: de páginas inteiras nas mais conservadoras folhas do país serem dedicadas a produtos cerebrinos que, normalmente, só deveriam merecer o suplemento cultural do *Diário de Garanhuns*; e de uma austera Academia Brasileira de Letras que não elege um homem como Roberto Campos, provavelmente o mais lúcido dos brasileiros empenhados em pensar a política. O que os distingue é a recusa em aceitar o colapso das suas teorias e o não-reconhecimento da realidade ofuscante do liberalismo econômico na atualidade internacional. O efeito prático desse domínio é que a "classe dominante" de intelectuais e burocratas, regurgitando as

obsessivas tolices do marxismo vulgar, continua obstinando-se em não adotar as receitas postas em prática tanto na Europa e Ásia Oriental, quanto na própria América Latina, para acelerar o desenvolvimento, assim eliminando os bolsões de miséria do Nordeste e Minas Gerais, e das favelas das grandes cidades.

O Instituto Brasileiro de Estudos Políticos de Brasília, presidido pelo jornalista e professor Walder de Góes, em inquérito divulgado num Boletim de junho de 1993, comprova, no entanto, o que poderia parecer surpreendente: no Congresso prosperam as tendências liberalizantes. O IBEP distingue o "Centro-Esquerda e Esquerda", que seria formado pelo PSDB, PT, PDT, PSB, PPS e PC do B, assim como grande parte do PMDB, do "Centro-Direita e Direita", formado pelo PTB, PDS, PL, PDC, PRN, PP e partes do PMDB e PFL. "As clivagens ideológicas são reais e consistentes", acentua o relatório, uma opinião que talvez devamos tomar *cum grano salis*, haja vista o invariável personalismo, displicência e incoerência da mentalidade patriciã. Essa tendência majoritária para a abertura e o liberalismo no Congresso confirma outra constatação: *os inquéritos de opinião revelam que a maioria da população brasileira está suficientemente informada para favorecer aquelas receitas liberais que estão sendo provadas nas "sociedades exemplares" estrangeiras* — quaisquer que sejam as distorções sofridas pelo noticiário, às mãos dos ideólogos infiltrados na mídia.

No questionário formulado pelo instituto transparece que só 60 por cento da "esquerda" revela seus pendores socialistas e marxistas ao não desejar reduzir o papel do Estado, ao passo que 84 por cento da "direita" quer abrir mais a economia ao exterior e seguir as tendências liberais. A oferta de uma terceira alternativa ou "terceira via", de índole social-democrática, interfere no resultado — nos casos do petróleo e das telecomunicações, por exemplo. O inquérito do IBEP não o diz, mas acredito que a resistência "esquerdista" que conduz a essa terceira alternativa, pregando muitas vezes a "exploração conjunta", encontra sua origem não tanto no pensamento socialista, quanto na vertente nacionalista do estatismo e na natural propensão do corporativismo estatal em conservar seus privilégios. A CUT e o PT, por exemplo, estão interessados em manter seu controle das grandes corporações estatais e do funcionalismo público onde recrutam a maioria de seus membros. O seu propósito, em suma, eminentemente conservador e reacionário, é resistir aos sopros do liberalismo, mantendo o paternalismo patrimonialista da estrutura social brasileira tradicional.

Em 1949, quando ainda pouco conhecido, a não ser em restritos meios de economistas liberais, Friedrich Hayek escreveu um pequeno ensaio sob o título "Os intelectuais e o socialismo", publicado pela Universidade de Chicago. Hayek havia observado que vivemos em meio

a uma verdadeira guerra intelectual. "Uma guerra que se caracteriza por profunda confusão semântica. Rótulos tais como liberal, conservador e libertário apresentam hoje tantas definições que quase perderam todo significado. Se, por exemplo, uma pessoa não utiliza o adjetivo social em seu discurso, como na expressão *justiça social*, passa a ser classificada como *direitista*".

Richard Weaver, um liberal-conservador americano que se havia tornado conhecido, um ano antes, com uma obra de relativo sucesso sob o título sucinto: *As idéias têm consequências*, lançou as bases de um movimento de reação, dito "liberal-conservador", que lentamente empreenderia uma "reconquista" da liberdade contra os dogmas opressivos da ideologia. Lord Keynes, um pouco antes da guerra de 1939/45, observara que "são as idéias, e não os interesses adquiridos (*vested interests*) que são perigosos para o bem ou para o mal". Depois que ideologias, geralmente anêmicas, vieram às vias de fato no maior conflito bélico da história, uma nova luta de idéias, as relacionadas com o liberalismo de um lado, as dogmáticas coletivistas do outro, se desenvolveu na segunda metade do século. Quarenta anos de pregação, finalmente vitoriosa em 1989/1991, coroam o liberalismo. Mas os combates de retaguarda poderão prosseguir ainda por décadas. Vaclav Havel, teatrólogo, presidente da República tcheca e herói da luta contra o comunismo soviético em seu país, refere-se à "ressaca" que a "Revolução de Veludo" está agora provocando em toda a Europa Oriental. O mesmo refluxo, depois da bebedeira estatizante, também se regista em países marginais como o Brasil, que sofrem de tradições autoritárias e patrimonialistas multisseculares.

Falecido em 1992, desempenha Hayek em tal polémica um papel de importância central que será pouco a pouco reconhecido. Ele se refere aos intelectuais como "negociantes de segunda-mão nas idéias". A expressão cabe como uma luva no que diz respeito aos nossos "turcos" da ideologia. As idéias de esquerda, em nosso meio, são mesmo de terceira-mão. Vieram de contrabando da França e dos EUA onde os *gauchistes* e os chamados *liberals* já haviam digerido o que, originariamente, procedia da Alemanha e da Rússia. Hayek observa que a expansão das idéias socialistas atingiu um estágio na Alemanha, em fins do século passado, em que se tornaram uma influência determinante na política (e no período entre as duas Guerras se combinaram com o nacionalismo para cozinhar uma mistura explosiva). Na França e na Inglaterra a contaminação ocorreu ao tempo da guerra de 14 e só entrou em processo de cura na década dos 80. Nos EUA, porém, como nota Hayek, o vírus só penetrou depois da II Guerra, mas a ação virulenta dessa síndrome de deficiência imunológica adquirida à ideologia perdura nas universidades, nas igrejas constituídas e na mídia. Observa Hayek, com ironia, que muito cientista e intelectual alcançou uma imerecida reputação popular de cabeça genial, simplesmente por ser considerado "progres-

sista” nos meios da intelectualidade. As pseudocelebridades são particularmente notórias em nosso meio provinciano. E tenho notado uma espécie de reação raivosa depois do vendaval de 1989/91 que assistiu ao colapso do socialismo na Europa: a banda de música da Festiva toca com o barulho ensurdecedor do *rock* para compensar suas frustrações de derrota e, nestas praias, selvas e cerrados de Pindorama, parece desejar abrir um novo Sendero Luminoso para suas idéias caquéticas. É precisamente sobre isso que nos previne Hayek: o mesmo acontece na Europa e ainda nos Estados Unidos, o vitorioso da Guerra Fria.

O diabo é que, no Brasil, tão perigosas talvez quanto as idéias são os interesses corporativistas adquiridos. Acontece que os intelectuais aqui estabeleceram uma ímpia aliança com o Estado e seus burocratas, o que tem por consequência o seu fervor socializante. A virulência da polêmica não resulta apenas de convicções, planando nas alturas das idéias platônicas. Ela resulta do patrimonialismo, a fortaleza de interesses subalternos ligados ao parasitismo da coisa pública. Por esse motivo, sem dúvida, gostava Gilberto Freyre de se referir ao *intelectuário* — o vendedor ambulante de idéias que é também um funcionário do Estado. Na tradição autoritária brasileira, oriunda tanto do absolutismo patrimonialista português quanto da Igreja da contra-reforma, os intelectuais tendem para o socialismo porque já dependem de um Estado que controla os meios de produção. Hayek nota, aliás, que o intelectual de inclinação mais conservadora (ou, diríamos hoje, liberal no sentido clássico) retrai-se numa postura de *scholar* ou de filósofo profissional. Para o intelectual mais radical e ativista, o socialismo representa um meio para atingir um fim de poder: o que deseja é exercer influência decisiva sobre a opinião pública e, provavelmente, um bem remunerado emprego público. As idéias utópicas, sempre relacionadas com o socialismo, tenderão, evidentemente, para atrair as paixões, tanto da juventude, quanto das multidões ignaras. A palavra retórica, sem tradução necessária na ação, ainda faz parte de nossa tradição ibero-árabe: falar, falar, falar... *words, words, words* como o Polonius do *Hamlet* de Shakespeare. Falar, bater um papo, conversar, perorar, nada fazer... e receber o contracheque no fim do mês. Quanto mais visionário e histérico o caráter de suas especulações ideológicas justiceiras e igualitárias, mais seduzirá o vulgo. O intelectual liberal clássico, ao contrário, está privado de atrativos baratos e seu pragmatismo não é de molde a promover os sonhos românticos das massas que procuram o Sendero Luminoso para a felicidade impossível.

“A mentira instalou-se em nossos povos quase constitucionalmente. O dano tem sido incalculável e alcança zonas muito profundas de nosso ser. Movemo-nos na mentira com naturalidade... Daí ser a luta contra a mentira oficial e constitucional o primeiro passo de toda tentativa de

reforma". Com essas palavras de Octávio Paz, o ilustre poeta e pensador mexicano, inicia Carlos Rangel seu ensaio "Do bom selvagem ao bom revolucionário".

Jornalista e ensaísta venezuelano, nascido em 1929 e prematuramente desaparecido, diplomata, colunista e escritor que conheci em várias reuniões internacionais na Europa e nos EUA, deixou Carlos Rangel uma obra, traduzida inicialmente para o francês em 1981 graças aos préstimos de Jean-François Revel. Ela obteve então merecida repercussão naqueles continentes. O livro constitui um modelo clássico de trabalho de "desmitologização", "desmagificação" ou "desencantamento" do mundo, no sentido daquela *Entzauberung der Welt* que já Max Weber considerava o primeiro passo, essencial, ao processo de racionalização do comportamento coletivo, através do qual se pode medir o progresso humano. Os dois mitos, cujo conteúdo é necessário exorcizar através de uma verdadeira psicoterapia analítica coletiva, são o mito romântico do bom selvagem e o que, no século XX, lhe corresponde: o mito do bom revolucionário.

Foi o primeiro criado no século XVIII, plasmado na obra de Rousseau e projetado sobre o segundo, transformando o jacobino, o radical fanático, o revolucionário, o desordeiro, o terrorista, o guerrilheiro e subversivo contumaz em herói folclórico de nosso continente, independentemente da doutrina que defende. "*Hay Gobierno? Soy contra!*", tal a expressão hispânica popular do mito político, como contrapartida psicologicamente necessária das ideologias coletivistas que nos afetam. As mitologias que assim se desenvolveram são, ambas, de origem francesa. Foram concretizadas na crise da Revolução de 1789 e na subsequente epopéia napoleônica, cujos efeitos deletérios não foram até hoje superados. E, em seguida, importadas em nosso continente na época da Independência. Graças a Pedro I conseguimos, por algum tempo, escapar dos seus males que contaminaram, praticamente, todos os nossos vizinhos, mas, com a implantação da República há pouco mais de 100 anos e após a Revolução de 1930, entramos igualmente na área de ação do poder do mito.

Como só ocorre em obras de autores latino-americanos que se debruçam sobre o continente latino-americano e seus problemas — e é prática comum em nosso próprio país — o ensaísta venezuelano procura caracterizar o desenvolvimento dos povos de língua ibérica através do contraste com os de língua inglesa. Os Estados Unidos constituem a "sociedade exemplar" em comparação com a qual podemos medir nossos defeitos e nossas virtudes. A postura em relação à América é sempre ambivalente. Como assinala J.F. Revel no prólogo que escreveu para a obra, os mitos têm um corolário: "A América do Norte é condenada como reacionária e a América Latina exaltada como revolucionária". Ao mesmo tempo, porém, o paralelo entre o atraso de nosso continente subdesen-

volvido e a riqueza e a potência da América setentrional nos enche de vergonha e nos torna "complexados". Evidentemente, os ideólogos latino-americanos nunca leram Hannah Arendt *On revolution*, nem jamais alcançaram a compreensão dessa verdade que a única revolução até hoje bem-sucedida foi a americana, *porque soube institucionalizar a liberdade* — ao passo que a francesa serviu de modelo para o fracasso sucessivo de todas as demais. Aqui, todas terminaram em ditadura ou na institucionalização da mentira totalitária, inclusive a mexicana, que atingiu ao prodígio semântico de "institucionalizar" a própria revolução no partido único governamental! Com tudo isso, continuam o Ocidente europeu e os Estados Unidos da América sendo o mais ativo fermento de transformação revolucionária do planeta, não no sentido político banal, mas no de elaboração de novas idéias filosóficas e científicas que tendem a modificar radicalmente o modo de vida de toda a humanidade. Os anos de 1989/93 confirmaram essa perspectiva.

Repetidamente, Rangel constrói o seu argumento em torno da noção de "América Espanhola". Ele insiste sobre a impossibilidade de incluir o Brasil em generalizações sobre a América Latina. Ora, parece-me que todo o arrazoado da sua obra é grandemente relevante no ângulo de nosso próprio país, em seus últimos 30 anos de vida. E os mitos cuja estrutura mental ele pretende reduzir pelo escalpo da crítica são paralelos aos que alimentam nossa própria psique social — o que melhor chamaríamos nosso "inconsciente coletivo". Meu interesse particular pelo brilhante ensaio se prende, precisamente, ao fato de que, também eu, em *O Brasil na idade da razão* e na primeira edição deste livro, tentei analisar o incubo ideológico que possui nossa *intelligentsia*. E exorcizá-lo! Na verdade, este capítulo se sustenta num dos textos da obra mencionada.

A sombra que se ergue, gigantesca, nas profundezas de nossa alma nacional é a mesma sobre a qual Rangel — abordando a análise na perspectiva hispânica — procura lançar alguma luz. O louvável propósito do esforço é aquele que, já na antiga Atenas, inspirava Sócrates quando, pelo método da maiêutica, apontava para o *nosos* e o *pseudos*, a moléstia e a mendacidade mórbida que afetavam a *polis*. Dedicar Rangel uma parte substancial de seu estudo a considerações sobre os problemas políticos e sociais específicos da Venezuela (o velho caudilhismo), do Peru (a APRA e o regime militar esquerdizante estabelecido pelo General Velasco Alvarado), do Chile (Allende x Pinochet) e da Argentina, em sua longa e frustrante controvérsia entre o Exército e o peronismo. Ele sente uma atração especial pelo aprismo, por motivos com os quais não consigo atinar — julgando-o talvez uma alternativa válida para o tipo de "nacional-socialismo" marxista e terceiro-mundista que se instalou em nossas plagas. É óbvio que não imaginou, nem poderia haver imaginado o impacto que a "Revolução Liberal" dos anos 89/91 tem tido no continente. O paradoxo de sua crítica, uma crítica que muito deve ter contribuído

para essa Revolução Liberal, é que, hoje, parece o Brasil mais anacronicamente suscetível aos velhos “mitos” ideológicos do que, por exemplo, o México, o Chile ou a Argentina.

Outros trechos interessantes da obra cobrem de crítica, ora irônica, ora acerba, sempre pertinaz, os mecanismos psicológicos compensatórios de nossas mazelas. O hábito de fazer abstração pudica das deficiências e incapacidades próprias de nossas sociedades latinas, preferindo pôr a culpa da pobreza em cima dos estrangeiros; e “projetando” estes complexos de inferioridade sobre bodes expiatórios como a CIA, o Pentágono, o complexo industrial-militar, os bancos e as multinacionais, tudo isso é finamente decomposto e examinado como se num verdadeiro laboratório cerebral. Na América Latina, afirma Rangel, “o antiimperialismo tem a conotação precisa e clara de um enfrentamento e uma eventual ruptura, não com o mundo capitalista avançado em geral, mas precisamente com os EUA cujo êxito e poder no hemisfério americano nos causam tanta humilhação e tanta amargura, em comparação com nosso próprio fracasso relativo sobre o mesmo terreno e no mesmo tempo histórico”. E, referindo-se ao marxismo que, por toda parte, penetra e corrompe, comenta sarcasticamente “essa nossa frustração e complexos de inferioridade, com referência à proposição infinitamente cômoda, de que todas as nossas insuficiências se devem a um demônio exterior chamado *imperialismo*, e que nossa redenção ocorrerá, sem qualquer esforço particular nosso, como um dom providencial quando vier a *revolução*”...

O contraste entre o pragmatismo criador do norte-americano e a fantasia romântica de nossa inteligência estéril — que se dedica a idealizações teóricas irrelevantes — é apontado corretamente por Rangel, na análise espectral das origens culturais e psicológicas de nossa limitada vocação econômica. Ou melhor, daquilo que acredito possa ser atribuído a uma ausência de verdadeira *ética* econômica. Surgem assim os heróis e traidores de nossa mitologia política. E se elaboram mentiras folclóricas, que proliferam como cogumelos em clima úmido no Labirinto da Solidão de que nos fala Octávio Paz: “Mentimos por fantasia, por desespero ou para superar nossa vida sórdida”(…) “Mentimos também por prazer e a mentira possui uma importância decisiva em nossa vida cotidiana, na política, no amor, na amizade. Com ela, não pretendemos mais enganar aos demais, do que a nós mesmos.”

Os diagnósticos de Tocqueville, de Bolívar, de Sarmiento e de todos os nossos pensadores patrícios que se debruçaram como psicoterapeutas para fazer a análise socrática do “caráter nacional” norte e sul-americano, chegaram aproximadamente às mesmas conclusões. E Rangel busca na época colonial a criação da “Legenda Negra” sobre a conquista e colonização da América Latina que perdura até nossos dias, tomando mil formas diferentes, mas sem variar os parâmetros de sua fantasia. Às vezes essa legenda adquire formas grotescas que ocorrem também em

nosso país, inclusive entre padres, quando indivíduos de puro sangue europeu põem-se a condenar como uma forma particularmente indigna do "imperialismo" a colonização ibérica e a catequização católica — um fenômeno que ocorreu com ainda inusitada virulência por ocasião das comemorações do meio milênio da viagem de Colombo. Como se pudesse a América Latina ser outra coisa do que um produto exclusivo dessa colonização e dessa catequização!

A exaltação romântica do Bom Revolucionário, do guerrilheiro, terrorista e conspirador, dos Che Guevara, Camilo Torres, Fidel Castro e Abimael Guzman, do Sendero Luminoso e dos Tupamaros, de Luís Carlos Prestes, Marighela e Capitão Lamarca, criou o terreno propício para a contaminação da *intelligentsia* deste continente pela Vulgata marxista. Foi fácil aceitar a tese leninista/gramsciana que é a pobreza uma consequência do "imperialismo". O subdesenvolvimento seria o fruto de nossa "dependência" de povos marginais, periféricos em relação ao centro de poder do Atlântico Norte. Como escreve Rangel, "assim como o 'velho mundo' da civilização européia havia imaginado, antes do descobrimento da América, a existência alhures de alguma ilha não contaminada pela civilização e o pecado original, onde viveriam 'bons selvagens', livres da ambição, da crueldade e da cobiça, o 'velho mundo' da cultura revolucionária que se está formando desde 1917 não cessa de imaginar que possa surgir em alguma parte — uma ilha seria especialmente apropriada — uma espécie nova de revolucionário, um 'bom revolucionário' não contaminado pelo stalinismo e capaz de não reeditá-lo". Não hesita o autor venezuelano em colocar no seu devido lugar a responsabilidade que cabe ao catolicismo em alguns dos problemas, antigos e atuais, por ele observados e lança um clarão revelador sobre o papel nefasto que certos círculos da Igreja, dita "progressista" ou "popular", desempenharam. A catarse psicanalítica desses comportamentos mórbidos é o louvável propósito de Rangel.

Rangel oferece-nos, em suma, uma contribuição importante para a nossa autocompreensão socrática coletiva. O livro é certamente relevante para quantos desejam perseguir esse Macunaíma mentiroso e malandro que se apossou da parte traseira de nosso crânio latino. Precioso para quantos desejam tomar consciência dos verdadeiros obstáculos que se erguem ao pleno alcance de nossa maturidade cultural.

Nos capítulos finais desta obra, após uma análise da ideologia do século XX em âmbito internacional, vamos, mais concretamente, entrar no exame dos mitos do "imperialismo" e da "dependência" que Carlos Rangel foi um dos primeiros a exorcizar. E poderemos então concluir, com Octavio Paz, que pouco resta do "grande naufrágio das ideologias revolucionárias do século XX".

2. O NACIONALISMO COMO RELIGIÃO CIVIL

No sentido estrito de uma ideologia moderna, surge o nacionalismo em fins do século XVII e princípios do XIX, na Europa Ocidental e na América do Norte sob efeito direto da Revolução Americana de 1776 e da Revolução Francesa de 1789. Ainda em princípios da centúria passada, brota na América Latina para legitimar o movimento de independência. No nosso século, estende-se o fenómeno à Ásia, ao Oriente Médio e à África. Concebido como ideologia do Estado-nação moderno, torna-se uma "idéia-força" entre as mais poderosas de nossa época: isto é o que praticamente todos os estudiosos da matéria reconhecem.

Num sentido lato, porém, confunde-se o nacionalismo com o patriotismo tribal, com o balrismo, com o sentimento praticamente inato no homem de solidariedade ao grupo étnico. Os nazistas muito falavam na comunidade popular, *Volksgemeinschaft*. Representa o repúdio natural ao estrangeiro, o estranho, o homem diferente na língua, nos costumes, nos trajes, no aspecto físico, na cultura, nas crenças religiosas. Se é verdade que somos, na famosa definição de Aristóteles, um animal político (*zoon politikon*), então o nacionalismo configura o sentimento de coesão do grupo social, com a contrapartida de animosidade para com as demais coletividades vizinhas e concorrentes. Não se pode perder de vista essas duas perspectivas. Foi, sem dúvida, por ignorar o relacionamento do nacionalismo moderno com os primitivos instintos tribais da humanidade que muitos dos erros e crimes deste século foram cometidos. O corolário do nacionalismo é a guerra — e foi a guerra o terrível flagelo de nossa época.

Acima do sentimento de coesão tribal e de fraternidade dentro do grupo político, tem o homem, no correr da história, reconhecido a existência de comunidades mais largas e mais altas de natureza religiosa

e cultural, ou mesmo classista, na visão das quais procurou transcender as limitações de sua pátria. Na Grécia Antiga, acima da comunidade cívica da *polis*, existia uma consciência da comunhão helênica de língua, religião e cultura. As cidades da Hellas identificavam-se no mesmo respeito ao oráculo de Apolo em Delphos, participavam conjuntamente dos Jogos Olímpicos e, embora venerassem em cada cidade seus deuses particulares, acreditavam que todos esses deuses coexistiam no monte Olimpo. *Athene* (Minerva) era a padroeira de Atenas. Mas o pantheon de todos merecia o mesmo respeito, enquanto numa conjunção histórica se venerava os relatos de Homero sobre a luta dos gregos contra os asiáticos de Tróia. Fora da Grécia, a multidão de povos estrangeiros era desprezada como *bárbaros*. Bárbaros eram aqueles que não sabiam falar o grego mas usavam línguas incompreensíveis, consideradas confusas e primitivas (*barbarismós*). Felipe da Macedônia venceu o particularismo estreito das cidades gregas e seu filho Alexandre mobilizou o nacionalismo helênico para a grande aventura de conquista do Império Persa. Contudo, em seu *Study of history*, registra Arnold Toynbee que a luta fratricida na grande Guerra do Peloponeso, um conflito inexpliável entre os "nacionalismos" particularistas das poleis helênicas, anunciou o *breakdown* da civilização clássica.

Em processo paralelo, federaram-se as 12 tribos hebraicas, descendentes dos 12 filhos de Jacó-Israel, que vieram a construir sob o reinado de David uma unidade política de natureza teocrática, representada pelo culto comum de Javeh-Elohim. Eventualmente, transformaram-se em um povo único, de identidade marcante, que contribuiu com a noção de "escolha divina" para o aspecto propriamente religioso do nacionalismo. No nacionalismo moderno, iremos invariavelmente encontrar a idéia de carisma, de eleição, de destino manifesto como componente essencial da "religião" em que se configura a ideologia. Hannah Arendt, ela própria, reconhece que há uma dose amarga de verdade nas asserções "esclarecidas" de um Voltaire, um Renan e um Taine segundo as quais o conceito de "eleição", a identificação de religião com nacionalidade, o reclamo de uma postura absoluta na história e de relacionamento singular com a divindade "trouxe para a civilização ocidental um elemento de orgulho que está perigosamente perto de sua perversão racial". Berdyaev foi outro que identificou o messianismo russo com o messianismo israelita. Arendt também cita Disraeli que, por convicção ou por tática, exaltava os méritos excepcionais do "povo escolhido" ao qual pertencia. Mas quando se tratou de legitimar o imperialismo britânico na Índia e alhures, Disraeli acabou transformando seu racismo no conceito de "aristocracia da natureza": seria a dos ingleses... É o nacionalismo tribal, nesse sentido, uma perversão característica da religião, fenômeno praticamente implícito em todos os cultos pagãos.

Cícero falava num *consensus juris* que representa o aspecto propriamente jurídico, tanto da idéia de nacionalidade quanto de uma comuni-

dade mais universal em que, segundo Hugo Grotius, surge o princípio de um direito internacional. O sentimento de nacionalidade parece haver desaparecido na ruína geral das estruturas do Império Romano que marca o início da Idade Média. Com o triunfo do cristianismo e no lugar da cidadania universal concedida pelo édito de Caracalla, se fortalece a comunidade religiosa consubstanciada na ordem da cristandade, uma ecúmene espiritual que se considera católica (de *kat-holon*) o que quer dizer “universal”. Ficam explicitadas as palavras de São Paulo, em suas epístolas, segundo as quais “não há mais diferença entre judeu, grego ou sírio”... Essa comunidade religiosa irá se opor a outra comunidade religiosa com pretensões igualmente universalistas, o Islam — e, durante séculos, a Cruzada de Cristo combaterá a Guerra Santa de Mohammed.

Era a Igreja a personificação da identidade de cultura, possuindo sua própria língua, o latim — com o grego desempenhando papel semelhante na área oriental de religião e cultura ortodoxa, herdeira do Império Bizantino. Tal comunidade transcendente de cultura e fé, sob o poder espiritual da Igreja, não impedia que os grupos locais ou regionais, sob o governo temporal de senhores feudais, gerassem sentimentos particulares de solidariedade que se foram desenvolvendo lentamente ao passar dos séculos, germens do nacionalismo moderno. O caso do alastramento da heresia maniqueísta nas províncias meridionais da França em volta de Albi, no século XIII, constitui uma prova do aparecimento precoce e abortado de possíveis nacionalidades. O fenômeno extraordinário da donzela de Orléans, Jeanne d'Arc, revela que já no século XV, pelo menos na França, sentimentos próximos do nacionalismo moderno emergiam das camadas camponesas mais modestas da população. Ao anunciar que desejava *bouter les Anglais hors de France*, a garota de Domrémy demonstrava a profundidade da lealdade patriótica ao rei, muito embora outras lealdades, conflitantes, se revelassem na Borgonha e em todo o Sul da França, na Gironde e Périgord, dominadas por uma dinastia inglesa de origem francesa, os Plantagenets.

Por cima da solidariedade local, muitas vezes reduzida aos interesses estreitos de um burgo ou cidade, com autonomia política ou foros de independência (as cidades italianas, por exemplo, ou os portos da Liga Hanseática), vigorava uma forte consciência exclusivista de classe, na aristocracia e no clero, os quais constituíam os dois primeiros “estados” (ou estamentos) da sociedade. O clero era inteiramente cosmopolita. Como demonstra o livre trânsito de que gozava a hierarquia da Igreja de um país para o outro, um inglês podia ser bispo na França (John de Salisbury) e qualquer europeu tornar-se sumo pontífice em Roma. Os aristocratas, principalmente das famílias reais, eram todos primos entre si. As regras de endogamia dentro dessa classe escapavam às limitações da solidariedade étnica local. Até o século XVIII e, em alguns casos, até o presente século, a aristocracia européia foi em grande parte insensível

aos reclamos dos sentimentos nacionalistas. Um bom exemplo da transição desse cosmopolitismo aberto para o nacionalismo estreito nos é oferecido pelo caso do Príncipe Louis Alexander de Battenberg (+ 1922), um alemão que se tornou almirante e primeiro lord da Esquadra britânica mas que, durante a I Guerra Mundial, decidiu mudar de nome para Mountbatten, por injunções do Rei George V. A família assim se anglicizou e, através do Príncipe Philip, esposo de Elisabeth II, reina hoje sobre a Grã-Bretanha. O cosmopolitismo aristocrático explica por que Pedro, o Grande, da Rússia e seus sucessores, entre os quais uma princesa alemã, a Grande Catarina, hajam podido governar a Rússia e comandar seus exércitos com alemães, escoceses, franceses, holandeses, ingleses e suíços. Um extraordinário general e estadista, como o Príncipe Eugênio de Savóia no século XVIII, era, caracteristicamente, um italiano nascido na França que foi Grande de Espanha e fez carreira como marechal do Império Austríaco. Naquela época, ainda possível era a um monarca, como Pedro, o Grande, chorar ao saber da morte de seu maior inimigo, Carlos XII, da Suécia. E, após a batalha de Poltava, Pedro achou-se na obrigação de acolher os generais vencidos em um banquete e convidá-los para se juntarem ao Exército russo. Muitos aceitaram. Não havia nada de extraordinário, então, em servir um soberano estrangeiro, fato que hoje, na guerra, é simplesmente imperdoável traição.

O grande paradoxo histórico, de importância decisiva para o entendimento da estrutura política moderna, é que o nacionalismo nasce em decorrência da revolução democrática e em função da democracia no Estado-nação soberano. O nacionalismo é a elaboração ideológica do elemento proclamado de fraternidade no famoso trinômio da Revolução Francesa — *Liberté, Égalité, Fraternité*. Seguindo-se ao florescimento do nacionalismo liberal durante a Guerra da Independência Americana — o primeiro grande movimento político que, mais ou menos conscientemente, legitimou a sua fundação no sentimento de fraternidade nacional — o nacionalismo moderno brota, na verdade, da Revolução Francesa e da epopéia napoleônica. É o culto da pátria que desponta.

A ruptura da cristandade que já se registrara ao tempo da Reforma, com a decadência do poder da Igreja "universal", vai acentuar-se por força da subversão dos privilégios dos dois primeiros "Estados" hierárquicos. A elevação do Terceiro (*tiers état*) ao domínio político se processa dentro do contexto do Estado-nação. Foi isso o que levou Marx a, erroneamente, interpretar o nacionalismo como mera superestrutura ideológica do capitalismo burguês. O ponto importante é a transferência para o Estado do conceito de soberania. A soberania era reivindicada pelos reis à medida que consolidavam seu poder temporal sobre as nações, absorvendo em favor próprio a auréola mística que, até então, a Igreja monopolizara. Os reis pretendem, então, ser designados e ungidos pela Graça de Deus.

Com a revolução democrática do século XIX, o Estado se desperso-

naliza, se populariza e herda a reivindicação de poder soberano abstrato sobre os antigos súditos, transformados em cidadãos.

Minha tese é que, precisamente, os três elementos do trinômio revolucionário — Liberdade, Igualdade, Fraternidade — iam de início evoluir de modo separado ou autônomo e, às vezes com bastante clareza, em antagonismos cruentos. A partir da Conspiração dos Iguais de Gracchus Babeuf (1796-97), o igualitarismo geraria o socialismo. Seus promotores iniciais prosperam na primeira metade do século XIX. O socialismo contribui com um agregado estritamente econômico à isonomia essencial da concepção democrática.

Em nosso entender, a fusão do nacionalismo e do socialismo, durante a I Guerra Mundial, representou um acontecimento crucial na história política do século XX. É daí que brota o totalitarismo. O fenômeno é denunciado, em agosto de 1914, pelo descalabro dos partidos socialistas da Segunda Internacional. Jean Jaurès, o único socialista verdadeiramente pacifista e internacionalista, é assassinado no mês que precede a carnificina: sua presença incomodava os nacionalistas de esquerda. Logo em seguida, Lenin e Stalin transformam o marxismo, internacionalista por essência, na ideologia da Primeira Pátria do proletariado russo. Trotski é eliminado porque prega a “revolução permanente” fora das fronteiras da Rússia. Pouco depois, desponha o nazi-fascismo. E, após a II Guerra Mundial, na esteira da dissolução dos grandes impérios coloniais, aparece o terceiro-mundismo pretensamente não-alinhado: é o nacional-socialismo da coorte subdesenvolvida de ignorantes pretensiosos. Os 200 milhões de mortos nas guerras, revoluções e guerras civis de nosso século são o preço horripilante que a humanidade pagou no altar da nova religião civil.

A obra tremenda de Hannah Arendt sobre o totalitarismo descreve, com uma profusão de dados e pensamentos esclarecedores, o horror da ideologia que tornou nosso século, sob certos aspectos, o mais repugnante da história. O totalitarismo coletivista priva a pessoa humana não só de sua liberdade, mas de dignidade e mesmo de identidade: “Sua morte meramente carimba o fato de que ele nunca realmente existiu”. O campo de concentração torna-se, como afirmou um dos *nouveaux-philosophes* franceses, André Glucksmann, a grande invenção do século. Arendt acentua que “a tentativa totalitária de tornar os homens supérfluos reflete a experiência de superfluidade das massas modernas numa terra superpovoada”. E acrescenta ela: “Enquanto os regimes totalitários(...) resoluta e cinicamente esvaziam o mundo da única coisa que traz sentido às expectativas utilitárias do senso comum, impõem-lhe ao mesmo tempo uma espécie de supersentido que as ideologias na verdade sempre objetivaram quando pretenderam haver descoberto a chave da história ou a solução aos enigmas do Universo. Por cima da falta de sentido da sociedade totalitária fica entronizado o supersentido de sua superstição ideológica. As ideologias só são inofensivas e representam apenas opi-

niões arbitrárias quando não se levam muito a sério. Mas uma vez aceita em sentido literal sua pretensão a uma validade total, tornam-se núcleos de sistemas lógicos em que, como nas obsessões dos paranóicos, tudo passa a se encadear de maneira inteligível e mesmo obrigatória, desde que as premissas sejam colocadas. A demência de tais sistemas reside não somente em sua premissa maior, mas na própria lógica da construção... A curiosa lógica de todos os ismos, sua confiança simplória no valor salvífico da devoção, sem levar em conta os fatores variáveis específicos, já albergam os primeiros germes do desprezo totalitário pela realidade e a facticidade" (Livro III, 12, iii).

Assistimos indiscutivelmente, durante a Guerra Fria, à polarização do mundo entre a concepção neoliberal que procura escapar das restrições do Estado-nação, nos países mais adiantados da Europa e nos Estados Unidos, e uma ideologia revolucionária no velho quadro da luta dos pobres contra os ricos ("*mourant de faim, mourant de froid*", como cantavam os partidários de Babeuf ao se lautamente saciarem nos cafés de Paris). A revolução se materializou com a contribuição simultânea do nacionalismo e do socialismo marxista, conduzindo ao totalitarismo oriental e terceiro-mundista. O trinômio revolucionário desagregou-se. Quando o ideal de liberdade se subordina ao de nacionalidade, converte-se em mera função da integridade e autodeterminação do Estado-nação soberano. Outrora invocada em benefício do indivíduo, passa a liberdade, sob o título de autodeterminação, a ser reclamada como virtude coletiva da comunidade nacional autárquica à qual faz o homem a entrega de toda a sua lealdade, até o sacrifício da própria vida. A noção de liberdade só permaneceu na sua acepção original, oriunda da Iluminação do século XVIII, e assim mesmo muito relativizada, no seio das democracias ocidentais.

As definições do nacionalismo têm sido muitas e variadas. Poucas, porém, salientaram essa fusão moderna do nacionalismo e do socialismo na fraternidade tribal, da maneira totalitária que caracteriza a ideologia. Hans Kohn, cuja vasta obra, particularmente seu *The idea of nationalism*, é muito relevante para nosso próprio trabalho, define a ideologia como, "em primeiro lugar, um estado de espírito, um ato de consciência, sendo a auto-identificação do indivíduo com o grupo ao qual oferece sua suprema lealdade". Um jornalista inglês, Norman Angell, pôde assim declarar que "o nacionalismo político, para o europeu de nosso século, tornou-se a coisa mais importante do mundo, mais importante do que a civilização, a humanidade, a decência, a bondade, a compaixão, mais importante do que a própria vida". O exemplo supremo desse sacrifício de todos os valores humanos ao nacionalismo predatório encontramos-lo, naturalmente, nos últimos tempos do nazismo: Hitler estava disposto a tudo sacrificar à idéia do seu III Reich, inclusive a própria dignidade e

sobrevivência do povo alemão. No totalitarismo desaparecem toda moralidade, todo sentimento de respeito humano. Os SS nazistas diziam “minha honra é minha fidelidade ao *Führer*”. Arendt tem páginas de grande vigor ao descrever a entrega total que o indivíduo faz ao coletivo. O anarquista Bakunin afirmava: “Não quero ser Eu, quero ser Nós”. O desprezo pelos princípios os mais mezinhos de decência era conhecido dos revolucionários russos pelo termo *nechayevschina*, em referência ao terrorista Nechaev, retratado por Dostoiévski em *Os possesores*.

Não é minha intenção, no presente momento, oferecer outras definições do nacionalismo — mas apenas lembrar como a malfadada ideologia se metamorfoseou, após 1945, no antiimperialismo terceiro-mundista — um patológico negativismo que anuncia seu próximo colapso. Acredito com Toynbee, nesse sentido, que as duas Guerras Mundiais podem haver marcado o *breakdown* da civilização ocidental, mas também representar uma penosa lição, necessária para que a humanidade aprenda a sobrepujar seus sentimentos tribais egoístas e alcançar a consciência de um destino planetário comum.

Kohn chama a Idade do Nacionalismo o primeiro período da história universal. Insiste na gênese do fenômeno entre os pensadores mais esclarecidos da Idade das Luzes, apontando particularmente para o papel de Rousseau e de Herder; e assinala a simultaneidade da emergência do nacionalismo, da democracia e da industrialização como processos correlatos. Dessa simultaneidade, repito, iria Marx deduzir ser o nacionalismo um mero produto ideológico da burguesia capitalista — erro fatal que comprometeria, eventualmente, uma doutrina com soberbas pretensões ao mais puro humanismo.

Escrevendo em pleno conflito de 1939-45, Kohn o considera uma consequência do clima da Idade do Nacionalismo, que também pode ser apreciada como uma luta em torno de seu significado. Ao mesmo tempo, outros estudiosos do problema compreenderam que o nacionalismo representa o que Marx qualifica como super-estrutura de uma forma específica de organização social, com aspectos políticos, econômicos, culturais e militares muito característicos. Essa forma é o *Estado-nação soberano*. De ilustre linhagem desde a transição da Idade Média para o Renascimento, o apogeu de seu desenvolvimento foi atingido em nossos dias. Possui seus símbolos, suas expressões próprias, suas instituições típicas, todas elas de âmbito universal e independente de qualquer expressão peculiar de natureza política, econômica ou cultural do povo. Todo Estado-nação soberano moderno — e mais de 170 já possuem assento na Assembléia-Geral das Nações Unidas! — vangloria-se de seu nome venerado, admira sua bandeira sagrada e chora aos acordes emocionais de seu hino pseudo-religioso, defende com unhas e dentes suas fronteiras e território demarcados, mobiliza Forças Armadas para o que der e vier, levanta alfândegas e controles de entrada e saída, emite

passaportes e papel-moeda, determina o câmbio dessa última, e se inclina respeitosa e diante de seu venerável chefe de Estado ou/e chefe de governo. Pode haver os mais consideráveis contrastes entre os Estados Unidos e, digamos, a Líbia, entre a República Popular da China e a Irlanda — contrastes de língua, raça, demografia, clima, cultura, tradição, estrutura econômica e social, religião e “concepção do mundo”. Há sempre, porém, a mais admirável semelhança nos símbolos da nacionalidade. Variam as cores e sua disposição, mas todas as bandeiras são retangulares; e todos os cidadãos, invariavelmente, acreditam que sua pátria amada, idolatrada, possui qualidades especiais que a torna, senão superior às demais, pelo menos singularizada por um carisma particular supremo, uma virtude merecedora do apreço beatífico de seus súditos.

Não encontrou o nacionalismo, naturalmente, apoio universal de parte de todos os filósofos do Ocidente. Vamos amiúde descobrir críticas ferrenhas à ideologia que muitos consideram uma aberração doentia da alma coletiva. Não é de admirar, por exemplo, que Lord Acton, o inimigo do poder que corrompe e do poder absoluto que corrompe absolutamente, tenha condenado a presença excessiva do Estado nacional. Como legítimo pensador católico, observava Acton, num ensaio de 1862, que o cristianismo, por seu universalismo, tem simpatias pela mistura de raças, ao passo que o paganismo se identifica com suas diferenças. Acentua então que foi missão precípua da Igreja sobrepujar as diferenças nacionais. A teoria das nacionalidades representou um passo retrógrado na história, um retrocesso que anuncia o avanço da revolução da qual é a forma mais evoluída, devendo permanecer enquanto ela persistir. Percebendo claramente a identidade do nacionalismo com o Estado democrático em seus primórdios, que se quer igualitário e fraterno, escreveu Acton: “Entre a fase democrática e a fase nacional da revolução, o socialismo interveio e já levou as consequências do princípio ao absurdo”. Assinalou, igualmente, o eminente pensador inglês que o princípio nacional não objetiva nem a liberdade, nem a prosperidade dos povos, sendo ambas sacrificadas ao imperativo de fazer da nação o molde e medida do Estado. Nessa perspectiva, podemos considerar Lord Acton como o anti-Rousseau por excelência. Ardentemente condenando a rendição e mergulho do indivíduo no coletivo que se processa no sistema revolucionário, ele conclui: “Portanto, embora seja a teoria da nacionalidade mais absurda e mais criminosa do que a teoria do socialismo, desempenha uma importante missão no mundo, marcando o conflito final e consequentemente o fim de duas forças que são as piores inimigas da liberdade civil: a monarquia absoluta e a revolução”. Podemos comentar essas sentenças do grande filósofo político, assinalando que as duas forças a que se refere estão hoje conjugadas no Estado totalitário.

Sustentando ponto de vista paralelo, acentuava Nietzsche que, “quando desejou Napoleão juntar toda a Europa numa associação de

Estados (o único ser humano que foi suficientemente forte para isso!), eles tudo arruinaram com suas 'guerras de libertação', conjurando a desgraça insana das nacionalidades — tendo como consequência as guerras de raça em países tão mestiços quanto os da Europa". É interessante notar como Nietzsche, neste trecho, antecipou o que ocorreria no século seguinte ao seu.

Muitos outros intelectuais acometeriam o nacionalismo como uma deturpação ideológica do sentimento natural de patriotismo. Foi o que fez, de modo enfático, Dom Luigi Sturzo (+ 1959), o sacerdote fundador do partido democrata-cristão italiano e conhecido por suas idéias quanto ao relacionamento entre a Igreja e o Estado. Sturzo achava que a adição do sufixo *ismo* ao termo nacional revela uma deformação do sentido original. Seu arrazoado insiste na crítica à usurpação dos conceitos da filosofia política no século XIX por ideologias espúrias.

A mesma apreciação é encontrada na pena de Albert Schweizer que, em *Décadence et renaissance de la culture*, se pergunta: "O que é nacionalismo? É um patriotismo que perdeu sua nobreza, e que está para o patriotismo nobre e razoável como a idéia fixa para uma convicção normal". Outros comentaristas irão também salientar o caráter mórbido da ideologia. Einstein dirá, com certa graça, que "o nacionalismo é uma doença infantil. É o sarampo da humanidade"... E Orwell acreditava, em *Such were the joys* (NY, 1953), que o nacionalismo é o hábito de supor que os seres humanos podem ser classificados confiantemente como insetos — que milhões de pessoas podem ser qualificadas de "boas" ou "más". "Acima de tudo penso ser o hábito de nos identificarmos com uma só nação ou unidade que é colocada acima do bem e do mal, não reconhecendo nenhum outro dever do que o de promover seus interesses". Orwell poderia estar se referindo à frase famosa de Stephen Decatur, oficial da Marinha americana que afirmava: "em seu relacionamento com as nações estrangeiras, façamos votos para que a nossa sempre esteja com a razão. Mas nossa pátria, certo ou errado" (*but our country, right or wrong*)...

Reconheceram alguns estudiosos do nacionalismo, como Carlton Hayes, professor da Universidade de Colúmbia, em Nova York (em *The war of the nations*, 1914), que a *fraternité* da Revolução Francesa levou essa idéia originalmente humanitária a afetar todas as nações européias. Hayes considerava o tribalismo a origem antropológica do nacionalismo. E classificava a ideologia de cinco formas: 1) humanitária, 2) jacobina, 3) tradicional, 4) liberal e 5) integral, na linha de Charles Maurras.

A abordagem do problema do nacionalismo pela ciência política moderna estabelece alguns pontos que são importantes para a compreensão do fenômeno, à luz de nosso propósito de configurar a ideologia de nosso século. O nacionalismo foi sem dúvida: 1) uma força promotora de unificação como ocorreu na França desde Jeanne d'Arc, e do mesmo modo, em pleno século XIX, na Itália e na Alemanha. Não se pode deixar

de considerar que à chegada tardia desses dois países ao concerto das grandes potências européias unificadas se pode atribuir a virulência que caracterizou seu nacionalismo na segunda e terceira décadas de nosso século. Na África, como por exemplo na Nigéria, o nacionalismo deve ser utilizado como elemento unificador, quase que artificial mas efetivo, para superar o tribalismo original da área de colonização britânica, composta de umas 200 etnias e línguas diversas.

Por outro lado, o nacionalismo também representou: 2) a força de desintegração mais potente dos grandes impérios multinacionais que se haviam constituído no correr da história. O Império Otomano perdeu, por ação do Princípio das Nacionalidades e pela agitação nacionalista, as províncias balcânicas que vieram a constituir a Grécia, a Romênia, a Bulgária e a Iugoslávia, assim como suas províncias asiáticas que deram nascimento aos estados árabes atuais do Oriente Médio. Do mesmo modo, a desintegração do Império Austro-Húngaro após a I Guerra Mundial proporcionou o aparecimento de novas nações na Europa Central: Polónia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia. Esse esfacelamento absurdo favoreceu a Alemanha e pode ser indiretamente responsabilizado pelos acontecimentos de 1939/45. O mesmo se diria da desintegração transitória do Império Russo, em 1917, e novamente em 1991.

O nacionalismo configurou, individualmente, 3) a idéia legitimadora do impulso de agressão mais contundente da história, se considerarmos, inclusive, os elementos nacionalistas associados inextricavelmente à agressividade das outras ideologias deste século. E, finalmente, 4) tanto no que diz respeito à América do Norte, no século XVIII, à América Latina e Europa Balcânica no século XIX, e à Ásia e África neste século, importado da Europa como ideologia, ele proporcionou aos novos colonizados a motivação para o processo, ora violento, ora suave, de descolonização e organização democrática. Observe-se, a esse respeito, que muitos dos povos que se descolonizaram jamais haviam constituído *nações* no sentido moderno do termo. Alguns, como a Nigéria, mal haviam emergido do tribalismo. Outros, como a Índia, nunca haviam formado uma unidade política, a não ser sob domínio de invasores estrangeiros, principalmente iranianos, turcos e mongóis, de religião diversa.

De todos os produtos exportados pela civilização européia no correr de sua expansão universal a partir dos grandes descobrimentos marítimos, nenhum recebeu acolhida tão pronta e tão completa quanto o nacionalismo... Naturalmente, com as técnicas militares que invariavelmente o acompanham.

Por que o nacionalismo se transformou na praga purulenta, na moléstia mental coletiva do século XX? Já Julien Benda havia notado a correspondência entre certos sentimentos grupais e certas idéias políti-

cas, consideradas racionalmente verdadeiras. Essa correspondência constituiu a essência da ideologia. Em seus estudos sobre o bergsonismo, Benda associou o predomínio do sentimento na linha de Rousseau, de Tolstói e de Bernard Shaw, à prática e teoria do nacionalismo democrático. Sua tese é a de que a democracia jacobina de 1793 incentivou patologicamente o sentimento nacionalista. Quando, diante da aldeia de Valmy, os soldados revolucionários franceses, descalços, em farrapos e miseráveis, enfrentaram com gritos medonhos de vitória o canhoneio do disciplinado Exército prussiano, sentiu-se Goethe inspirado a declarar que, naquele lugar e dia, se iniciava uma nova era na história da humanidade. Na verdade, se encetava a etapa da mobilização geral, do serviço militar obrigatório, da guerra mundial patriótica, do genocídio em massa e do imperialismo democrático: a idade das grandes guerras.

É lícito associar o nacionalismo ao fenômeno romântico. Uma vez que sentimentos de patriotismo exaltado e emocional são muito mais frequentemente encontrados entre os pensadores do Romantismo, que reagiram contra a Idade das Luzes, do que entre os racionalistas da mesma, devemos lembrar que, no *Esprit des lois* de 1784, estabeleceu Montesquieu a conexão íntima entre o amor da pátria e a forma republicana, isto é, a democracia. Contudo, mais claramente é com Jean-Jacques Rousseau que se formaliza a visão de uma nova “religião civil”, irracionalista e emocional, articulada em torno da idéia de nacionalidade.

Para esse culto ideológico submete Rousseau sua proposta no *Contrato Social* e no *Projeto de constituição para o governo da Polônia*. É ele, certamente, o principal responsável pela elaboração filosófica do agressivo nacionalismo moderno. Não é de admirar que uma das últimas obras do genebrino, *A confissão de fé de um vigário da Savóia*, tenha sido condenada pelas autoridades eclesiásticas: a ênfase sobre o coração em detrimento da razão, como único árbitro no tribunal da ética, resultou da rejeição do logos ou verbo divino de São João, como fonte última da Revelação, e da noção aristotélica de uma moralidade teleológica de validade perene, abrindo as portas à excitação revolucionária e fornecendo à sociedade moderna o programa para uma nova teologia revelada e um novo relativismo moral. A “religião civil” do Estado moderno carrega uma nova devoção, novos rituais, novos sacrifícios sangrentos e novas festas para a consagração da comunidade social. Sem nenhuma compunção, declarou Rousseau que os homens precisavam de uma nova religião, eis que a tradicional estava sendo escarmentada pelo ceticismo irônico e pelo ateísmo (*Sitôt que les hommes vivent en société, il leur faut une religion qui les y maintienne*). Essa religião seria ativada pelo que chama “sentimentos de sociabilidade”.

Para o pensador, o *Contrato Social* constitui, literalmente, um chamamento para a salvação da humanidade: “*le Contrat Social est l'instrument du salut de l'humanité*”. Se a civilização representa a queda

do homem, cabia a ele, Jean-Jacques, anunciar o novo evangelho do patriotismo nacionalista que deveria redimir o homem para uma transcendência meramente terrena. Ele se tornou, desse modo, o primeiro grande responsável pelo endeusamento do deus mortal, a nova divindade, príncipe deste mundo, que estava agora inteiramente exorcizada.

De suas emanções a partir dos dois arquétipos do inconsciente coletivo — feminino e masculino, isto é, como Cidade ou Terra-Mãe, geradora, amante e protetora; e como Estado viril, de poder, autoridade e agressão — emergiu o coletivo fraterno como um símbolo de significado e totalidade imanentes da vida coletiva. Os franceses encontraram uma boa palavra para designar essa entidade. Tomaram-na do latim, *la patrie*. A etimologia é *pater*, o pai. O vocábulo é, no entanto, feminino. Seu significado, rico e ambíguo, gerador das mais profundas emoções das massas, traduz uma soma maior de idéias e sentimentos do que o termo inglês *Mother Country*, ou o alemão *Vaterland*. Graças à auréola de emocionalismo irracional, ajuntou-se à sua qualidade de poder tremendo, induzido pelo medo da autoridade paterna, o elemento erótico de solidariedade entre irmãos, filhos da mesma Terra-Mãe (*dos filhos deste solo és mãe gentil, pátria amada, Brasil!*).

Entidade hermafrodita, constitui a Patrie uma espécie de complexo familiar, algo como uma combinação alquímica de Terra e Sol-Rex — e de fato, nessa hierofania primitiva, a terra, a cidade, o regime ou o Estado-nação são às vezes personificados sob a forma de uma matrona guerreira e viril, com capacete, coroa ou boné frígio, lança em riste, seio abundante, barriga fértil e uma cara de poucos amigos. Uma *Parthenos* que se satisfaz a si própria, mas se revela mãe ciumenta, matrona devoradora cujo culto terrível está sempre a exigir hecatombes humanas e a morte sanguinolenta da flor da mocidade. Poucos anos depois da morte de Rousseau, suas idéias iriam inspirar Robespierre e Saint-Just, os dois maiores terroristas. Deste último são as palavras: “Há algo terrível no sagrado amor da pátria, pois é tão excessivo que tudo sacrifica ao interesse público, sem mercê, sem temor, sem humanidade”.

Em seu projeto para a constituição da Polônia, Rousseau aconselha: “Muitos jogos públicos onde a boa Mãe pátria possa se comprazer a ver seus filhos! Que deles se ocupe amiúde, a fim de que eles sempre dela também se ocupem... Deve-se abolir tudo que os possa distrair, isolar e provocar esquecimento de sua pátria e de seu dever”. Isso talvez muito explique os mistérios da psicologia de Rousseau, um órfão, e de como projetou seu complexo materno dominador sobre suas fantasias políticas. A pátria é, repetidas vezes, descrita como uma boa mãe, uma supermãe. Os cidadãos são crianças. Eles devem ser educados, guiados e ocasionalmente punidos. Graças à auréola de emocionalismo inebriante que a “*ivresse patriotique*” proporciona, Rousseau considerou o patriotismo mais delicioso cem vezes do que o amor sexual: “*l’amour de la Patrie*

est plus vif et plus délicieux cent fois que celui d'une maîtresse" (diga-se de passagem que Rousseau era complexado e não escondeu sinais evidentes de inibição sexual). Muitas outras citações poderiam transmitir a hipótese de uma projeção extrema de sentimentos eróticos em relação a essa mãe-substituta da comunidade social fraterna e igualitária. É certo, escrevia ele, que "os maiores milagres de virtudes foram produzidos pelo patriotismo"... "Este sentimento vivo e maravilhoso que dá à força do egoísmo toda a beleza da virtude, empresta-lhe uma energia que, sem a desfigurar, a torna a mais heróica de todas as paixões"...

O princípio da soberania popular divinizou o grupo. Concedeu-lhe personalidade autônoma e, originando o princípio de que o cidadão é feito para o Estado e não o Estado para o cidadão, justificou o Terror e a "guerra popular" e toda espécie futura de anarquia política, inclusive a que tem afligido nossa época. Tornou-se Rousseau o inventor do exército popular, da conscrição geral, do exército de massas, dos compactos batalhões de recrutas que iam tentar conquistar toda a Europa. Rousseau não admirava Atenas, mas nunca deixava de citar os méritos de Esparta. Em Esparta, todo cidadão era essencialmente um soldado. E o que lhe parecia uma garantia generosa de paz e imunidade contra as tropas profissionais dos reis, em completa ignorância dos exemplos do passado e de Esparta em particular, cedo se revelou como o mais terrível flagelo da história da humanidade. Os batalhões compactos de cidadãos iriam morrer estupidamente, às centenas de milhares, como em Verdun por exemplo, na carnificina das guerras totais.

Como não podia aceitar uma soberania dividida e propunha, conseqüentemente, liquidar com a Igreja de maneira que pudesse la Patrie erguer-se em posição de absoluta hegemonia na alma dos cidadãos — Rousseau detestava a idéia de uma comunidade internacional. Reconhecia que todos os cidadãos patriotas deveriam ser hostis e duros para com os estrangeiros. Sem se tornar muito consciente dos resultados de suas propostas, parece haver admitido que as guerras da república seriam bem mais ferozes do que as *guerres en dentelles* dos reis. Sua oposição ao cosmopolitismo, ao intercâmbio pacífico entre as nações e à cultura ecumênica, assim como sua concepção do nacionalismo como um culto exclusivista, impediram-lhe de contemplar a universalidade da civilização humana, que constitui um dos traços distintos de nossa tradição ocidental de sociedade aberta. Entre outras realizações, é ele o primeiro promotor da noção de Cortina de Ferro: "*L'esprit patriotique est un esprit exclusif qui nous fait regarder comme étranger et presque comme ennemi tout autre que nos concitoyens*". Não poderia haver exprimido em termos mais apropriados a essência profundamente anticristã, anti-humanística, e, diríamos até, bárbara e anticultural de seus ensinamentos...

Ao pensar deste modo, ele alcançou, como mais tarde também Hegel o faria, a uma imanentização e secularização final do símbolo da *Ecclesia*.

E já que o genebrino apaixonado foi capaz de encontrar satisfação total em sua participação na vida da comunidade, como solução aparente aos conflitos gerados pelos apelos patéticos aos instintos libertos no *estado de natureza*, o ciclo dialético fechou-se: da libertinagem ao totalitarismo. De fato, diante da anarquia, o instinto de segurança do homem é estimulado a ponto de não hesitar em submeter-se, se necessário, a uma autoridade draconiana que restabeleça a ordem e um relativo bem-estar econômico. “Se o Governo baseado na regra da lei não é possível — e candidamente confesso que não o creio possível — *devemos ir ao outro extremo... e estabelecer o despotismo mais arbitrário concebível*”. E, em outro trecho, escreveu: “Tão cedo quanto uma criança abra os olhos, ela deve ver a pátria até a morte... e não viver para outra coisa”. Será possível, à vista destas citações, negar-lhe o título de grande e funesto profeta do nacional-socialismo moderno?

Foi, realmente, com uma intuição muito sintomática da natureza contraditória de seus próprios processos mentais que Rousseau perguntou ao início do *Contrato Social*: “Por que arte inconcebível foi um meio encontrado de fazer os homens livres, tornando-os súditos?” O fato é que não foi a independência natural do Bom Selvagem, mas o outro componente antitético do mito romântico que cada vez mais adquiriu preeminência: o coletivismo, a igualdade fraterna, a uniformização e a submissão holística à tirania do grupo. A evolução por ele encetada processou-se desde a liberdade ideal utópica da democracia liberal até a realidade concreta do despotismo igualitário, no Leviatã de nossos dias. Se é bem verdade que o “amor do grupo”, esse sentimento peculiar de tribalismo, de absorção holística na comunidade mística já indicavam sua presença potencial em todas as construções românticas utópicas — como na *Cidade do Sol* de Campanella e nos delírios de Mably e Godwin — foi com a obra de Rousseau que adquiriram dignidade filosófica. Uma obra completa de psicologia política poderia ser escrita sobre esse produto supremo do mito romântico, a expressão religiosa do qual é chamado o nacionalismo, ou melhor ainda, nacional-socialismo, uma vez que os dois movimentos, originariamente divergentes, acabaram convergindo em todo o espectro universal da ideologia.

Esse conceito político, que se desenvolveu no final da Idade da Razão, determinou os acontecimentos históricos até o presente momento. Bastaria observar que, enquanto parece minguar no Ocidente, sua virulência contagiosa invadiu com fúria desenfreada o Oriente e o assim chamado Terceiro Mundo. E mesmo nos Estados comunistas que se desintegraram, como a URSS e a Iugoslávia, a exacerbação nacionalista continua a destacar-se como ideologia legitimadora.

Depois de Rousseau e na mesma linha dialética, o outro grande criador da moderna religião civil foi Georg Wilhelm Friedrich Hegel. O filósofo alemão foi o mais notável pensador do século XIX sobre a

problemática da história e, como tal, o pensador do Estado e da política. Na verdade, o único dos grandes filósofos europeus modernos cujo sistema girou, essencialmente, em torno de um centro de meditação política. Na imanência do espírito absoluto, o ser individual mergulha e se articula na autoconcretização do universal que é, propriamente, o Estado nacional ou, melhor, o paradigma do Estado prussiano. "O Estado é o divino terrestre". Ele é a única realidade substancial, *numenal*, no fundo de uma mera aparência (*dasein*) fenomenal, como integração final do subjetivo individual ao *Geist* ou espírito objetivo.

Se a religião constitui a alma da *polis*, Deus ele próprio se manifesta na imanência da história política. Hegel declarou haver visto passar o próprio Espírito Universal, o *Weltgeist*, montado num cavalo branco, o que quer dizer na pessoa de Napoleão Bonaparte, imperador dos franceses. Ele se referia à batalha travada em 1806, perto da cidade de Jena, em cuja universidade lecionava. O "Fim da História", que proclamou, implicava no momento o triunfo dos ideais libertários sobre as tradições luteranas do prussianismo. Nossa época, acentua, "reivindica os tesouros que foram desperdiçados no Céu, como propriedade dos homens"... "depois de séculos, a humanidade é de novo capaz de idéias, desaparecendo o interesse pelo individual." Mas o espírito dos tempos, o *Zeitgeist* que inspira o espírito do povo, é na verdade o novo Espírito Santo, conselheiro e condutor da história que, na mente paranóica de Georg Wilhelm Friedrich, foi aos poucos se identificando com o prussianismo mais brutal e se incorporando ao culto do Estado ressacralizado e destinado, conforme mantém, a terminar com a própria história.

Mais grave, por conseguinte, do que o romantismo francês, no terreno político, foi o romantismo alemão. O nacionalismo alemão brotou da grande crise romântica que abalou a Europa na esteira da aventura napoleônica. Os grandes nomes são, além de Hegel, evidentemente, Herder e Fichte. Herder (+ 1803) é o fundador. Filósofo e teólogo, o movimento conhecido como *Sturm und Drang* é por ele deslanchado e introduz — esse o ponto relevante! — o elemento de sentimento (*Gefühl*) e de emoção como veículo do pensamento lógico sobre assuntos políticos. Ainda que influenciado pela majestade olímpica de Goethe, Herder complementa a gororoba com suas *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit* (Idéias para uma Filosofia da História da Humanidade), explicitando o pensar historicista obsessivo que, daí por diante, acompanhará como uma sombra perversa e sustento o nacionalismo alemão, até desembocar no nazismo.

É Fichte (+ 1814), porém, o principal promotor consciente da ideologia. O "Discurso à Nação Alemã", pronunciado como reação às humilhações da derrota militar prussiana frente aos exércitos de Bonaparte e à ocupação francesa, concretiza em termos passionais a exaltação do

passado, a heroificação dos antepassados bárbaros e o repúdio à tradição clássica que, precisamente nesse momento, é representada por Goethe. Para Fichte, o grande inimigo é Roma. O caráter incoerente do goticismo, com o retorno à tradição bárbara das tribos germânicas, será demonstrado, 150 anos depois, quando o grande herói do nacionalismo alemão, Hitler, espécie de cavaleiro de uma tábua redonda wagneriana, se aliará a Mussolini, seu mais fiel amigo e maior promotor da nostalgia de Roma e do imperialismo romano.

Mas o fato é que a exasperada exaltação nacionalista da *Volkstum* (palavra intraduzível que se relaciona com povo, *Volk*) comporta a rejeição dos valores clássicos da *Aufklärung*, registrando uma série de nomes cujas obras vão crescendo em virulência à medida que avança o século XIX. São F.L. Jahn, Friedrich List na economia, e mais Hausser, Droysen e von Bernhardi que glorificam a guerra e a vida militar. É o historiador Treitschke (+ 1896) quem, depois de Hegel, é o mais ferrenho promotor de Estado prussiano e da política de força e poder, constituindo como que o coro filosófico de contraponto à política de “sangue e ferro” de Bismarck.

Entusiasta acadêmico fanático que ataca, indiscriminadamente, os judeus, os franceses, os ingleses e o regime parlamentar liberal, Treitschke é um ardente admirador do autoritarismo de Bismarck e, havendo sofrido a influência de Fichte e Hegel, acredita que o Segundo Reich era herdeiro do Primeiro, o Sacro Império Germânico Medieval. Ele assim contribui para criar o opaco cenário em que, com as trombetas das Walkírias, desembocará o racismo nacional-socialista de Rosenberg, Gottfried Feder e Adolf Hitler.

Fez-se a Revolução Francesa com o propósito de liquidar com “as guerras dos reis”. Foram esses conflitos, porém, aprazíveis partidas de caça quando comparadas com as guerras napoleônicas e com as Grandes Guerras do século XX. Os combatentes eram, outrora, nobres ou mercenários. Quando perguntaram a um *condottiere* italiano por que arriscava a vida, este respondeu: “faço a guerra para viver, não para morrer...” As populações civis eram raramente atingidas pelo conflito. Mas depois de 1789, “*la démocratie, c'est la guerre*”! Assim, pelo menos, argumentavam os monarquistas franceses. De certo modo, os conflitos mundiais confirmam essa identidade funesta, pois as guerras atuais são totais, são populares, são patrióticas e matam aos milhões, em vez de apenas matarem aos milhares. Guerras patrióticas — assim a Rússia soviética chamou a sua, quando foi invadida por Hitler, e assim as chamam os países do Terceiro Mundo, recém-independizados. A guerra entre a Somália e a Etiópia foi uma “guerra popular”. A guerra entre o Vietnã e o Camboja foi uma “guerra democrática”. A guerra entre o Irã e o Iraque foi uma guerra “santa”, além de popular, democrática e socialista...

Na Idade Média e no princípio da Idade Moderna, pouco se interessava o homem do povo pelas exacerbações belicosas dos militares

profissionais que formavam a casta hereditária da nobreza. Era esta chamada, de fato, “nobreza de espada”. A única exceção foi a Primeira Cruzada que, certamente, acendeu um ardente entusiasmo guerreiro da gente humilde em toda a Europa, para a libertação dos lugares santos. Talvez o segredo de Jeanne d’Arc foi haver despertado a massa da população francesa para assumir a luta contra os ingleses e, por isso, a extraordinária intervenção da *pucelle d’Orléans* na história configura, como já assinalamos, o mais antigo sinal do aparecimento de um sentimento nacional francês, de um verdadeiro e autêntico patriotismo francês no curso da vida política. Fora disso, como observava sarcasticamente Stendhal, os únicos desejos do humilde homem do povo eram: 1) não ser morto e, 2) possuir um bom casaco no inverno.

Tornando-se popular, o sentimento nacional transformou-se em orgulho nacional, em suscetibilidade nacional, em xenofobia, em ressentimento, em jingoísmo, chauvinismo e na mais nefasta forma moderna do patriotismo agressivo. Ser patriota, hoje, é insuflar as paixões populares contra um inimigo externo fantasmagórico. É acreditar na idéia romântica de uma “alma popular”. Victor Hugo e Maurras, tão distantes em suas convicções políticas, falavam ambos na “deusa França”. E embora De Gaulle tenha rebaixado essa celeste divindade à categoria de uma simples princesa, confessava o Grand Charles, ao manter “*une certaine idée de la France*”, o mesmo tipo de apaixonada adoração.

O nacionalismo na França constituiu um culto da esquerda jacobina e da direita reacionária, em conluio ominoso. O conflito entre essas duas versões românticas do nacionalismo se prolonga até nosso século. De Bonald, em 1796, será nacionalista contra a Revolução Francesa. Michelet, em 1846, alegoriza a nação como uma fraternidade viva e transforma em religião política o culto da *France éternelle*. Renan (+ 1892) afirma que “a nação é uma alma, um princípio espiritual”, constituído pelo passado, pelo presente e pelo futuro. No princípio de nosso século, o famoso caso Dreyfus polariza esquerda e direita em torno de concepções nacionalistas diversas. O racismo anti-semítico, jingoísta e reacionário (de direita) invoca a Pátria na retórica de Déroulède. Maurice Barrès fala no “espírito imortal da França”. A Barrès se segue Maurras que, com seu nacionalismo integral, exercerá profunda influência na década de 30, inclusive sobre nosso próprio nacionalismo integralista. A esquerda francesa é mais internacionalista e talvez mais racional, mas, em 1914, adere histericamente ao conflito com a Alemanha do Kaiser. Peguy vai à catedral de Chartres e se lança, loucamente, à batalha: no mês de agosto de 1914, ele vive num estado de absoluta exaltação e, arregimentado nas levas de infantes de calças rubras e dólmas azuis, que com baionetas caladas enfrentam em campo aberto as metralhadoras alemãs, é fuzilado e morto. Em quatro anos de batalhas entre as trincheiras lamacentas, dez milhões passarão deste mundo a melhor! Roger Martin du Gard, em

Les Thibault, e particularmente no último volume, *L'Été 1914*, descreve com amargo pessimismo os acontecimentos aberrantes daquele momento. E Jacques Barzun, em sua obra de "crítica a uma herança" sob o título "Darwin, Marx, Wagner", comenta esse apelo geral à violência que caracteriza uma parte importante da literatura no período 1870/1914, "quando uma variedade de partidos, classes, nações e raças, cujo sangue estava sendo, separada e contraditoriamente, invocado pelos cidadãos esclarecidos da velha civilização da Europa", vai incentivar o conflito. A guerra, acentua esse ensaísta, crítico literário e professor na Universidade de Columbia, tornou-se então "o símbolo, a imagem, o estímulo, a razão e a linguagem de todas as ações humanas sobre o planeta". O uso da força foi o fator comum à infinidade de curas que estavam sendo propostas para o *malaise* da civilização européia.

Nos anos que precedem a II Guerra Mundial, os reflexos são paradoxais: a esquerda detesta o nacionalismo fascista e pretende-se pacifista, mas prepara o desastre de 1940; a direita se diz nacionalista mas acaba acolhendo Hitler e com ele colaborando. A contradição só será resolvida por De Gaulle que, independentemente da esquerda e da direita, exalta a *grandeur e a gloire* da França, compara a pátria a uma heroína encantada das histórias de fadas ou a uma Madona dos afrescos das catedrais românicas, acreditando que ela está fadada a um destino exaltado e verdadeiramente excepcional no concerto universal das nações.

Mas quem seria hoje capaz de repetir Sócrates na sua famosa contestação a Cálicles, segundo o *Gorgias* de Platão? Queixava-se Sócrates: "Glorificais homens que satisfizeram os atenienses, regalando-os com tudo que desejavam, e dos quais se diz que construíram a grandeza da cidade. Mas o que a esses antigos senhores ela deve é uma inchação que esconde uma gangrena, e ninguém percebe! É, com efeito, fora de toda sabedoria e toda justiça que encheram a cidade de portos, de arsenais, de muros, de tributos e outras loucuras... mas sem lhes adicionar a temperança e a justiça". A crítica se refere aos grandes heróis de Atenas — Péricles, Temístocles... Por sua franqueza, será Sócrates condenado a beber a cicuta.

Tratando do *breakdown* das civilizações no quarto volume de seu famoso *Estudo da História*, Arnold Toynbee detêm-se sobriamente para observar o "impacto da democracia e do industrialismo sobre a soberania paroquial". A pergunta que levanta Toynbee é a seguinte: por que a democracia, cujos admiradores a proclamam um corolário da religião cristã, exerceu uma influência tão perniciosa sobre os excessos perversos da guerra? Afirma o historiador inglês, simplesmente, que a democracia "colidiu" com a instituição da soberania paroquial do Estado-nação. A importação das novas energias da democracia e da industrialização na velha máquina do Estado paroquial gerou as duas enormidades do nacionalismo político e do nacionalismo econômico. "Foi nessa forma

derivativa grosseira, na qual o espírito etéreo da democracia emergiu de sua passagem através de um meio estranho, que ela contribuiu para pôr fogo na lenha da guerra, ao invés de combatê-la". Acredita ainda Toynbee que o estado geral de equilíbrio econômico, reinante no antigo regime, foi violentamente perturbado pelo advento da industrialização. O industrialismo, acentua, é intrinsecamente cosmopolita em sua operação, como a democracia. Se a verdadeira essência da democracia é o espírito de fraternidade, o requisito essencial da industrialização é também a cooperação universal. O *laissez faire!*, o *laissez passer!* do capitalismo liberal não devem encontrar obstáculos em fronteiras políticas. O fato é que, até 100 anos atrás, a industrialização e a democracia se esforçaram, no livre-cambismo, por diminuir o número de unidades econômicas e reduzir as barreiras político-alfandegárias entre elas. Posteriormente, perdeu-se o movimento numa direção oposta. Na época atual, verifica-se que o esforço das nações mais adiantadas é no sentido de superar as barreiras a seu comércio, muito embora fortes impulsos protecionistas, oriundos quase que invariavelmente de ímpetos oportunistas e de interesses locais ou particulares corporativos, militam contra o desenvolvimento de um mercado universal supranacional.

Ao tratar dos contactos entre as civilizações (cap. XXXIII), também refere-se Toynbee aos efeitos "trágicos" que o "vírus" do nacionalismo causou nos antigos impérios (austriaco, otomano, russo) e nos impérios coloniais, no momento de sua desintegração. Observa que comunidades, que até então tinham possuído a capacidade de viverem conjuntamente, foram contaminadas em estados mutuamente hostis. Cita o caso da Índia e do Paquistão, onde cerca de um milhão de pessoas foram massacradas após a independência, ou o caso da Palestina. Na Índia, constantemente, hindus e muçulmanos se empolgam e se atacam em violência mortal, em torno de um templo de Shiva ou de uma mesquita islâmica. Outro triste exemplo é o da maravilhosa ilha de Chipre, habitada por apenas 600 mil pessoas que, no entanto, logo após a partida dos britânicos, se cindiram em suas respectivas comunidades, grega e turca, as quais desde então se enfrentam da maneira mais sangrenta. Fui embaixador em Chipre e, quando de minhas presenças periódicas, era convidado, ora pelos turcos para visitar o Museu das Atrocidades Gregas, ora pelos gregos, para comparecer ao Museu das Atrocidades Turcas. Creio que, em ambos, eram as mesmas fotografias... O exemplo mais recente e mais cruel é o da guerra civil na Iugoslávia, uma vergonha para a Europa. Sérvios, croatas e bósnios muçulmanos se engalinharam nacionalisticamente depois de décadas de socialismo titoísta. No caso, a perversão religiosa exacerba as rivalidades de origem étnica-cultural, quando contaminadas pelas ideologias.

Toynbee relata dois episódios que bem ilustram a decadência dos costumes internacionais por força do fanatismo nacionalista que orienta a ação dos governos, mesmo os mais civilizados. Em sua *Sentimental*

Journey, conta-nos Lawrence Sterne que viajou pela França durante a Guerra dos Sete Anos (1756-63), quando estava a Inglaterra no campo oposto. Depois de enfrentar um pequeno problema com as autoridades policiais francesas por questões de passaporte, o grande escritor foi protegido por um aristocrata que não o conhecia pessoalmente mas, nobremente, se ofereceu como fiador de seu comportamento. Desse modo pôde prosseguir com a excursão literária no país inimigo, sem ser mais molestado. Quarenta anos depois, estando novamente a Grã-Bretanha em guerra com a França, Napoleão expediu ordens formais para o internamento de todos os súditos britânicos entre a idade de 16 e 60 anos. Tal ação, diz-nos Toynbee, foi considerada pelos ingleses como demonstrando a selvageria flagrante do Corso. Era uma ilustração insofismável do que, subsequentemente, ia Wellington afirmar no Parlamento: "Napoleão não era um gentleman"... O imperador dos franceses acabou pedindo desculpas pelo seu procedimento insólito.

Ora, qual seria hoje o governo, por mais liberal e humano, que não considerasse uma iniciativa banal, imposta pelo senso comum, internar todos os cidadãos inimigos em tempo de guerra? Toynbee não se refere apenas aos alemães e italianos fascistas. Podemos recordar o internamento dos japoneses nos Estados Unidos após Pearl Harbor, em condições que, depois da guerra e quando os ânimos já haviam serenado, foram consideradas escandalosas. Muitos judeus alemães sofreram, no Brasil, às mãos das tapadas autoridades policiais, após a nossa declaração de guerra, em 1942. Eu próprio fui internado pelos japoneses em Shanghai, após o rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão no mesmo ano — e se não tenho motivo de queixas, pelo contrário, o fato é que nem os diplomatas gozam de imunidades nesse particular. Em séculos passados, uma ofensa a um embaixador estrangeiro era considerada um *casus belli*. Hoje, mata-se impunemente embaixadores e cônsules, a tal ponto que a carreira se transformou num emprego de alto risco...

O nacionalismo proclama a eternidade da pátria. Na verdade, só uma entidade imortal poderia exigir um sacrifício tão absoluto de seus membros. *La France Éternelle* ou "a Alemanha acima de tudo neste mundo" (*Deutschland über alles in der Welt*) exprimem o anseio profundo de imortalidade das instituições tribais que pretendem arvorar-se em divindades, substitutivas de uma religião em declínio e de um Deus que dizem falecido de morte natural. Os antigos gregos e romanos eram mais conscientes da realidade: colocavam o Estado abaixo do destino. Muito embora reconhecessem na *polis* a suprema realidade para a vocação do homem, confessavam sua submissão à *hubris* que a acompanhava. "E Roma também sofrerá a mesma sorte fatal", murmurava o grande Scipião, melancólico, ao contemplar as ruínas fumegantes de Cartago que estava sendo destruída por seus próprios legionários. O Estado-nação é mortal.

Guicciardini, o grande historiador e estadista da Florença renascentista, reconhecia que “todas as cidades, todos os Estados, todos os reinos são mortais. Tudo chega ao fim, ou por acidente ou no decurso da natureza. Eis por que o cidadão que testemunha o fim de seu país não pode sentir-se deprimido com esse desastre, tanto quanto lamentaria sua própria ruína. Sua nação sofreu o destino que, de toda maneira, estava fadada a enfrentar”. Testemunhando a captura de Roma pelos bárbaros de Alarico e sofrendo, como classicista, com essa catástrofe incomensurável para a cultura, Agostinho pregava a extinção do patriotismo no abraço generoso da Cidade de Deus. A lembrança dos ensinamentos do grande santo filósofo ainda perdurava suficientemente, em meados do século passado, para que, em 1859, uma assembléia da Igreja denunciasses o movimento das nacionalidades como relíquia do paganismo, e as diferenças de língua e cultura como uma consequência do pecado original. Recordava a Torre de Babel. O Bispo Le Franc de Pompignon propugnava uma doutrina ortodoxa quando, em 1763, afirmava que “o cristão é ao mesmo tempo um cosmopolita e um patriota. Essas duas qualidades não são incompatíveis. O mundo é, na verdade, uma pátria comum ou, falando em melhores termos cristãos, um comum exílio”. Cem anos depois, um agnóstico como Renan declararia que “não pertence o homem à sua língua, nem à sua raça: pertence somente a si próprio, pois é um ser livre, o que quer dizer que é um ser moral”.

Em *Nationalism, a religion*, considera Carlton Hayes que o nacionalismo, como religião civil, é produto da apostasia geral que se registra na Europa a partir do século XVIII. Creio que foi Chesterton quem notou: quando não mais se acredita em Deus, o que ocorre não é que não se acredite mais em coisa alguma, mas que se passa a acreditar em qualquer coisa... No vácuo da religião surgiram as superstições mais descabidas, as novas seitas exóticas, os credos políticos de natureza ideológica. O próprio catolicismo se corrompeu com a política insossa da Teologia da Libertação. É verdade que, mesmo na Idade Média, muita gente não obedecia ao código de conduta do cristianismo. Muito nobre guerreiro partiu para a Cruzada pensando mais no botim e na aventura gloriosa, do que em libertar o túmulo de Cristo das garras dos infiéis. Hoje, os que se dizem cristãos são talvez mais sinceros. Porém, a grande sinceridade que existe mesmo é a da crença nos méritos supremos e no carisma singular de nossa própria pátria. Deus é brasileiro, dizemos nós. Talvez por ironia. Mas sem perceber o sacrilégio...

3.

O ANTI-SEMITISMO

O anti-semitismo sempre foi julgado um corolário do racismo europeu, um fenómeno ideológico de “direita”, pelo menos na medida em que o totalitarismo é julgado de “direita”. Historicamente, a perseguição dos judeus está relacionada com a atitude de cristãos convictos. Isso desde os primeiros séculos de nossa era, para com os membros de um povo acusado de haver renegado a Cristo e ser responsável por sua morte. Na verdade, a prova histórica indica que o anti-semitismo surgiu na Europa em data relativamente tardia, certamente não antes das Cruzadas. Isso sugere que o fator religioso não é o mais importante no fenómeno. É mesmo, a meu ver, secundário ante a preeminência dos fatores de ordem político-ideológica.

Acredito que é a presença de um grupo humano distinto, no meio de uma sociedade coesa, introvertida e autoritária, o que determina a reação de repúdio que se manifesta, no caso, contra os judeus, como pode ser observada, em outros casos, contra muçulmanos, ciganos, pretos ou qualquer outro elemento estranho. O nacionalismo exacerbou o anti-semitismo precisamente pelo carácter ultranacional ou transnacional da população judaica. Não devemos pois estranhar tenha Hannah Arendt iniciado sua obra magistral sobre *As origens do totalitarismo* (1951 / 1973) com um livro sobre o anti-semitismo. Arendt, aliás, bem percebeu a conexão dos assuntos quando, no segundo volume, fala sobre o imperialismo e só no terceiro aborda diretamente o problema totalitário. Mas a pensadora política teuto-americana abstém-se de referência às manifestações anti-semitas de pensadores que, de modo algum, podem ser tidos como conservadores ou reacionários.

No “diagnóstico da direita” empreendido pela “esquerda”, o racismo e a repulsa ao internacionalismo são sintomas característicos da postura dos autoritários e nacionalistas, geralmente considerados como colocados no espectro reacionário do esquema espacial político. O grande

trauma provocado pelo Holocausto nazista parece haver confirmado esse diagnóstico. Foi na França, sobretudo em princípios do século, que o nacionalismo de direita se confundiu com o anti-semitismo dentro de um contexto ideológico muito claro e muito sólido. O famoso *Caso Dreyfus*, em 1894, consolidou essa associação e não devemos nos admirar se Hannah Arendt ocupa um capítulo inteiro da primeira parte de seu livro com o *affaire Dreyfus*.

Hoje em dia, o problema não se resolve assim tão simplesmente. A pesquisa histórica descobre não apenas tendências anti-semitas em notórios socialistas, inclusive em Marx (que era filho de judeus convertidos) e em Proudhon, mas a atual conjuntura internacional transformou o anti-sionismo num cartaz da esquerda terceiro-mundista e pró-soviética em todo o mundo. Razão, portanto, teria Roger Martin du Gard, em sua sombria depressão corrosiva, ao descrever o século XIX como “notável” por haver começado com a revolução e terminado com o *Affaire!* “Talvez será chamado o século do lixo”...

Podemos salientar, preliminarmente, que o papel do judeu em nossa civilização é, certamente, ambivalente. Se a noção de “povo escolhido” — cujo repúdio constitui uma das contribuições primárias do cristianismo para a humanidade — não pode ser esquecida na gênese da ideologia nacionalista moderna, devendo o nacionalismo ser considerado uma expressão secularizada do exclusivismo religioso do grupo tribal tal como era cultivado pelos antigos hebreus, constituíram os judeus, por outro lado, no Ocidente, um fator excepcional de abertura altamente cosmopolita. Foi contra esse cosmopolitismo e internacionalismo natural da diáspora judaica que os diversos socialismos e nacionalismos contemporâneos entraram em conflito. Foi assim que o anti-semitismo de fundo religioso (e raízes econômicas) da época medieval — em que os judeus eram perseguidos por lidarem com dinheiro e se recusarem à absorção no ecumenismo da cristandade — se transformou, por conversão dialética, no anti-semitismo político moderno. Os judeus, em nossa época, foram considerados uma ameaça à integridade nacional, um quisto inassimilável, um fator crítico dissolvente do superpatriotismo agressivo.

Em artigo de maio de 1981, na revista francesa *Histoire*, o Senhor Michel Vinock chama a atenção para a frequente associação do *gauchisme* com o anti-semitismo, o que contraria o “diagnóstico” supra. Sem desejarmos retornar até Voltaire, para quem os judeus constituíam “um povo ignorante e bárbaro que, desde há muito, junta a mais sórdida avareza à mais detestável superstição”, vale lembrar a atitude dúbia da Revolução Francesa e de Napoleão, o Filho da Revolução. Na Assembléia Constituinte de 1789, foi um padre, o *abbé Grégoire*, quem, solitário, defendeu a emancipação e integração dos judeus. Outras vozes, porém, se fizeram ouvir, negando-lhes esses privilégios, embora condizentes com os princípios democráticos. Napoleão pretendeu convocar o Sanhedrin, mas suspendeu a outorga da cidadania aos judeus da Alsácia, onde

principalmente se congregavam. Após a revolução, a antipatia em relação aos judeus identificou-se com a direita anti-revolucionária, antiburguesa e anticapitalista de um De Bonald e da Santa Aliança — consolidando nos cem anos seguintes a aliança da esquerda com os judeus. E vice-versa. O anti-semitismo de um Barrès e de um Maurras, na França, influenciou também, em nosso país, o movimento integralista que cozinhou numa apimentada panela comum comunistas russos, burgueses americanos capitalistas, ingleses protestantes e banqueiros judeus — todos indiscriminadamente qualificados de “materialistas”.

A lenta emancipação e assimilação dos judeus processou-se no resto da Europa sob efeito da modernização. Contudo, a ideologia anticapitalista, que surge tanto entre os conservadores da linha de De Bonald quanto entre os próceres esquerdistas do socialismo, encontra nos banqueiros judeus que começam então a se salientar — os Rothschild, os Lazare, os Pereyre, os Goldschmidt — adequados bodes expiatórios para seus impulsos de rebelião contra o poder do dinheiro que, por definição, é internacional, universal e cosmopolita.

Às acusações assacadas desse lado, têm os judeus também de enfrentar as que vêm da esquerda. É relevante o fato que Hannah Arendt, em seu ensaio sobre o anti-semitismo na obra já aludida, cita muito parcimoniosamente os anti-semitas da “esquerda”. Ora, em seu *A questão judaica* (1844), escreveria Marx que “o dinheiro é o deus ciumento de Israel, diante do qual nenhum outro deus deve subsistir”. Outro socialista, Fourier, era francamente anti-semita. Um discípulo de Fourier, A. Toussenel, publicou em 1845 uma obra denunciando *Les juifs, rois de l'époque*. Nos seus *Carnets*, Proudhon exara sentenças contra os ricos judeus que podem ser considerados verdadeiros apelos ao pogrom. Convém notar que os regimes burgueses direitistas de Luís Felipe e de Napoleão III eram tudo menos desfavoráveis aos israelitas, alguns de cujos grandes nomes frequentavam a Corte. Em 1897, o economista Leroy-Beaulieu denuncia no anti-semitismo seu anticapitalismo, seu “socialismo ingênuo”, a tentativa de projetar sobre os ricos judeus os ressentimentos dos pobres e fracassados. A mesma motivação no populacho que existia, seja dito, na Idade Média, contra a usura considerada judaica. E a mesma que vamos encontrar num Hitler — um proletário de Viena que alimentou o seu fanatismo nacional-socialista com o espetáculo da rica e culta burguesia judaica da capital da Áustria. Sobre esse tema aconselho a leitura da obra excepcional do historiador inglês Paul Johnson, *History of the jews*. Deve-se acrescentar que a assimilação dos judeus na Inglaterra ia a ponto de produzirem, na pessoa de Disraeli, um dos grandes *premiers* conservadores e imperialistas do século XIX. Enquanto na Alemanha, no princípio deste século, é difícil abstrair a contribuição dos judeus na construção do esplêndido edifício da *Kultur* germânica, especialmente no terreno da ciência.

O moderno anti-semitismo nasce na França, no final do século

passado, com uma crise econômica em que se procuram bodes expiatórios, com a campanha do nacionalista fanático Edouard Drumont e o famoso *affaire Dreyfus*. A polarização provocada pelo escândalo da condenação injusta do oficial judeu atira o anti-semitismo violentamente à extrema-direita. Dreyfus demorou mais de dez anos antes de ser “perdoado” e escapar da prisão na Ilha do Diabo, na Guiana. Salienda Hannah Arendt, entretanto, que o caso nunca foi definitivamente resolvido e representa um dos mais aberrantes erros judiciários na história da França.

O mesmo ocorre, 30 anos depois, quando sobe ao poder o líder socialista judeu Leon Blum, com o *Front Populaire*. Este acontecimento político é realçado e agravado pelo triunfo de Hitler na Alemanha. Anti-semitismo, nacionalismo antialemão e socialismo esquerdista se opõem e se misturam de maneira inextricável. No entanto, ao arrebentar o conflito de 1939-45, as posições aparecem claríssimas: os judeus estão do lado dos aliados, os anti-semitas do lado do Eixo.

Após 45, as coisas novamente se complicam e a iniciativa da confusão é tomada por Stalin. O anti-semitismo colore o despotismo do ditador paranóico que elimina os velhos bolcheviques, em grande parte judeus, lança uma campanha de “anticosmopolitismo” e termina acusando médicos judeus de haverem assassinado seu amigo Zdanov e de o terem tentado envenenar. A nova postura “anti-sionista” da URSS preside, desde então, a atitude oficial de todos os PCs ortodoxos. Na Tchecoslováquia, em 1952, o processo de Slansky atinge vários dirigentes comunistas judeus, acusados de traição, espionagem pró-Israel e agenciamento da CIA. A presença de judeus nos *politbureaux* cessa, praticamente, em todo o mundo. Na Polônia, o acerbo ministro do Interior, Moczar, procede a um verdadeiro expurgo dos poucos judeus que ainda sobreviviam no POUN, o PC local.

Um dos episódios mais lamentáveis do anti-semitismo recente ocorreu justamente na Polônia, onde o governo permitiu a construção de um convento de carmelitas no campo de Auschwitz, provocando escandalosa polêmica e arruaças com israelenses ortodoxos que visitavam o local. A disputa obscena é, a meu ver, um dos mais cabulosos exemplos da estupidez humana. Fui pessoalmente testemunha da aberração, pois, como embaixador em Israel, visitei o Yad-Vashem, o memorial comemorativo do Holocausto, onde jamais ouvi qualquer referência ao fato de que muitos milhões de não-judeus foram também eliminados pelos nazistas; e, como embaixador na Polónia, visitei Auschwitz, onde os guias oficiais jamais me fizeram qualquer menção ao fato de que alguns milhões de judeus, e não simplesmente poloneses, ali foram trucidados.

O comportamento oficial do comunismo soviético em relação a Israel é interessante em sua evolução. Ele revela, mais do que qualquer outro episódio, como passou a ideologia de esquerda a constituir, entre 1945 e 1989, um simples instrumento dos interesses diplomáticos imperialistas da União Soviética. Inicialmente, até 1948, Moscou prestou apoio aos

sionistas, no intuito de combater a influência britânica no Oriente Médio. Posteriormente, tornou-se conveniente a aliança com a causa palestina, como elemento da política geral de penetração no Terceiro-Mundo. Procurou-se distinguir anti-semitismo de anti-sionismo — numa distinção estapafúrdia que só iludia os tolos. O que os fatos demonstraram é que o Estado totalitário, quer de “direita” quer de “esquerda”, não pode tolerar o fator perturbador de sua estrutura monolítica tribal que representa a presença do judeu cosmopolita. A Rússia é hoje a maior fonte da emigração para Israel. Grande número de dissidentes eram judeus e a perseguição atingiu milhares que procuravam vistos de saída. No Leviatã soviético, o judeu constituiu um corpo estranho, inassimilável, permanentemente suspeito por suas ligações internacionais e pelo seu próprio nacionalismo sionista.

Na verdade, o internacionalismo que caracterizou o movimento socialista em seus primórdios e que ainda sobrevive no âmbito da (Segunda) Internacional Socialista é agora uma lembrança nostálgica irrelevante. E é desse modo que, sob a capa de um combate contra Israel e a favor dos supostos direitos dos palestinos, passou o anti-semitismo a constituir uma bandeira da Esquerda em todo o mundo, numa aliança espúria com o velho conservadorismo de direita antiburguês e anticapitalista. Parece-me indiscutível que, mesmo num país tão desprovido de preconceitos raciais quanto o Brasil, onde manifestações anti-semíticas praticamente nunca se registraram com algum ardor, o escabroso voto brasileiro favorável à Resolução anti-sionista na ONU escondeu motivações não apenas de “pragmatismo responsável”, mas francamente ideológicas. Não acredito na explicação de que ocorreu apenas um quiproquó de instruções contraditórias, num fim de semana, envolvendo o Planalto, o Itamaraty e a missão brasileira junto à ONU. O mais provável é que se conjugou, de maneira típica, o anti-semitismo latente de um velho militar conservador, de origem alemã, com o preconceito antiisraelense onusiano de um notório esquerdizante, terceiro-mundista e sem-vergonha então dono da chancelaria brasileira, o Embaixador Azeredo da Silveira. Fora disso, não se deve levar muito a sério o pipocar, aqui e acolá, de manifestações tais como a reedição dos famosos “Protocolos dos Sábios de Sião”: sempre haverá fanáticos defensores da Concepção Conspiratorial do Mundo para acreditar em tolices dessa natureza...

Nesse contexto, desejo citar um jornalista e historiador francês, F. Furet, que, no *Nouvel Observateur* de abril de 1978, escreveu estas palavras: “Israel vencedor toma, na nova configuração, o lugar que ocupava outrora o plutocrata judeu no imaginário da direita e da esquerda do século XIX”. A campanha antiisraelense que se alastrou como fogo no cerrado, após a guerra de 1967, os episódios da guerra civil no Líbano e a rebelião palestina nos “territórios ocupados”, apenas utilizaram e exacerbaram uma tendência que estava em germe desde o aparecimento da dicotomia esquerda x direita, no âmbito da ideologia

nacionalista-socialista. E é, nessa perspectiva, que julgo as idéias de Hannah Arendt sobre o anti-semitismo, na obra anteriormente citada, algo ambíguas e confusas. A autora, evidentemente, escreveu sob o impacto emocional da descoberta, ao final da II Guerra Mundial, da extensão horrorosa do Holocausto. Arendt julga simplistas explicações como a que ofereci, de ser o anti-semitismo um corolário do nacionalismo xenófobo, mas não deixa de associar o anti-semitismo e o Estado-nação (opus cit., vol. I, cap. I, II). Sua opinião, tanto quanto posso perceber, é que o uso do terror faz parte integrante dos regimes inspirados pela ideologia moderna: "A fim de estabelecer um regime totalitário, o terror deve ser apresentado como um instrumento para a realização de uma ideologia específica; e essa ideologia deve haver conquistado a adesão de muita gente, e mesmo da maioria, antes que o terror possa ser estabilizado". O anti-semitismo seria, nessa perspectiva, um fenômeno puramente irracional, um "ultraje ao bom senso" e sintoma psicopatológico digno de análise através de métodos psiquiátricos.

Essa opinião de Arendt confirmaria, no entanto, minha própria convicção que a origem do anti-semitismo deve ser procurada no elemento psico-religioso inerente a qualquer ideologia: no maniqueísmo. O complexo ideológico configura, necessariamente, a presença de uma dicotomia entre o Bem e o Mal. O Mal deve ser *projetado* (no sentido psicanalítico do termo *projeção*) sobre algo ou alguém que passa a desempenhar o papel conveniente de *cabide de sombra* ou *bode expiatório*. Arendt menciona, no contexto deste debate, a distinção que faz Platão, no *Phaedrus* e no *Theaetetus*, entre os argumentos dos filósofos que procuram a Verdade e os argumentos dos sofistas, que estão apenas interessados em opiniões (*doxai*). Os *philosophoi* cultuam a sabedoria, os *philodoxoi* apenas o argumento. A posição insegura da Verdade, que Platão constata, resulta do fato de que, "das opiniões vem apenas a persuasão e não a verdade". As idéias de Arendt a respeito da ideologia, desenvolvidas no corpo dessa sua obra fundamental, são assim relevantes, não obstante sua natureza obscura, para o esclarecimento de pontos que modestamente levanto neste meu ensaio.

É interessante notar, em conclusão deste capítulo, que os judeus americanos, notoriamente influentes no pensamento, na mídia, na cultura e na fortuna do país, tiveram tendência para a esquerda (e para o Partido Democrático) desde o tempo de Roosevelt até cerca de uma década atrás. Hoje, os mais prestigiosos intelectuais judeus, os Kristol, os Podhoretz, os Israel Kirzner, as Gertrud Himmelfarb, os Milton Friedman, são de preferência neoconservadores ou neoliberais de "direita". O que me levaria a considerar que, longe de existir um "eterno anti-semitismo", a problemática tenderia a se diluir num mundo apolítico, ecumênico e pluralista, tal como imagino poderá ocorrer no próximo século.

4.

SOBRE O SOCIALISMO COMO UTOPIA

O termo *socialismo* adquiriu conteúdo místico na sociedade moderna. Como se trata de um fenômeno de secularização radical do ideal de igualdade e de fraternidade cristã, há realmente algum arquétipo de nosso inconsciente coletivo que é constelado quando se pronuncia o termo solene: *social*. O socialismo reflete, ideologicamente, o segundo dos três impulsos revolucionários — de Liberdade, Igualdade e Fraternidade — não sendo à toa que a primeira clara manifestação do socialismo moderno ocorreu ao final da Revolução Francesa. Foi em 1796/97, como já mencionamos, que a “Conspiração dos Iguais” foi descoberta e eliminada pelo Diretório.

Se alguma resistência ainda é oposta às tendências para a socialização, por parte sobretudo de empresários não dependentes de concorrências públicas, uma minoria — grande é o contraste com o preconceito negativo que contamina a palavra capitalismo. No lugar deste termo se prefere usar eufemismos como “livre iniciativa”, “livre empresa”, “economia de mercado”, “setor privado da economia”, “neoliberalismo”, etc. Fala-se ainda hoje em “capitalismo selvagem”, mas quem ousa referir-se ao “socialismo selvagem” que carregou com 50 ou 100 milhões de vítimas na Rússia, na China e nas sequelas do leninismo e do maoísmo? Procura-se contornar o malefício que, aparentemente, adere à palavra. Isso prova o sucesso quase universal da propaganda socialista, pelo menos no terreno das preocupações intelectuais — sucesso que sobreviveu ao cataclismo de 1989/91.

Mas, que é o socialismo, selvagem ou civilizado? No conceito se combinam duas idéias de teor claramente diverso. A primeira implica o ideal de justiça, de igualdade econômica, de equidade e equilíbrio na

distribuição dos bens deste mundo; de proteção aos pobres, às crianças abandonadas, aos velhos e desvalidos; de previdência social para os trabalhadores doentes, aposentados ou desempregados — tudo que vem a ser, de um modo geral, uma aplicação mundana de ideais muito antigos e profundamente cristãos. O socialismo reflete, nesse sentido, a famosa “opção preferencial pelos pobres” da Igreja Católica*.

O socialismo aparece na segunda, terceira e quarta décadas do século XIX, numa lenta transição a partir do liberalismo. É obra de Fourier, Saint-Simon, Proudhon, Owen e Marx. Um historiador e economista suíço, genebrino, Jean de Sismondi (+1842), entusiasta da liberdade e amigo de Mme. de Stael, prepara a transição. É ele que, em seu *Études sur l'Économie Politique* inventa os termos *proletariado* e *mais-valia* (*mieux-value*) e postula a oposição inexorável entre ricos e pobres. Os ricos sempre dirão aos pobres: “Nossa vida é sua morte”; e estes responderão: “Sua morte será nossa vida”. Está aí explicitada a noção de que a riqueza dos ricos se deve ao empobrecimento dos pobres — noção que constitui o cerne da ideologia marxista e da pseudoteologia da Libertação.

É o conteúdo ético do termo que explica seu imenso poder de atração. Ninguém se dá conta que a alegada “justiça social” não é competência da burocracia estatal; e que, como tenho insistido em meus livros, o *socialismo é o altruísmo imposto pela polícia*. Nessa primeira acepção, de sentido moral e reflexos na Justiça, é portanto difícil combater o socialismo, a não ser demonstrando que não funciona. A ajuda aos pobres, a escola para seus filhos, o hospital gratuito para suas doenças, a garantia para a aposentadoria na velhice, o salário mínimo contra a ganância do grande empresário, o controle dos abusos econômicos de industriais monopolistas, o socorro coletivo no caso de calamidade natural — quem, em sã consciência, poderia repudiar tais valores? Como cristãos ou judeus, ou mesmo “livres pensadores”, nos sentiremos, automaticamente, arregimentados na “opção preferencial pelos pobres” e pelos humildes. Insisto: não se trata de uma tese socioeconômica. É um problema de ética, um impulso de coração legitimamente oriundo da atenção à mensagem de amor evangélica. É provavelmente por esse motivo que clérigos agitados, ignorando as complexidades do desenvolvimento econômico, falam com grande afoiteza em socialismo, como se ele se confundisse com a doutrina da Igreja.

(*) Vide meu *Opção preferencial pela riqueza*, onde analiso com maior cuidado esse aspecto da “questão social” e do relacionamento entre religião e economia. O Padre Robert Sirico, presidente do *Acton Institute for the Study of Religion and Society*, em Grand Rapids, Michigan, EUA, revela que um inquérito em seminários americanos registou ainda o predomínio dessa “teologia”: 37 por cento dos futuros padres continuam esperando que os EUA se encaminhem para o socialismo; 39 por cento favorecem uma limitação das rendas e 50 por cento defendem a redistribuição da fortuna.

Ora, o problema moral de assistência aos desfavorecidos pela sorte, um imperativo que Cristo definiu no Apólogo talvez mais relevante dos Evangelhos, o do "Bom Samaritano", nada tem a ver com um sistema sociopolítico. O socialismo deve ser interpretado em termos meramente materiais, como uma teoria de pura economia política. O socialismo de Marx se quer mesmo "científico", ele independe de qualquer critério de valor. A definição exata de socialismo, no sentido marxista, é a apropriação pelo Estado centralizador da economia do país, com o controle de seus serviços, mecanismos monetários, indústrias e, num passo mais avançado, a coletivização da agricultura. Do ponto de vista de economia política, consiste o sistema socialista, essencialmente, na *estatização ou nacionalização dos meios de produção, com a abolição da propriedade privada de tais meios*.

Há vários passos para alcançar o socialismo nesse contexto econômico. O primeiro é o planejamento geral da economia, a partir de uma autoridade estatal mais ou menos centralizada — noção que foi quase que universalmente aceita como legítima e racional, ainda que crescentemente criticada como conducente à tirania e à estagnação. Aliás, pode-se argumentar que o primeiro exemplo histórico de um planejamento geral da economia não ocorreu na Rússia soviética, com seus Planos Quinquenais, mas nos Estados Unidos durante a Grande Depressão, quando Franklin Roosevelt inaugurou o N. R. A., ou seja, o *New Deal*, em 1933. Seria até lícito apontar para a intervenção maciça do Estado na economia, durante a I Guerra Mundial, como exemplos inaugurais de regime socialista. No caso da Alemanha, exerceu-se uma virtual ditadura do General Ludendorff, chefe do estado-maior, sobre toda a produção industrial.

Ora, na economia de mercado reina, apenas, a lei da oferta e da procura. E a experiência histórica tem demonstrado que, sob esse aspecto, os resultados do socialismo são desastrosos. Fora do mercado, mais dias, menos dias, a economia perde o incentivo espontâneo do lucro na livre empresa, acaba estagnando e mergulhando no marasmo burocrático. É esse o grande problema que comprometeu o socialismo e o levou ao colapso na década dos 80. Vide, sobre o tema, a obra de Mises, Hayek e outros liberais, publicada em português pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

A distinção que acabamos de fazer é simples. É mesmo primária. Infelizmente, a confusão semântica provocada pela exacerbação das ideologias populistas no meio da multidão e pelo "ópio dos intelectuais", nas elites pensantes, conduzem a um abuso dos termos de sentidos diferentes, provocando as mais desencontradas discussões e explorações. O Cardeal Arns saiu-se, certa vez, com esta pérola confusional quando declarou que era socialista porque desejava que todos os camponeses fossem donos de suas terras. Quando alguns prelados ilustres

exaltam o socialismo, é evidente portanto que se estão referindo ao primeiro significado do termo, pois não é competência eclesiástica opinar sobre técnicas de produção. Quando Sua Santidade o Papa e outros prelados não menos ilustres condenam o socialismo, é igualmente óbvio que sua preocupação se dirige para o excessivo crescimento de um Estado interventor e opressor que o sistema de centralização socialista sempre determina. A discussão giraria então em torno do problema de saber se a consecução do primeiro e benemérito propósito do socialismo — a justiça, ou seja, a elevação de todos os membros da coletividade a um nível de suficiente bem-estar, com a satisfação das necessidades básicas do homem — só se poderia realizar através de forte e opressora intervenção estatal. Os exemplos europeus, os da Ásia Oriental e os de alguns países latino-americanos satisfazem-nos na convicção de que, ao contrário, o crescimento leviatânico do Estado policial positivamente não é imprescindível ao sucesso do projeto salutar de melhor equilibrar as rendas e promover o amparo dos trabalhadores e dos necessitados. Edouard Balladur, o primeiro-ministro do novo governo “de direita” francês, assevera com razão que: “é a utilização demagógica da palavra justiça que constrói as sociedades injustas, tais como as que vemos em nosso país”. O capitalismo democrático dos países anglo-saxônicos e europeus ocidentais prova que, sem prejuízo da liberdade, um grau suficiente de equidade e uma melhor interpretação do termo justiça podem ser alcançados. O capitalismo gera riquezas de tal porte que sua distribuição pode ser nele mais facilmente alcançada do que num regime de “organização da escassez”, tal como o vigorante nos países que fizeram opção pelo socialismo. Que o equilíbrio e o bem-estar econômico possam ser conquistados em regimes francamente capitalistas é fato empiricamente demonstrado pelo exemplo do Japão e da Suíça, do Canadá, da Austrália, dos Países Baixos, da Escandinávia e de outras nações ocidentais. Nelas intervém o Estado, sem dúvida. Na Suíça subsidia a agricultura e utiliza instrumentos financeiros, como o imposto de renda, para atingir seus propósitos. Há milionários. Não há, porém, ostentação de luxo. Não há pobreza. Não existem favelas. A previdência social funciona perfeitamente através de instituições particulares. Já em países de democracia social, como eram os escandinavos, é mais pesada a taxação na renda da pessoa física e mais extenso o previdencialismo estatal, mas não necessariamente mais absorvente o mecanismo burocrático.

Consequentemente, o esclarecimento das confusões geradas pela nefasta ação da dialética de esquerda muito contribuiria para desanuviar o ambiente e, incidentalmente, para conceder um pouquinho de bom senso, inteligência e clareza cartesiana aos debates que continuam a se travar, em nosso país, sobre o modelo econômico a ser seguido. Eliminar-se-ia, pelo menos em parte, e segundo os sábios conselhos de Francis Bacon, o culto dos falsos ídolos e o tremendo amontoado de tolices,

contradições, preconceitos, superstições, *slogans* e outras formas defeituosas de pensamento ideológico que são diariamente circulados pela imprensa, nos discursos dos políticos, nos sermões de clérigos e nas declarações de autoridades mal informadas.

A estrutura ideal de distribuição de renda, sem prejuízo do estímulo ao crescimento da economia, pode ser assim alcançada através de uma prosperidade geral e de uma legislação tributária, um sistema educacional e uma organização previdenciária (inclusive particular) que não se confundem, em absoluto, com a idéia propriamente socialista de regulamentação e estatização dos meios de produção. Nos Estados Unidos, os operários conquistaram o mais alto nível de bem-estar através de reivindicações sindicais que independem de qualquer organização com propósitos políticos. Os sindicatos colocam-se hoje, frequentemente, entre as forças mais conservadoras da sociedade americana. É esta a realidade que os ideólogos se recusam obstinadamente a considerar. *A igualdade econômica*, em suma — se é esse o grande princípio da democracia social — *foi encontrada mais facilmente do lado de cá, do que do lado de lá da antiga Cortina de Ferro*. Funcionou, do lado de cá, a mão invisível de Adam Smith...

No que diz respeito à social-democracia escandinava, é preciso não esquecer o reverso da medalha. O socialismo democrático humanitarista, englobante e restritivo pode gerar excessos. Comparado ao Brasil, o poder do Estado na economia da Suécia ou da Noruega e seu controle direto da indústria são bem menores: poucas empresas são nacionalizadas e os meios de produção ainda se encontram ao dispor da iniciativa privada. Assim mesmo o fracasso do socialismo sueco é notório. Ele foi eleitoralmente destruído. Essa nação é hoje governada por um partido de tendências liberal-conservadoras que está desmontando a desastrosa máquina organizada por Olof Palme e seus seguidores. Na Dinamarca, a subvenção ao operário desempregado (e a taxa de desemprego está bastante alta, em função da recessão) é de tal monta que milhares desses cidadãos comodistas, ao invés de se esforçarem no sentido de procurar trabalho, preferem abandonar-se indefinidamente à *dolce vita* nas ilhas gregas ou nas praias espanholas, onde melhor é o clima e mais barata a existência. O Estado, em suma, subvenciona o ócio. Os imigrantes provenientes do Segundo e Terceiro Mundos preenchem as vagas em empregos considerados subalternos pelos cidadãos nativos. Na Noruega, vitimada como a Suécia pelo problema da droga, os jovens viciados fazem jus não somente à subvenção compensatória do desemprego, mas a um auxílio para compra de entorpecentes de que não se podem privar (o objetivo humanitarista é evitar o crime). Por outro lado, o Imposto de Renda é draconiano. Em alguns casos, excede (ou excedia) 100%, tornando-se uma taxa espoliativa sobre o próprio patrimônio. O efeito revela-se desestimulante para a economia e não incentiva o esforço

empresarial — sobretudo não favorece o jovem ambicioso que inicia carreira. A Noruega possui o mais alto índice de expectativa de vida, bem acima dos 70 anos. Mas a taxa de suicídio também é elevada. A solidão, a alienação, a falta de comunicação humana são os grandes males de uma existência cinzenta que parece proporcionar absoluta liberdade e segurança externa, porém carece do agulhão vital para a luta, o risco e a concorrência. Sobretudo a solidão dos velhos, abandonados pelos filhos e vegetando à espera da morte em tristes instituições geriátricas, oferece um espetáculo constrangedor, dando razão a um Schopenhauer que postula, pessimistamente, sempre o homem se debater entre o sofrimento e o tédio — no caso, o sofrimento dos países subdesenvolvidos como o nosso e o tédio dos excessivamente organizados como os da Escandinávia. Incidentalmente, o número de desempregados nos EUA e na Europa da CEE é sensivelmente igual ao de imigrantes provenientes de países do Terceiro Mundo. São mexicanos, cubanos, outros “hispânicos”, dez milhões de clandestinos, na América do Norte; e são árabes, africanos e asiáticos na Europa.

A Europa Ocidental e também os Estados Unidos já alcançaram um ponto em que parecem conscientes do fato, apontado por Hayek, de que o previdencialismo socialista e o excesso de igualitarismo começam a ameaçar a própria saúde da economia e as perspectivas de maior desenvolvimento. Não teriam outra explicação os triunfos recentes de regimes mais conservadores em muitos países como a Inglaterra, a Alemanha, a Suécia, a França, em que, durante anos, dominaram os trabalhistas. Esses povos se convenceram que a chamada *estagnação* seria em parte, senão inteiramente, resultado de dispêndio exagerado com o *Welfare*, criando uma burocracia imensa, pachorrenta, corrupta e restritiva, cerceando a livre iniciativa e amortecendo o ímpeto de progresso. O mundo mais avançado, em suma, se cansou de socialismo. Anseia por mais liberdade, mais incentivo de lucro, mais estímulo para e pela economia de mercado!

Acentuariamos que, na aplicação do princípio da Declaração Universal dos Direitos do Homem a respeito do direito ao “descanso e lazer”, depara-se o mundo ocidental em suas nações mais avançadas, com um dos problemas cruciais desta época. É uma questão que está confusamente mesclada com as levantadas pela nova consciência ecológica, pelo avanço da tecnologia num sentido da robotização progressiva da indústria e, de um modo geral, pela procura do que se chama a “qualidade de vida”. O socialismo está sendo ultrapassado por preocupações bem mais complexas, oriundas das condições geradas na *era pós-industrial*.

Em alguns países surgem problemas particulares que explicam reações diferentes das que ocorrem em outros. Na Grã-Bretanha, por exemplo, sempre pensei que o ócio “trabalhista” refletia algo como o cansaço de um povo enérgico, prepotente e orgulhoso que dominou o

mundo durante 100 anos, que lutou sozinho contra a onda triunfante do totalitarismo em 1940-41 e que se sente, agora, desejoso de gozar um pouco da vida, repudiando os austeros ditames éticos da velha moral puritana em que foi formado. Os fatores psicológicos da decadência inglesa parecem-me mais relevantes do que os econômicos. Mas espere-mos que se tenham conservado suficientes energias vitais no admirável temperamento inglês para permitir a superação da fase melancólica que atravessou o país. O governo da Senhora Thatcher, a "Dama de Ferro", foi o símbolo do renascimento britânico. E a ira que ela provocou, bem característica da resistência irracional de uma mentalidade contraditória, complexada por um cristianismo em declínio.

Na América do Sul, tivemos o exemplo clássico do Uruguai. Nosso vizinho meridional constituiu, outrora, uma das economias mais prósperas do continente e representou um verdadeiro modelo democrático. No princípio do século, havia o Uruguai atingido uma renda per capita semelhante à das nações mais adiantadas da Europa. Mas como na Inglaterra trabalhista, o ideal socialista e previdencialista de José Batlle y Ordoñez pecou pelo exagero utópico, tendo um efeito calamitoso a longo prazo sobre a economia ao coincidir com a crise nos preços da carne e do trigo. O país se transformou num paraíso de aposentados. Os uruguaios tornaram-se ociosos e boas-vidas, com uma tremenda e ineficiente burocracia para administrar o *welfare*. Isso terminou no descalabro político, no aparecimento do terrorismo dos Tupamaros e na ditadura militar, com a recaída da nação ao marasmo de país subdesenvolvido. O que ocorreu na Argentina peronista não é muito diverso, como examinaremos mais adiante: o país atrasou-se em virtude da imperícia política dos militares e das aberrações do justicialismo, uma receita de estagnação. A Argentina, que nos anos 20 gozava da quinta ou sexta economia do planeta, recaiu no Terceiro Mundo.

Considero, por conseguinte, malsão e irrealista tentar definir a economia brasileira, com intuítos de polêmica, quer como capitalista, quer como socialista. O que parece evidente é que ela não representa, exatamente, nem uma coisa, nem outra, melhor correspondendo àquele gosto de indefinição ou à psicologia do "mais ou menos", que tanto espanta os estrangeiros. Já tive oportunidade de uma espécie de "análise coletiva" de nosso povo, procurando caracterizá-lo, não como *lógico* mas como *erótico* — definição que serviria para nos identificar coletivamente*. Estamos, há décadas, tateando na procura de um modelo. As falhas mais aberrantes em nossa estrutura econômica e social parecem resultar do patrimonialismo conservador e do feudalismo patriarcal ainda não su-

(*) Em meu livro *Em berço esplêndido*, INL, José Olímpio, 1974.

perado nas áreas do Norte, Nordeste e Centro. O regime econômico brasileiro é, simplesmente, híbrido. Parece, aliás, corresponder, sob certos aspectos, ao mercantilismo dominante na Europa no período imediatamente anterior à Revolução Industrial.

É sempre fácil a uns acusar o capitalismo pelos contrastes extremos de fortuna e miséria; a outros denunciar o socialismo pela excessiva estatização que gerou um imenso dinossauro burocrático; e a terceiros, enfim, reclamar uma distribuição mais equitativa e mais produtiva da propriedade agrária através do que, abstratamente, se protege sob o adjetivo impreciso de *social*. É também claro que o nacionalismo e o patrimonialismo fecham o país à concorrência estimulante, gerando "reservas de mercado" e corporativismos que detêm o desenvolvimento. Pouco tem sido realizado até agora, nas áreas rurais, para corrigir as falhas na educação e saúde, das quais resultam bolsões incorrigíveis de miséria. E para estimular o planejamento familiar, fornecendo informação às faixas ignorantes da população e revogando a legislação natalista. Estou certo de que, se a nossa atitude diante do problema do desenvolvimento fosse mais pragmática e menos ideológica, alcançaríamos maior sucesso em encontrar o modelo adequado. Vinte bilhões de dólares para "resolver os problemas sociais", como reclamam intelectuais tais como o Professor Hélio Jaguaribe, é uma quantia insignificante, quando posta em confronto com as centenas de bilhões que foram gastos neste últimos 20 anos em desperdícios, fraudes e atos diretos de corrupção.

O Brasil tem sido quase que universalmente elogiado ou criticado na base de preconceitos. Foi apreciado como a vitrina do capitalismo em país em desenvolvimento (e, nos anos 70, falou-se mesmo no "milagre" brasileiro!) ou como o horroroso exemplo do "capitalismo de estado" ou do "capitalismo selvagem", opressivo e injusto. A crise financeira que principiou a se declarar em 1978/79 comprometeu o "milagre". Ela revelou os perigos de um planejamento mal concebido, afetado pelo desperdício e a prodigalidade. A quem se deve atribuir o sucesso do modelo no período do *boom* industrial, da década de 70, e a quem a responsabilidade pela crise calamitosa no início da década de 80? Qual a percentagem do elogio ou da censura que cabe, respectivamente, ao setor privado da indústria, principalmente paulista; ao setor público das grandes autarquias, que desviam centenas de milhões de dólares para os fundos de pensão de seus próprios funcionários; e ao feudalismo latifundiário, egoísta e retrógrado, que continua controlando a vida do Nordeste? Uma coisa é certa: o socialismo, naquele primeiro sentido de redistribuição do 'bolo' econômico, ainda não vingou entre nós. Mas o socialismo, no sentido de estatização ou nacionalização dos meios de produção, já alcançou tamanhas e tão grotescas proporções que um dos grandes órgãos de nossa imprensa já classificou o país como uma República Socialista Soviética... Quem governa hoje o Brasil, o empresá-

rio capitalista, o tecnocrata socializante ou o velho coronel patrimonialista do sertão? Será difícil responder.

Não desejo de modo algum intervir no debate confuso sobre se o crescimento patológico do Estado e de sua máquina burocrática constituiu uma necessidade histórica, para se alcançar o pleno desenvolvimento com justiça social: tal debate é da competência dos economistas-políticos os quais, como se sabe, se caracterizam pela sua linguagem geralmente hermética e pelas divergências insuperáveis de suas receitas. Bastaria salientar que o poder interventor e planejador do Estado revelou, a partir da presidência Kubitschek, certas vantagens: foi ele que promoveu o desenvolvimento acelerado no primeiro estágio de *take-off* e proporcionou a infra-estrutura inicial, imprescindível, de transporte, comunicações, energia e indústria de base (principalmente aço e petroquímica). Mas, sob a presidência do General Geisel, esse planejamento se revelou megalomaniaco e trouxe muitas desvantagens, inclusive de abusos inqualificáveis, eis o que também ficou patenteado na crise financeira e econômica que há dez anos estamos atravessando. Vale repetir, porque contém uma verdade difícil de ser contestada, a frase famosa de Montesquieu: "*c'est une expérience éternelle que tout homme qui a du pouvoir est porté à en abuser*". Frase repetida por Lord Acton: "o poder corrompe, e o poder absoluto corrompe absolutamente". O socialismo, qualquer que seja a sua expressão política, consiste na conjugação do poder econômico com o poder político, um poder imenso enfeixado nas mesmas mãos. *Uma tal conjugação invariavelmente corrompe!*

O argumento é muito mais poderoso se o levarmos para o lado do estudo comparativo do nível salarial, privilégios, conforto e mordomias das classes governantes em países onde o poder econômico e o poder político se concentram e centralizam no mesmo estamento burocrático. Foi um ex-comunista iugoslavo, o Senhor Milovan Djilas, que cunhou a expressão *Nova Classe* — tão admiravelmente expressiva das condições imperantes do lado de lá da antiga Cortina de Ferro. Na Suíça, que volto a citar porque, sendo despidoradamente capitalista, é também uma nação entranhadamente democrática, só o presidente da República, isto é, o conselheiro federal temporariamente designado para presidi-lo, tem direito ao uso de um automóvel oficial: a idéia da chapa branca foge à mentalidade helvética porque indica um privilégio antidemocrático. É um pequeno símbolo. A austeridade e a avareza caracterizam ali o exercício da função pública. Façam um confronto entre essa atitude e o episódio daqueles funcionários, os *aparatchiks* dos partidos comunistas da antiga área soviética, que desviavam centenas de milhares de dólares de material do Estado para fazerem melhoras em suas *dachas* de verão, a compra de casas à beira do Mediterrâneo, o custeio de suas amantes e outras mordomias no gênero. Ou façam o mesmo confronto com o que ocorreu nos últimos tempos da presidência Sarney quando esse, talvez o mais

cínico de todos os políticos que hajam governado o país, se trasladou com algumas dúzias de amigos à Europa, em viagem de recreio por via aérea e ao custo de um milhão de dólares, isso exatamente no momento em que o déficit público, fugindo a qualquer controle racional, lançava a nação na ameaça da hiperinflação.

Antonio Paim e Ricardo Vélez Rodríguez, dois dos mais destacados pensadores liberais brasileiros, têm salientado que nosso patrimonialismo é germe do social-estatismo, legitimado pela ideologia socialista, de tal forma que o “esquerdismo” que inspira a intelectualária tupiniquim é basicamente responsável pela estrutura conservadora que mantém a recessão e o atraso do país. A intelectualária é, de fato, composta de mandarins — intelectuais e burocratas ao mesmo tempo: a classe dominante é naturalmente conservadora...

Em seus artigos, livros e conferências, Ricardo Vélez tem analisado exaustivamente as origens históricas do patrimonialismo no contexto luso-brasileiro, que é marcado pelos grandes momentos da dinastia de Aviz, do despotismo esclarecido de Pombal, do positivismo da República e do marxismo que se instalou no período da Guerra Fria.

Infelizmente, o diagnóstico que os liberais apresentam — de nunca haverem sido o liberalismo e sua expressão capitalista, numa economia de mercado competitiva, sistemas realmente vigentes em nossa terra; e que, conseqüentemente, se são escandalosos os índices sociais e econômicos, revoltante a miséria de um terço da população e excessivos os desequilíbrios de renda, horizontais e verticais, a culpa certamente não cabe a um sistema que nunca foi aplicado — esse diagnóstico, dizíamos, é permanentemente posto de lado pelos que controlam, e os meios de comunicação de massa e os círculos dominantes do governo.

Presa à sua dogmática autística, a intelectualária de “esquerda” continua a martelar os eternos *leit-motiven* socializantes, já desmoralizados, inclusive nos países onde por décadas deitou raízes (a Rússia e a China). Tais deduções permanecem teimosamente implícitas no arrazoado dos verdadeiros conservadores — que são, precisamente, os social-estatazantes da classe dominante da nacionalidade. Li a obra recente de um professor e ensaísta mexicano, Jorge Castañeda. Seu livro *Utopia Unarmed* (Knopf, NY, 1993), publicado com o apoio de instituições e universidades americanas, trata da “esquerda latino-americana depois da Guerra Fria” e pretende relatar imparcialmente suas divisões, incoerências, contradições e incompetência. Após terminar o livro, chega-se à triste conclusão que Castañeda mantém a mesma postura preconcebida segundo a qual a social-democracia é o remédio adequado para a enfermidade que nos atinge. Na página 421 ele declara, expressamente, que “a atração do modelo neoliberal residia em sua novidade”. Mas “o novo

experimento" não conseguiu apresentar soluções válidas, uma maior "confiança (*reliance*) no mercado provocando efeitos perversos".

Ora, seria extremamente árduo apontar para soluções neoliberais em nossa terra, com tempo suficiente de aplicação para produzir efeitos, positivos ou negativos. Quanto ao resto da América Latina sabemos, isso sim, que os países que melhor recorreram a tais receitas, o México, o Chile e a Argentina, já estão tendo, como resultado imediato, uma aceleração substancial do desenvolvimento e o aumento do PIB per capita. Não podem aqui, certamente, as tímidas iniciativas liberais da dupla Collor-Zélia, abafadas pelo monstruoso sequestro da poupança da classe média, nem tampouco as acanhadas privatizações e desregulamentações empreendidas pelo indeciso governo Itamar, ser tidas como sinais palpáveis de uma reversão nos sistemas socioeconômicos aplicados. Assistimos, ao contrário, no escândalo investigado pela CPI do orçamento em fins de 1993, aos "efeitos perversos" do patrimonialismo: a mais cínica apropriação de fundos públicos para benefícios privados da classe política dirigente. Os milhões de dólares surrupiados de projetos "sociais", "culturais" e "humanitários" nos orçamentos federais; os bilhões das fraudes da Previdência e outros tantos de desperdícios e ladroenhas de outros programas; e a apropriação indébita de centenas de milhões de dólares pelos fundos previdenciários dos funcionários das grandes estatais — tudo isso dá apenas uma pálida indicação da verdadeira causa do déficit público que alimenta pantagruelicamente a inflação. Os jornais têm apresentado dados de estarrecer sobre os custos do funcionalismo federal. Eles ultrapassariam os 27,75 bilhões no orçamento de 94. Acrescente-se o custo real dos 321 mil inativos (eu sou um deles...), o do funcionalismo estadual e municipal, indiretamente subsidiado pelas verbas da União, e teremos uma idéia do tremendo peso morto atado às pernas da economia brasileira. É, portanto, ao regime estatizante, patrimonialista e corporativista defendido com unhas e dentes por petistas, brizolistas, nacionalistas e caterva que devemos atribuir a responsabilidade pelas mazelas da nação.

5.

O MANIQUEÍSMO DA ESQUERDA X DIREITA

Durante a *blitz* em Londres, caiu uma das bombas nazistas diretamente sobre o edifício do Parlamento, às margens do Tâmesa, destruindo a Câmara do Comuns. Depois da guerra, tratou-se de reconstruí-la. Pensou-se em modificar seu arranjo de acordo com o modelo dos parlamentos continentais: em forma de hemicíclo. Churchill, porém, em sua imensa sabedoria, exigiu a reconstrução em obediência ao modelo tradicional — em que a bancada do governo se senta de um lado da sala, enfrentando, paralelamente, a bancada da “leal oposição de Sua Majestade”, do outro lado. Quando mudam os partidos no poder, trocam também as respectivas posições. O arranjo mantido por Churchill possui um profundo sentido simbólico do pragmatismo e do bom senso da constituição britânica.

Foi na Revolução Francesa que os conceitos modernos de “esquerda” e “direita” se originaram, na base da posição respectiva dos deputados mais radicais e dos moderados, *vis-à-vis* a colocação centrista da presidência da Assembléia. Conta-se que certos legisladores, mais afoitos e jacobinos de convicção, entraram na sala às pressas, sentando-se do lado esquerdo do hemicíclo por o encontrar vazio, ao passo que os girondinos, mais moderados e prudentes, chegando atrasados, escolheram o lado direito que ainda estava desocupado. Aparentemente, a iniciativa original dos representantes do povo teria sido meramente casual. Acredito, todavia, que se possa levar em conta motivações semiconscientes, *sinistras*, como a seguir procurarei demonstrar.

Na acepção moderna usual, o “esquerdista” seria o igualitarista revolucionário. Seria aquele que deseja a transformação da sociedade, por meios violentos se necessário, no sentido do progresso, do “movimen-

to da história” ou da independência nacional. O esquerdista desejaria a “subversão” da ordem constituída e a derrubada da autoridade com o intuito de substituí-la por uma nova ordem e uma nova autoridade, considerada mais “avançada” ou mais “justa” e igualitária.

Permanece, entretanto, o equívoco. Os movimentos fascistas da década dos 30 foram certamente revolucionários. Eles objetivavam a transformação da sociedade por meios violentos. Consideravam-se progressistas e na linha do movimento da história, pretendendo derrubar, como de fato derrubaram, as autoridades constituídas, conservadoras ou democráticas da Itália, Alemanha, Espanha e outros países europeus onde transitoriamente vingaram. O fascismo, no entanto, não é, geralmente, considerado esquerdista.

O que quer que signifique exatamente o termo, parece-me que mais apropriadamente lhe deveria ser aplicado o substantivo italiano *sinistra*. Longe portanto de aceitarmos a autodenominação de “progressista” (como o faz, por exemplo, a Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência) seria a esquerda, com maior justeza, classificada como “conservadora” — o que, aliás, já está ocorrendo na Rússia de Yeltsin, onde os comunistas, a “extrema-esquerda”, representam uma pequena minoria de saudosistas conservadores do coletivismo ou de seus próprios privilégios na *Nomenklatura*. Formam eles entre as “viúvas da Praça Vermelha”, tão barulhentas em nossos dias, quando deveriam permanecer mais recatadas, pelo menos por uma questão de bom gosto. Poderia a figura patética de Fidel Castro, desempenhando o típico papel do patriarca em seu outono, ser considerada progressista, quando propõe e impõe a todos os cubanos andarem de bicicleta? Pode a revisão constitucional, destinada a nos atualizar com as tendências mais modernas no mundo, ser criticada como “coisa da direita” (como quer o Deputado Luiz Salomão) uma vez que objetiva, precisamente, o progresso? Como costumava dizer Guerreiro Ramos, maioral do ISEB citado por Roberto Campos (ESP, 7/11/93): “No Brasil de hoje há poucos homens de esquerda, porém muitos *esquerdeiros*. Estes vivem de gesticulação revolucionária e de ficções verbais”...

Podemos, assim, iniciar a crítica ao binômio esquerda X direita com as observações do Professor Gladstone Chaves de Melo, feitas em uma conferência sob o título “Variações sobre as Esquerdas” (publicada na *Carta Mensal* nº 323, fev. de 1982, do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio). O Professor Chaves de Melo entra no argumento com um estudo sobre a etimologia do termo. Na área das línguas românicas, só no sudoeste ocorre o adjetivo *esquerdo* (no espanhol *izquierdo*; no provençal *esquer* ou *esquerra*). Nos textos primitivos de nossa própria língua, ocorria a palavra *sestro*, resultado final da evolução do acusativo do latim vulgar *sinistru*. Sob a forma *seestro* figura num dos mais antigos documentos, *O Cancioneiro* da Biblioteca Nacional de Lisboa, do século XIII. A palavra *sestro* ainda existe: tem o sentido de

esquerdo ou sinistro, e (no Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa) o significado “destino, sorte, predicação, manha, mania, vício, cacoete”. Como vemos, não possui uma conotação muito edificante... *Sinistro* de fato significa “o que é de mau presságio, funesto, de má índole, mau”. Como definição da “esquerda” política, não seria perfeito?

Em francês, conforme ainda nos explica Chaves de Melo, *gauche*, que aparece na linguagem escrita em 1471, prende-se a *guachir*, que procede do frâncico *wankjan* (o alemão *wanken*, vacilar), através do verbo arcaico *guenchir*, “fazer voltas”, influenciado analogicamente por *gauchier*, “esmagar, pisar” (no Inglês, *to walk*, “passear, andar”). Anteriormente a *gauche*, usou-se em francês *senestre*, que perdura até o século XVI e ainda hoje é mantido na linguagem heráldica. Essas origens etimológicas são relevantes como explicação semântica interessante de certas características, na maior parte das vezes inconscientes, do esquerdismo ideológico.

Posteriormente, os termos *esquerda* e *direita* adquiriram conotações filosóficas. Reservou-se grosso modo o primeiro para aqueles que se consideram progressistas, igualitários, liberais ou revolucionários; e o segundo para os que se proclamam conservadores ou moderados. Na prática, o esquema ideológico francês perdeu sentido no correr do desenvolvimento histórico, embora continue em sua brilhante trajetória ideológica, corrompendo como um vírus todo o pensamento político.

É o mesmo que aconteceu com o termo *conservador*: os conservadores ou *tories* eram de “direita” na Inglaterra dos séculos XVII a XIX porque procuravam preservar os privilégios da monarquia absoluta e de seu sustentáculo, a aristocracia latifundiária. Os *whigs* ou liberais eram de “esquerda” porque defendiam a extensão da franquia eleitoral e a hegemonia constitucional do Parlamento. Hoje, contudo, a política economicamente liberal, considerada de “direita”, é defendida pelos *tories*, ao passo que os antigos membros do Partido Liberal se aliaram aos social-democratas, pendendo mais para o lado do trabalhismo do que do capitalismo.

Dois exemplos podem ser oferecidos, um em política externa, outro na história brasileira, para ilustrar a falsidade inerente dos conceitos de E x D. Tomemos o caso dos marxistas. No Ocidente, onde sempre permaneceram na oposição, proclamavam seu fervor pela liberdade, a justiça social, a paz, o desarmamento, a anistia ampla e irrestrita, as eleições diretas, a liberdade de imprensa e o respeito aos direitos humanos. São todos esses admiráveis projetos ditos de esquerda. Na URSS e países satélites, porém, os comunistas construíram o Estado totalitário, montaram uma ordem policial, reforçaram os privilégios da burocracia, produziram um armamento intensivo, inclusive atômico, e de todos os modos caracterizaram o regime pela militarização da economia, os campos de concentração, a gerontocracia, a censura da imprensa e da literatura, a Cortina de Ferro e o Muro de Berlim. Poderia o General Jaruzelski ser colocado à esquerda de Walesa? Para o marxista-leninista

essas discrepâncias dependiam das “condições objetivas”. A situação objetiva era variável segundo uma análise empírica do momento, ditatorialmente estabelecida pelo Politbureau. A história objetiva demonstrou que o colapso do Império Soviético começou, precisamente, na Polônia.

Divirto-me agora com a perplexidade que, aos “esquerdistas” brasileiros, deve causar a referência constante aos velhos comunistas, que se opõem às reformas liberais, como “conservadores”... Quando no discurso simples e patético com que, no Natal de 1991, Gorbachov renunciou ao posto de presidente da URSS e encerrou 74 anos de regime soviético, ele fez uma referência às “forças reacionárias” que não o deixaram levar a cabo as reformas liberais propostas na estrutura social e econômica do país. O fracasso do líder moderadamente reformista, promotor da *glasnost* e da *perestroika*, provocou a desintegração da União Soviética e a subida ao poder de Boris Yeltsin.

O papel histórico de Gorbachov nos oferece algumas lições de validade universal e será, sem dúvida, celebrado por haver desencadeado o processo de mudança com um mínimo de violência. A “liberalização”, ao contrário da “revolução”, não é geralmente violenta. “Gorby” foi, aliás, mais pranteado no Ocidente do que na Rússia, onde todos os indícios eram, há muito, de que já cumprira sua missão e o melhor que tinha a fazer era escafeder-se pela porta dos fundos do Kremlin, carregando a bandeira vermelha debaixo do braço e, se possível, a múmia de Lenin. Os russos perceberam que ele era também um “reacionário”: ele tentava preservar o partido e o domínio da economia pela *Nomenklatura* burocrática.

O socialismo é irrecuperável e o antigo primeiro-secretário do PCUS pensava ainda em termos de social-democracia. Ora, Locke sabiamente sustentou seu argumento liberal no respeito à propriedade privada. Desde Burke, os Pais da Pátria americanos, Tocqueville e Weber, até Aron e Hannah Arendt, para só citar alguns entre os mais eminentes pensadores políticos, sabemos que toda “revolução” democrática conduz a um democratismo populista e à geração de uma nova aristocracia, isto é, de uma *Nomenklatura* burocrática, se não estabelecer em sólidas bases morais e legais os fundamentos sociais e econômicos que “institucionalizem a liberdade” e firmem o direito de propriedade. Não basta obter sucesso em termos de saúde e educação. A Argentina peronista, a Cuba fidelista, a Europa Oriental também alcançaram esse objetivo. A experiência desses últimos 200 anos demonstra que nos países onde, simultaneamente, a democracia e o desenvolvimento da livre iniciativa empresarial acompanharam harmoniosamente a Revolução Industrial, com o respeito aos dois direitos humanos fundamentais, o de liberdade e o de propriedade, foi possível alcançar a meta de enriquecimento popular e de relativo equilíbrio na distribuição da fortuna. A “Mão Invisível” de Adam Smith foi o que proporcionou esse resultado. A famosa Terceira Via, aquela que Vaclav Klaus, o primeiro-ministro tcheco sabia-

mente definiu como o caminho mais curto para o Terceiro Mundo, não é transitável, mesmo pela mão esquerda...

O Presidente Boris Yeltsin, mais imaginativo ou mais audacioso, compreendeu que Gorbachov ele próprio seguia o caminho dos comunistas reacionários. A lição que o 20 de agosto e o 25 de dezembro de 1991 nos deixou é que não pode um regime totalitário, monopartidário, autocrático ou simplesmente absolutista, evoluir normalmente para a liberdade — o que seria, para a “esquerda” — se não procurar proceder a uma profunda reestruturação prévia de todo o arcabouço social e econômico da sociedade. Na chamada Segunda Revolução de Outubro, em 1993, Yeltsin foi mais adiante: denunciou seus inimigos como “comuno-fascistas”, um “bando de delinquentes e rufiões” formado por “comunistas que buscam vingança, nacionalistas, chefes fascistas e alguns deputados”. Haveria de ser pela boca de um líder russo que a identificação das ideologias totalitárias, socialista de “esquerda” e nacionalista de “direita”, seria finalmente realizada!

Encontro outros autores respeitáveis, brasileiros e estrangeiros, para quem o binômio esquerda X direita é passível de críticas severas — e nada melhor poderia fazer do que a eles me referir. E, já que foi na França que o falso esquema surgiu, caberia inicialmente invocar a autoridade de Jules Monnerot. Em *La France Intellectuelle*, dedica Monnerot um capítulo de sua obra para analisar o conceito que qualifica de “solecismo político”. Chama a atenção para a posição dos intelectuais que se diziam “liberais” e “socialistas” antes da II Guerra Mundial, perante o crescimento do nazi-fascismo, acoimado de “direita” — um Yves Simon, por exemplo, que acusava os conservadores ou os que ele chamava de “reacionários” e “de direita”, de haverem apoiado o primeiro ato de agressão registrado na década de 30: o ataque colonialista de Mussolini à Abissínia. Ora, a realidade histórica é que a única resistência efetiva e clara contra a campanha fascista naquele país africano partiu de Sir Anthony Eden, então ministro dos Negócios Estrangeiros no governo britânico eminentemente *conservador*. Do mesmo modo, a esquerda francesa, do *Front Populaire*, enquanto deblaterava retoricamente contra o fascismo, particularmente durante o período da Guerra Civil espanhola, nada mais fazia do que criar as condições propícias à *débâcle* de 1940, contribuindo assim para o nazismo. Coube a Churchill, chefe ultraconservador britânico, no caso com o apoio de De Gaulle (outro grande conservador), a árdua tarefa de conter Hitler vitorioso em 1940/41.

Argumenta Monnerot que “direita e derrota (ou envelhecimento) são sinônimos. Uma formação passa da direita à esquerda quando é vencida, e porque foi vencida. É o sentido da história. A história mantém-se à esquerda (ao contrário dos automobilistas). Mas isso só se aplica à História com maiúscula porque a história com minúscula não autoriza

de modo algum tais generalizações. Na verdade, esse sinistrismo não pertence à História e sim à ideologia". Mas, continua ele, "qual é a ideologia que, na França... decreta que a direção da História é 'sinistra' e também que todos os governos, todos os partidos na França, desde 1815, passaram da direita à esquerda, todos *menos um*? Qual é esta ideologia e esse partido? É claro que só há uma palavra para responder a essas duas perguntas: o Partido Comunista. E assim é que esse postulado comunista, aliás anticientífico e anti-histórico, é ministrado *ex cathedra* na França de hoje, aos jovens de hoje, sem nenhum antídoto crítico e aparentemente com toda a sinceridade. Explicitemos o postulado implícito: o Partido Comunista é a esquerda realizada. A distância em relação ao Partido Comunista basta para medir, em dado momento, o grau de sinistrismo de uma formação política".

Com essa observação, velha de mais de 20 anos, põe Monnerot desde logo o dedo na verdadeira origem e popularidade do binômio ideológico que, secretamente, visava apenas favorecer a propaganda subliminar da "esquerda" marxista. Mas ele acrescenta: "Essa bipartição mágica em direita e esquerda acarreta, pelo jogo de uma espécie de inércia psicológica, uma classificação dualística de categorias opostas, cada uma a cada outra, a qual classificação poderá, por contágio paranóico, estender-se no espaço e no tempo. Já vi um conhecido intelectual aplicar-se a dividir os heróis de Homero e os profetas do Antigo Testamento em direitistas e esquerdistas. O alarmista Jeremias, em particular, homem de direita disfarçado em homem da esquerda, por suas profecias derrotistas para o seu próprio campo, aparecia ao nosso intelectual como um 'social democrata típico'. E o sacrifício de Efigênia, em que se prefigura o proletariado, desmascara em Agamemnon o 'fascista' não menos típico". Por falar nessa observação de Monnerot, podemos lembrar que, num filme grego dos anos 60, baseado na tragédia de Eurípidés, o diretor socialista tentou francamente identificar Agamemnon com os coronéis "fascistas" que então governavam ditatorialmente o seu país.

Considerações interessantes sobre o mesmo tema são desenvolvidos por Antônio Paim, em artigo da revista *Convivium*, sob o título "Teoria e Prática da Esquerda". Observa Paim, inicialmente, que a denominação de *esquerda* é, em geral, aplicada a uma facção dos grandes partidos políticos ocidentais. Assim, por exemplo, o Partido Trabalhista da Inglaterra sempre teve uma direita e uma esquerda. Com a criação do novo Partido Social-Democrata, que se colocou no centro entre os conservadores e os trabalhistas, o líder parlamentar Michael Foot, que era de esquerda, deslocou-se para o centro... "Verifica-se, portanto", acentua Paim, "que a classificação esquerda X direita singulariza-se pela mobilidade. Varia a posição do político segundo o referencial adotado".

No Brasil, continua Paim, "a esquerda tornou-se um conceito fixo. Designa o campo dos partidários do socialismo. Embora se trate de uma

exorbitância, ao analista do fenômeno não resta senão curvar-se diante dos fatos". Ele pergunta então qual é o processo fundamental que afeta a esquerda brasileira, isto é, o arraial socialista? Será que o agrupamento que aceitou a condição de não aparecer às claras mas de dissolver-se em "frentes partidárias" tende a identificar-se com o socialismo democrático ou mesmo com a democracia social? Em nosso país, os socialistas ditos democráticos estão mais interessados em conviver com os totalitários do que em deles se distinguir. "O que se verifica é o domínio da esquerda por seus segmentos totalitários. Quem dá o tom é a parcela totalitária". Aceita essa premissa, entende Paim que o processo essencial e mais destacado que experimenta a opinião socialista é o surgimento e a predominância do que foi legitimamente denominado de *esquerda fascista*: "A esquerda fascista domina todo o cenário do socialismo brasileiro e fala em seu nome. Se ainda sobrevivem remanescentes do socialismo democrático, não se ouve a sua voz".

Podemos exemplificar o fenômeno com o que ocorreu na Polônia, onde, para preservar o poder nas mãos do mesmo grupo burocrático e adversário do sindicalismo da Solidariedade, evitando ao mesmo tempo a ameaça alegada de uma invasão pelo Exército Vermelho, constituiu-se em 1981 um governo militar que impôs a lei marcial. A facção extremista MR-8 do MDB se engalfinhou, então, com militantes do PT, a primeira conduzindo cartazes com os dizeres "a Polônia acaba com a anarquia e defende o socialismo", enquanto os segundos proclamavam: "Fora a burocracia polonesa! Fora o imperialismo e todo apoio ao Solidariedade!"

O Professor Gladstone Chaves de Melo, na conferência citada anteriormente, observa, como fizeram outros autores a serem aludidos, que o termo Esquerda parece saltar de uma geração para outra, de conformidade com a etimologia de *gauche* ou *guenchr*. Acentua ele que, "no último quartel do século XVIII, a esquerda era dos liberais franceses que, em 1848, passaram a ser direita, deixando o oposto para designar os socialistas. O líder comunista francês George Marchais chegou a declarar que os socialistas de 1848 eram direitistas, o que, evidentemente, vale por uma acusação".

Isso nos leva a insistir que, do mesmo modo, os nacionalistas, de "direita" antes de 1939, passaram para a "esquerda" depois de 1945. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Peron, na Argentina, e com Getúlio Vargas no Brasil. Essa variabilidade saltitante atinge, nos países anglo-saxônicos, o termo "liberal": os liberais da herança jeffersoniana que, no século passado, favoreciam uma redução do poder do Estado em benefício da liberdade individual, revelam hoje tendência a sustentar o crescimento desse mesmo Estado, com o corolário de teratologia burocrática, em benefício da legislação previdenciária, da alta imposição sobre a renda, do igualitarismo racial e econômico, e da medicina socializada. São hoje os "conservadores" americanos os defensores da livre iniciativa.

São eles que propõem a economia de mercado e a redução de impostos e orçamentos, todas as receitas do liberalismo clássico.

Com uma bem colocada ironia, assinala o Professor Gladstone que, “embora semanticamente esquerda X direita não queiram dizer nada, quanto a conteúdo político, a imensa máquina de propaganda montada pelos soviéticos no mundo inteiro fez questão que a palavra *esquerda* ficasse na boa moda, e direita fosse amaldiçoada. Teríamos, por ironia e absurdo, tornado aos da Velha Roma, usando linguagem augural do rito grego. Como quase toda a gente gosta de estar na moda, é comuníssimo ouvir hoje a pessoas supostamente sérias e cultas: ‘sou um homem de esquerda’. Por outro lado, ninguém quer ser ou, muito menos, dizer-se direitista. Já se sabe que é coisa má...”. É deveras curioso notar como quase ninguém, deliberadamente, se confessa de direita. Quase todos procuram de uma maneira ou de outra se apresentar perante o amável e distinto público, como de “esquerda”. O máximo que alguém se atreve a declarar é que é “do centro” ou “do centro-direita”. Só conheço uma exceção a esse universal confucionismo pusilânime: o do Partido Conservador norueguês que, orgulhosamente, se intitula “a Direita” (*Høyre*).

A partir daí, Chaves de Melo passa a investigar o uso dos termos direita e esquerda na Bíblia. Explorando os Livros Sagrados, recorda o relacionamento entre o “sinistro” e o demônio. Se Cristo está sentado à mão direita de Deus Pai, é fato que certas seitas heterodoxas colocam Satã ou Lúcifer como o “segundo filho” do Senhor pela mão esquerda*.

O sentido hierárquico das posições à direita e à esquerda no trecho de Mateus (20:20 e 21) é evidente, quando a mãe dos filhos de Zebedeu pede a Jesus que eles se assentem, um à Sua direita e outro à esquerda, no próximo reino a ser inaugurado. Cristo respondeu-lhe na mesma clave. Ante o agastamento dos demais discípulos, deu-lhes e deixou-nos esta magnífica lição: “Sabeis que os príncipes das nações as subjugam e que os grandes imperam sobre elas. Não há de ser assim entre vós: antes, o que quiser chegar a ser grande seja vosso servidor, e quem quiser ser o primeiro seja vosso servo, tal como o Filho do Homem que não veio para ser servido mas para servir e dar a Sua vida em redenção de muitos” (Mat. 20:25 a 28). Um outro episódio interessante dos evangelhos é o dos dois ladrões que, com Cristo, foram crucificados, um dos quais se arrependeu e outro não. Lucas (23:40 a 43) não explicita, porém, se foi o da direita ou o da esquerda aquele que se redimiu.

Outro autor brasileiro que desejo mencionar como fornecendo valiosos subsídios para o combate à classificação esdrúxula é Gustavo Corção,

(*) Posso aí aludir ao fato que eu próprio estou desenvolvendo um estudo sobre a personalidade e as características de Lúcifer, do ponto de vista do espírito de rebeldia, de desobediência, de subversão e revolução — constituindo, ao mesmo tempo, um desafio e necessária alavanca de todo progresso e de toda evolução.

em seu *O século do nada*. No segundo capítulo dessa obra, Corção acentua que o esquema esquerda-direita constitui “um jogo falseado, ou melhor, pela realidade que se esconde sob aquela falsidade, ou ainda melhor ou talvez irremediavelmente pior... pelo anúncio de trágicas consequências, é uma falsificação tomada como critério de valor ou de verdade”. A condenação não poderia ser mais drástica.

Após referir-se a vários outros dualismos, Corção assinala que “nenhum há que, pela força de sua simetria, tão veementemente e tão visualmente se oponham e se componham as duas partes; nenhum há que tão instrutivamente nos inculque as vantagens e a necessidade de uma integração. A mão esquerda e a mão direita, como todas as formas simétricas, são formas geométricas iguais, mas de incompatível superposição. Não posso, na mão esquerda, calçar a luva da direita a menos que faça meu braço girar 180 graus, dentro de uma quarta dimensão do espaço”. O argumento de Corção é que a igualdade simétrica constitui um desafio e um convite. O esquema E x D é uma contraposição que seria feita para a composição, mas que, na realidade, tem como secreto desejo o de rasgar o homem. O ataque de Corção se endereça especificamente a Maritain, que propõe o dilema entre “o puro cinismo da direita” e o “puro irrealismo da esquerda”. O dilema pode ser desde logo destruído se lembrarmos que Lenin, um homem francamente de “esquerda”, nada tinha de irrealista, mas revelou com certeza uma dose elevada de puro cinismo. Ao passo que seria injusto classificar como simplesmente cínicos Churchill, De Gaulle, Adenauer, De Gásperi, Mrs. Thatcher, Reagan ou o Papa Wojtyla.

A discussão entre Corção e Maritain se processa em torno de uma frase atribuída a Goethe de que “preferia a ordem à justiça”. Lembrando, antes de mais nada, que Goethe foi um imenso poeta, mas de modo algum um grande cientista e menos ainda um pensador político, chegamos à alegação de Maritain de que os conservadores “de direita” seriam aqueles que prefeririam a ordem à justiça e os progressistas, “da esquerda”, os que preferem a justiça à ordem. Sustentado na experiência soviética, Corção argumenta então que são os esquerdistas aqueles que preferem a ordem-estrutura à justiça-virtude. E com esse equacionamento teríamos no comunismo a extrema-direita! Pois, de fato, difícil é contestar que Hitler, supostamente direitista, subverteu todos os valores morais e lançou a Alemanha e a Europa na maior desordem. E do mesmo modo é impossível negar que, se reinava na ex-União Soviética a férrea ordem da penitenciária, a chamada justiça proletária representava o mais perfeito travesti da verdadeira justiça, bastando para quem disso se desejar convencer ler a obra de Solshenitzyn sobre o Arquipélago Gulag.

Toda ordem, afirma corretamente Corção, é baseada na justiça. Não pode haver justiça na desordem, nem ordem na injustiça. A confusão do dualismo proposto por Maritain denuncia a extrema incapacidade da mentalidade extravertida e superficialmente lógica de uma certa corrente

do pensamento francês (na realidade, uma corrente que, passeando pelo boulevard St. Germain, não encontra sua fonte de Hipocrene inspiradora em Descartes, mas em Rousseau...), em compreender a solidariedade intrínseca dos valores morais de ordem, justiça e liberdade na intimidade da alma solitária. A falácia da proposta de antepor ordem e justiça resulta da interpretação desses valores em forma meramente externa, associando ordem com opressão e justiça com revolução. Nesse sentido, poderíamos afirmar como uma regra histórica invariável que, em toda revolução ou quase, procura-se destruir uma ordem em nome da justiça, terminando por erguer uma nova ordem mais injusta do que aquela que se pretendia corrigir. Vejam, por exemplo, o ocorrido em nosso país nessas últimas décadas...

Gustave Thibon, outro ideólogo francês, procura caracterizar o binômio alegando que o homem de esquerda tem “o calor do coração” e o homem de direita “a lucidez fria”. A tolice torna-se evidente quando meditamos na lucidez fria de homens como Robespierre, Lenin ou Stalin, geralmente considerados de esquerda, e na alucinação emocional de Hitler a quem tudo podia sobrar, menos lucidez fria. A lucidez fria de Getúlio Vargas era certamente superior ao calor de coração de homens como Prestes ou Plínio Salgado. Seria lícito adiantar que o contraste moral se estabelece, não entre as duas posturas psicológicas, mas entre o verdadeiro homem que sabe associar a lucidez fria com o calor de coração; e o mentecapto ou paranóico onde uma e outra características de temperamento inexistem.

Dedica Corção parte considerável de sua análise violentamente negativa à apreciação dos erros e omissões de que foram responsáveis certos pensadores católicos, nos anos terríveis que precederam a II Guerra Mundial. A prova do bom-mocismo pacifista e suspeito da “esquerda” católica na ominosa década de 30 — década que registrou o surgimento do fascismo e o eventual triunfo da Rússia soviética — pode ser oferecida por Emmanuel Mounier, apontado como coluna mestre do neocatolicismo progressista, o homem da revista *Esprit* e um dos principais responsáveis pela penetração marxista na Igreja. A “tentação totalitária” dessa gente está evidenciada no seguinte trecho de Mounier, de 1935: “Há, sem dúvida, na Alemanha, quem queira a guerra e muitos que a preparam pacientemente. Pode-se entretanto afirmar, sem otimismo ridículo, que os alemães em massa aclamam o *Führer* porque ele lhes devolveu o sentimento de sua honra e porque soube impor ao universo as mais legítimas exigências da segurança e da igualdade jurídica do povo alemão. Releiam a proclamação do governo. Nem uma palavra de ameaça ao estrangeiro, nenhum apelo ao imperialismo, à expansão, à desforra. Hitler não invoca, em todo o caso, nenhum conceito obscuro e se coloca resolutamente no plano do direito puro”. É interessante contrapor esse texto de frieza pouco lúcida do esquerdista Mounier com manifestações

paralelas do clero progressista do Brasil, dos Estados Unidos e da Europa, com sua ingenuidade pacifista e seu total desconhecimento da ameaça concreta que constituía o expansionismo totalitário, de qualquer cor ou tendência, no período da Guerra Fria.

Estimulada talvez pela atmosfera de Abertura que provocou um certo desarvoramento mental coletivo, a ideocracia brasileira parece desejar arrimar-se em preconceitos ideológicos como numa tábua de salvação. Como para os antigos persas maniqueístas, a divisão entre “esquerda” e “direita” adquire conteúdos éticos: a “esquerda” representa o partido da luz e da verdade; e a “direita” o partido do mal e da mentira, o partido do diabo Ahriman. Quem não partilha da ideologia da moda é fascista, é conservador e reacionário detestável, um representante do mal absoluto que deve ser excomungado.

Convém lembrar que esses postulados, vigentes entre a nossa *intelligentsia*, correspondem aos que, antes da II Guerra Mundial (sou, graças a Deus, suficientemente velho para me lembrar) serviam de roteiro à direita nacionalista de então. Observou Raymond Aron, com muita ironia, que na época em que dominava o que Bernard-Henri Levy chamou de “Ideologia Francesa”, era ele acusado de “comunista e esquerdista” — assim como foi tido como “direitista” e “reacionário” depois de 1945, muito embora continuasse a manter exatamente as mesmas opiniões sobre a problemática política e social da França e sobre as questões de relações internacionais.

Em artigo numa de nossas grandes revistas semanais, lá por volta de 1985, li a tese extravagante que “só a esquerda é democrática”, uma vez que “a direita é incompatível com a democracia”... O articulista não se dava ao trabalho de definir o que entendia pela “peçonha conservadora” de direita. Mas implícito no qualificativo estava a idéia de que quem não partilhasse das posições vagamente marxistas-nacionalistas da folha era, *ipso facto*, um execrável reacionário, um partidário da mentira absoluta e do que o Aiatolá Komeini chamava de Grande Satã americano. Por ser simpatizante desse Grande Satã, eu mesmo já fui classificado de “reacionário de carteirinha” pelo agitado barbudinho Marcito Moreira Alves, o ex-deputado responsável pelo AI-5.

Reação semelhante me desperta a leitura de uma declaração do eminente sociólogo, político e alimentador popular Herbert de Souza, que transcrevo: “Acho que os conservadores estão despreparados para o bem... Eles têm responsabilidade por essa massa de 32 milhões de indigentes e temem perder seus grotões, temem a conscientização dos eleitores e têm medo do fim da corrupção”. A opinião que os “conservadores” são responsáveis pelas mazelas do país é aberrante mas se revela bastante vulgarizada. Mas serão conservadores no sentido de Betinho

aqueles que desejam, como eu, *conservar* os princípios de moralidade e justiça, velhos de mais de dois mil anos e explicitados na Grécia, no Velho Testamento ou em Kant? Ou aqueles que seguem o ensinamento bíblico “dê de comer a quem tem fome”, também proclamado há quase 20 séculos? Verifico que a opinião do sociólogo sobre quem está despreparado para o bem não se articula exatamente com a minha própria. Constato, além disso, pela leitura de livros daquela disciplina à qual “Betinho” dedicou seus estudos, a “sociologia” adotada em nossa terra, que são principalmente considerados “progressistas”, “anticonservadores” e “preparados para o bem”, só aqueles cuja ideologia é a vigente no seio do partido a que o sociólogo pertence: o marxismo.

Ora, Marx deliberadamente refugou qualquer moralismo e qualquer apelo à justiça no *corpus* de sua doutrina. Referindo-se aos miseráveis famintos que chamava de *Lumpen*, “lixo esfarrapado”, em *A ideologia alemã*, Marx os descreve do seguinte modo: “ralé, massa apodrecendo passivamente, expulsa pelas camadas mais baixas da velha sociedade... e preparada muito mais para o papel de instrumento subornado da intriga reacionária”... E comentando a “Crítica do Programa de Gotha”, que é o texto constitutivo da Primeira Internacional, de 1864, Marx escreve com ironia: “Impuseram-me ao preâmbulo duas frases sobre os deveres e os direitos, a Verdade, a Moral e a Justiça — mas os consignei de tal maneira que não possam fazer muito mal”... A esse comentário, Engels acrescentou: “nunca se deve ceder à indignação moral”...

Torna-se óbvio, depois dessas citações, que os marxistas não estão preparados para o bem. O que é, aliás, confirmado pela experiência histórica deste século, pois se calcula em dez milhões os que morreram de fome durante a forçada coletivização agrária stalinista; em outros tantos milhões a sofrida na China com o maoísmo; dois ou três milhões a ocorrida na “Kampuchea democrática” do comunista Pol Pot e outros tantos na Eritreia/Etiópia do comunista Mengistu Haile Mariam. Claro, objetivo e com a razão está, por conseguinte, o Presidente Yeltsin quando, em outubro de 1993, rebateu os qualificativos de “conservadores e fascistas” contra os comunas entrincheirados na “Casa Branca” de Moscou que tentaram derrubá-lo pela força.

Betinho, entretanto, é um santo. Pelo menos, muitos já o consideram como tal, num país e num século rico em demônios e pobre em *mahatmas* ou “grandes almas”. Mas comparar Betinho a Gandhi talvez seja excessivo: este não dava de comer a ninguém, mas, pelo contrário, fazia greve de fome e bebia sua própria urina, além de involuntariamente provocar o flagelo que atingiu a Índia depois de lhe subverter a economia. Santos mesmo são, a meu juízo, Albert Schweitzer, que foi curar os indigentes da África; Madre Tereza, que alimenta os famintos de Calcutá; e Frei Maximiliano Kolbe OFM, que se ofereceu para morrer de fome em Auschwitz no lugar de outro polonês condenado ao suplício.

Chego assim à conclusão desagradável que Betinho não sabe, realmente, quem são os “conservadores”, nem quem está despreparado para o bem e é responsável pela massa de 32 milhões de indigentes famintos existente no Brasil. A resposta que sugiro: *conservadora é a Nomenklatura burocrática estatizante de esquerda à qual o próprio Betinho pertence*. É ela que deixa apodrecer milhões de toneladas de alimento em depósitos governamentais mal administrados; é ela que perturba a produtividade agrícola, com a inflação, medidas estapafúrdias na área econômica e a constante retórica ameaçadora de reforma agrária; é ela que desvia milhões e bilhões de dólares em fraudes, desperdícios, corrupção e manipulações desavergonhadas do orçamento. É ela, em suma, que está despreparada para o bem porque teima em *conservar* esta infame constituição, mantendo a estrutura patrimonialista, estatizante e socializante obsoleta do país.

Sem que eu possa definir exatamente o que seja “conservador” e “diretista”, verifico que os regimes hoje dominantes na Itália, Alemanha, Inglaterra, Suíça, Bélgica, Países Baixos, Suécia, Dinamarca, França, Portugal (para só citar alguns, que nos são próximos) mais correspondem ao que se chama um governo “conservador” do que um governo “esquerdista”. Será então que o país da Senhora Thatcher, a “dama de ferro”, ou o de Mr. Major não é uma democracia? E a Itália, Portugal e França não são democracias? A Suíça, a Holanda e a Bélgica não são democracias? E mesmo a Rússia de Yeltsin será menos democrática do que a URSS de Breshnev? Quem seria então democrático, a Líbia de Khadafi ou a Cuba do Napoleão do Caribe? A sandice que identifica democracia com esquerda pode, por aí, ser demonstrada.

Dizem que quem não é revolucionário na juventude não tem coração, e quem não é conservador na idade madura não tem cabeça. O ditado é extremamente perigoso. Conheci um ilustre escritor católico que ficaria comprometido pois foi semi-fascista na mocidade e pertenceu, na velhice, ao esquerdismo eclesiástico radical. Aliás, o mesmo se aplica a Dom Helder Câmara: será que o reverendíssimo arcebispo não tinha coração quando seminarista de camisa verde e perdeu depois a cuca quando levantou o punho cerrado?

O ideal de esquerda sugere um indivíduo preocupado com a igualdade, com os direitos humanos, uma solicitude com os pobres e oprimidos e uma marcada tendência antimilitarista ou pacifista. Não vejo que qualquer um desses soberbos princípios se aplicasse, por exemplo, à ex-União Soviética. A URSS era, de fato, um regime radicalmente conservador. Sua ideologia sustentava-se nas idéias obsoletas de um economista alemão do século passado, mas, como acentuava o pensador católico anteriormente aludido, Alceu Amoroso Lima, era a URSS “um país muito mais tzarista do que marxista”. Vê-se por essa simples constatação como é difícil definir o termo “conservador”.

E a China de Deng Xiaoping? É conservadora ou esquerdista? Certamente o esforço de modernização e de abertura corresponde a um ímpeto profundamente progressista, sem que possa ser considerado como “esquerdismo” — esse que foi denunciado por Lenin como a “doença infantil” do comunismo. Mas, após o massacre nos arredores de Tien An Men, esse mesmo regime tornou-se mais esquerdista ou mais direitista? O liberalismo econômico de Deng é de direita ou de esquerda?

Será o igualitarismo o critério para caracterizar a “esquerda”? Não creio. Em seu *Programa de Gotha*, publicado em 1875, quando já era velho, Marx considera o igualitarismo uma falsa posição do socialismo utópico pois, conforme argumenta, os homens não são iguais na sua capacidade de produção. Aliás, o princípio comunista “a cada um segundo suas necessidades, de cada um segundo suas capacidades” ficou mais distante do que nunca, em aplicação, nos países da chamada “área socialista”. Não representa, de qualquer forma, nada muito igualitário...

Na verdade, o país mais igualitário que conheço, política e socialmente, é a Suíça. Não existe ali nem mesmo um presidente da República e, em matéria de carro oficial, só a ambulância e o corpo de bombeiros os possuem. E não se poderia encontrar país mais conservador. Igualitarismo também vigora na Suécia e Dinamarca, que são governadas por uma coligação de partidos do centro e conservadores, após décadas de social-democracia — o que não impede que haja milionários e bilionários. A monarquia norueguesa também é um dos países mais democráticos que conheço e, para sua defesa, gasta dez vezes o montante per capita das despesas militares brasileiras. Não poderia então ser considerada esquerdista?

Prefiro a franqueza da “direita” norueguesa do que a canadense. No Canadá, os membros do partido de “direita” não hesitaram, numa contradição nos termos, intitular-se “Partido Conservador Progressista”. Como pode alguém ser, ao mesmo tempo, conservador e progressista? Assim mesmo, ainda é melhor do que o duplo pleonasmo daqueles regimes que se autodenominavam “Repúblicas Democráticas Populares”, sem serem nem uma coisa, nem outra.

A posição correta não é nem à esquerda, nem à direita — mas uma coisa ou outra, conforme as circunstâncias do momento e os ditames do bom senso (Ah! o bom senso, como dele carece a “ideologia brasileira”!). Por exemplo: quanto à religião católica, sou franca e mesmo radicalmente progressista no que diz respeito ao problema do celibato clerical, do direito das mulheres a distribuírem a Eucaristia e do movimento ecumênico — três das principais e mais graves questões que enfrenta a Igreja. Sou também radicalmente progressista em matéria de aborto e controle da natalidade. É de novo uma simples questão de bom senso. Acho ridículo a procura frenética do eufemismo na expressão “planejamento familiar”. Qual é a diferença? Como se pode “planejar” a família senão

pelo controle da natalidade, uma vez que só muito relativa e aleatoriamente a ciência humana permite o controle da mortalidade?...

Tive a oportunidade há alguns anos, designado pelo ministro da Educação, de pronunciar uma conferência para professores sobre “Problemas Brasileiros”. Mencionei a explosão demográfica como um dos mais graves desses problemas. Salientei que, se não for em breve exercido um controle mais eficiente da natalidade, meu filho, se morrer na idade em que morreu minha mãe, conhecerá o Brasil com uma população igual à da China: um bilhão de pessoas! Ao terminar a palestra, um cavalheiro da Comissão de Moral e Civismo alçou-se, possesso, para me denunciar convulsivamente como antipatriótico e esquerdista — insinuando coisas piores. Veja-se como tudo é relativo.

Também por volta de 1971, vi-me em dificuldade com algumas autoridades superiores, ao denunciar em artigos no *Jornal do Brasil* o “Dinossauro” burocrático. Creio que um regime socialista no Brasil transformaria, com a maior facilidade, esse dinossauro em *Tyranosaurus Rex*, reduzindo-nos à mais triste opressão. Admirei na época o esforço heróico do Ministro Hélio Beltrão para dar combate, qual novo São Jorge, ao dragão da burocracia envolvente, e detesto a esquerda socialista precisamente porque, falando muito em “democracia” e “liberdade”, propõe uma solução paleontológica para nossas dificuldades. Entretanto, ser “esquerdista” consta da fórmula do que Raymond Aron chama o “ópio dos intelectuais”. Esse ópio foi sendo substituído por outras drogas, a começar na própria França onde, há 15 anos e não obstante sua linguagem impenetrável, os *nouveaux-philosophes* tiveram o mérito de retirar o marxismo da moda *chic* do Quartier Latin. Em toda a Europa e nos Estados Unidos, o mesmo fenômeno ocorreu. O que é pensamento de vanguarda na América — que é o país mais progressista do mundo — pertence aos chamados *neo-conservatives*.

Mas a *intelligentsia* brasileira (tão notoriamente privada da mesma) costuma estar sempre 20 ou 30 anos em atraso e ainda está combatendo nas arruaças estudantis de 1968. Os apodos “fascista”, “reacionário”, “conservador”, “autoritário” são lançados como tijolos numa arruaça. Esse pessoal acha que o que é mais “atual” e de “vanguarda” é bater palmas para a platéia, como faziam em Moscou os artistas de ballet e os membros do Politbureau — sem perceber que nem mesmo na Europa Oriental ainda se obedece a esse costume grotesco.

Aliás, não é de estranhar que conceitos como os de “direita” e “esquerda”, na acepção polêmica vulgar, estejam ainda em moda em nossa terra. Os brasileiros, por temperamento emotivo, infantil e intuitivo, somos maniqueístas. Não temos tempo para pensar. Pensar cansa! Ai, que preguiça, como dizia o Macunaíma ao nascer. Então, é mais fácil repetir os *slogans* elementares aprendidos de professores universitários, que aprenderam de seus catedráticos e, eles próprios, da leitura de

autores estrangeiros — como se estivessem pronunciando as próprias Escrituras Sagradas (o que, para citar Aron mais uma vez, constitui a sua Vulgata...). Na realidade, trata-se de um fenômeno que, em meu livro *O Brasil na idade da razão*, analisei como um exemplo típico de possessão pelo incubo ideológico. A ideologia é uma espécie de pederastia mental. O indivíduo recebe de soslaio, como a “cola” de um estudante relapso no colégio ou o “sopro” de um mau artista no palco, o que lhe dita o incubo e absorve o lugar-comum pela parte traseira da cuca. Sai da experiência convencido que é “dono do assunto”, que está prenhe com a Verdade...

O professor italiano Giovanni Sartori, atualmente lecionando na Universidade de Columbia, Nova York, e uma das principais autoridades em ciência política, propõe, em sua obra *Partidos e sistemas partidários*, um esquema de análise dos partidos “vistos de dentro”, através de uma série de dimensões. São elas: 1) a dimensão organizacional (partido, facção, movimento, etc.); 2) a dimensão motivacional, no sentido de Hume (facções de poder e facções de interesse, na procura de cargos e proventos); 3) a dimensão ideológica (fanatismo X pragmatismo por exemplo, ou conservador contra liberal); e 4) a dimensão espacial esquerda X direita.

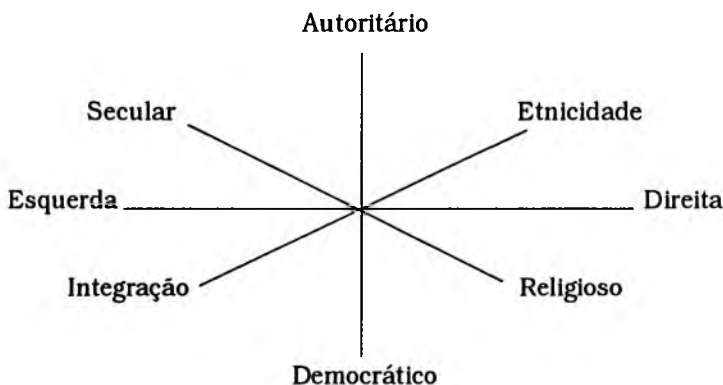
Sobre esta, afirma Sartori que é “a última na minha enumeração por ser a que, a meu ver, *menos confiança merece*. O que nos leva a utilizar a identificação esquerda-direita é uma razão ponderável, ou seja, a de ser a maneira mais evidente e constante pela qual não só o público de massa como também as elites vêem a política”. E acrescenta: uma outra razão é a de que o posicionamento esquerda-direita é, com frequência, o que menos violenta a identificação das tendências, das posições não-alinhadas e das configurações atomizadas. Na verdade, o exemplo mais adequado do que entendemos por “tendências” é oferecido em termos de esquerda-direita.

No capítulo X de sua obra, que intitula “competição espacial” e em que discute o livro de Anthony Downs, *Economic theory of democracy*, Sartori concede à configuração E X D o nome de “imagem espacial”. Depois de explicar sua origem durante a Revolução Francesa, acentua que, no esquema, embora tenha havido sempre conotações de valor, durante todo o século XIX bem como em nosso século, essas conotações de louvor e culpa sofreram variações consideráveis e, no todo, contrabalançaram-se. Num dicionário de política francês de 1848 os deputados que se sentavam à esquerda eram mencionados como “defensores do princípio da liberdade”, enquanto os deputados sentados à direita eram considerados “defensores do princípio do poder”. Mas, de acordo com um autor de 1848, essas eram “velhas distinções” que haviam perdido muito de seu valor, pois também dentro da esquerda muitos deputados se

havia tornado “mais interessados na ascensão pessoal ao poder do que na preservação das liberdades públicas”. Com relação à conotação de valor, a “direita” capitalizou a associação positiva com o significado jurídico da palavra — o *droit* abstrato francês, o alemão *Recht* e a expressão concreta inglesa “ter um direito” (*having a right*) ou mesmo “estar certo” (*being right*), mas sofreu com a associação inicial com o lado do Rei e a associação subsequente com a Restauração. Inversamente, a “esquerda” capitalizou a colocação do coração à esquerda e a associação inicial da palavra com políticos “republicanos”, constitucionais, mas continuou sendo prejudicada pela inferioridade do uso da mão esquerda em relação ao uso da mão direita.

Explica ainda o cientista político italiano que a atual vitória da “esquerda” — sua avaliação positiva cada vez maior — segue-se à derrota dos regimes fascistas de “direita”, coincide com o declínio da religião (Cristo sempre foi pintado à direita de Deus) e resulta, no momento, em uma associação cada vez maior de “democracia”, “futuro” e “jovem” com “esquerda”. Observando que as oscilações entre os sentidos ideológicos do esquema E X D são característicos da evolução empírica, o Professor Sartori acentua que determinadas associações com determinadas políticas perduram, mas a vantagem das imagens espaciais é que lhes *falta qualquer lastro semântico*, isto é, qualquer limitação semântica ao seu uso e abuso.

Para enfrentar a complexidade das polarizações em que entram, por exemplo, considerações raciais e considerações que se relacionam com o princípio da autoridade, Sartori propõe o seguinte quadro num espaço multidimensional (que é sobretudo válido nos Estados Unidos, porém não necessariamente no Brasil).



As críticas que o cientista político da Columbia desenvolve e que nós mesmos levantamos a seu próprio esquema são muitas. Sartori afirma, por exemplo, com razão, que, “pelo critério econômico, a esquerda indica controle estatal (terminando na economia coletivizada) e a direita, um sistema de mercado baseado na propriedade privada. Pelo critério socioeconômico, a esquerda prefere e a direita rejeita políticas de bem-estar social e nivelamento. Mas há muitas questões não-econômicas que ficam igualmente acomodadas sob nossos rótulos: direitos civis, liberdades civis, *habeas corpus*, privacidade e assim por diante — em suma, as questões de lei, segurança e ordem. “Temos aqui”, escreve Sartori, “o que chamo (com referência às democracias) de critério constitucional, de acordo com o qual a extrema esquerda e a extrema direita são usadas como indicadores de uma posição anti-sistema, ao passo que a esquerda-direita constitucionais diferem com relação à maneira pela qual as leis se relacionam com as desigualdades sociais. Mas nós também seguimos critérios mais vagos. E mais ainda: na década de 1950, a esquerda foi, com frequência, assimilada a ‘mudanças’ e a ‘movimento’, enquanto a direita indicava uma orientação para o *status quo*. Mas esse critério perde sua capacidade discriminadora *inter alia*, frente às práticas protectionistas e imobilizantes do sindicalismo”.

Mas, pergunto eu, seria lícito opor democracia e autoridade? Pode, realmente, haver democracia sem respeito à lei e ao princípio de autoridade? Quero contar uma história sobre os quatro tipos de países existentes, esclarecendo que, a meu ver, os primeiros são democracias, os dois últimos não:

- 1) há países, como a Alemanha e a Suíça, em que *tudo é proibido, menos o que é permitido*. Nessas nações triunfam as leis, as regras, os regulamentos, os regimentos, sob a égide do termo *verboten*. Entra-se num bonde, por exemplo, e está escrito por toda a parte: “é proibido fumar” ou “é proibido escarrar”. A Suíça é o único país da Europa onde encontrei placas que indicam ser um tal ou qual comportamento ou ação permitido (*gestatten*, em alemão).
- 2) o segundo tipo é o de países como a Inglaterra, o tipo ideal, em que *tudo é permitido, salvo o que é proibido*. Num bonde, estará escrito: “para seu conforto, pede-se não fumar”...
- 3) o terceiro tipo é totalitário. É o tipo stalinista onde, não obstante exista uma Constituição que garanta as liberdades e direitos humanos, *tudo é proibido, mesmo aquilo que é permitido*...
- 4) o quarto tipo é o de países antinômicos e anárquicos como o nosso, onde *é tudo permitido, mesmo aquilo que é proibido*. Entre nós, pode haver num ônibus o cartaz “é proibido escarrar”, mas os passageiros irão escarrar sobre o cartaz, sem que nada lhes aconteça...

Voltando a Sartori, é mister salientar que, nos Estados Unidos, para oferecer um de seus exemplos, o eleitor pode se orientar sem uma percepção espacial do tipo esquerda-direita, e não há razão forte para que um espaço de competição seja um "espaço ideológico". No que se refere a esse posicionamento extremamente interessante de Sartori que procura explicar o bipartidarismo americano como conduzindo a uma liquidação da polarização ideológica E X D, podemos ainda assinalar que, nos casos sul-americanos mais notórios de bipartidarismo, como o dos liberais X conservadores da Colômbia; dos blancos e colorados do Uruguai e do Paraguai; ou dos federais e unitários da Argentina do século XIX, o resultado foi invariavelmente catastrófico, por exacerbar ao invés de reduzir as lutas sectárias. A Colômbia conheceu mesmo, no século passado e nas décadas de 50 e 60 deste século, períodos de *La Violência* que, de cada vez, consumiram com a vida de centenas de milhares de pessoas. A violência atingiu tais extremos que, em certo momento, liberais e conservadores se uniram num pacto para suprimir, praticamente, o bipartidarismo.

Os liberais e conservadores clássicos da Colômbia e do Equador se posicionaram com relação ao papel da Igreja. No Equador, a presidência de Garcia Moreno se transformou numa verdadeira teocracia clerical. Garcia Moreno morreu assassinado, mas seu sucessor liberal, o General Alfaro, também. No caso, o liberalismo era principalmente sustentado por militares e o conservadorismo por padres. No Brasil imperial sabemos que existiam diferenças programáticas mínimas entre conservadores e liberais, razão pela qual o Segundo Império representou um período de tamanha paz e estabilidade institucional.

Sartori concluiu o seu estudo da dimensão E X D afirmando que a hipótese geral é, portanto, a de que, quanto mais partidos, mais sua competição tende a difundir-se ao longo de um tipo de espaço linear de esquerda-direita; que esse caso ocorre tanto mais certamente quanto mais o sistema partidário evidenciar uma padronização ideológica; mas que o espaço de competição pode ser unidimensional também nas formações políticas segmentadas, em que é baixo o enfoque ideológico, a ponto de um partido que saia da linha e ingresse em outra dimensão corra o risco de disputar um jogo solitário e, com o tempo, perdê-lo. Portanto, a presunção de multidimensionalidade só é forte para os países nos quais outra dimensão "incomprimível" exija que dois partidos (pelo menos) disputem entre si o poder, de modo a operar um subsistema distinto. Em suma, escreve ele: "Poderíamos perguntar por que se supõe que a dimensão esquerda-direita predomina sobre as outras. Eu responderei que, num mundo de comunicação de massa, caracterizado pela política de massa, um máximo de simplicidade visual, unida a um máximo de manipulabilidade, representa uma combinação quase invencível".

Com razão escreveu Irving Kristol, o pensador dito "neoconservador"

americano, que os conservadores se caracterizaram pela dificuldade em encontrar maneira de se definirem a si próprios. Na verdade, todo o mundo que não pertence à chamada "esquerda", na crista do populismo demagógico, não possui realmente uma expressão para determinar a sua postura política — isto porque uma das condições naturais dessa postura é a ausência de ideologia. Isso permitiu a Gustavo Corção afirmar com pertinência, na obra já citada, que, no jogo falseado e posto em circulação pela torrente do niilismo antinômico revolucionário, "não há nos binômios que fazem parte desse jogo a simetria de peças e regras como no xadrez, ainda que umas peças sejam brancas e outras pretas. A rigor não há esquerda e direita. Historicamente, como feixe de linhas-de-história, só há esquerda. A direita não existe como corrente histórica. Ela passa a existir como coisa designada e apontada à execração pela esquerda". Para chegar a esse resultado, Corção se vale de uma citação de Jean Madiram. Eis o que afirma esse autor em *On ne se moque pas de Dieu*: "A distinção entre a esquerda e a direita é sempre uma iniciativa da esquerda, feita pela esquerda e em proveito da esquerda. Há uma direita na proporção em que uma esquerda se forma para designar a direita e a ela se opor: o inverso nunca se dá. Os que instauram e põem em funcionamento o jogo esquerda X direita, logo se situam na esquerda, de onde delimitam a direita para combatê-la e excluí-la. Num segundo momento, a direita assim designada e apartada arregaça as mangas, nunca muito depressa nem com muita disposição, e então se organiza, se defende, contra-ataca e às vezes consegue vitórias... A esquerda, senhora e árbitra do jogo que inventou e iniciou, relega para as direitas quem ela acha que deve relegar, como e quando lhe parece oportuno e conveniente". Essas observações, às quais não podemos senão testemunhar nosso apoio e que se viram confirmadas na crise de 1989/91, explicam por que motivo qualquer idéia negativista e subversiva, igualitarista e romântica, passa a ser formulada como positiva, ao passo que a "direita" se torna simplesmente o negativo dessa negação. Talvez por isso tenha a "esquerda" mantido suas posições de poder ideológico após seu fiasco de 1989/91.

Os conservadores da direita são, e repito, aqueles que acreditam na existência de uma ética absoluta, de princípios eternos, de uma responsabilidade moral subjetiva e de uma filosofia perene, a qual, por definição, independe das variações circunstanciais da conjuntura, com a ascensão e declínio das modas ideológicas. É por esse motivo que o filósofo polonês Leszek Kolakowski, antigo dissidente e lecionando na Universidade de Oxford, escreveu um artigo explicando por que era, ao mesmo tempo, liberal, conservador e socialista. Eu diria que, como liberal, sou também alinhado com a conservação dos valores morais e institucionais do Ocidente, embora, como liberal, favoreça a livre iniciativa, a economia de mercado, a redução do poder intervencionista do Estado burocrático, a

liquidação do conceito de Estado-nacional soberano, o pluralismo de opiniões e o constante "progresso" dos costumes. Não sou "social"-liberal. Reconheço, porém, que só o liberalismo permitirá, eventualmente, solucionar os graves problemas sociais da nacionalidade.

É possível atribuir à malfadada dialética hegeliana grande responsabilidade pela criação dos instrumentos teóricos de tese e antítese, utilizados pelos movimentos ideológicos-partidários, que se traduziram no esquema maniqueísta direita X esquerda. O hegelianismo criou a estrutura filosófica da dialética política moderna, mas não somos obrigados a aceitar as pretensões do terrível manipulador de frases alemão de haver com isso resolvido o problema. A solução que, finalmente, proponho para nossas perplexidades é de que se faça cruzar, perpendicularmente à coordenada horizontal ideológica — cujos extremos, à direita e à esquerda, atingem respectivamente o totalitarismo e a anarquia — uma segunda coordenada, vertical. Essa nova dimensão do fenômeno político revela-se, na realidade, como antiquíssima: é a da filosofia perene e sua origem está em Sócrates. É a dimensão moral. Desde Platão e Aristóteles vem sendo discutida e elaborada pelos maiores pensadores do Ocidente, mesmo quando contaminada pelo positivismo imoralista de homens como Maquiavel, ou pelo idealismo romântico na esteira de Rousseau, Hegel, Marx, bem como dos socialistas, nacionalistas, racistas e variados adeptos de outros *ismos*. A tradição da filosofia perene é a que gerou a democracia liberal, em suas origens anglo-saxônicas. A democracia como sistema moral de liberdade está em Locke, Adam Smith, Burke, Malthus, J.S. Mill e Bentham; está em Jefferson, Madison, Hamilton e Adams; está em Montesquieu e nos *philosophes* franceses do Século das Luzes; está em Kant e em Humboldt; está sobretudo em Tocqueville, assim como em Benjamin Constant e Bastiat. A dimensão de que falo é a dimensão ética. Sustentando-se na base de um sólido pragmatismo, ela se ergue verticalmente, como eixo do discurso e do comportamento político, configurando aquela ética da responsabilidade a que se referia Max Weber, em famoso discurso. Poderíamos, em suma, defini-la como a responsabilidade da razão prática em toda cidadão livre.

Curiosamente, em nosso momento brasileiro de confusão, transição para o liberalismo e exacerbação partidária, é aquela dimensão que menos consideramos. Ora, sem a segunda das coordenadas, ninguém se pode corretamente colocar no espaço total da vida política — e talvez seja por isso que estejamos desorientados...

Empenhou-se Max Weber, detidamente, em sua *Sociologia da religião*, ao estudo dos problemas que emergiram do hinduísmo, do judaísmo, do islamismo e do cristianismo. Uma de suas mais relevantes teses

foi a que se exprimiu no que qualifica de "grandes idéias" do maniqueísmo. O tema é relevante nesta nossa presente análise da dicotomia esquerda X direita. Com efeito, a característica essencial da polaridade no esquema ideológico é a geração de uma oposição maniqueísta.

No terceiro século de nossa era, quando esteve a ponto de competir com o cristianismo para o domínio universal, na área do Mediterrâneo e Oriente Médio, a doutrina do líder religioso persa Mani (ou, em grego, Manichaeus) produziu o que o sociólogo considera uma "mui poderosa dinâmica escatológica emocional". O maniqueísmo poderia ser descrito, segundo o grande sociólogo alemão, como uma concepção que retira de Deus a categoria de onipotência e a capacidade de haver extraído o mundo do Nada. As injustiças, as iniquidades, o pecado e toda espécie de mal — em suma, os fatores que geraram o problema da teodicéia — resultam de um obscurecimento da luz da verdade e da bondade que cercam os deuses positivos, pelo poder autônomo das forças do mal, identificadas com a matéria impura. O domínio dessas forças não constitui o resultado de um "pecado original". O pecado não foi cometido pelo homem. É fruto da potência satânica de Lúcifer. É a fruta podre deixada por anjos ou deuses decaídos ou então, como em certas seitas gnósticas, resulta da inferioridade de um criador ou demiurgo impotente ou mal inspirado.

A dinâmica de que fala Weber se deduz da visão do mundo que contempla o processo da vida e da história como um gigantesco embate polêmico entre o bem e o mal. Desse confronto sairá, eventualmente, o bem triunfante. O maniqueísmo se alimenta do alívio para a consciência quando assim nos deparamos com uma resposta imediata à nossa angústia: "a culpa é deles, a culpa é sempre deles"... Projetamos sobre o outro o mal que está em nós. Abrandamos nosso próprio desespero. Creio que é, psicologicamente, esse tipo de dualismo que *projeta o mal sobre um inimigo*, verdadeiro ou artificial, a explicação do sucesso da solução maniqueísta que colore tão claramente as ideologias totalitárias modernas. Na escatologia maniqueísta, de fato, o cenário presente de uma luta perversa contra as forças do mal deverá, em inexorável futuro próximo, resultar no triunfo do bem que nosso grupo social, nossa classe, nosso partido, nossa nação representam.

A utopia milenarista encontra na teodicéia iraniana suas raízes mais profundas. A arrogante convicção moral do maniqueu é, portanto, o que mais nos impressiona. Ao contrário da consciência do cristão, que sente o pecado dentro de si mesmo, que sofre a contradição dos opostos em sua própria psique, que se tortura na dúvida, que se contrai no remorso e confessa o pecado, e se retorce no sentimento de culpa e na ânsia de graça e de redenção — o autêntico maniqueu *projeta* inteiramente o mal para fora de si mesmo, expelindo qualquer dúvida quanto à sua própria pureza e integridade moral. O adversário é então carregado com a sombra

inteira da perversidade. O mundo passa a ser o cenário de um conflito doloroso na prenhez do futuro de redenção, no qual os crentes monopolizam para si próprios a presunção da virtude e da verdade, disparando contra o não-crente, contra o adversário e o inimigo político, a acusação condenatória de todo mal e todo pecado existente na situação. O maniqueísta não pode reconhecer, de maneira alguma, que todo progresso espiritual se desenvolve para fora de um processo de projeção da sombra sobre bodes expiatórios *ad hoc*, para entrar num processo de introspecção autocrítica e exame de consciência. É esse esforço hercúleo de introspecção, em suma, o cume a que pode atingir a alma humana no aperfeiçoamento próprio.

Das ideologias salvacionistas modernas é, evidentemente, o nacionalismo a mais suscetível às generalizações maniqueístas. Nosso país, nossa nação, nossa pátria representam o bem, a verdade, a religião, a liberdade, a justiça, a cultura, a civilização, a democracia. Nossa pátria está acima de tudo neste mundo. *Deutschland über alles in der Welt!* gritam os alemães. Temos consciência de sermos instrumentos da divindade: *Gesta Dei per Francos*, proclamavam os cruzados franceses. *Dieu et mon droit* está inscrito nas armas da coroa britânica. Os inimigos de nossa pátria são os militantes do mal. Eles são os asseclas da mentira, do ateísmo, da tirania, da opressão, da injustiça, do barbarismo, da corrupção, da tirania, da decadência econômica, política e racial. “Nossa pátria, com razão ou sem ela” (*our country, right or wrong*), vibrava o herói americano Decatur. Eis a fórmula perfeita do nacionalismo moderno: o Destino Manifesto que está do nosso lado. Mas, pelo menos, confessava Decatur a esperança que estivesse “nossa pátria” com a razão — o que sempre implicava uma dúvida de consciência de que com ela não se encontrasse. Nas fórmulas mais simplórias e mais primitivas, a pátria sente-se automaticamente com a razão. Sempre. Ela é a verdade, permanecendo o inimigo com o erro.

Do nacionalismo, porém, como já notamos, outras ideologias surgiram, particularmente por fusão com o movimento socialista. O mundo foi maniqueísticamente dividido: arianos e judeus, proletários e burgueses, libertadores e opressores, capitalistas e socialistas, terceiro-mundistas e imperialistas, esquerdistas e direitistas. Sobre o adversário que é arvorado em sustentáculo de Ahriman, o deus do mal, se projetam então todos os ressentimentos, todos os ódios, todas as invejas e hipocrisias. O ressentimento já foi filosoficamente analisado por Nietzsche e Max Scheler de maneira exaustiva. Eis a maneira de sempre nos justificarmos. Justificaremos nossa causa e justificaremos nossos companheiros, amigos, aliados e líderes dirigentes, proclamando: a culpa é deles!

6.

DE MARX AO TOTALITARISMO

O problema que Marx enfrentou no que diz respeito ao nacionalismo se coloca bem ao princípio de sua vida intelectual. Aos 17 anos, é ele estudante na Universidade de Bonn (1835) e transfere-se, no ano seguinte, para a Universidade de Berlim. O fervor nacionalista, tendente à unificação da Alemanha, ardia então por toda a parte na Europa Central, de tal modo que Marx sentiu a influência do romantismo liberal e cedeu particularmente à ala mais "progressista" do hegelianismo.

Acontece que, em contraposição a essa postura, legislava soberanamente em Berlim o grande jurista F.K. von Savigny (+ 1861). Savigny postulava, por respeito ao *status quo* prussiano, um conservadorismo radical também de origem hegeliana que consistia em transformar a idéia da comunidade nacional em algo irracional, orgânico, místico, expressão de um laço natural que transcende qualquer justificação utilitária. Era o espírito da "terra e sangue" (*Erd und Blut*) que estava infectando a intelectualidade germânica, refletindo a contaminação do nacionalismo nascente pelo espírito romântico que Rousseau destilara. Savigny era inimigo do racionalismo, representado pela França e por sua influência através do domínio napoleônico. A nação, pensava ele, possui uma identidade, um espírito singular, o *Volksgeist* sem outro fundamento senão sua própria natureza imanente. A Savigny se deve o perigoso princípio "o que quer que existe, está certo", traduzido de Hegel e da dialética de "o que é real é racional." Ora, o conservadorismo romântico e nacionalista da escola histórica do direito, *Historische Rechtsschule*, não era de molde a entusiasmar o filho de judeus convertidos e neto de rabinos ortodoxos. Marx iria preferir os aspectos pseudo-racionalistas e revolucionários que acreditava encontrar na dialética de Hegel, com sua

concepção absolutista do *Geist*. Sua posterior adesão à “esquerda” hegeliana permitiu-lhe escapar do influxo da conversão do velho filósofo ao prussianismo mais estreito, arbitrário e reacionário.

No *Manifesto Comunista* de 1848, não apenas Marx promove o internacionalismo socialista, mas contra-ataca à alegação de que “o comunismo é contra a nacionalidade”. Seu ponto de vista é que o proletariado não tem pátria. Como poderia então o comunismo privá-lo de uma? A pátria é a invenção perversa dos burgueses ricos, dos donos do capital. Quem é pobre e não possui capital não pode sentir qualquer relação afetiva com a pátria. Além disso, raciocinando como economista frio, sua posição é que o crescimento do mercado mundial estaria apagando aos poucos as diferenças nacionais e suprimindo as fronteiras. A extensão universal da massa de proletários além dos limites nacionais provocaria o desaparecimento da consciência individual do Estado-Nação e resolveria o problema. É do Manifesto a profecia de que “a eliminação da exploração do homem pelo homem” acarretaria o fim da opressão nacional, das guerras e da inimizade entre os povos — profecia que está sendo, paradoxalmente, realizada neste final de século, não pelo socialismo, mas pelo livre mercado capitalista. Na mensagem salvífica do comunismo, teria a supressão da propriedade privada e da concorrência econômica efeitos celestiais sobre o relacionamento belicoso entre as nações, acabando definitivamente com as guerras. É interessante cotejar essas previsões soteriológicas de Marx com a situação atual, pós-1989 — especialmente na antiga URSS.

No correr do século XIX e estando o próprio Marx ainda em vida, o socialismo ia conhecer uma lenta evolução da qual resultaria a erosão de seus elementos pretensamente humanistas e universalistas. Pouco a pouco o internacionalismo cederia lugar ao progressivo matrimônio entre os dois movimentos, o socialista e o nacionalista. Um nome a mencionar nesse contexto é o do economista e historiador Johann Karl Rodbertus (+1875), prussiano de índole monarquista e admirador de Bismarck e autor de uma obra em que defende ardentemente o nacionalismo econômico. Ele já foi considerado, com Lassalle e Bismarck, um dos fundadores do nacionalismo social, com a pesada intervenção do Estado na economia. De convicções evolucionistas, insistia na necessidade dos salários serem estabelecidos pelo governo e não abandonados ao mínimo necessário à sobrevivência do trabalhador, tal como admitiam Malthus e Ricardo. O nível dos salários, como acontece hoje em nosso país, devia ser progressivamente decretado a cifras mais altas, em proporção ao aumento da produtividade nacional.

O primeiro dos social-nacionalistas a que nos podemos referir foi Ferdinand Lassalle, que morreu em 1864 num duelo estúpido por questões de ciúmes. Foi Lassalle o ilustre fundador da social-democracia alemã, o primeiro e provavelmente mais poderoso de todos os movimen-

tos de socialismo democrático na Europa. Judeu de nascimento, era um hegeliano e um patriota prussiano, associando em seu pensamento e ação os elementos da esquerda e da direita presentes na filosofia de Hegel. Marx o detestava, porém por motivos de ordem pessoal e de natureza burguesa: antes de 1848 e talvez para abafar o estigma de suas origens judaicas, envolvera-se Lassalle num escândalo com a condessa von Hatzfeldt. O desagrado ressentido se manifestaria anos depois, quando Marx criticou o chamado Programa de Gotha, que devia associar os dois braços do movimento socialista.

Mas se, para Lassalle, o verdadeiro e detestado antagonista do movimento socialista era exclusivamente a burguesia, ele propunha, por essa razão, uma aliança com os setores aristocráticos conservadores da sociedade alemã que sustentavam Bismarck. É possível que tenha sonhado com a ditadura depois da unificação alemã, mas subestimava o imenso poder de Bismarck. Ora, nesse mesmo momento propunha Marx uma aliança tática do proletariado com a burguesia liberal para combater, precisamente, a aristocracia prussiana que sustentava intimamente a política bismarckiana.

Fôra Lassalle também influenciado pelo romantismo nacionalista de Fichte, exaltado em suas Lições sobre o pensador do espírito germânico. A função da filosofia alemã, discursava ele hegelianamente, era transcender o dualismo do sujeito e do objeto, reconciliando o *Geist* com o mundo, reconciliação que triunfaria sobre a realidade. Falava na subjetividade do espírito — *die Innerlichkeit des Geistes*. Seu estilo profético e lírico exasperou Marx. Na obra completa sobre *As principais correntes do marxismo*, nota Kolakowski, também seria Lassalle, com Fichte, um antecipador ou pioneiro do hitlerismo e, por aí, vemos como antiga é a associação que nos forneceu o nacional-socialismo.

No princípio deste século, ainda na Alemanha, aparece Eduard Bernstein (+ 1932) que é o grande fautor do revisionismo, inclusive sobre o tema do nacionalismo ao negar, com ardor, o princípio de Marx de que o proletariado não tinha pátria. Embora também judeu, Bernstein insistia na força dos sentimentos patrióticos germânicos e argumentava que os operários, por força mesmo de sua crescente participação na vida política e econômica das nações, cada vez mais se solidarizavam com as demais classes na defesa de interesses mútuos. Compartilhavam com a burguesia no destino da nação. Para Bernstein, portanto, o socialismo não poderia romper com o culto da nação, nem era tampouco possível criticar o colonialismo tal como se manifestava em sua época. Homem de alta capacidade intelectual e profundos sentimentos humanos, Bernstein também reconheceu a necessidade de evolução do marxismo, cujas teorias demonstravam, crescentemente, estarem fora da realidade social. Talvez porque fosse o primeiro a constatar uma realidade nova, sentiu-se Bernstein acremente atacado por praticamente todos os importantes pensadores e agitadores marxistas, sofrendo críticas e calúnias de uma

inaudita virulência. De modo geral, o honesto e ilustre revisionista foi acusado de ser o imundo porta-voz da elite aburguesada do proletariado.

Discursando sobre a mesma difícil problemática vamos encontrar, na Áustria, a figura de Otto Bauer. Esse socialista dedicou-se a estudar, de um ponto de vista marxista e tendo como pano de fundo o velho e decadente império multinacional austro-húngaro, o princípio das nacionalidades. Sua obra *Die Nationalitätenfrage* aborda a questão, tão importante e vital que de fato resultou no esfacelamento da unidade política habsburguense. Nessa obra, Bauer assevera que a nação constitui “uma comunidade de seres humanos unidos por uma comunidade de destino numa comunidade de caráter”. Nessas circunstâncias, este outro judeu fiel à sua pátria adotiva insistiria que o socialismo não reduz as diferenças nacionais e não destrói as pátrias (como queria Marx) na universalidade da Internacional proletária, mas “ênfatiza em grau extremo a importância do princípio nacional na história”. É interessante notar os paradoxos da situação austríaca naqueles anos decisivos para a Europa Central. Bauer era favorável à *Anschluss*, isto é, à união da Áustria com a Alemanha. Foram os nacionalistas fascistas de Dolfuss que destruíram o movimento socialista austríaco a tiros de canhão, obrigando Bauer ao exílio, onde morreu pouco depois. Mas foi também o austríaco Hitler que mandou matar Dolfuss, liquidou com esse nacionalismo regional e impôs a *Anschluss* pela força.

Ainda no contexto da Europa Central vale a pena recordar o nome do polonês Stanislaw Brzozowski, que morreu em 1911. Defendendo um nacionalismo tão ferrenho e utilizando metáforas patrióticas de cunho biológico tão salientes que seria, posteriormente, denunciado como um antecipador do fascismo, Brzozowski refletia um sinal dos tempos. O nacional-socialismo soviético e o nacional-socialismo nazista, o de Stalin e o de Hitler, se enfrentaram num conflito inextinguível precisamente em torno da Polônia. Havia pontos de convergência entre os dois imperialismos. Muitos geopolíticos, principalmente no Grande Estado-Maior alemão, propunham a aliança da Alemanha e da Rússia contra a rica burguesia do Ocidente Democrático — o que se realizou temporariamente à custa da Polônia, no período de 1939/41, e vigorou, novamente, como política oficial da chamada República Democrática Alemã, a DDR de Pankow. A cisão dramática dos dois nacionais-socialismos ocorreu em junho de 1941 e foi o resultado da disputa pela hegemonia da Europa e do mundo.

Interessante sob o aspecto do entusiasmo nacionalista foi a postura do marxista italiano Antonio Labriola (+ 1904), que considerava o princípio nacional como valor *sui generis*. Esse maior divulgador da filosofia de Marx na Itália — um converso tardio ao radicalismo político — esteve muito ligado a Sorel e essa indicação é suficiente para suspeitarmos do relevante papel de Labriola no movimento de opinião que ia ter como resultado, menos de 20 anos depois de sua morte, a fusão do socialismo

de esquerda e do nacionalismo de direita no fascismo de Mussolini. Talvez conduza Labriola o secreto fio de Ariadne espiritual que leva a história do tresloucado líder republicano romano da Idade Média, Cola di Rienzi, a Garibaldi; e de Garibaldi a Mussolini, passando por Gramsci.

Cabe agora registrar o nome de Rosa Luxemburgo, a grande marxista polono-alemã. Me parece que sua atividade e seu pensamento bem caracterizam, em princípios de nosso século, o movimento comunista mundial. Judia polaca, talvez por isso personifique o aspecto mais vigorosamente antinacionalista do marxismo em sua época, época em que Otto Bauer, Karl Renner, Sorel, Lenin e Stalin procuravam integrar o problema nacional no *corpus* da doutrina socialista criada por Marx. Era natural que Rosa Luxemburgo tivesse sido levada a se manifestar sobre uma questão que, por motivos táticos, se declarava então como da maior importância no desenvolvimento da Revolução Comunista: a da independência e reconstituição de um estado polonês. O tema é recorrente em sua variada correspondência. Seu contato com a questão nacional cresceu no momento da elaboração de sua obra principal, *Die Akkumulation des Kapitals*, livro, publicado em 1913, que constitui uma contribuição significativa para a teoria pós-marxista do imperialismo. Ela acreditava que a opressão de uma nação por outra, mais forte, sempre resultava da ação do capitalismo: "O imperialismo é a expressão política da acumulação do capital na sua corrida para apossar-se dos restos de um mundo não capitalista". Devia a Revolução Socialista, no entanto, acabar com toda opressão e, conseqüentemente, eliminar a problemática total do princípio das nacionalidades. O nacionalismo, repetia com o maior ardor, é um mero *slogan* da burguesia. É uma odiosa tentativa dos capitalistas russos, alemães, austríacos, poloneses ou o que fosse, de lançar areia nos olhos do proletariado.

Rosa pensava que a tendência natural das pequenas nações é serem absorvidas pelas grandes potências. Repetindo o que aprendera com o próprio Marx, perguntava: "Pode-se falar seriamente em autodeterminação para os montenegrinos, os búlgaros, os romenos, os sérvios, os gregos e mesmo, até certo ponto, os suíços?". Num artigo de agosto de 1908, publicado na revista polaca *Przegląd Socjal-demokratyczny*, confessava admitir apenas a autonomia cultural das pequenas nações. Independência política mereciam só aqueles que, segundo Marx, representavam os "grandes povos históricos" com direito exclusivo à sua identidade política. A aplicação dessas idéias à pátria de seu nascimento, a Polônia, nação conhecida por seu obstinado patriotismo, criava problemas irritantes, e não é de admirar que ela se haja, finalmente, transferido para a Alemanha, onde se envolveu na vida política e cultural germânica. Empenhando-se em polêmica contra o marxista polonês Limanowski,

que tentava correlacionar a causa da independência da Polônia com o socialismo, Rosa afirmava sem hesitação que a idéia de restaurar o Estado polonês era ridícula, utópica e constituía uma traição ao internacionalismo marxista. Os movimentos nacionais são progressistas ou reacionários segundo as circunstâncias, postulava — mas, de qualquer forma, secundários em relação à preocupação máxima do internacionalismo proletário. Em agosto de 1914, diante do colapso catastrófico da Internacional comunista ante a psicose de guerra que se alastrava pela Europa, não se abalou. Atribuiu a erros e à corrupção dos líderes da social-democracia o fato de que o nacionalismo a todos enlevava. Afirma Kolakowski, em sua exaustiva *As principais correntes do marxismo*, que “o marxismo, em sua versão comunista, nunca chegou a bom termo com as realidades nacionais”. Rosa Luxemburgo seria um exemplo flagrante dessa perplexidade que lhe foi fatal.

Mas as coisas se iam complicar com a Revolução Russa. As relações entre Rosa Luxemburgo e Lenin não tardaram a deteriorar. A comunista teuto-polonesa pedia ao líder bolchevista a introdução da democracia no país que Marx definira como de “despotismo oriental”. Aconselhava, ao mesmo tempo, que afundasse no sangue os anseios nacionalistas dos povos que compunham o Império Russo. Uma certa incoerência... Mas, na própria Alemanha, empenhou-se a agitadora, juntamente com o camarada Karl Liebknecht, no movimento revolucionário spartakista, sendo finalmente assassinada em 1919, por grupos militares de extrema-direita.

Na própria Polônia, a memória de Rosa Luxemburgo continuou sendo cultuada, não obstante o anti-semitismo da população e sua ruptura com Lenin. Os comunistas alemães principiaram a atacá-la, depois de 1923, por ordem de Stalin. O grande instaurador do nacional-socialismo soviético acusou Rosa de ser a inventora perversa do conceito de “revolução permanente”, subsequentemente adotado por Trotski. Essa teoria se opunha à linha ortodoxa moscovita do “socialismo em um só país”, segundo o *slogan* da “primeira pátria do proletariado” que era personificada na figura bigoduda do lobisomem e papaizinho georgiano. O internacionalismo sem-pátria prejudicava o desenvolvimento teórico e prático do imperialismo soviético...

Com a Revolução Russa de 1917, nasce de fato a impressão que os dois irmãos inimigos, gerados no seio sangrento da Revolução Francesa, iam finalmente saldar as contas. Tal, porém, não acontece. Entre 1918 e 1922, as perspectivas de uma revolução geral não podiam ser de todo desprezadas: a Europa parecia entregue à loucura. Era um pandemônio de revoltas, golpes, ditaduras, assassinatos, conspirações, guerras civis e toda espécie de outras violências. Mas o conflito que surge entre Stalin e Trotski denuncia a iminência do matrimônio fatal entre o socialismo e o nacionalismo.

Trotski era judeu. Por conseguinte, menos sensível aos apelos do patriotismo russo: ele pretendia utilizar a Rússia como simples instru-

mento da revolução mundial, implícita na tese marxista. Stalin, ao contrário, promoveu uma conversão do comunismo em arma política a serviço dos interesses nacionais e imperiais da Rússia soviética. O stalinismo é o nacional-socialismo russo; como o hitlerismo é o nacional-socialismo alemão; o fascismo, o nacional-socialismo italiano; o maoísmo, o nacional-socialismo chinês. Tanto quanto Hitler e Mussolini, efetuaram Stalin e Mao Dzedong a conversão do socialismo internacionalista, de uma doutrina de luta de classes *interna* em um movimento partidário global que aprecia a situação em termos da antítese inexorável, *externa*, entre nações burguesas e ricas, representando o capitalismo em decadência, e nações pobres à procura de independência e recursos naturais. Os pobres é que precisam de *Lebensraum*. A concepção de uma convergência entre os quatro parceiros totalitários se realiza, concretamente, no curto período de sua *entente cordiale*, que vai do Acordo Ribbentrop-Molotov de agosto de 1939, incluindo o Pacto de Não-Agressão entre o Japão e a URSS, até o desencadeamento da Operação Barbarossa, em junho de 1941.

A Nova Esquerda dos anos 60 tentou reabilitar tanto Rosa Luxemburgo quanto Trotski. Tinha a intuição do que se passara. Percebia talvez que a burocracia soviética era tão fascista, opressora e agressiva quanto a nazista. Há alguns anos, uma repórter do *Jornal do Brasil* perguntou-me sobre a "atualidade de Rosa Luxemburgo". Respondi-lhe que não tinha nenhuma. Minha opinião contraditória apareceu entre a de seis outros "intelectuais" que, todos eles, acreditavam piamente no fantasma da polaca. Podemos concluir com o comentário de Kolakowski sobre seu "exemplo de subserviência à autoridade, na crença que era submissão aos valores do pensamento científico". O pensamento "científico" do marxismo moderno acredita que o nacionalismo é um instrumento válido da revolução e foi isso que Rosa Luxemburgo não percebeu.

Insistamos na circunstância que as duas ideologias têm sua origem comum no romantismo de J.-J. Rousseau e no jacobinismo da Revolução Francesa. Os jacobinos não tardaram a dar um sentido coletivista ao princípio de Liberdade (*Liberté*). Eles apregoaram a fusão dos dois outros membros da trilogia (*Égalité*, *Fraternité*), num sentimento patriótico coletivista cuja centelha ia inflamar o espírito de 93.

O maior líder socialista francês, Jean Jaurès, é outro nome importante na problemática do relacionamento entre o socialismo e o nacionalismo. Ele foi assassinado por um fanático tresloucado, poucos dias antes do início da I Guerra Mundial. Sendo um patriota entusiasta, propunha um entendimento com a Alemanha para satisfazer a ojeriza que alimentava contra a Rússia czarista e contra a monarquia capitalista britânica. O fato é que sempre denunciara o internacionalismo do Manifesto

Comunista e, contra Marx, enfaticamente insistia que “os pobres nada possuem senão sua pátria” — um princípio diametralmente oposto ao da ortodoxia marxista. Idealista romântico e otimista, o “pangloss do socialismo” como o qualifica Kolakowski, Jaurès é um pensador de grande idealismo e de profunda inquietação metafísica. O socialismo representava para ele uma espécie de “grande revelação religiosa”, um pseudocristianismo secularizado e destinado a salvar a humanidade do sofrimento, da guerra e do mal. Em seus vôos líricos, possui sua soteriologia política pontos de convergência com o panteísmo evolucionista, confuso, socializante e poético de Teilhard de Chardin. Do ponto de vista deste ensaio, importante é a afirmativa de Jaurès, numa obra curiosa para um socialista e intitulada *L'Armée Nouvelle*, que o proletariado pertence à *patrie*. Contra-revolucionário seria aquele que nega essa realidade tangível da política. A tradição patrioteira dos jacobinos de Robespierre e Saint-Just se fundia aí com o babouvisme e, após mais de 100 anos de ruptura, efetuava uma momentosa reconciliação. A data da morte de Jaurès — julho de 1914 — marca assim, com o colapso da Segunda Internacional, o ponto histórico crucial no desenvolvimento da ideologia nacionalista, quando ela principia sua ominosa fusão com o socialismo num comum coletivismo. Todos os partidos socialistas, o da França como o da Alemanha, o da Áustria como o da Inglaterra, votaram as dotações reclamadas pelos respectivos governos para a guerra. Não obstante suas pretensões pacifistas e internacionalistas, aderiram todos com entusiasmo aos ímpetus belicosos dos partidos burgueses e, fogueiramente, se empenharam em estripar com baionetas e arrebentar com granadas e explodir com obuses seus camaradas do outro lado das trincheiras. Raros foram os elementos que se opuseram à carnificina. A pátria estava acima de tudo: “*Aux armes, citoyens! Formez vos bataillons!*”. Mas Jaurès previu, claramente, o que iria acontecer e, em sua obra já citada, prevenia contra os perigos de querer impor a liberdade pela força: “*Donner la liberté au monde par la force est une étrange entreprise, pleine de chances mauvaises*”.

Na verdade, a única resistência interna que, em alguns países, se registrou, também provinha de motivações nacionalistas, como a dos irlandeses na Grã-Bretanha (que não queriam morrer em defesa da Inglaterra), dos tchecos e iugoslavos na Áustria (que não queriam morrer em defesa da Casa dos Habsburgos) e dos poloneses da Alemanha e da Rússia, por motivos similares. A violenta briga entre os dois amigos, com que Thomas Mann encerra seu famoso romance, *A montanha mágica*, procura refletir o ambiente enlouquecido em que se desenvolveram os acontecimentos em agosto de 1914.

Quero insistir nesse fato. Se, efetivamente, os problemas sociais e os reclamos de justiça são uma realidade do século XX, resultantes dos choques e deslocamentos provocados pela Revolução Industrial e o

progresso tecnológico, tais problemas e reclamos empalidecem quando postos em confronto com essa psicopatologia da alma coletiva, representada pelo nacionalismo. Todo diagnóstico de nossas perturbações deve levar em consideração o fato de que a estrutura do Estado-nação soberano e sua correspondente Ideologia legitimadora não mais se adaptam à universalização social, cultural, econômica e política determinada pelos choques tecnológicos que acompanham a Revolução Industrial capitalista. A meu ver, o aspecto contencioso do século é representado, especificamente, pelo complexo ideológico a que dou o nome de nacional-socialismo.

É em George Sorel que, mais claramente, a ideologia do século XX se manifesta. Retornemos a essa figura exponencial. Sorel nunca foi considerado um grande pensador do movimento socialista. Imaginativo, incoerente, era também volúvel: passou do liberalismo conservador ao marxismo, demorou-se algum tempo no anarquismo e, já velho, elogiou Mussolini, Lenin e o bolchevismo. Tudo isso com uma curta temporada no nacionalismo integral monarquista da *Action Française*. Em filosofia, admirava Sócrates, Hegel, Nietzsche e Bergson, sobretudo este último, que cita incessantemente em sua maior obra, *Reflexões sobre a violência*. Essas quatro sumidades não são facilmente conciliáveis... Mas enfim! Anti-racionalista, anticartesiano, antipositivista e, como tal, diferente de quase todos os outros socialistas, Sorel é um exaltado promotor do intuicionismo bergsoniano e do poder da imaginação mitogênica, em que procura imitar Nietzsche. Sua importância resulta do fato de glorificar as manifestações revolucionárias das massas. Se suas tendências mais profundas pendem para o anarquismo, foi um bom crítico do marxismo, embora se tenha deixado impressionar com as promessas de Marx de uma supressão final do Estado. Repudiando o que havia de determinista e pseudocientífico no marxismo, acreditava que seria o ímpeto espontâneo do povo, agindo com incoercível violência primária, o que acarretaria o apocalipse revolucionário.

Lançou então a idéia do mito. A concepção do mito político é hoje universalmente reconhecida, pelos melhores analistas de filosofia política, como correspondendo de maneira adequada à descrição dos grandes movimentos ideológicos totalitários de nosso século, mais do que qualquer pretensa redução a fórmulas racionais de determinismo histórico. Recordemos a obra do teórico anti-semita nazista, Alfred Rosenberg, que falou no "mito do século XX". Se levarmos em conta, além disso, que Sorel entusiasmou Mussolini com suas imagens, seria fácil concluir que merece, como profeta da ideologia do século XX, um lugar privilegiado entre os que intuíram as características fundamentais do totalitarismo.

A noção soreliana de violência é peculiar e possui conotações místi-

cas. É romântica e quer ser humanista. Elogia, por exemplo, a moralidade da Lei do Lynch. Nesse particular, faria sucesso em nossa terra, particularmente na Baixada Fluminense... Se estivesse vivo, teria presumivelmente apoiado o modo de ação de nossos Esquadrões da Morte e nosso C.C.C., para o restabelecimento da ordem social. Aplaudiria os massacres perpetrados pela polícia militar. Sorel afirma várias vezes que prefere o uso da violência individual, na defesa da ordem e da honra, do que a decadência dos costumes efeminados da burguesia. A violência exerceria um efeito purificador. Ele previu, coisa que nenhum outro socialista conseguiria, o alastramento da selvageria em todas as suas formas na sociedade moderna: a guerra, o terrorismo, a criminalidade, a brutalidade nos esportes e o culto do sadismo nos meios de comunicação de massa. Sorel parece apreciar as declarações retumbantes de Nietzsche na *Genealogia da moral*, sobre a Ética dos Senhores e aplica tais idéias a personalidades e grandes pioneiros da indústria e da política americana como Andrew Carnegie, o velho John Rockefeller e Theodore Roosevelt, que propunha o uso do tacape (*big stick*) como eficiente instrumento de persuasão política sobre os subdesenvolvidos das Repúblicas de Banana centro-americanas.

Sorel pensa nos sindicatos como modelos dos futuros SA alemães, dos *Fasci di combattimenti* mussolinianos e da Falange espanhola ou JONS (Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalistas). Foi certamente um profeta dos aparelhos terroristas de ideologia vária, em pequenos grupos nefandos que assolam nossos campos e grandes cidades. Se levarmos em consideração que Sorel escreveu suas obras mais influentes nos anos que precederam a I Guerra Mundial, quando ainda jovens eram os grandes chefes fascistas das décadas de 20 e 30, podemos compreender o seu papel de inseminador de idéias. Pode-se afirmar que a conversão de certos setores do sindicalismo ao nacional-socialismo, na Itália e na Espanha, foi obra de Sorel. Não esqueçamos que o extremo nacionalismo e certa dose de anti-semitismo estavam presentes em seus escritos. Ele se coloca dominantemente no ponto crucial de bifurcação do movimento nacional-socialista no período que termina sangrentamente em 1939-1945.

Uma outra tese de Sorel, além disso, merece especial consideração: a de greve geral. Sorel transformou a concepção de greve geral em mito revolucionário do movimento sindical. Aplicando as idéias marxistas, ele propunha que, "no dia da revolução" determinado pela fatalidade do descalabro do capitalismo, a classe operária se apresentaria disciplinada e organizadamente em seus sindicatos, unida, bem liderada e motivada pelo próprio mecanismo de produção que exige a tomada do poder pelos operários. Grande parte da polêmica contra seus inimigos socialistas (e são muitos!), que acusa de "utópicos", "aburguesados", "humanitaristas" — homens como Jaurès e Sydney Webb sobre os quais derrama o fel e a ironia — se prende à noção da organização sindical que objetiva o ato

final, derradeiro e cataclísmico: a destruição da burguesia pela Greve Geral do proletariado revolucionário. Embora critique o utopianismo romântico de seus rivais, usa termos líricos sublimes e magníficos para descrever o epílogo da revolução. A Greve Geral seria como a batalha napoleônica. Ela esmaga definitivamente o adversário.

O curioso nessa tese que, seja dito de passagem, só se poderia aplicar, de acordo com o marxismo ortodoxo, em países industrialmente muito desenvolvidos e no chamado "estágio tardio" do capitalismo — é que a greve geral jamais foi utilizada pelo comunismo oficial para a tomada do poder. Lenin, Mao Dzedong, Fidel Castro, Ho Chinmin, Agostinho Neto, Mengistu Haile Mariam, os sandinistas da Nicarágua, nosso Luís Carlos Prestes, os muitos PCs da América Latina e da África, ou do resto do Terceiro Mundo, certamente recorreram à violência, à guerrilha, à luta armada, ao golpe militar e rebelião camponesa, mas jamais à borduna da greve geral. Não obstante a pretensão de Sorel de haver sido lido por Lenin, o fato é que o leninismo de modo algum se coaduna com as teorias do nacional-socialista francês. O leninismo tornou o marxismo irreconhecível, ao postular que a "ditadura do proletariado" pode ser implantada em países de desenvolvimento econômico primário (como era a Rússia de 1917), através de uma pequena organização partidária de agitadores profissionais que exercem a violência em pontos vulneráveis, pela técnica do golpe de Estado. A greve geral seria inútil em países onde não existe, propriamente, um proletariado industrial. Que valeu ela no Brasil, por exemplo, a 27 de novembro de 1935 ou a 1ª de abril de 1964? A CUT, no entanto, parece atualmente muito cultivar a tese soreliana.

Isso nos conduz à constatação, assaz surpreendente, que a greve geral soreliana parece ser um dos muitos "mitos" que o movimento socialista criou no decorrer de sua história como pseudo-religião civil. O exame da experiência concreta do século XX concorreria para essa conclusão. As greves gerais que foram empreendidas por diversos partidos social-democráticos, em aliança ou não com comunistas, sempre se propuseram objetivos limitados, oportunistas ou de circunstância local. Um bom exemplo é a greve geral de 1920, na Alemanha, destinada a impedir o sucesso do *putsch* do General Kapp. Durante os distúrbios estudantis na França, de maio de 1968, os partidos de esquerda decretaram a greve geral, em relutante e tardia tentativa de não deixar a revolução escapar de suas mãos para as de jovens agitadores anarquistas e marcuseanos, sem programa e sem idéias. Poderíamos talvez mencionar ainda as demonstrações de massa de outubro de 1945, na Argentina, como um tipo de conquista do poder que teria agradado Sorel: destituído pelos outros generais, foi Perón reconduzido à Casa Rosada pelas massas de *descamisados* mobilizados por sua mulher, Evita. Nessas manifestações, contudo, a greve só apareceu como instrumento secundário e pouco significativo.

A concepção de Sorel sobre a eficácia da greve geral estaria correta

se o marxismo do próprio Marx fosse correto, isto é, se as condições de produção determinadas pela dialética materialista da História se encaminhassem, inevitavelmente, para um amadurecimento do Estado sem classe. A greve geral seria, nesse caso, o último ato glorioso e apocalíptico da revolução. Pela greve geral, a estrutura capitalista cairia ao chão como uma fruta podre, e o proletariado, demonstrando, pela negação do trabalho, seu controle dos meios de produção, impor a sua vontade triunfante. Seria essa, em suma, a substância do mito, espontânea, heróica e decisiva como “uma vitória napoleônica”.

Mas a astúcia sarcástica da História é que a greve geral só tenha, até hoje, derrubado um único regime. Isso ocorreu na Polônia, precisamente na Polônia comunista. E o autor do episódio foi um movimento dirigido contra um governo comunista por um metalúrgico, o líder da *Solidárnosc* de raízes católicas conservadoras, que é hoje o presidente do país.

O movimento de Lech Walesa (pronuncia-se *Vauensa*) e a ditadura do General Jaruzelski causaram um pequeno terremoto nos círculos da esquerda, se não da esquerda brasileira sobre cujo primarismo mental não devemos alimentar ilusões, pelo menos na esquerda européia. Foi em princípios de 1981, quando ainda ocupando o cargo de embaixador em Varsóvia, que recebi uma romaria de jornalistas e correspondentes de periódicos patrícos que vinham observar os momentosos acontecimentos da Polónia. Desses profissionais, alguns — da extrema-esquerda — estavam abalados, sentiam-se francamente perturbados. Lembro-me de um, aliás velho agitador trotskista, que preferiu não pensar e, havendo desembarcado pela manhã no aeroporto de Varsóvia, já resolvera à tarde todas as suas dúvidas: o Jaruzelski é um imbecil; o Papa, outro imbecil; e Walesa, um terceiro imbecil... Outro correspondente, porém, de intelecto mais sensível e mais complexo, que representava a revista *Veja*, revelava sua angústia diante do espetáculo extraordinário de uma classe operária que se rebelava em peso contra um partido comunista, um governo marxista-leninista e um regime socialista. Confessava sua perplexidade. E racionalizava o problema íntimo de convicção, matutando sobre a grandeza histórica do ideal do socialismo que tem de enfrentar obstáculos tão tortuosos e tão complexos até seu histórico triunfo final... “quando a Internacional for o gênero humano”! Sem querer, meu jovem patríco da “esquerda” tivera uma intuição soreliana.

O problema resulta, precisamente, do insolúvel quebra-cabeça ideológico provocado pela confusão entre esquerda e direita no nacionalismo e no socialismo. Evoluindo como processos históricos independentes, o nacionalismo foi considerado essencialmente burguês. Proclamando-se movimento operário internacionalista, foi o socialismo, na realidade, encampado e liderado pouco a pouco pela nova classe de burocratas e

intelectuais de índole gramsciana: eis a explicação. São os famosos "clérigos" de Julien Benda. O primeiro grande *maître penseur* desse novo estilo foi Marx. Foi ele que preparou aquele "óplo dos intelectuais" de que nos fala Raymond Aron.

Como quero insistir, os dois irmãos inimigos, o nacionalismo e o socialismo, uniram-se em agosto de 1914 quando a Segunda Internacional se esfacelou. No período entre as duas guerras, como vinho *chianti* subindo à cabeça, despontou o nacional-socialismo no horizonte da história da Europa — assegurando o sucesso das matutações de Rousseau, Hegel e Marx. Deu-lhe Mussolini uma forma peculiar na Itália quando, destacando-se do movimento operário, obteve o apoio da pequena burguesia. Foi ele o primeiro que usou o termo "totalitarismo". O talento italiano para a demonstração teatral criou as formas exteriores que se associaram posteriormente, em todo o mundo, ao fascismo. Símbolos, uniformes, saudações romanas, gritos de guerra, *eia, eia, alalá!* O mesmo ocorreu na Alemanha: *heil Hitler!* Na Espanha: *Arriba!* E no Brasil: *anauê!*

Entretanto, não é a Polônia a primeira oportunidade que encontrou a esquerda para se decepcionar com os paradoxos. Já nos anos 20 muitos intelectuais, principalmente anglo-saxônicos que haviam visitado a Rússia para se embebedar com as esperanças da humanidade, voltaram com as náuseas de uma ressaca. O esplendor terrível do embate ideológico foi alcançado durante a Guerra Civil Espanhola: ela mobilizou o entusiasmo do cérebro e do coração do que de mais avançado havia na humanidade, consumindo-se, precisamente, porque ainda postulava a distinção polar entre os dois tipos de totalitarismo. Lembremos que homens como Malraux, Koestler, Orwell, Hemingway, entre os mais notáveis "clérigos" do século, combateram nos planaltos áridos de Castela e nas férteis planícies da Catalunha.

A repressão dos marinheiros sublevados em Kronstadt, nos anos 20; os processos de Moscou nos anos 30; a liquidação do Marechal Tukatchevski e do estado-maior soviético sob acusação de espionagem pró-nazista; os rumores da paranóia stalinista — finalmente o Pacto Ribbentrop-Molotov, a partilha da Polónia e o ataque à Finlândia dissolveram mais algumas estúpidas ilusões da *intelligentsia*. Mas tudo foi varrido no entusiasmo da luta antifascista. Foram os próprios líderes do Ocidente, Roosevelt e Churchill, que se encarregaram de exaltar "nossos heróicos aliados russos": o preço cobrado em Yalta incluiu metade da Europa...

Recordemos, contudo, que, naquela época, os nacionalistas do Terceiro Mundo, os futuros libertadores anticolonialistas, antianglo-saxões e anticapitalistas, quase que invariavelmente haviam tomado o partido do Eixo. Sukarno na Indonésia, por exemplo. Bose na Índia. No Iraque, El-Gailani, antecessor e inspirador de Saddam Hussein, que se rebelou contra os ingleses com apoio nazista. E no Irã, o penúltimo Xá-in-Xá,

Reza Khan Pahlevi, que também foi deposto pelos Aliados. Na América Latina, além do caso de Getúlio Vargas e seu discurso de junho de 1940 (de que trataremos em capítulo ulterior), podemos citar o de Peron, francamente germanófilo durante a II Guerra Mundial.

A dispepsia stalinista afetou, entrementes, uma geração inteira de intelectuais. Alguns dos desabusados produziram clássicos do século XX — como o *1984*, de Orwell, e *O zero e o infinito*, de Koestler. Malraux tornou-se gaullista fiel e foi um dos que salvou a democracia em maio de 1968. Aqueles que contribuíram para *O Deus que falhou* — Koestler, Ignazio Silone, André Gide, entre outros — foram os primeiros testemunhos de uma verdade que, por ser óbvia, custava precisamente a convencer os “inteligentes” amantes de uma lógica labiríntica. Mesmo no Brasil, onde os movimentos de opinião se refletem com 10, 20, 40 anos de atraso, pode-se citar nomes famosos de intelectuais que se reconverteram: Carlos Lacerda, Antonio Paim, Osvaldo Peralva.

Na sua visão caolha do mundo, J.P. Sartre afirmaria, entretanto: “um anticomunista é um cão que não deixarei de morder”... Para a “esquerda”, a distinção entre comunismo e democracia foi diluída sob uma torrente de retórica que os inocentes úteis se empenharam em excitar. Os comunistas seriam nada mais do que “liberais apressados” ou “extremistas da justiça social”. O que simplesmente propunham era a justiça, dita social. Pregavam a democracia econômica, a igualdade de renda, a liberdade do povo oprimido pelas “elites” ou “classes dominantes” ricas. A “guerra fria” que se estendeu pela década de 50 reestruturou os alinhamentos. A esquerda e a direita se colocaram em termos de posicionamento relativo às grandes potências: a esquerda podia ser definida como o antiamericanismo, a direita como o anti-sovietismo.

As coisas se complicaram na década de 60, quando o extremismo maoísta coincidiu com a Guerra do Vietnam. O ano de 1968 constituiu como que um marco histórico da Revolução Mundial, coincidindo paradoxalmente com o período de *détente* internacional e com o grande processo de descolonização afro-asiático. Todavia, a literatura válida de filosofia política na Europa e na América do Norte tornou-se, pouco a pouco, mais consciente da inerente convergência dos totalitarismo de qualquer espécie. A incompatibilidade entre nazismo e comunismo seria um mero epifenômeno da Operação Barbarossa, uma mera consequência da invasão da Rússia pela *Wehrmacht* em junho de 1941. A obra de Hannah Arendt sobre *As origens do totalitarismo* registrou supinamente essa reviravolta.

A nova geração de pós-guerra foi marxista e freudiana. Sempre havia alguns, entretanto, que cresciam das pipocas da puberdade para a madureza cerebrina de uma apreciação mais realista e mais angustiada do mundo. Em 1953, os operários de Berlim apedrejaram os tanques russos. Em seguida, Khrushchev revelou oficialmente, no XX Congresso do PCUS, as aberrações do stalinismo — fornecendo ao mesmo tempo o

grande álibi da esquerda festiva: "o socialismo não é o comunismo, o comunismo não é o stalinismo". Mas outros traumas se seguiram: a Revolução Húngara de 1956, o Muro da Vergonha, o espantoso testemunho do Gulag de Solzhenitzyn, o Outono de Praga, o massacre dos operários de Gdansk em 1970, a invasão do Afeganistão em 1979, a lei marcial de Jaruzelski. Mas quantas outras "provas" seriam necessárias? A cada nova revelação, a *agitprop* se apresentava com a resposta adequada que criava um novo álibi: durante a Revolução Húngara houve Suez e a Argélia; em 1968, o Vietnã; nos anos 70, Pinochet; em 1981, contra a Polónia da *Solidárnosc* surgiu a Nicarágua sandinista. Os fiéis defensores refugiaram-se na Albânia quando despencou o "Império do Mal": mas não sei se o MR-8 já se deu conta, em nosso país, que a Albânia também não é mais stalinista. Foram eles refugiar-se onde ainda se encontram, fumando charutos e andando de bicicleta: em Cuba. O "mal absoluto" está sempre deste lado, enquanto o outro encontra justificação, por mais disparatada que seja.

O Terceiro Mundo, ao qual aderimos desde a OPA de Kubitschek, a "política externa independente" de Jânio Quadros, San Tiago e Jango Goulart e a mais sutil diplomacia conduzida pelo Itamaraty nas administrações Silveira e Guerreiro — esse Terceiro Mundo está ingerindo a grande poção de magia negra ideológica que contaminou nossa época. Um paraíso a ser conquistado — insistamos, pois é essencial! — por meios exclusivamente políticos. Com as armas na mão. "No cano de um fuzil".

Combinado em 100 receitas diferentes e condimentado com 100 diversos acepipes exóticos, chamando-se titoísmo na Iugoslávia, maoísmo na China, nasserismo no mundo árabe, fundamentalismo no Islam, peronismo na Argentina, castrismo em Cuba, "nasakom" (nacionalismo + religião + comunismo) na Indonésia; pretendendo-se católico numa terra, islâmico em outra, francamente ateu numa terceira; invocando esta ou aquela venerável tradição nacional, este ou aquele herói legendário (Ramsés no Egito, Ch'in Shih Huang-ti na China, os Macabeus em Israel, Saladino na Síria, Rosas na Argentina e os régulos antropofágicos da Ghana pré-histórica); exaltando esta ou aquela raça escolhida que, em si mesma, descobre o carisma de governar as demais; seguindo com fanatismo patético este ou aquele líder paracético em que tão generosamente prolifera tem sido a nossa malfadada época — constitui certamente o nacional-socialismo a doutrina coletivista mais representativa e significativa deste nosso desesperado século. Sobretudo no mundo marginal, mestiço, ignorante e subdesenvolvido que não se sente capaz de integração na sociedade aberta e ecumênica do Ocidente.

Nacionalismo e socialismo. Pensando bem, os dois termos do binômio são inseparáveis. A aliança atual do nacionalismo com o socialismo é realmente uma dessas fatalidades, impostas pela "inexorabilidade das leis históricas". O nacionalismo só se pode desenvolver perfeitamente

num meio ambiente em que, em teoria e na prática, cesse a luta de classes *interna*; e seja essa luta de classes transferida para a esfera internacional. Realizado em um país, transforma-se o socialismo, necessariamente, em ideologia nacionalista em virtude da hostilidade que, imediatamente, surge contra o vizinho, o estrangeiro, o inimigo externo “capitalista”, mais rico e mais feliz; e contra o “centro” do poder mundial que procura consolidar-se às margens do Atlântico Norte. Em sua famosa distopia, Orwell claramente percebeu que o estado totalitário ressacralizado é, forçosamente, socialista, nacionalista e guerreiro: ele dividiu o mundo em três superpotências equivalentes — Oceania, Eurasia e Eastasia. Todas as três socialistas e nacionalistas.

Autor da obra *O fim da ideologia*, relembra Daniel Bell a sua adolescência ideológica na década de 30. Em um artigo da revista *Partisan* (Boston University, nº 4, 1981) citado por A. Paim, assinala Bell que toda geração socialista “encontrará o seu Kronstadt” — querendo com isso recordar a rebelião da fortaleza construída por Pedro, o Grande, cerca da cidade de S. Petersburgo, que desempenhou um papel decisivo no episódio da Revolução de 1917: a derrubada do governo Kerenski e a ascensão dos bolchevistas. Em 1922, os marinheiros de Kronstadt novamente se sublevaram, mas dessa vez *contra* os bolchevistas, sendo ferozmente reprimidos por Lenin. Bell, no entanto, argumenta que “o fim da ideologia não representa — nem deve representar — o fim da utopia. Na verdade, só se pode recomeçar o debate sobre a utopia percebendo a armadilha ideológica. Os ideólogos são *terríveis simplificadores*, mas a ideologia faz com que as pessoas deixem de enfrentar problemas específicos e de examiná-los à luz dos méritos individuais. As respostas estão prontas e são aceitas sem reflexão...” Bell termina seu livro invocando o escritor russo do século passado, Alexander Herzen, que afirmava não se poder sacrificar o presente da humanidade em troca de um futuro ideologicamente prometido. “Cada época, cada geração, cada vida tem sua própria realização...”

Para Antonio Paim e os de sua geração, o Kronstadt e o fim da ideologia teria sido o Relatório Khrushchev. Sua repercussão no Brasil foi registrada no magnífico depoimento de Osvaldo Peralva em *O retrato*. Mas notável é, às vezes, a incoerência. Tolo nobelizado pela propaganda de esquerda, Gabriel Garcia Marques detesta do mesmo modo a ditadura de Pinochet e a “democracia” reinante em seu país, execra o governo de El Salvador mas aprova o da Nicarágua sandinista e o da Cuba de Fidel Castro; recusa-se a protestar contra o golpe de Cabul, mas se manifesta contra o de Varsóvia. Cabe, em suma, criar um tumor de fixação propagandístico. As atenções do distinto público devem concentrar-se, por exemplo, sobre a sorte dos palestinos em Chatila, o que permitiria esquecer a agonia do Líbano, massacrado por esses mesmos palestinos, pelos sírios e pelos demais muçulmanos armados pelos russos; a conquista progressiva da África pelos

soviéticos era obscurecida pelo caso da Namíbia; e a Nicarágua era um dom de Jesus Cristo Libertador para fazer olvidar os 35 milhões de católicos da Polônia, onde jamais vingou a Teologia da Libertação... Até hoje, aliás, mostra-se no cinema e na TV as violências de Pinochet, Stroessner, Médici, Videla, Franco ou Salazar, mas é de profundo mau gosto lembrar as de Stalin, Mao, Pol Pot ou Fidel, diante das quais a "guerra suja" conduzida pelos primeiros é brincadeira de criança.

A Polônia foi um bom teste para a lavagem de crânio. Os paradoxos, que a situação polonesa criou, foram curiosos. A igreja popular progressista brasileira preferiu guardar sobre a Polônia um silêncio sepulcral, caído de branco como o dos sepulcros dos fariseus. É sabido que a Igreja de Wysinsky, de Wojtyla, de Macharski e de Glemp não é exatamente progressista: é muito mais tridentina do que *aggiornata*. E, se aceitou a liturgia em vernáculo, foi muito mais em virtude de seu entranhado e tradicional nacionalismo do que por gosto de novidade. Mas o PT eclesiástico não hesitou no escárnio de identificar Lula e Walesa. Qual é a semelhança entre o líder marxista de algumas dezenas de milhares de metalúrgicos paulistas e o chefe católico antimarxista de 15 milhões de operários, camponeses e democratas poloneses, que se rebelaram contra a ocupação de seu país por uma potência estrangeira?

Mas de que lado estava então a esquerda? Do lado do Solidariedade ou do lado do Partido Comunista? O POUP configurava quatro letras que são quatro mentiras: não era um "partido", pois se pretendia o todo, monopolizador e exclusivo, para isso chegando a recorrer à ditadura militar; não era "operário", pois representava apenas uma ínfima minoria de burocratas corruptos e ineptos, ansiosos por manterem suas mordomias; não era "unificado", pois estava irremediavelmente dividido entre reacionários dogmáticos, stalinistas, e liberais favoráveis a uma "renovação socialista" que conduziria à social-democracia de tipo ocidental; nem, finalmente, era "polonês", pois exprimia apenas os interesses imperiais de uma potência estrangeira. Será, então, que o marxismo continua a representar, nos termos de Sartre, "a filosofia insuperável" de nossa época? É sobre essa questão que vamos prosseguir em nossa análise.

7.

O FASCISMO E O NACIONAL-SOCIALISMO

O jogo político deste século se tem geralmente desenvolvido pelas áreas periféricas do quadrante, através de alianças dos elementos liberais, quer com seus vizinhos à “esquerda”, quer com os da “direita” conservadora. Assim, por exemplo, a direita, isto é, a alta burguesia, a oficialidade superior do Exército, os grandes industriais, na Itália de 1920-21 e na Alemanha de 32-36, acolheram o fascismo por temor da anarquia, da Grande Depressão e do bolchevismo. O fascismo e o comunismo são, contudo, irmãos inimigos. Os dois demonstraram capacidade de entendimento fraternal no período do pacto entre a Alemanha e a URSS de agosto de 1939, pacto que — convém recordar — determinou a partilha da Polônia e o desencadeamento da II Guerra Mundial. A própria democracia liberal, representada pela França e Inglaterra e, em seguida, pelos Estados Unidos, formou uma aliança defensiva com a Rússia soviética para liquidar com o eixo Berlim-Tóquio. Mas logo após a guerra, a democracia americana passou a oferecer apoio, nem sempre com sucesso, a todos os elementos democráticos dos países ameaçados pelo comunismo. Foi então erguida a majestosa estrutura defensiva da OTAN, a maior e mais duradoura aliança militar que a história já conheceu, tendo como propósito a resistência à expansão do imperialismo soviético. O colapso do “Império do Mal” foi o objetivo finalmente alcançado pelo Presidente Reagan, em 1989.

O horror que a experiência da II Guerra causou em todo o mundo comprometeu o termo *fascismo*, que constitui, hoje, um qualificativo francamente insultuoso. Uma observação empírica da história recente permite, contudo, uma análise tão clara quanto possível de um sistema que, embebido de paixão, associado a violências sanguinárias, conspir-

cado por horrorosas injustiças e crimes hediondos, é difícil de julgamento num ambiente de fria pesquisa.

No movimento fascista, podemos reconhecer as seguintes características fundamentais: 1) a exaltação da terra e do campesinato, contra a cidade e a burguesia; 2) o nacionalismo expansionista, às vezes levado a proporções paranóicas, com visões de domínio mundial; 3) a supressão da luta de classes dentro do afago patriótico; 4) o gosto irracional da violência, da guerra e da disciplina guerreira, para atingir os fins a que se propõe; 5) o culto da personalidade carismática do líder popular, que recebe o título de Chefe, *Duce*, *Führer*, Caudilho, Supremo, Comandante, *Conducator* ou outros mais. Por força da forte imaginação teatral italiana e do pendor alemão pelas manobras de ordem unida, os símbolos militares e a encenação wagneriana, associou-se a “mística” do fascismo a um ritual guerreiro, com uniformes, camisas coloridas, saudações romanas, gritos de ordem e outros métodos hipnóticos de mobilização do entusiasmo popular.

Todos os movimentos fascistas revelaram (mas isso também ocorre entre conservadores radicais) um grande desprezo pelo liberalismo e pelo sistema parlamentar de governo. As assembleias seriam instituições anárquicas onde políticos desclassificados discutem interminavelmente e não chegam jamais a conclusão alguma. O fascismo não deseja intermediários. Quer a ação direta e às vezes grita “Diretas já!”. O *Führer* vai *diretamente* ao povo e invoca: *ein Volk, ein Reich, ein Führer*, “um Povo, um Estado, um Líder”. É a “democracia *direta*” que também Mussolini anunciava. O indivíduo sacrifica-se inteiramente aos interesses da comunidade, obedecendo às ordens do Chefe: *Credere, obedire, combattere*. É por isso que se pode colocar o fascismo em oposição diametral ao liberalismo. Não ao comunismo. Se ambos os extremismos apresentam pontos de semelhança na repulsa às formas liberais de governo, o comunismo sempre se manteve, no entanto, pronto para utilizar as fórmulas e a retórica democráticas em benefício de seus propósitos oportunistas de conquista do poder. De acordo com os princípios dialéticos do *double think* (o duplo pensar), os comunistas estavam convencidos que a ditadura e a tirania constituem o caminho correto para a conquista da liberdade e da justiça, assim como a guerra o caminho para a paz.

É falso associar o fascismo com a mentalidade conservadora. Trata-se de um dos mais graves e perigosos mal-entendidos ideológicos que foram cometidos. Não representa o fascismo, como o descreve a *Vulgata* marxista, um simples fenômeno de reação da burguesia capitalista, do *petit bourgeois* de classe média diante da ameaça triunfante do proletariado em ascensão. Certo, além de camponês, é o fascismo tipicamente classe média: ele surgiu, na Europa, em período de grave crise econômica que tendia a diluir as diferenças de classe. No início da década dos 30, com os espasmos da Grande Depressão, a pequena burguesia e largos setores

do proletariado se sentiam afligidos pela estagnação e o desemprego que os ameaçavam de rejeitar na miséria. Mas Hitler e Mussolini sempre insistiram na natureza revolucionária da ação que desencadeavam e foram realmente revolucionários, mormente no quadro internacional quando desafiaram a estrutura de poder das potências democráticas que detinham a maior parte dos recursos naturais do planeta: uma revolta dos “povos jovens e pobres” contra as nações “velhas e ricas”. Os *have not* contra os *have*, dizia-se então. Se o que pode definir o conservadorismo é uma certa desconfiança em relação à capacidade de participação das massas populares, não é o fascismo conservador. O *Duce* e o *Führer* salientaram-se como grandes mobilizadores da participação popular. Foram populistas capazes de movimentar centenas de milhares de cidadãos com discursos frenéticos que os punham em estado de super-excitação patriótica. O verdadeiro conservador detesta exibições coletivas histéricas. O reacionário não vai assistir a espetáculos como os que ocorriam na Via del Impero ou óperas wagnerianas como as dos Congressos de Nuremberg.

A tese de que o nazi-fascismo constituiu apenas uma forma específica e transitória do movimento ideológico socialista foi defendida por muitos ilustres autores, entre os quais desejo salientar F. Hayek, que, em sua obra de 1944, *The Road to Serfdom*, em plena guerra e refugiado na Inglaterra, não deixou de associar o nazismo inimigo e o comunismo soviético, então aliado do Ocidente. Sua denúncia do stalinismo não se distancia do que escreve contra Hitler. Quando de sua passagem por Brasília em 1981, salientou Hayek no debate na UnB que, na época, “as pessoas ainda não compreendiam o fascismo, considerando-o não uma versão do socialismo, mas uma reação contra ele. Assim(...) eu já começara a(...) explicar a meus amigos ingleses, em sua maioria influenciados por tendências esquerdistas, que sua crença de que Hitler era um inimigo do socialismo estava errada”. Acentuava então Hayek que já Alexis de Tocqueville e Lord Acton, no século XIX, chamavam a atenção para os perigos do igualitarismo socialista que iria conduzir ao sacrifício da liberdade e à imposição de um novo despotismo. É verdade: em discurso de setembro de 1848, coincidindo com o Manifesto de Karl Marx, Tocqueville acusava o socialismo de procurar a igualdade nas restrições e na servidão, salientando a incompatibilidade da ideologia com a democracia.

Saint-Simon, um dos fundadores do socialismo e velho mestre de Augusto Comte, propunha exatamente, em seu esquema de planejamento integral da economia e da sociedade, tratar as massas humanas como um rebanho. O positivismo de Comte, com suas concepções de ditadura e suas objurgações contra o “individualismo”, é outra fonte da ideologia — e não devemos esquecer o papel que o comtismo desempenhou em nosso país, como influência sobre o Estado Novo e o vazo nacional-socialista do próprio getulismo, assim como de nossos regimes militares. A Tocqueville e Acton poderíamos acrescentar o nome de Jakob Burck-

hardt, que também, ominosamente, anunciava a transformação da sociedade industrial numa caserna.

Não é portanto um sacrilégio, afirma Hayek, mas a lembrança de uma verdade claríssima "o sugerir que o fascismo e o comunismo são meras variantes de um mesmo totalitarismo, que o controle centralizado de toda a atividade econômica tende a produzir". Nesse sentido, o "socialismo democrático é algo extremamente precário e instável, corrompido por contradições internas e produzindo resultados absolutamente desagradáveis para seus advogados".

Intelectual e doutrinariamente, pobre é o fascismo. Possui, contudo, ilustres precursores que compensam sua indigência ideológica com o ímpeto emocional irracionalista e o fulgor de paradigmas históricos. O cesarismo oferece-nos o exemplo clássico de uma revolução de modelo fascista dirigida por um líder popular carismático, apoiado por uma força militar disciplinada, vitoriosa e absolutamente leal aos interesses políticos do comandante. O regime ditatorial que Júlio César impôs foi sustentado pelo seu talento em eliciar visões da grandeza romana. Nos últimos tempos da República, ocorreram fenômenos que poderíamos, sem grande fantasia, destacar como paralelos para as controvérsias e situações da época moderna. César foi um ditador protofascista. Foi também um tipo de revolucionário populista de esquerda, inimigo da aristocracia do Senado, o líder que conseguiu transcender as sangrentas lutas sociais do fim da República graças à organização do Império. Parece-me encontrar no cesarismo o verdadeiro paradigma histórico de uma tendência ominosa que se destaca na atual conjuntura. Não somente filósofos da história, como Spengler e Toynbee, mas os próprios marxistas associaram, por exemplo, a luta dos Gracchi, a revolta dos escravos de Spartacus ou a guerra de Jugurtha aos movimentos proletários e coloniais de tipo moderno. Se Sulla e Pompeu representam figuras militares típicas de reação conservadora, defensores que eram da aristocracia senatorial e dos interesses da plutocracia corrupta que se apossara do domínio da República, de natureza inteiramente diversa se apresenta o sucesso de César. Patrício, filho de uma das mais velhas e ilustres famílias romanas, a *gens* Julia, aliou-se ao partido popular de seu tio Marius, recrutando forças entre a plebe de Roma e os camponeses empobrecidos da Itália. Aguilhoando o orgulho nacional desses homens com retumbantes campanhas no exterior, César valeu-se do Exército para organizar finalmente o partido que, ao travessar o Rubicon, concreta e simbolicamente derrubou a República. Com ela, foi subvertida a velha ordem da nobreza plutocrática. O império assegurou a *pax romana* que, por séculos, daria prosperidade à ecúmene civilizada do Mediterrâneo.

Durante essas primeiras centúrias de nossa era, cabe notar que as lutas civis limitaram-se a confrontos entre a classe senatorial e os novos e sucessivos ditadores militares, os *imperatores* apoiados nas massas plebéias das províncias cujos membros guarneciam as legiões. A lembrança desses precedentes históricos é aconselhável para o entendimento do arrazoado que estou pretendendo desenvolver.

Mais perto de nós, é Napoleão Bonaparte outro protofascista. Assim intuitivamente o descreve Karl Marx, em sua obra *Dezoito Brumário*. Filho da revolução, o General Bonaparte procurou transcender as tensões sociais geradas em 1789/93 através de métodos característicos do cesarismo, isto é, através de um regime que consagra todas as classes e as dinamiza num empreendimento coletivo supremo de conquista imperial. Napoleão foi o último dos déspotas esclarecidos do racionalismo assim como o primeiro dos grandes ditadores modernos e soube utilizar a ideologia revolucionária romântica (no caso, a trilogia *Liberté, Égalité, Fraternité*) para seus próprios fins de poder político. Procurou reconciliar-se com o *ancien régime* e acabou revivendo todos os títulos e dignidades da velha nobreza, casando-se com uma arquiduquesa austríaca. Não obstante, sempre enfrentou seus inimigos mais ir-reconciliáveis, não entre os jacobinos da revolução, mas entre os conservadores monarquistas. Era, portanto, de “esquerda” e foi finalmente vencido pelas monarquias estrangeiras reacionárias que restauraram os Bourbons. Na exaltação nacionalista, na utilização do Exército como guarda pretoriana, na criação da mística ou epopéia guerreira e no autoritarismo autocrático, com extrema centralização e racionalização administrativa do poder, apresenta Bonaparte as facetas que seus medíocres imitadores do século XX não souberam emular.

Era Mussolini perfeitamente consciente de sua dívida a César e a Napoleão. As águilas, os estandartes, as coortes, as saudações romanas e até mesmo o sonho da Terceira Roma imperial foram adaptados na elaboração da mística do movimento. Tomava posturas teatrais imitadas das estátuas dos Césares. Mais sombrio, aceitou Hitler alguns dos sinais alegóricos latinos, procurando, porém, outros motivos no velho panteísmo germânico, no culto de Wotan, na lenda dos Niebelungen, nas lutas medievais, nas expectativas sebastianistas e na Reforma Luterana contra o poder católico, nas tradições militares prussianas, nas figuras soberbas de Frederico II da Prússia e de Bismarck, bem como na mitologia “científica” ariana e anti-semita, ou seja, no “Mito do Século XX” de Rosenberg.

Ao procurar as raízes ideológicas mais antigas do fascismo, temos que recuar a Hegel. Isso, em que pese a restauração do liberalismo na filosofia de Hegel, empreendida por Kojève na França e Francis Fukuyama nos EUA. Já se disse que a batalha de Stalingrad representou um conflito gigantesco entre o braço direito e o braço esquerdo de Hegel. Junto com Hegel, temos Fichte e os filósofos idealistas alemães, bem

como a doutrina da superioridade da raça ariana germânica e a geopolítica dos "Espaços Vitais", do General Karl Haushofer.

Mussolini e Hitler, como aliás também Lenin, sofreram forte influência do ateísmo humanista e niilista de Nietzsche, que deixou imensa prole — muito embora o grande filósofo, talvez o maior pensador do século XIX, tudo tenha sido menos coletivista, nacionalista ou anti-semita. Nietzsche detestava ardentemente o Estado, que descreveu pejorativamente como "o mais frio dos monstros frios". E se referia sarcasticamente aos "prolet-arianos".

Na França, um nome importante é o de Georges Sorel, que voltamos a recordar. Em Sorel, acentua-se pela primeira vez o impulso demoníaco de tudo destruir, de tudo subverter, de matar, queimar, bombardear, arrasar e, sobre as ruínas de nossas instituições mais veneráveis, reconstruir um novo mito, a nova utopia tecnológica alucinante do Leviatã totalitário. Mussolini grandemente admirava seu conceito do irracionalismo agressivo e violento, o que demonstra as "afinidades eletivas" existentes entre os dois extremos totalitários.

Outro nome na França é o de Charles Maurras. Católico, monarquista e autor da concepção do "nacionalismo integral" que inspiraria Plínio Salgado, foi ao mesmo tempo excomungado! Na Itália, os sociólogos das "elites", Mosca, Pareto e Gentile, fornecem alguma respeitabilidade à ideologia em formação. O racismo e o anti-semitismo, porém, representam uma contribuição específica de Hitler que, posteriormente, se estendeu por todo o movimento.

Cabe à esta altura salientar o componente revolucionário socialista do fascismo. Mussolini e Hitler iniciaram sua carreira política a partir de uma juventude indigente, insatisfeita e frustrada de homens de esquerda. Antes de 1914, Mussolini fora editor de uma revista e líder de uma facção social-democrática. Agitador sindicalista, anticlerical e antimonarquista, considerava-se inimigo dos grandes latifundiários e burgueses, adotando a tese de Sorel de que o proletariado é a classe heróica da história. Durante a I Guerra Mundial, manteve uma postura belicista e pregou a entrada no conflito contra o Império Austro-Húngaro, inimigo hereditário que ainda controlava parte da Itália do Norte. Foi quando rompeu dramaticamente com os socialistas pacifistas. A cisão se coloca, especificamente, ao terminar a guerra: os soldados desmobilizados das tropas de choque, os *arditi*, se enquadram no movimento "futurista" do poeta Marinetti e na expedição contra Fiume de outro poeta épico e *condottiere*, Gabriele D'Annunzio, iniciando as badernas com os socialistas de esquerda de Bordiga, Togliatti e Gramsci. A fundação do Partido Comunista italiano, em janeiro de 1921, no Congresso de Livorno, é o que finalmente caracteriza a divisão esquerda X direita. O oportunismo político leva o futuro *Duce* a abandonar, no ano anterior à Marcha sobre Roma, suas idéias socialistas e anticlericais (que retomou, aliás, em 1943) para com seus *Fasci di Combattimenti* proletários aliar-se ao

Exército e aos grandes industriais conservadores, escarmentados pela anarquia crescente e as greves violentas em Milão e Torino, fomentadas pelos comunistas. Concebeu, então, a idéia de ser a Itália uma nação proletária em relação às potências ocidentais, França e Grã-Bretanha. Foram estas acusadas de plutocráticas por controlar os recursos naturais de seus impérios coloniais. O papel histórico da Itália seria o de arruinar a hegemonia desses imperialistas no Mediterrâneo, considerado um *mare nostrum* romano. O elemento nietzscheano de exaltação psicopática da crueldade, do perigo e da aventura guerreira foi popularizado por D'Annunzio.

Tais elementos ideológicos foram os mesmos que surgiram, após 1945, em alguns dos temas mais banais do antiimperialismo de esquerda e da propaganda anticolonialista, associada ao comunismo. Um Fidel Castro, um Coronel Khadafi, um Marechal Amin Dadá e um Saddam Hussein pouco acrescentam ao arrazoado e à personalidade do *Duce* italiano.

Um caminho semelhante foi trilhado pelo *Führer*. Antes da I Guerra já revelara Adolf Hitler o seu profundo ódio à próspera burguesia austro-alemã, à qual associava os judeus cujo bem-estar, em Viena, agravava suas frustrações econômicas e ressentimentos artísticos (pois desejava ser pintor). A palavra nazismo é uma contração do nome do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP ou *National-Socialistische Deutsche Arbeiter Partei*), bem demonstrando o recrutamento inicial nas classes mais modestas da população. Quando, em 1920, encetou suas atividades no Partido dos Trabalhadores da Baviera, dois dos seus mais influentes colaboradores foram Gregor Strasser e Ernst Röhm. Strasser era homem de esquerda, inimigo dos Junkers e dos grandes industriais do Ruhr, e estava empenhado em promover uma revolução interna radical, dirigida não contra os comunistas ou os liberais, mas contra os conservadores que, em torno da figura venerável do Marechal Hindenburg, se reuniam sob a liderança de Franz von Papen e do General Kurt von Schleicher, duas raposas políticas. Por outro lado, o organizador e comandante das milícias "pardas" dos S.A. (Seções de Assalto, *Sturm Abteilungen*), Röhm, alimentava ambições políticas que, conforme acentua Hannah Arendt em seu livro sobre o totalitarismo, mal coincidiam com as de Hitler. O verdadeiro objetivo de Röhm era uma ditadura militar, sustentada não no Partido Nazista, mas na Wehrmacht, à qual sua milícia seria integrada como corpo de reserva.

Quando o ex-sargento da I Guerra Mundial e pintor de janelas foi chamado por Hindenburg para assumir a chancelaria do Reich, em janeiro de 1934, era já o chefe do maior partido alemão, com 44 por cento dos votos e, portanto, com títulos constitucionais à posição. Mas o velho marechal, inteiramente senil, tornara-se brinquedo nas mãos dos intrigan-

tes que o cercavam, inclusive o filho. As necessidades táticas da ação política é que exigiram de Hitler, como antes de Mussolini, a aliança com a direita. Röhm trouxera para as seções de assalto todos os antigos proletários desempregados que antes formavam nas milícias armadas comunistas. Na tenebrosa Noite dos Punhais de junho de 1934, o *Führer* eliminou a sua esquerda interna, com o apoio da SS (*Schutzstaffeln*), uma força policial de elite a ele absolutamente fiel. Strasser e Röhm foram fuzilados em condições escandalosas e Schleicher assassinado. Para gáudio do Exército, no entanto, foram os SA dissolvidos. Acontece que Hindenburg morreu pouco depois e Hitler reivindicou, simultaneamente, a chefia do Estado e a chefia do governo. Confirmou esse poder ditatorial com um plebiscito em que recebeu 43 milhões de votos, 88 por cento do eleitorado. Que um povo tão culto e adiantado quanto o alemão haja, deliberadamente, escolhido a ditadura, refugado as regras do jogo democrático e se entregue à liderança de um demagogo populista dessa espécie configura o que podemos chamar o "paradoxo da liberdade".

A resistência conservadora alemã cessou totalmente em 1938. O Exército e os grandes industriais, os intelectuais e o clero foram seduzidos pelo que parecia uma sucessão absolutamente milagrosa de êxitos internacionais. O elemento que a todos, embora por motivos diferentes, amalgamava era a exacerbação delirante do sonho de conquista — o cimento imperialista que excitava toda a população para a aventura agressiva de impor sobre a Europa a "nova ordem" do III Reich germânico — que devia "durar mil anos"!

As raízes psicológicas do nazismo devem ser procuradas na ativação do arquétipo do Terceiro Estágio, através de especulações concernentes ao futuro Terceiro Império do Espírito, o Terceiro Reich, reino dos eleitos e dos puros, velho sonho sempre redivivo no colo fértil da Brunhilda germânica. Ao milenarismo da classe média e à versão tipicamente teutônica do sebastianismo (com a espera do retorno de Frederico de Hohenstaufen, o Imperador da Idade Média), Hitler apenas acrescentou o evangelho racista dos poucos escolhidos, os arianos — evangelho que não era teutônico em sua essência, pois fôra elaborado por um francês, o Conde de Gobineau, e por um inglês, Houston Stewart Chamberlain, a partir das idéias biológicas de outro inglês, Charles Darwin. Os alemães passaram a acreditar na posse de uma missão especial, transcendente, a ser cumprida na história: *Am Deutschen Wesen wird die Welt genesen*.

A expressão *Dritte Reich*, Terceiro Estado ou Terceiro Império, de fundo conteúdo emocional no inconsciente coletivo, foi cunhada pouco depois da I Guerra Mundial por um modesto crítico literário de convicções pan-germanistas, Arthur Moeller van den Bruck, que tivera conexões íntimas com círculos do misticismo russo. Sua tese era de que só poderia haver um império, império único e universal. Pouco conhecido, o impacto de suas teorias sobre o nazismo deve, no entanto, ser equiparado ao das

teorias racistas que Rosenberg adaptou, bem como à doutrina dos espaços vitais, *Lebensraum*, da escola geopolítica alemã do General Haushofer. Em seu livro *Das Dritte Reich*, publicado em 1923, Moeller van den Bruck tentou combinar o socialismo com o nacionalismo, donde a expressão nacional-socialismo com que se designou o movimento hitleriano. Ele obedecia claramente ao espírito hegeliano de seu tempo, o *Zeitgeist* de princípios do século, quando propunha transcender o internacionalismo marxista pela união dos dois irmãos inimigos, “de maneira que as forças que dirigiam a luta de classes contra nossa nação, se juntem para repelir o inimigo estrangeiro”. Na verdade, essa intenção de superar a luta de classes interna para enfrentar o rico adversário externo, suporte do capitalismo, foi uma vertente comum de todos os movimentos fascistas. É a política típica da “esquerda” de nossos dias que, para combater o “imperialismo *yankee*” que ameaçaria a nação, procura aliar-se à “burguesia nacional”... A doutrina nacionalista impõe o repúdio ao conceito de luta de classes *interna*. E, de conformidade com os princípios de Lenin e Trotski, a luta de classes é transferida para o âmbito internacional.

O ódio de Hitler aos judeus prende-se a razões paralelas. Na mitologia anti-semítica, configuram os judeus uma conspiração universal empenhada em destruir a civilização, havendo para isso criado tanto o capitalismo dos grandes bancos e monopólios internacionais, quanto o marxismo — ambos multinacionais e desnacionalizadores. É a tese de Werner Sombart. Conforme acentuamos em capítulo anterior, os judeus representam o elemento mais cosmopolita, mais aberto ao internacionalismo e, por consequência, mais avesso às tradições fechadas, exclusivistas e orgânicas de cada nação.

Em que pese a aliança espúria do cabo austríaco com os junkers prussianos e os elementos conservadores da Baviera católica e da Renânia industrial, foram esses elementos “de direita” que, em julho de 1944, tentaram terminar a guerra com a eliminação de Hitler. A conspiração militar, cujo principal executante foi o heróico e malfadado Coronel Claus von Stauffenberg, e da qual participaram vários almirantes e marechais (Canaris, von Kluge, von Witzleben e o mais popular de todos, Rommel) representou a única forma de resistência que o hitlerismo enfrentou na Alemanha. Se os Aliados houvessem tido a habilidade de computar esses fatores, em vez de impor, sob inspiração de Roosevelt mas contra a opinião de Churchill, termos de rendição incondicional; se houvessem concentrado suas exigências sobre Hitler, para dele separar os generais, teriam provavelmente obtido a adesão de grande parcela da oficialidade para a supressão do regime. A guerra poderia haver durado um ano a menos. O Japão ter-se-ia rendido sem o uso da bomba atômica e a Europa Oriental teria sido preservada de 45 anos de domínio soviético. Ademais, de que valeu comprometer todo o Exército alemão na condena-

ção total — pois tal foi o sentido do veredicto contra o chefe do estado-maior, General Jodl, no processo de Nuremberg — se, poucos anos depois, chamavam os mesmos generais para reconstruir a Wehrmacht, desta vez como aliada no seio da OTAN?

Na Itália, a queda de Mussolini em julho de 43 também foi conspirada dentro do próprio Grande Conselho Fascista, com apoio do rei e do Exército, na pessoa do Marechal Badoglio. A grande contribuição comunista consistiu, simplesmente, em suspender os corpos fuzilados do *Duce*, de sua amante e de seus amigos, de cabeça para baixo como porcos escorchados num açougue, numa praça de Milão: a vingança de Gramsci...

No arrazoado que estamos encaminhando, o fascismo não representa, como pretendem os marxistas, um simples fenômeno reacionário da pequena classe média. A associação muito comum que é feita entre conservadorismo e fascismo resulta de uma interpretação falaciosa e tendenciosa dos acontecimentos que se registraram entre a I e a II Guerra Mundial. Tal interpretação foi promovida por Stalin, por óbvios motivos psicológicos, a fim de criar um bode expiatório que pudesse convenientemente carregar a culpa pelos métodos obscenos de que ele próprio se utilizava, tendo em vista seus propósitos imperialistas. Nesse sentido, podemos insistir no fato de que o *comunismo soviético configurou a forma propriamente russa do nacional-socialismo*.

Outros dados de natureza histórica contribuem para documentar a presente tese. A aliança entre o nazismo alemão e o fascismo italiano só ocorreu em 1936. Antes disso, Mussolini apoiou o "fascismo" austríaco de Dolfuss *contra a Anschluss*, pretendida por Hitler. As relações entre os dois movimentos foram bastante críticas nessa época. Foi a oposição britânica à conquista da Etiópia que lançou o *Duce* nos braços do *Führer*. A resistência ocidental ao avanço nipônico sobre a China iria, similarmente, promover a aliança do Japão com seus dois parceiros europeus, determinando a formação do Eixo Roma-Berlim-Tóquio.

Para um bom entendimento dos termos pela análise histórica, vale novamente recordar que a *II Guerra Mundial* foi desencadeada em virtude das condições proporcionadas pelo Pacto Ribbentrop-Molotov. Seu objetivo imediato era a partilha da Polônia, então governada pelo Marechal "fascista" Smigly-Rydz, herdeiro do ditador direitista Marechal Pilsudski, que falecera em 1936. O malandríssimo acordo permitiu à Alemanha atacar e vencer a Polônia, a Noruega, a Dinamarca, os Países Baixos e a França, como permitiu à URSS abocanhar os países bálticos e parte da Finlândia, da Polônia, da Hungria e da Romênia.

Por ordem de Stalin, o Partido Comunista polaco foi dissolvido em 1938, sob acusação de serem seus chefes agentes provocadores do

capitalismo ocidental. Os que se encontravam na Rússia foram simplesmente executados. Durante a guerra, o POUP foi reconstituído com gente mais subserviente a Moscou, tais como Gomulka, Bierut e Gierek, que iriam mais tarde governar o país. As peripécias tenebrosas da guerra, particularmente o massacre de 12 mil oficiais poloneses pelo Exército Vermelho na floresta de Katyn e a revolta de Varsóvia, em outubro de 1944, que os russos não sustentaram, se encarregaram de eliminar toda e qualquer resistência nacional anti-soviética.

Na Romênia, um dos mais extremadamente fanáticos e violentos entre os movimentos de índole fascista da década de 30, a Legião do Arcaño S. Miguel ou "Guarda de Ferro", foi em 1940-41 sacrificada pelos alemães, por conveniência política do momento, pois se tratava de acorrentar o país no âmbito do Eixo Berlim-Roma, com vistas à futura invasão da União Soviética. O fundador da Legião, o "capitão" Corneliu Codreanu, fôra assassinado por ordem do Rei Carol. O comandante do Exército, o *Conducator* Marechal Antonescu, alçado ao poder, suprimiu a Guarda de Ferro pela força, com o apoio de tropas alemãs que haviam penetrado no país. A sorte da Guarda de Ferro é curiosa e paradoxal: Horia Sima substituiu Codreanu e governou, por uns tempos, até ser derrubado por Antonescu, aprisionado e entregue aos alemães que o puseram num campo de concentração. Foi ali encontrado pelos Aliados, em 1945, que, o julgando uma vítima de Hitler, o libertaram. Isso lhe permitiu refugiar-se na Espanha, onde morreu há poucos anos. Fuzilado pelos soviéticos em 1944, Antonescu foi posteriormente reabilitado como o trágico herói nacionalista que procurou reconquistar aos russos a província perdida da Bessarábia. Da tragicomédia ideológica romena temos uma boa ilustração em *A vigésima-quinta hora*, de Monsenhor Virgil Gheorghiu, romance que se tornou um bestseller imediatamente depois da guerra e foi filmado, com Anthony Quinn no papel principal. A farsa conheceu um epílogo sangrento quando o ditador, Nicolae Ceausescu, um líder de tendências claramente fascistas, foi fuzilado com a mulher, em fins de 1989, por um golpe militar de uma facção comunista mais moderada e apoiada por Gorbachov, facção que ainda hoje governa o país.

Os anos que antecederam a guerra foram dominados pela tragédia da Guerra Civil Espanhola. Esta é demasiadamente complexa para ser explicada em termos simplórios de direita x esquerda, fascismo x democracia ou monarquia x república. Do lado dos rebeldes de Franco combateram monarquistas (divididos entre carlistas e legitimistas), católicos, republicanos conservadores e fascistas socializantes da Falange. Do lado do governo de Madrid, associaram-se republicanos liberais, socialistas democráticos, nacionalistas catalães e bascos (estes também católicos e conservadores), anarquistas e comunistas. Dentro da grande Guerra Civil, uma guerra civil mirim opôs anarquistas e comunistas em Barcelona, em maio de 1937, assim como comunistas e democratas

desejosos de concluir a paz, em Madrid, em março de 1939. Sobre a eliminação dos anarquistas do POUM pelos stalinistas deve-se mencionar a obra de Orwell, *Hommage to Catalonia*, pois ele próprio combateu do lado dos anarquistas. As hesitações inglesas e francesas em tomar partido revelam a dificuldade em decidir de que lado, verdadeiramente, se encontra a democracia neste conflito espantoso, tão expressivo do caráter ilógico, passional e extremado do espanhol.

Poderíamos oferecer outros exemplos para demonstrar a inviabilidade de uma definição estrita da II Guerra Mundial como mero confronto entre a democracia e o fascismo. Em primeiro lugar, a invasão da Polônia e da Finlândia pela Rússia, em 1939/1940, que quase levou os Aliados a hostilizarem a URSS. Em segundo lugar, o caso do Japão. O Império Nipônico foi levado à guerra por um governo militar que mobilizava jovens oficiais de tendências populistas e velhos generais socialmente conservadores, empenhados ambos, ideologicamente, em reviver as tradições do Japão medieval. O General Tojo nada reproduz da imagem de um líder carismático fascista. O "culto da personalidade" concentrava-se na figura abstrata do imperador, o qual, entretanto, não governava. A divinização do Mikado não somente é anterior de milênios ao aparecimento do fascismo, mas sobreviveu à derrota, tanto que o imperador continua a desempenhar seu papel simbólico na democracia japonesa. O regime extremamente nacionalista, autoritário e imperialista que desencadeou a guerra contra a China e o Ocidente, em 1937/1941, possui características diversas, embora nem por isso menos turbulentas, do fenômeno político que engolfou seus aliados europeus.

Outro caso instrutivo a ser lembrado é o do General Metaxas, na Grécia. Em 1936, sendo ditador militar, Metaxas entusiasmou-se pelas idéias fascistas e acariciou sonhos grandiosos de uma "terceira civilização helênica", exaltando a virilidade guerreira da antiga Esparta e pretendendo ressuscitar o esplendor imperial de Bizâncio. Mussolini não o levou a sério e invadiu a Grécia. Os italianos, porém, foram desbaratados, até que os alemães lhes viessem dar mão forte. E, assim, Metaxas (+1941) se tornou o herói da defesa da Grécia contra a invasão ítalo-germânica.

Mais um exemplo pertinente nos convém citar, sobretudo à luz dos acontecimentos que perturbaram Portugal há 20 anos: refiro-me a Salazar. Nos termos de análise ideológica em que coloco o problema, me parece muito incorreto qualificar Salazar de fascista. Na verdade, ele revelou pouquíssimas características do líder populista, mobilizador de multidões. Professor de economia, lente de Coimbra, introvertido, obstinadamente conservador em suas idéias sociais — embora, inicialmente houvesse sido influenciado pelas Encíclicas do Papa Leão XIII — Salazar era, indubitavelmente, um ferrenho anticomunista. Por esse motivo ofereceu discreto apoio a Franco e aos alemães no princípio da guerra. Logo em seguida, porém, fez pender a neutralidade portuguesa para o

lado dos Aliados, cedendo-lhes os Açores, o que justificou o ingresso posterior do país na OTAN. Salazar detestava as multidões e nada fez para mobilizar as massas em seu favor, limitando-se, sem qualquer entusiasmo, a permitir a organização de uma Legião Portuguesa, de moldes fascistas, cuja total inoperância ficou demonstrada na noite de 25 de abril de 1974. Desprezava igualmente o Exército, razão pela qual todas as conspirações, inclusive a última que lhe derrubou o regime, foram encabeçadas por militares. Nada menos do que demagogo, seria mal interpretar o sistema reacionário do lente de economia como um regime fascista. Se o termo foi ali vastamente inflacionado para xingar todos os adversários dos comunistas do Senhor Álvaro Cunhal, isso em nada modifica a realidade dos fatos e a propriedade dos termos. A exaltação emocional anárquica que percorreu nossa querida mãe-pátria foi de tal ordem que em “fascistas” se transformaram facilmente o General Spínola, o Senhor Mário Soares, os donos de automóvel em geral, os proprietários de jornais, os aficionados de touradas e os turistas de língua inglesa. A total corrupção semântica constituiu apenas um dramático sintoma do desarvoramento dos espíritos, felizmente superado e de pouca duração.

E agora o caso de De Gaulle. Teria sido o General De Gaulle um fascista? Ele reergueu o nacionalismo francês, polindo com cuidado o antigo esplendor, algo desbotado, de *La Gloire*. E representou, muito conscientemente, a figura de um salvador carismático, uma espécie de Joana d'Arc de calças. Para o que, aliás, não prescindiu de usar um símbolo político-místico apropriado, a Cruz de Lorena. Quando voltou ao poder em junho de 1958 — depois de um *putsch* de generais, em Argel, descontentes com a maneira como andavam as coisas na metrópole, particularmente com a impotência e incompetência dos políticos da IV República em resolver o impasse criado pela guerra colonial na Argélia — toda a esquerda francesa desandou em tremenda gritaria, denunciando De Gaulle como fascista. A denúncia repercutiu no mundo e também no Brasil circulou essa versão. Se fora ele que representara a *Résistance* à ocupação nazista, também impedira que os *maquis* dessa resistência levantassem uma bandeira exclusivamente vermelha, tal como ocorreu em outras partes da Europa. Isso, as esquerdas nunca lhe perdoaram. A gritaria redobrou de intensidade sob a inspiração do velho socialista Mendès-France quando, em 1962, após haver criado a Quinta República, De Gaulle instituiu, pela primeira vez na história francesa, a eleição direta do presidente ou chefe de Estado pelo sufrágio universal. Como, em 1947, De Gaulle havia fundado um *Rassemblement du Peuple Français* com o intuito aparente de eliminar a balbúrdia partidária francesa e reorganizar o seu próprio partido (que ainda existe) após a volta ao poder, o *gauchisme* considerou a medida uma espécie de sistema plebiscitário, de índole bonapartista, ou um novo passo para a “democracia

direta” que definiria o fascismo. Curiosamente, no Brasil as eleições diretas representaram uma reivindicação das esquerdas...

Posteriormente, de Gaulle deu início a uma política de *détente* com a URSS, retirando a França da aliança militar atlântica. As acusações de fascismo imediatamente cessaram, como por milagre! Não mais convinha aos interesses da linha russa hostilizá-lo com esse epíteto afrontoso, tanto assim que os “acontecimentos” de maio de 1968 foram conduzidos por estudantes anarquistas e comunistas de linha trotskista, marcuseana ou chinesa, enquanto o PCF se mantinha convenientemente passivo. O caso me parece bastante típico do emprego tendencioso do qualificativo “fascista”, emprego invariavelmente determinado, quaisquer que sejam as contorções mentais, pelas conveniências de Moscou.

Graças à contribuição pessoal de Mao Dzedong, a doutrina marxista foi na China bem adaptada às circunstâncias históricas, de tal modo que é difícil distingui-la de um nacionalismo de extrema-direita. Lembremos que, inicialmente, isto é, na década dos 20, os comunistas constituíram uma seita extremista, dirigida por enviados do Komintern (*Les Conquistants*, como os descreve Malraux no primeiro de seus célebres romances), aliada ao Kuomintang, o partido do líder republicano nacionalista Sun Yatsen. Como associados, participaram da operação de conquista de toda a China do norte, comandada pelo General Chiang Kaichek, sucessor de Sun Yatsen como líder do Kuomintang. Seria mais justificável descrever Chiang Kaichek como fascista. Como partido nacionalista de tendências socialistas que cultuava a personalidade de Sun Yatsen, o Kuomintang possuía aspectos conscientemente calcados nos modelos europeus, o que não impediu Chiang de tornar-se o herói da resistência contra o Japão. Um pormenor interessante deste caso nos é oferecido pela relutância dos oficiais alemães que instruíam o Exército chinês em retornar a seu país, por volta de 1937, por imposição da política de aliança que a Alemanha nazista e o Japão estavam então negociando.

Entretanto, numa intriga decisiva ocorrida em Shanghai em 1927, Chiang resolveu aliar-se à classe média urbana modernizante, conhecida como a dos *compradores*, que eram os intermediários com os interesses comerciais estrangeiros nas grandes cidades costeiras. Os comunistas foram perseguidos e obrigados a refugiar-se na área rural. É nessa ocasião que o “urbano” mandarim Chou Enlai perde a liderança do movimento comunista para o “camponês” Mao Dzedong. A grande cisão revolucionária entre “direita” e “esquerda” é descrita por Malraux em seu outro célebre romance, *La condition humaine*. Mas o grande paradoxo chinês é que o verdadeiro nacionalismo, o mais radical, o mais contrário à influência estrangeira e mais rebelde à abertura da China (*open-door policy*) ao mundo ecumênico e, por conseguinte, também o mais hetero-

doxo do ponto de vista de uma obediência correta às idéias do próprio Marx, é precisamente o dos comunistas. A heróica Longa Marcha pode ser definida como uma retirada para longe do internacionalismo cosmopolita autenticamente marxista. Torna-se assim o Kuomintang, especialmente durante a guerra, um símbolo da aliança com os interesses das democracias ocidentais anglo-saxônicas que o “despotismo oriental” maoísta repudia.

Devo dizer que vou mais longe. Não considero o comunismo chinês como de modo algum marxista, porém malthusiano. É o demógrafo e economista inglês Thomas Malthus e não Karl Marx quem justificaria essa centralização obsessiva de toda a política em torno da agricultura, tendo em vista resolver o que, de longe, sempre foi o maior problema da China: como alimentar satisfatoriamente uma população que, já naquela época, se aproximava perigosamente da cifra de um bilhão de almas. Nesse contexto, as medidas mais sábias que a reação de “direita” dos mandarins chineses tomou, sob a liderança de Deng Xiaoping, discípulo de Chou Enlai, não são apenas as de abertura e privatização da economia, mas as de controle draconiano da natalidade.

Num capítulo posterior, vamos discutir em mais detalhe as posições concretas de Marx quanto ao “despotismo oriental”, como o chamava, e seu extremo desprezo pela Ásia e pela classe camponesa. Marx se deve haver remexido desesperadamente em seu túmulo londrino, ao saber o uso que de suas idéias estava sendo feito pelos comunistas chineses. O fato é que, imediatamente depois do triunfo de sua revolução, em 1950, Mao ainda se conservou astuciosamente preso aos interesses imperiais da URSS, respeitando seu tipo “ortodoxo” de ideologia. Continuava fazendo referências discretas aos antigos valores internacionalistas e incensava a Rússia stalinista como a nação líder do proletariado universal. No período da “revolução cultural” da segunda metade da década dos 60, porém, o maoísmo evoluiu para um nacionalismo revolucionário extremado. Seu grande intérprete é então o Marechal Lin Biao. Na nova perspectiva, deve o mundo ser apreciado à luz de um confronto, brutal e decisivo, entre os países industrializados e urbanizados do Ocidente (equiparados à burguesia capitalista de outrora) e os países agrários e pobres do mundo tricontinental (Ásia, África e América Latina). Portadores da mensagem de rebelião, seriam estes os verdadeiros representantes do proletariado do Antigo Testamento marxista — ou seja, o “proletariado externo” de que falava Toynbee.

A evolução de certos ditadores, certos regimes e certos intelectuais da “direita” para a “esquerda” e, em seguida, sua conversão do socialismo ao nacionalismo, ilustra a meu ver a subordinação de todo o movimento revolucionário do século XX à ideologia global nacional-socialista. A consequência foi a degradação do mito da Terceira Internacional para o mito do Terceiro Mundo.

Alguns casos são interessantes na Ásia, na África e na América

Latina. Na Indonésia, temos o exemplo de Sukarno que, após servir os ocupantes japoneses como uma espécie de Quisling, transformou-se em Pai da Pátria e um dos pró-homens "não-alinhados" do Terceiro Mundo. Para seu mal, associou-se com demasiado entusiasmo aos interesses da China maoísta e, em 1964, após uma confusa tentativa de golpe de Estado, foi destituído pelo General Suharto que, com o apoio de nacionalistas e islâmicos, até hoje governa a Indonésia. Calcula-se em 100 mil o número de comunistas, a maior parte chineses, trucidados então pela reação militar.

Mais pertinente é o que aconteceu com os árabes. Empenhados em lutar contra a presença colonial da Grã-Bretanha e da França, os árabes tiveram tendência a simpatizar com o Eixo antes e durante a II Guerra Mundial, estimulados nisso pelo princípio de sua resistência ao sionismo. Certa vez na Líbia, embora sem grande sucesso, Mussolini puxou o queixo, encheu o peito e desembainhou a espada do Islam, proclamando-se protetor dos árabes em seu conflito com as democracias ocidentais. Em 1941, no Iraque, Rachid El-Gailani tomou, com apoio nazista, a iniciativa de uma revolta antiinglesa que foi desbaratada numa curta "guerra". Alemães suspeitos de nazismo refugiaram-se no Egito no pós-guerra, onde assistiram o governo do Cairo em sua primeira guerra contra Israel, a de 1948. O Grande-Mufti de Jerusalém, Amin Al-Hus-saini, também por ódio aos judeus, recebeu apoio do Eixo.

Depois de 1948, contudo, a situação evoluiu em todo o Oriente Médio. Os russos que, inicialmente, ajudaram os sionistas para atrair os ingleses e fincar pé na área, passaram, a partir de 1956 e da Segunda Guerra árabe-israelense, a apoiar os árabes. Essa política contaminou progressivamente de coloração esquerdizante o velho anti-semitismo, que transitou para o vocabulário do Terceiro Mundo com o eufemismo de anti-sionismo. Cabe lembrar que até o Brasil caiu nessa esparrela ao tempo da administração Geisel-Silveira.

Um outro caso curioso é o ocorrido na Bolívia. Observemos que o Movimento Nacional Revolucionário, ainda hoje dominante na agitada vida política da nação vizinha, é responsável pela Revolução de 1952 que nacionalizou as companhias de estanho e deu início a uma reforma agrária em benefício dos índios (e, incidentalmente, comprometeu o desenvolvimento econômico do país que, nesse período, permaneceu o mais pobre da América do Sul). Ora, em seus primórdios, é o MNR considerado francamente fascista. Nasceu entre oficiais do Exército, como Villaroel e Busch, que combateram na infeliz Guerra do Chaco. Inspirados no desejo de redenção e reformulação social da nação, esses oficiais nacionalistas formaram uma sociedade secreta, a RADEPA (*Razon de Patria*) cujas simpatias em relação a Hitler eram notórias. Seu principal líder, o Coronel Villaroel, alcançou o poder em 1943, num dos inúmeros golpes de Estado que se têm sucedido no Altiplano. Três anos depois, outro golpe o depôs: ele e vários de seus associados são linchados

pela turba enfurecida e seus corpos pendurados nos postes de uma praça de La Paz, repetindo o castigo que sofrera Mussolini. Sob a direção de Victor Paz Estenssoro, o MNR tornou-se um movimento típico de caráter nacionalista e socialista que parece evoluir, ora para a direita, ora para a esquerda, sem perder sua identidade. Mas Victor Paz teve o talento excepcional de perceber as exigências da modernidade econômica: demitiu funcionários, extinguiu a inflação, humilhou os poderosos sindicatos de mineiros e seu líder Lechin. Hoje, seu líder, que alcançou a presidência em eleições corretas, segue uma política francamente liberal, na linha do próprio Victor Paz.

O fascismo, em suma, constitui apenas uma versão, circunstancialmente anti-russa, do nacional-socialismo teuto-italiano, do período entre as duas guerras, que contaminou grande parte da Europa e dos continentes influenciados pela civilização européia. Por conveniência dos interesses russos, essa mesma ideologia transmutou-se em esquerdismo terceiro-mundista no período posterior a 1948, repudiando sua verdadeira designação.

Vamos agora fazer uma referência a Juan Peron e a seu movimento *Justicialista* que, por ainda nominalmente subsistir na direção da política da Argentina, apresenta características de sobrevivência de extrema singularidade e interesse. Peron, como Getúlio Vargas no Brasil, contradiz o lugar-comum, muito popular sobretudo nos Estados Unidos, que o problema político da América Latina consiste num conflito permanente entre militares de linha dura diretista, que sustentam latifundiários conservadores, e forças democráticas progressistas que se arremigram na "esquerda". O paradigma do Brasil e da Argentina mais se assemelha ao que foi demonstrado pela Grécia e a Roma clássica, no qual, como já reparamos em capítulo anterior, "tiranos" populistas, movidos pela ambição pessoal de poder, se assenhoreavam dos movimentos populares abrangentes, tendentes a estender os direitos e vantagens da cidadania plebéia. Na América Latina, verificamos que o processo de modernização tanto pode ter sido dirigido pela chamada "esquerda" populista como pela "direita" liberal-constitucionalista. Na realidade, o fator principal é a força carismática de personalidades dominadoras que se servem da ideologia da moda, como instrumentos para a subida e manutenção no poder. O caudilhismo sempre constituiu a essência do poder político na América hispânica, e esse caudilhismo tanto pode seguir padrões revolucionários jacobinos quanto bonapartistas.

Podemos, nesse sentido, traçar paralelos entre Peron e Vargas. Mas as semelhanças e discrepâncias entre esses dois homens, que tamanho impacto tiveram sobre seus países neste século, são igualmente salientes. Além disso, há a considerar o fato de a Argentina ser uma nação

muito mais jovem, ainda que mais madura do que o Brasil, uma nação etnicamente mais homogênea e havendo alcançado um alto estágio de desenvolvimento por volta da segunda década deste século.

Consolidada somente por volta de 1880, conheceu a Argentina 50 anos de um milagroso progresso, do qual emergiu como a quinta ou sexta economia do mundo. Em 1929, era a renda per capita argentina maior do que a de qualquer nação européia, com exceção da inglesa e da francesa. Formada ainda mais fortemente do que os EUA por imigrantes — italianos, espanhóis, alemães, judeus, irlandeses, eslavos, etc., contava-se, por aquela época, que os mexicanos descendiam dos astecas, os peruanos dos incas e os argentinos... pois bem, haviam descido de navios. No seu *A study of history*, Arnold Toynbee exemplifica o seu critério de “resposta” adequada de um povo aos “desafios” de seu meio (*challenge and response*) com o que ocorreu no “Estado Argentino do Rio da Prata”. Contrasta esse modelo meridional com nosso atraso, atribuindo a diferença ao melhor clima do primeiro. O grande escritor e diplomata inglês Lord James Bryce, visitando-nos no princípio do século, já anunciava, deslumbrado, e proclamava a Argentina como uma futura potência e núcleo dos “Estados Unidos da América do Sul”!

Mas então as coisas começaram a desandar. A Grande Depressão derrubou os preços da carne e do trigo, os principais produtos de cuja exportação dependia o imenso progresso econômico. O político “radical” Hipólito Irigoyen, um velho feiticeiro que iniciou a tradição populista de luta contra a chamada “oligarquia” dos grandes proprietários rurais, foi derrubado em setembro de 1930 por um general conservador, Uriburu. Os dados do conflito foram então nitidamente colocados. Mas a realidade foi a relativa decadência argentina. Raul Prebisch, o economista que dirigiu e inspirou a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas) e foi um dos principais responsáveis pela política de estatismo maligno que desgraçou nosso continente, confessou, no fim da vida, que seu país representava o caso peculiar de um país que fizera opção deliberada pelo subdesenvolvimento.

Acredito que as nações, como os indivíduos, estão sujeitas a enfermidades coletivas. Platão e outros filósofos gregos se referiam ao *nosos*, à moléstia que atingia as sociedades. No caso argentino, esse mal foi o justicialismo, uma inspiração de sua mulher Evita, que lhe descobriu os méritos para a conquista e conservação do poder. Era, na realidade, uma tirania confusa e corrupta dos sindicatos operários e da burocracia estatal, semelhante à que quase destruiu a Grã-Bretanha. Mais confusa ainda e incapaz foi a oposição, constituída por alguns elementos radicais e liberais que recorreram a uma série interminável de generais, divididos entre constitucionalistas e “linha dura” reacionária, e competindo uns com os outros na mais incoerente sucessão de presidências.

O que tanto na Argentina quanto no Brasil tornou a problemática

política bem mais séria foi a interferência na rivalidade pessoal dos caudilhos, civis e militares das ideologias emanadas da Europa contemporânea. A dialética do jacobinismo de esquerda e do bonapartismo de direita afetou-nos miseravelmente desde essa década ominosa de 1930. Até então, a situação política e social em nossos países se havia estabilizado suficientemente sob o governo de oligarquias, sem dúvida egoístas e míopes — os grandes criadores de gado e plantadores de trigo, na Argentina; plantadores de café, em São Paulo, e fornecedores de leite, em Minas Gerais — mas que nos proporcionaram governos efetivos e asseguraram relativa estabilidade interna, sem muito interferir com a vida dos cidadãos. O Sul do Brasil e a Argentina foram assim favorecidos com notável prosperidade.

Acontece, infelizmente, que quando a Revolução Russa, o movimento fascista na Itália e o nazismo alemão começaram a influenciar nossos povos sugestionáveis, os caudilhos resolveram se legitimar com essas bandeiras ideológicas. Do mesmo modo como Getúlio Vargas, Peron evoluiu da “direita” para a “esquerda”. Ao final da II Guerra Mundial e ainda sob o impacto trágico do desastre nazista, o general foi universalmente temido como representando uma variedade exótica do hitlerismo. O embaixador americano Spruille Braden combateu-o como tal. Mas de tão mau jeito que Peron contra ele estimulou a xenofobia desses recém-convertidos imigrantes, ainda mal adaptados a seu novo lar nacional. Peron acolheu muitos refugiados nazistas e albergou agentes da Gestapo (como o carrasco Eichmann), assim como um charlatão austríaco que lhe prometeu fabricar uma bomba atômica de bolso. Sob influência de Evita, no entanto, ele teve a intuição dos novos tempos. Em 1951, foi reeleito Presidente da República com dois terços dos 7.500.000 votos depositados nas urnas. Atacando em termos brutais a aliança da “oligarquia traidora” com os interesses do “capitalismo imperialista estrangeiro” e alegando que seu regime era uma “democracia genuína” que se distinguia da “democracia plutocrática” de modelo anglo-americano, ele apelou cada vez mais para as massas de seus *descamisados* (o equivalente dos *sans-culottes* do Terror jacobino ao tempo de Robespierre na França) que se sentiam órfãos após a morte de Evita. Eva Peron tivera, efetivamente, a idéia genial de despir a camisa colorida do fascismo para exaltar a multidão de trabalhadores sindicalizados que, sob as ordens do partido, serviam de massa de manobra para o ditador. Os *descamisados* transformar-se-iam, eventualmente, nos *montoneros* do terror.

O incêndio do Jockey Club e os ataques contra a Igreja Católica acabaram de incompatibilizar Peron com as Forças Armadas. Em setembro de 1955, sob o comando do General Lonardi, que desejava conciliar os dois campos, e, posteriormente, do General Aramburu, um linha-dura que queria liquidar com o peronismo, Exército, Marinha e Aeronáutica derrubaram o caudilho com um rápido levante iniciado em Córdoba.

Peron fugiu para o Paraguai e se exilou na Espanha. Durante os 20 anos que se seguiram, a Argentina conheceu uma linhagem melancólica de presidentes civis e militares, sucedendo-se uns aos outros em rápida e confusa movimentação. A desordem atingiu as próprias Forças Armadas. Irremediavelmente divididas entre fanáticos antiperonistas e moderados civilistas, desejosos de solucionar o problema colocado pela invariável maioria nas urnas dos votos justicialistas, elas provocaram uma instabilidade que chegou aos limites da anarquia militar.

Em seu exílio na Espanha, transformara-se Peron numa espécie de Dom Sebastião gaúcho, o esperado salvador da pátria que voltaria para conduzir o povo argentino a seus mais altos destinos. Foi na Espanha que, em 1967, ele escreveu o livro *Latino-America — Ahora o nunca*, onde usa o termo “nacional-socialismo” para descrever seu movimento, acrescentando, porém, o adjetivo “cristão” para qualificar o justicialismo.

Em 1974, o General Lanusse não teve outra saída senão chamá-lo de volta. Mas o mal era profundo. A economia argentina estagnara durante todos esses anos de discórdia. Os efeitos deletérios das ideologias ultramarinas dividiam as mentes. Dentro do próprio peronismo, um braço esquerdo marxista e terrorista era representado pelos Montoneros, ao passo que grupos de extermínio anticomunistas obedeciam às ordens do *el brujo*, López Rega, secretário ou amante da terceira mulher de Peron, Maria Isabel. Já envelhecido e mal informado sobre a verdadeira situação na Argentina, Peron incentivou a violência. Quando desembarcou em Buenos Aires, os dois grupos ideológicos ofereceram-lhe, no aeroporto de Ezeiza, uma recepção sangrenta — com centenas de mortos. A tragédia se acentuou nos dez anos seguintes. Peron morreu, Isabelita, uma incapaz, o sucedeu. O terrorismo e o contra-terrorismo tornaram-se endêmicos, transformando-se em guerra civil, a *Guerra Suja* como foi chamada. O General Aramburu foi assassinado, em vingança pelo fuzilamento, em 1955, de oficiais peronistas. No meio da anarquia crescente, o Exército novamente interveio. Em 1976, a luta deteriorou numa espécie de vendeta siciliana, os próprios militares imitando seus adversários e usando de métodos mafiosos. Calcula-se em 15 mil o número de *desaparecidos*, eufemismo para as vítimas do entrechoque fatal.

A loucura final ocorreu sob a presidência do General Galtieri, que imaginou afogar a discórdia interna num ato triunfante de aventureirismo externo. Desconhecia os perigos de um enfrentamento com a Dama de Ferro que então governava a Inglaterra. A derrota na Guerra das Falklands foi patética e desmoralizou de modo final as Forças Armadas, conduzindo a uma lenta convalescença democrática da qual vai a Argentina agora emergindo, graças à vitória eleitoral de um peronista sem escrúpulos mas de bom senso, Ménem, que adotou um programa francamente liberal.

Um escritor americano, Robert Crassweller, procurou desvendar *Peron and the Enigma of Argentina* num livro em que descreve as feridas desses

anos terríveis “que eram sintomas da destruição social e psíquica ocorrida a níveis mais profundos”. A violência e o terrorismo são contagiantes. A enfermidade torna-se aguda quando a disputa ideológica radicaliza os ódios vingativos. Mas, na Argentina, não se pode falar de subdesenvolvimento, pobreza ou ignorância. O país era, afinal de contas, o mais rico, mais culto e adiantado da América do Sul. Essa mesma espécie de flagelo coletivo ocorreu nas nações mais civilizadas da Europa. A França dele sofreu em 1793/94, com o genocídio na Vendée, completando os horrores da *Terreur*. Ocorreu na Rússia em 1917/1953; na Espanha em 1936/39 e na Alemanha, em 1933/45. E ocorre ainda hoje na Irlanda, na ex-Iugoslávia, no Cáucaso, no Oriente Médio, em muitos países africanos, no Camboja, no Afeganistão e um pouco por toda a parte neste mundo atormentado. Na América Latina, a vocação para a violência é encontradiça no México, na Colômbia, no Peru, em El Salvador e na Nicarágua, mas não em outros. O que podemos apenas indicar é que a criminalidade política, quando combinada com o tenebroso fanatismo gerado pela ideologia, leva as nações a prodígios de destruição coletiva.

O enigma da Argentina não é, pois, exclusiva propriedade sua: é o enigma da América Latina. A Argentina representou apenas o exemplo mais distinto desse *malaise* profundo que nos afeta, na transição da idade ideológica para a modernidade liberal. Muitos *scholars*, argentinos, brasileiros e de outras nacionalidades, têm tentado oferecer uma diagnose da psicopatia coletiva que corrói a alma de nossos povos e dificulta o desenvolvimento. Um dos maiores desses analistas foi Sarmlento, presidente e verdadeiro educador, admirador da cultura política anglo-americana e crítico tenaz do caudilhismo, no qual via a herança funesta da anarquia de origem islâmica. Quando, com a “Nova República”, ocorreu o colapso do “milagre brasileiro”, artificialmente inflacionado ao tempo da presidência Geisel, nos viramos para a Argentina e, alarmados, passamos a temer uma “argentinização” do país. Agora, com Itamar aqui, Ménem lá, há uma reversão de expectativas: o que desejamos é, precisamente, que haja uma “argentinização” da economia brasileira nos moldes de abertura traçados pelos ministros Cavallo e Alsogaray. Nos últimos quatro ou cinco anos, os liberais do continente já diagnosticamos o câncer do monstruoso Estado mercantilista, patrimonialista, inepto e corrupto.

Em capítulo posterior, voltaremos ao assunto e, logo a seguir, trataremos mais especificamente do impacto das ideologias nacionalistas e socialistas em nosso próprio país.

PARTE II

8.

O NACIONALISMO NO BRASIL: O INTEGRALISMO

Talvez haja chegado o momento de rever o papel do integralismo na história contemporânea brasileira. Encontramo-nos numa melhor perspectiva para compreendê-lo segundo o sábio conselho de Tácito, *sine ira et studio**. Isso não é fácil. Além de alguns estudos de brasilianistas, em geral tendenciosos, o que de mais recente existe a respeito é o livro de Héglio Trindade, de 1974, que não cobre, porém, a parte mais importante da história do integralismo, o período 1937/38. Trindade fixa-se, além disso, no termo “fascista” vulgar, da propaganda de esquerda, e não é capaz de distinguir as diversas correntes, às vezes contraditórias, que entraram na constituição da Ação Integralista Brasileira. Miguel Reale, Ricardo Benzaquem de Araújo e Gumerindo Rocha Dorea, que escreveram reminiscências sobre sua participação no movimento, queixam-se da falta de entendimento e crítica honesta do pensamento de Plínio Salgado, sem os quais não é possível colocar a AIB em seu verdadeiro contexto histórico. Como escreve Miguel Reale, “uma espécie de *Vulgata* sobre o fascismo e o integralismo, que não corresponde à realidade”, obnubila os espíritos. A propaganda marxista russa obteve o mais retumbante sucesso em utilizar o termo “fascista” como espantalho sobre o qual despejar todos os rancores que seu próprio programa despertava num contexto de violência, autoritarismo, repressão, militarismo e populismo messiânico. O DIP getulista fez o resto: Getúlio foi extremamente

(*) Estou informado que o professor brasilianista americano John W. F. Dulles, autor de estudos tão preciosos sobre Getúlio, Castello Branco, Carlos Lacerda, etc, estaria também cogitando de executar um trabalho sobre o integralismo.

astucioso em projetar sobre o integralismo, que o havia ajudado a galgar o poder, os ressentimentos naturalmente espalhados na classe média pelo Estado Novo, após o golpe ditatorial de 10 de novembro de 1937. Tudo de mal ocorrido entre essa data e outubro de 1945 foi atribuído ao integralismo, quando não a Filinto Müller...

A dificuldade de entendimento reside, justamente, nesse ponto. Plínio revelou-se muito mais um intelectual do que um poderoso chefe de partido. Carecia inteiramente das qualidades políticas que fazem um *Duce*, um *Führer*, um Caudilho ou um "Grande Timoneiro". Foi, por esse motivo, com tanta facilidade manobrado e ludibriado por um político que, esse sim, correspondia ao modelo ideal do Príncipe maquiavélico, dono dos segredos dos mecanismos do poder. Se Plínio conseguiu fixar sua doutrina com certa coerência, na base de conceitos originados no pensamento autoritário, nacionalista e católico (Sorel, Barrès e Maurras) da França dos princípios do século, não impediu que, na cúpula da AIB, outras tendências convivessem, algumas aberrantes.

O integralismo era nacionalista. Era também socialista. Foram os integralistas os primeiros a adaptar ao Brasil a tese leninista de que o país é "explorado" pelos monopólios e banqueiros internacionais. O *Brasil, colônia de banqueiros*, de Gustavo Barroso, ficou na moda. O movimento do Sigma representou a forma mais legitimamente brasileira da grande corrente ideológica que atingiu nosso século e, ainda hoje, contamina o Terceiro Mundo. Mas o próprio Plínio procurou extrair dessa ideologia o que de melhor se coadunava com legítimos posicionamentos do pensar brasileiro — de homens muito anteriores ao fascismo como Alberto Torres, Farias Brito, Tavares Bastos, Euclides da Cunha e Oliveira Viana. Em outras palavras, foi o que retirou da Europa de sua época (triste época!), o que lhe afetou negativamente a doutrina substancial. De qualquer modo, Plínio argumentava com os posicionamentos anticapitalistas que, na época, eram também dos "conservadores" e defendia posições normalmente estatizantes e autoritárias. Isso explicaria a diversidade dos destinos que tomaram os integralistas após 1945. Uns foram para a esquerda como San Tiago Dantas, Helder Câmara, Rômulo de Almeida e os principais dirigentes do ISEB. O antiamericanismo também transitou da direita para a esquerda. Outros permaneceram no conservadorismo católico, como Américo Lacombe. Outros ainda, como Miguel Reale, Raymundo Padilha e Alfredo Buzaid, iam exercer ponderável influência sobre o regime de 1964, talvez em seu aspecto autoritário. Alguns poucos se tornaram empresários liberais bem-sucedidos, como Antonio Gallotti.

Mas notei o seguinte: Plínio identificava o "capitalismo burguês" com o comunismo numa mesma ojeriza ao "materialismo". Isso constituiu um traço típico do conservadorismo europeu do século XIX. A identificação foi sustentada pela Igreja dita progressista, da Teologia da Libertação e,

nesse ponto, menos incoerente do que possa parecer é Dom Helder e sua transição da camisa verde para a foice e o martelo teológicos. Quanto ao corporativismo incluído no programa do Sigma, também surgira na Europa da época e encontrava raízes profundas em nossa estrutura social. A “Organização Nacional” de Alberto Torres emergia, igualmente, de uma linhagem positivista oriunda de 1889.

O que tudo isso sugere é que, como já salientamos, o fascismo e o nazismo eram filosoficamente anêmicos. Mussolini preparou um *pot-pourri* invertebrado com limitada harmonia. Tentando obviar essas carências, o integralismo tornou-se uma “ação” característica de intelectuais que haviam participado da Semana de Arte Moderna de 1922. Na verdade, foi o movimento de idéias mais romântico e criativo da década dos 30, desmentindo a assertiva de Osvaldo Aranha de que era então o Brasil “um deserto de homens e idéias”. Conquanto possam ser potentes na crítica social, os intelectuais são geralmente incapazes na liderança política e a objeção que se poderia levantar, a de Lenin, não é válida: Lenin, grande revolucionário profissional, era um pífio pensador. A falha que se notou no integralismo é a mesma que, felizmente, afeta hoje a esquerda brasileira: ela permanece forte no terreno da retórica, ineficaz no da *praxis*.

É sintomático que a única tentativa séria que realizou o integralismo de opor-se, pela força, à sua própria dissolução e tomar o poder — o ataque ao Palácio Guanabara em maio de 1938 — tenha sido dirigida por um oficial de Exército de baixa patente, o Capitão Fournier, que nem mesmo era integralista. O *putsch* configurou uma operação extremamente mal concebida: seus autores não leram ou tresleram a *Técnica do Golpe de Estado*, de Curzio Malaparte. Alguns detalhes são mais tragicômicos do que malapartianos. Que eu saiba, o único episódio verdadeiramente efetivo — e divertido, embora seu autor tenha terminado o dia com uma ferida grave — foi a iniciativa do então tenente, hoje Almirante Hasselmann, de chamar com urgência, por telefone, todos os almirantes sediados no Rio ao ministério e fazê-los, um por um, prisioneiros em seus gabinetes, assim decapitando a Marinha sem dar um tiro. Não se concebe que Plínio Salgado tenha pretendido desempenhar um papel hitleriano ou mussoliniano. Dedicar-se a escrever uma *Vida de Jesus* é atividade que não se coaduna com o comando de um movimento cujo propósito específico seria a conquista do poder pela força.

Mais absurda ainda foi a iniciativa, empreendida por Gustavo Barroso, de injetar noções racistas e anti-semitas no movimento. Como se pode admitir que tais idéias pudessem convir a um povo de origem tão notoriamente mestiça e meridional como o nosso? O que teria ocorrido se a Alemanha ganhasse a guerra? O Brasil, mulato e caboclo, teria sido dominado por uma pequena minoria de alemães de *Zangda Gatarrina*, *Rio Grande* e *Parraná*. Lembro-me da surpresa que me causou, na época,

o verificar a presença de mulatos e de judeus entre os mais entusiastas gritadores de *Anauê!*, após um discurso em que aquele comandante da milícia integralista denunciara, em termos incendiários, a conspiração judaica que nos oprimia. Na mesma época, aliás, o mulato claro Oliveira Viana escrevia sobre as “emanações odínicas” dos supostos arianos puros que haviam colonizado o Rio Grande do Sul. A consistência lógica nunca foi nosso forte e o hábito de substituir a ação por palavras épicas e formas retóricas representa um traço saliente do temperamento latino.

Partido de intelectuais, procurou o movimento integralista refletir o que, na época, parecia mais “avançado” na Europa. Não resistiu à eterna fraqueza que atinge o brasileiro inteligente — a de querer vestir uma *persona*, uma “máscara” no sentido psicológico junguiano (no caso, uma camisa colorida), condizente com os requisitos do que de mais “moderno” domina a “sociedade exemplar” européia ou norte-americana. Adotou assim as formas externas do fascismo, a chamada “mística”, com os sinais, a retórica, os gritos, as cerimônias e o tipo de organização partidária paramilitar. O símbolo do Sigma indicaria o caráter totalitário do movimento que, na realidade, não o era. Tudo artificial. Sua debilidade ficou comprovada quando caiu, praticamente sem resistência, ante a bem assestada porrada do ditador, esse sim, verdadeiro mentor de massas.

Quando Platão propôs a tese de que os povos continuarão a sofrer enquanto os filósofos não se tornarem reis, ou os reis, filósofos — não estava talvez consciente de sua própria frustração ante a incompatibilidade de essência entre política, como pensamento sobre princípios de pura filosofia, e política como arte do possível no manejo do poder. Melhor falou Cristo quando distinguiu radicalmente a moeda de César e a moeda de Deus; gritando para o diabo que o tentava com o poder político: *vade retro, Satana!* É assim de certo modo trágico que um pensador tão legitimamente católico e sincero como foi Plínio Salgado — autor de uma das mais soberbas vidas de Cristo da literatura mundial — não tenha compreendido a tensão irrefragável que vigora entre a Utopia, o paradigma ideal do *Dever-Ser*, e a realidade pragmática, sólida e cruel do *Ser* cotidiano. Que não tenha sabido expurgar de sua própria meditação os elementos revolucionários gnósticos e messiânicos que tantos males hão causado ao mundo; que não tenha abandonado, na teoria e na praxis, esses elementos presentes em seus romances, como *O esperado*, e em obras de fôlego como *A quarta humanidade*; que tenha sido tão ingênuo no famoso desfile de 1º de novembro de 1937, uma farsa em que, como estudante, tomei parte, enlevado como tantos outros milhões naquela terrível década dos 30, pela esperança ardente de uma escapatória política para as tensões do mundo moderno. Foram esses seus pecados originários de líder de massas.

Contudo, a influência do integralismo perdurou de modo sensivelmente positivo. O próprio Getúlio utilizou suas idéias para a edificação

do que chamou de Estado Novo, malbaratando as que poderiam haver contribuído para lhe dar conteúdo programático, o corporativismo por exemplo. Entretanto, se por hipótese Plínio Salgado e seus melhores companheiros se houvessem mantido no terreno da atividade filosófica, renunciando à tentação revolucionária, talvez grande parte dos contenciosos ideológicos estéreis que marcaram nossa vida política no pós-guerra teria sido evitada.

Muito grave poderia ter sido a influência diplomática do Integralismo, se houvesse conquistado o poder em 1938: por simpatia ideológica, da qual compartilhavam os militares, teria o Brasil procurado aproximação com o Eixo Berlim-Roma-Tóquio. Se houvesse, em 1940 ou 1941, permitido a presença de tropas alemãs em nosso território, basta imaginar o desastre! A Espanha franquista sobreviveu à derrota do Eixo com alguma dificuldade — mas a estrita neutralidade a preservou da natural reação dos Aliados vitoriosos. É melhor não imaginar o que poderíamos haver sofrido...

Em última análise, foi Getúlio que, temporariamente, venceu em proveito de seu próprio medíocre populismo personalista a tensão esquerda X direita em que, como uma esquizofrenia patológica, se cinde o nacional-socialismo moderno. Um recurso ao cerne mais autêntico e mais honesto do pensamento de Plínio Salgado demonstraria que ela é superável. Se o relêssemos acima das paixões, dos comprometimentos fatais envolvidos, precisamente, nessa mórbida dicotomia totalitária, encontraríamos quiçá, em sua doutrina de superior sentido moral e cívico, algo mais serena e legitimamente brasileiro, na linha do pensamento tradicional do Ocidente de que somos os herdeiros responsáveis.

9.

O NACIONALISMO NO BRASIL: O GETULISMO

A obra do conhecido antropólogo baiano, Professor Thales de Azevedo, sobre “a religião civil brasileira”, constitui uma valiosa contribuição para o tema que estamos agora abordando. Ela é de especial relevância na análise do fenômeno ideológico em nossa terra. Confesso, porém, certas restrições ao enfoque geral da obra. Especialmente no que diz respeito ao conflito entre o ideal proclamado — que é definido por Thales de Azevedo como “apelo e fidelidade à ética e à cultura cristãs” — e as normas concretas, utilitárias, de um humanismo de inspiração diversa, consciente ou subliminar. No meu entender, a “religião civil” é especificamente aquela que Rousseau formulou como tal: o patriotismo metamorfoseado em ideologia coletivista sobre cujo calamitoso efeito, em nossa centúria, não nos devemos cansar de insistir.

Embora reconheça que o Estado brasileiro tenha desenvolvido esforços constantes, ainda que aleatórios, no sentido de utilizar pragmaticamente os sentimentos religiosos do povo em benefício do regime por ventura vigente — como brilhantemente demonstra o autor — não interpreto a expressão cunhada por Jean-Jacques Rousseau exatamente no sentido que faz Thales de Azevedo. Para mim, salvo melhor juízo, a “religião civil” não é a aplicação do cristianismo aos fins do poder temporal. É, pelo contrário, a criação de uma *pseudo-religião do Estado*, independente e às vezes mesmo radicalmente ofensiva ao espírito mais profundo do cristianismo. Digo isso embora reconhecendo que vejo no socialismo uma secularização dos imperativos da caridade pregados nos evangelhos.

A religião civil possui um conteúdo ideológico específico. Ela associa aos ímpetus chauvinistas do nacionalismo os protestos revolucionários do socialismo, ao qual não se refere o autor ou, pelo menos, não menciona

com a ênfase que seria de desejar. O nacional-socialismo — o termo é absolutamente exato! — é a grande peçonha político-ideológica de nossa época, em sua variada roupagem. A constatação é muito clara e precisa: a religião civil é fundamentalmente anticristã. Desde os ensinamentos de Jesus sobre o que se deve dar, respectivamente, a Deus e a César; desde o monumento filosófico erguido por Santo Agostinho ao formular, definitivamente, a distinção entre as Duas Cidades — através da querela das investiduras na Idade Média, das lutas da Reforma e do movimento de secularização democrática na época moderna, que a oposição entre o espiritual e o temporal, ou entre os dois poderes e as duas instituições, Igreja e Estado, faz parte do que considero a tradição universalista mais autêntica da “civilização ocidental cristã”. Esta expressão, frequentemente debicada, é eminentemente válida. Façamos nova referência à oposição entre a sociedade aberta (Bergson, Popper) e a sociedade fechada (Hegel, Marx), e também o que distingue o Oriente do Ocidente, o despotismo da democracia. Não tenho dúvidas de que, no césaro-papismo constantino-politano, nas tentativas de hegemonia temporal da Santa Sé romana, no fenômeno extraordinário das Cruzadas, nos terríveis conflitos da Reforma, bem como em certas veleidades imperiais de reis católicos (Carlos V e Felipe II de Espanha, por exemplo) — os dois reinos, o espiritual e o temporal, se confundiram com resultados lastimáveis que a história repetidamente registrou.

Thales de Azevedo está certamente correto no capítulo que dedica ao impacto histórico do positivismo no Brasil, ao princípio da República. É certo que o positivismo desempenhou um papel, restrito embora a uma pequena elite de militares e intelectuais cuja obra mais perene consistiu em inscrever, em nossa bandeira maçônica, um ridículo dístico que aberrava de todas as regras da heráldica — um papel que foi relevante na tradição autoritária de nossa República entre 1889 e 1945. O Estado brasileiro é, de fato, “pragmático e autoritário”, mas sua falta de capacidade de mobilização da opinião pública revela, precisamente, o fracasso das tímidas tentativas que efetuou para, em proveito próprio, criar uma religião civil. O autoritarismo instrumental a que se referia Oliveira Vianna jamais chegou a se alçar a alturas místicas.

O populismo brasileiro, muito personalista, este sim, constitui a expressão de esforços nesse sentido, valendo-se da tradição messiânica ou sebastianista que tende à criação de lideranças carismáticas. O getulismo, creio eu, foi a mais alta expressão contemporânea da religião civil brasileira.

De um modo geral, considero que nosso país se encontra em estado tão rudimentar de desenvolvimento político-social, ainda está tão próximo das origens meramente personalistas do poder, ainda se estrutura tão claramente nas relações concretas do clientelismo patrimonialista, segundo a descrição que oferece Weber da *Herrschaft* tradicional, que

seria temerário falarmos na presença sensível dos elementos de uma religião civil, tal como postulada por Rousseau. Felizmente! Longe ainda nos encontramos da democracia totalitária para a qual tende a ideologia nacional-socialista proposta por nossos intelectuais de esquerda. Felizmente! O perigo contra o qual nos previne Thales de Azevedo não é ainda iminente. Felizmente! Isso certamente não impede que felicitemos o autor por um ensaio erudito e bem concatenado, valioso justamente por chamar a atenção dos estudiosos de nossa filosofia política para a relevância do processo do qual tão desastrosamente estão sofrendo muitas das nações do Terceiro Mundo.

Examinando a história de nosso próprio país, verificamos que a transição da retórica nacionalista da “direita” para a “esquerda” também aqui ocorreu, após a II Guerra Mundial. A transição processou-se durante a presidência e pela pessoa de Getúlio Vargas. A longa digressão em torno da ideologia do socialismo, do fascismo, do nacionalismo e do integralismo, que enche a primeira parte desta obra, visa a preparar-nos para uma análise mais objetiva de nossos problemas de política externa. No momento, desejo salientar a admirável capacidade que teve Getúlio Vargas de demonstrar, pela sua própria conduta ziguezagueante, a inanidade dos estereótipos ideológicos. Entre 1930 e 1935, encontramos Getúlio numa situação de “governo provisório” e de vaga liderança de uma aliança dita liberal cuja natureza principal era a anarquia doutrinária. Getúlio também não se opôs, inicialmente, àqueles tenentes e civis que organizaram a esquerdizante Aliança Nacional Libertadora (mas libertar o Brasil de quê?).

O golpe comunista de 27 de novembro de 1935 revelou-se uma gafe fatal, cometida pela esquerda, que teria consequências a longo prazo. A “intentona” criou nas Forças Armadas anticorpos que os marxistas jamais conseguiram superar. Ao contrário do que ocorreria no Peru, em Portugal e na própria Argentina, os socialistas de esquerda sempre se depararam, em nosso país, com a inflexível má vontade do Exército. Revelações recentes de documentos guardados pelo KGB em Moscou, a respeito do apoio e das instruções que o Komintern forneceu aos comunistas brasileiros, indicam o profundo desconhecimento da situação real do país por parte de Luís Carlos Prestes; do mentor alemão do projeto de levante, Harry Berger; da mulher de Prestes, a judia alemã Olga Benário, também agente soviética traída por seus próprios companheiros; e dos outros líderes da conspiração. Pior ainda do que no *putsch* integralista de 1938, a “intentona” inepta, encabeçada por uma dúzia de oficiais do Exército e energúmenos, só contribuiu para fortalecer o poder pessoal do caudilho patrimonialista que ocupava a presidência da República.

A partir de 1935, com o sucesso rápido da repressão aos comunistas,

o “estado de guerra” votado pelo Congresso e até por volta dos anos 1940-41, Getúlio apareceu no contexto internacional como uma figura francamente de “direita”. Com sutileza política verdadeiramente genial, ele se valera do integralismo e de certos meios militares de simpatias germânicas (Góes Monteiro, Gaspar Dutra, Filinto Müller) para preparar o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937. Deve este ser considerado como uma das mais hábeis manobras no estilo jamais registrada pela história, em qualquer parte do mundo. É muito digna de figurar nos trabalhos de Maquiavel no além-túmulo... Logo após o estabelecimento do Estado Novo, no entanto, conseguiu o ditador projetar sobre os integralistas o natural desagrado que seu regime de força despertava entre os liberais democráticos do país. Com esse *drible* de extraordinária destreza, eliminou-os fácil e radicalmente. É verdade que alguns entre os líderes liberais antigetulistas, entre eles Otávio Mangabeira, Flores da Cunha, Armando de Salles Oliveira (o candidato frustrado nas eleições canceladas de 1937), os Mesquitas de *O Estado de S. Paulo* e o Coronel Euclides de Figueiredo — não hesitaram em aliar-se aos integralistas e a um militar meio tresloucado, o Capitão Fournier, para promoverem a queda do ditador através do assalto à sua própria residência, na madrugada de 10 de maio de 38. Mas, de um modo geral, o efeito por ele desejado foi alcançado: escarmentada com a imposição da ditadura, a opinião pública sentiu-se aliviada com a eliminação dos dois “extremismos”, o tupiniquim esverdeado e o gringo avermelhado, rendendo-lhe graças por esse serviço. Inconscientemente, reconheceu que uma ditadura pessoal é sempre menos enraizada e permanente do que a de um regime ideologicamente estruturado. Seu “Estado Novo” assemelhava-se ao salazarista: definitivamente não era totalitário, embora utilizasse toda a retórica nacionalista da direita e socialista da esquerda.

O discurso enigmático de 11 de junho de 1940, a bordo do “Minas Gerais”, configura uma apologia da “nova ordem” que parecia triunfar na Europa germanificada e bem exemplifica o método maquiavélico que Getúlio utilizava com mão de mestre — bom conhecedor que era da natureza de seu povo, sem prejuízo da intuição de tudo que se passava pelo mundo. Era necessário, dizia ele aos oficiais de Marinha reunidos no convés do velho encouraçado, “remover o entulho das idéias caducas e dos ideais estéreis”. Para a opinião pública democrática, escarmentada com o sentimento de catástrofe provocado pelo súbito colapso da França ante os golpes devastadores das *Panzer Divisionen* e o início da *blitz* aérea contra a Inglaterra, Getúlio era um ditador oportunista que pendia para o Eixo vitorioso. Com aquela sua retórica monótona e sem graça, pontificava estarmos num momento histórico de “rápida e violenta mutação de valores”. E acrescentava: “Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política, e sentimos que os velhos sistemas e as fórmulas

antiquadas entram em declínio. Não é, porém, como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização *mas o início, tumultuoso e fecundo, de uma nova era*. O que passara era “a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordem”. A nova era, inaugurada com uma nova “ordem política”, seria marcada pela “exacerbação dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento de pátria e sustentando-se pela convicção de sua própria superioridade”. Não era nem Nietzsche, nem Comte que estavam falando pela boca do líder brasileiro, era agora Spengler, que talvez fôra lido por Francisco Campos, vulgo “Chico Ciência”, o principal conselheiro intelectual do ditador e possível redator do discurso. Mas Getúlio não esqueceu, nem mesmo, de colocar uma discreta referência anti-semitica em sua charla, mencionando os “Shylocks sem pátria” que tudo corrompem. Com essa vaga citação de Shakespeare — ele, que tinha muitos amigos judeus a quem economicamente favoreceu, os Klabin por exemplo — impedia a entrada no Brasil de dezenas de milhares de refugiados que procuravam fugir ao Holocausto próximo.

Não obstante as dificuldades que criou para a propaganda nazista nos núcleos imigratórios alemães do Sul do país, com sua Campanha de Nacionalização — gerando atritos que, em princípios de 1939, provocaram um grave incidente com o embaixador alemão Karl Ritter e quase levaram a um rompimento diplomático entre os dois países — é evidente, inclusive pelo que se depreende dos documentos recolhidos da chancelaria alemã após a guerra, que Getúlio conseguiu deixar na *Wilhelmstrasse* uma forte impressão de convergência com o hitlerismo, no período em que esteve este em ascendência militar, isto é, até princípios de 1942.

Getúlio sempre pareceu inconsistente. Mas era consciente e deliberadamente inconsistente. Com suprema perícia e com cinismo. Ele pertencia a uma família gaúcha de políticos que se formara intelectualmente e combatera sob as ordens de Júlio de Castilhos, o primeiro governador do Rio Grande do Sul após a Proclamação da República e adepto dogmático do positivismo comtiano. A tendência da família e do partido era autoritária. Eles haviam lutado na sangrenta guerra civil de 1893 contra os liberais “maragatos” de Silveira Martins e os monarquistas do Almirante Saldanha da Gama. O comtismo de Getúlio se revela no fato de haver dado a um de seus filhos o nome de Lutero, não porque simpatizasse com a religião protestante (ele era ateu), mas porque Lutero representava um dos heróis de Auguste Comte na refrega com o catolicismo. Assim podia desafiar as posições dogmáticas de poder da Igreja — uma instituição que desprezava mas a cuja hierarquia sempre ofereceu marcas de profundo respeito. O que sobretudo o atraía era a idéia de “ditadura republicana”, implícita no catecismo político de Comte.

Mas seria mesmo consistente seu credo positivista, da linha de Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado e Borges de Medeiros? O autoritarismo castilhista era filosófico e não personalista como se tornou o de Getúlio. O chefe da Aliança Liberal de 1930, que fora criada para instituir a democracia de base eleitoral, com voto secreto, e limpar o país da corrupção dos “carcomidos”, tornou-se o único autêntico ditador de nossa história e morreu afogado no mar de lama que seu regime corrupto gerara. Em outubro de 1930, derrubara a oligarquia cafeeira de São Paulo numa breve guerra civil, marcada por uma batalha (em Itararé) que nunca aconteceu. Foi guindado a ocupar a presidência de um “governo provisório” que durou quatro anos, em típico jogo semântico de duplo-pensar orwelliano. Tido como “mole” e “banana” por hesitar em reprimir as desordens provocadas pelos “tenentes” de 22 e 24, os “jovens turcos” que imaginavam subverter completamente o país, não tardou em eliminar-lhes, um a um, o prestígio. Em 1932, derrotou a “Revolução Constitucionalista” de São Paulo, quites a em breve conseguir apoio popular nesse mesmo estado. Em 1934, namorara a Aliança Nacional Libertadora comunizante. Um ano depois, organizava um Tribunal de Segurança e punha todos os comunistas da ANL na cadeia. Em novembro de 1937, assistira ao desfile de 50 mil integralistas que lhe vinham dar mão forte, gritando *anauê! anauê! anauê!* Um mês depois, fechava o partido com uma penada. Em 1940, exaltava a “Nova Ordem” alemã imposta sobre a Europa e, dois anos depois, mandava preparar a Força Expedicionária Brasileira que, na Itália, ia combater esses mesmos heróis da Nova Ordem. Em 1935, entre os que mandara para a cadeia e torturara figurava o Cavaleiro da Esperança, Luiz Carlos Prestes, que, em 1945, era corrido diretamente da prisão para a sacada do Palácio do Catete, a lhe oferecer patético apoio na campanha “queremista”.

À luz dos acontecimentos decisivos que se desenrolavam na Europa e no Pacífico, pode-se dizer em favor desse espertalhão genial que, ao lançar os dois “extremismos” um contra o outro, preservou o Brasil de um envolvimento direto no conflito. Dakar, ocupada pelos franceses de Vichy, aliados dos alemães, era o ponto estratégico mais próximo do hemisfério ocidental alcançado pelo Eixo, o que poderia haver acarretado consequências calamitosas. Mas ao ceder aos americanos as bases aeronavais estratégicas do Nordeste, especialmente em Natal, essenciais ao esforço de guerra para o ataque ao Eixo pela África e o Mediterrâneo, negociou também, em plena guerra, o dispêndio com a construção, inútil para os Aliados mas importante para nós, da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, núcleo de nosso futuro desenvolvimento industrial. E quando, ao final da guerra, percebeu que a Rússia soviética sairia vitoriosa e ia constituir um desafio permanente ao poder das potências ocidentais, especialmente dos Estados Unidos da América, desafio suscetível de favorecer um jogo de equilíbrio e operações diplomáticas de chantagem,

Getúlio logo se decidiu a dar um cunho populista e socializante a seu governo. A biruta virou da direita para a esquerda. Todos os *slogans* nacionalistas passaram então a servir com perfeição à retórica marxista, lançando os Estados Unidos na postura conveniente de bode expiatório por tudo de mal que poderia advir dessa manobra. Discutiremos em capítulo posterior a influência do getulismo sobre a “política externa independente” da diplomacia brasileira de nossos dias.

Getúlio fundou então o PTB, sem excluir o apoio procurado junto aos elementos conservadores de Minas e do Nordeste graças à organização do PSD — um partido de “coronéis” latifundiários da política que de social-democratas nada tinham. Garantiu-se assim dos dois lados. Fortaleceu em seguida a legislação trabalhista que, a contragosto, aceitara de seus Ministros Lindolfo Collor e Agamenon Magalhães. Em 1931, a propósito da iniciativa de Collor, que visava retirar os problemas sociais do âmbito das “questões de polícia”, como haviam permanecido sob a presidência de Washington Luís, Getúlio teria declarado: “Esperamos que esse alemãozinho não nos crie muitos problemas”... Mas rapidamente percebeu que a tal legislação, copiada da *Carta del Lavoro* do fascismo italiano, mantinha os sindicatos fortemente subordinados, para seu proveito, ao Ministério do Trabalho — o que era importante, haja vista a introdução do voto universal e o estabelecimento de uma Justiça Eleitoral destinada a assegurar o bom funcionamento da democracia. Deu a Jango Goulart, que segundo certas versões seria seu filho natural, a chefia do PTB, onde esse demagogo não tardou a cercar-se de pelegos da pior espécie. Jango seria seu herdeiro e Brizola o herdeiro do herdeiro. A partir daí, Getúlio decidiu-se a iniciar todos os seus discursos com a invocação: “Brasileiros! Trabalhadores!”. Tornou-se o “Pai dos Pobres” — sem nunca haver deixado de ser a “Mãe dos Ricos”. À medida que envelhecia e endurecia o seu famoso “sorriso de Mona Lisa” (a expressão é de Oswald de Andrade), o arquétipo sebastianista de Salvador da Pátria mais entrava para o mito que criava à sua volta. O mito ia crescer até proporções gigantescas após sua morte e, até hoje, exerce um fascínio extraordinário (O Retorno do Esperado...) sobre nossas grandes massas incultas e emocionais.

Em suma, cínico como pensam alguns, não mantinha compromisso com qualquer idéia ou programa. Navegava com a corrente que soberbamente sabia desviar para manter à tona o barco de sua ambição irresistível. Não revelando qualquer fé religiosa ou qualquer convicção moral ou doutrinária, mesmo em que pese seu suposto comtismo, era também imune a qualquer simpatia ou antipatia de política concreta — democracia, liberalismo, fascismo, comunismo, socialismo, etc. — que determinasse, a priori, uma linha de ação, tanto no âmbito interno quanto no da política externa. Era gélido. Imperturbável em seu julgamento dos homens e das coisas. Discreto em seus métodos. Metódico no

planejamento de seus golpes — refletindo sobre suas metas sem consideração aos critérios tradicionalmente brasileiros de clientela, amizade ou inimizade. A amizade estabelece, necessariamente, um laço afetivo que pode interferir com o funcionamento do cálculo. Por esse motivo, Getúlio só sabia utilizar o amigo politicamente, quites a abandoná-lo na rua da amargura, à primeira oportunidade. Pelas mesmas razões, não era cruel, nem vingativo: o inimigo também era suscetível de ser comprado e, eventualmente, reempregado. “Não há ninguém de quem eu seja tão amigo a ponto de não poder tornar-me inimigo”, dizia, “nem alguém tão inimigo a ponto de não poder tornar-me amigo”. Sua única fraqueza (que lhe foi fatal) era o amor à família, no que lembra Napoleão. Se foi finalmente vítima de seus familiares da copa-e-cozinha, que o mal aconselharam e traíram, isso não contradiz a tese: nesse ponto, o “sentimento inferior” em seu esquema psíquico projetou-se sobre seres inferiores como o Gregório Fortunato e o irmão Benjamim Vargas. Gregório foi o único preto que desempenhou um papel sombrio na história do Brasil, justamente porque sua relação afetiva se estabelecera, não com um homem igualmente afetivo e irracional, mas com um tipo de fria lâmina cerebrina. É também sintomático o suicídio. Parece haver sido um ato calmo e deliberado, executado na madrugada com um propósito preciso, perfeitamente consciente e servindo de ponto terminal a uma carreira que, ele próprio, julgava haver atingido o necessário clímax. Tratava-se de promover a sua transformação em personagem histórico: transformou-se em incubo ou fantasma que, nos dez anos seguintes, iria atormentar o Brasil e indiretamente provocar o golpe militar de abril de 64. Suicidou-se, alvejando o coração. Os homens, ao contrário das mulheres, matam-se em geral com um tiro na cabeça. O coração, porém, o havia traído.

Os qualificativos “enigmático”, “impenetrável”, são os que mais comumente voltam à pena dos que analisam a personalidade de Getúlio Vargas. Enigmático o é, efetivamente, na medida em que a *libido dominandi* é um enigma da alma humana. Em suas injustamente esquecidas *Meditações sul-americanas*, Hermann von Keyserling propõe o conceito de gana, um termo espanhol que aplica ao “sangue frio” dos caudilhos da América hispânica. Estivesse Getúlio mais claramente identificado com uma determinada tendência ideológica ou social da época, com um sistema de governo ou um método de ação autoritária, e mais facilmente poderíamos penetrar o mistério de tais tendências, acessíveis à investigação psicossociológica. Mas como analisar os mistérios da alma, do coração humano? Getúlio não é mais impenetrável do que o Porfirio Díaz do México, o Gomez da Venezuela, o Trujillo dominicano, o Leguía peruano, o Solano Lopez ou o Stroessner paraguaios. Da personalidade de Peron também se diz que é enigmática. Pertencem todos esses tipos a uma espécie muito característica, a do caudilho latino-americano, e só

ficamos perplexos diante de Getúlio porque, desse tipo, não tínhamos ainda sofrido a experiência no plano federal. Os enigmáticos posteriores, Jânio, Jango, Collor, não terminaram seus mandatos, foram humilhados. É o personalismo do "Dr." Getúlio o que torna difícil definir seu caráter; é essa falta de afirmação categórica, a sensaboria de seus discursos oficiais que sempre falavam muito sem dizer coisa alguma, esse "corpo mole com que cozinhou os homens e os problemas em água fria" como escreveu Érico Veríssimo, essa ausência final de forma política consistente. Veríssimo me parece um dos raros observadores que soube caracterizar perfeitamente a "enigmática" personalidade do "Dr." Getúlio, ao descrevê-lo como uma espécie de Faceto. "Mestre de um tipo de humorismo político-social, ele dava o poder aos que queria destruir. E, em outras ocasiões, fazia de criaturas completamente desconhecidas líderes políticos poderosos, como foi o caso de Benedito Valadares e Ademar de Barros". De fato, fantoches, criaturas exclusivas de sua invenção, esses dois homens vieram a dominar, politicamente, os dois estados mais poderosos da União, coisa que Getúlio não conseguiu obter em seu próprio estado. Nenhum político que eu conheça, no Brasil ou alhures, tão estupendamente utilizou a ideologia como instrumento para a consecução de seus próprios desígnios filosóficos de poder pessoal. Seu jogo de cintura e talento para o *drible* agradava supinamente aos brasileiros, torcedores inatos de futebol. O aspecto bonachão e cordial; a barriguinha burguesa e o indefectível riso aberto; o bom comportamento do serpentear ofídico; a insustentável leveza do seu ser ao mesmo tempo passivo e decisivo; a política taoísta do *wu-wei*, "não interferência", inação", ou seja, "deixa como está para ver como fica", conduzindo a uma repentina iniciativa estratégica; a facilidade com que manobrava os homens sem demonstrar jamais qualquer sentimento quer de compaixão, quer de vingança; tudo isso o fazia admirar como um perfeito prestidigitador ou feiticeiro da política. Era o paradigma do homem cordial. Era *simpático*, como exige o temperamento brasileiro.

O personalismo de Getúlio era assim absoluto — numa perfeita compreensão da estrutura essencialmente patrimonialista da nacionalidade. Ele era o *homem*. Foi o homem dominante, aliás, nessas tão repletas décadas de agitação política. Sobre uma mentalidade coletiva puramente emocional, epidérmica, para não dizer instintiva, impingiu sua função cerebral na perseguição única do poder através de um método de conquista pela fidelidade ao Estado personalizado, em todas as classes da população. Lembro-me de um dos raros contatos que tive com o presidente: foi em 1942, bem no princípio de minha carreira na diplomacia. Por motivo de promoção, compareci ao Catete na companhia de 20 colegas e do Chanceler Oswaldo Aranha. Minha presença era ali fortuita: entrara para o Itamaraty por concurso, prejudicado aliás, na véspera de minha nomeação, pela "entrada pela janela" de dez outros colegas,

apaniguados do regime, e não tinha realmente por que agradecer uma mui honrosa promoção “por antiguidade”, que não exigira qualquer tipo de pistolão. Simples questão de boa educação... O “Dr.” Getúlio foi sendo apresentado aos promovidos, um por um. Conhecia-lhes os nomes de família, de todos. Este, filho de um almirante, aquele de um juiz da Amazônia, aquel’outro gaúcho da fronteira, ou genro de um político de São Borja, ou sobrinho de um embaixador amigo, ou cunhado de um político mineiro. Conhecia o nome de todos. Quando chegou a minha vez, ouviu e matutou, repetindo “Meira Penna, Meira Penna”, como se procurasse algo na memória... e passou adiante: meu pai era carioca, nunca fizera política, nem exercera função pública. Fiquei abismado com a memória do homem. Pela primeira vez compreendi o segredo de seu extraordinário poder sobre os brasileiros. Era esse laço *pessoal* do conhecimento mútuo. Não só o carisma do patriarca em quem “o Brasil deposita sua fé e sua esperança”, como nos cartazes do DIP, mas essa relação Eu X Tu — uma relação do decreto por ele assinado que criava o vínculo de vassalagem ou obrigação feudal, com algumas centenas de milhares de funcionários da burocracia, desde o ministro, o general ou o juiz do Supremo Tribunal, até o mais humilde lixeiro ou maquinista da Central. Era o prestígio do retrato do “Baixinho”, do velhinho sorridente pendurado na parede da casa, do apartamento ou do barraco, ao lado do decreto de nomeação emoldurado. O quadro descreve, na verdade, a substância mais íntima do que chama Weber a *autoridade tradicional de tipo patrimonialista*. Da submissão beata à sabedoria esperta dessa figura paternal e afável, desse gorduchinho inteligente e onipresente que protege, nomeia, promove; distribui cargos, comandos, embaixadas, ministérios; aumenta salários; facilita negócios; impõe julgamentos nos tribunais; garante os privilégios do funcionalismo; facilita subornos; dá rasteiras nos políticos; faz e desfaz qualquer carreira. E governa enfim!

Um arguto observador estrangeiro, comparando-o a outros ditadores da época, julgou-o “indubitavelmente o mais frio, o mais racional e cínico. Desconhece qualquer espécie de emoção. Para ele, lealdade e consideração não possuem significado”. Poder-se-ia argumentar que melhor vale um temperamento frio e brando como esse, num ditador, do que a fúria paranóica de um Hitler, a desconfiança monstruosa de um Stalin ou a prepotência teatral de um Mussolini, que acabou seduzido pela própria imagem que criara.

Privado de sensibilidade, conta-se que, em 1933, quando sofreu um acidente na rodovia de Petrópolis — uma pedra que se desprendeu, matou o ajudante de ordens, feriu a esposa e lhe atingiu a própria perna — dez minutos depois de socorrido, já o médico encontrou-lhe o pulso absolutamente normal. Francisco Campos insinuara que o motor cerebral de Getúlio enguiçava cada vez que surgia uma crise. A interpretação é errônea. Por treino e por temperamento, o homem possuía um absoluto

controle de si mesmo, uma disciplina emocional excepcional em nossa terra — virtudes que naturalmente, em momentos agudos, não podia impor aos acontecimentos. Preferia então esperar que a crise passasse, consumindo a sua própria energia específica. Tomava então a atitude do Tao. A capacidade de agir, nunca por impulso, sempre após longo e cuidadoso amadurecimento, acabava permitindo-lhe triunfar das condições adversas. É admirável verificar como conseguiu que mesmo seus inimigos jamais lhe atribuísem responsabilidade ou lhe guardassem rancor pelos atos mais controvertidos da ditadura. Flertou com o Eixo? A culpa cabe a seu chefe do estado-maior, o General Góes Monteiro, ou a seu ministro da Guerra, Gaspar Dutra. Torturou presos políticos? O dedo-duro aponta para o Capitão Filinto Müller, chefe de polícia. Condenou seus inimigos a longos anos de prisão? Vejam os laudos do Tribunal de Segurança. Impôs a censura e promoveu sua propaganda pessoal? Conversem a respeito com o Dr. Lourival Fontes, chefe do DIP. Em compensação, a legislação trabalhista lhe é atribuída, em vez de notabilizar Lindolfo Collor ou Agamemnon Magalhães. E também a entrada do Brasil na guerra, deixando Oswaldo Aranha na penumbra. Seus amigos elogiam, por outro lado, não digo com cinismo porque não viria ao caso, mas com grande inocência, o respeito à constituição, às liberdades democráticas e aos interesses do povo que teria revelado na crise final de agosto de 1954...

Ora, uma apreciação objetiva me parece demonstrar que seu entusiasmo pelo “povo trabalhador” foi uma descoberta tardia. Ocorreu talvez lá pelos anos de 1944/45, quando sentiu a necessidade de procurar novas fontes de legitimação diante da iminência da “redemocratização”, imposta pelas Nações Unidas sob inspiração americana. É o que torna a carta-testamento um documento absolutamente extraordinário. Nela pretendeu demonstrar, com a própria morte, a sinceridade de convicções que não possuía. Dizem que essa carta nem por ele foi escrita. É possível. O uso de conhecidos chavões de propaganda induzem a crê-lo. O suicídio na noite fatídica de 24 de agosto causou um trauma em nossa história. Getúlio serviu-se do recurso de culpar seus inimigos e as “forças ocultas” dos interesses estrangeiros e dos “grupos econômicos internacionais” que “espoliam o povo”, alegando que estava oferecendo sua vida como vítima sacrificatória para a “libertação” do Brasil, assediado por conspirações imperialistas não bem definidas. Atirou de volta a seus adversários irreconciliáveis (porque igualmente obcecados com o poder), especialmente àquele que mais obstinadamente o combatera, Carlos Lacerda, a responsabilidade pela crise em que já começara a se debater o país nos mares revoltos da modernização e Revolução Industrial. O uso desses *slogans* iria criar a substância da mitologia getuliana, aparecendo como elementos instrumentais de um propósito político bem definido de que teria sido o suicídio o instrumento derradeiro. Era, em suma, o passador

de rasteiras, o pescador de pirarucu, o astucioso jabuti do fabulário brasileiro, ou o tramposos Pedro Malasartes. Ele personifica aquele íncubo a que me referi no primeiro capítulo desta obra, possuindo a alma das coletividades imaturas.

Entretanto, jogando habilmente conforme os ventos e as rajadas de uma época agitada com os ímpetus populares do nacionalismo e do socialismo, o Pai dos Pobres refinou esse “culto da personalidade” do chefe carismático e sebastianista que é, precisamente, um dos componentes principais e mais tenebrosos da ideologia de nosso século. O suicídio foi uma obra-prima de relações públicas póstumas (Getúlio devia muito bem conhecer Machado de Assis...). Longe de acarretar o desaparecimento de seu nome na vergonha e no opróbrio, o ato fê-lo realmente “entrar na história”, como pretendia. Foi o iniciador de um movimento popular profundo que assegurou, nos 40 anos seguintes (pois perdura até hoje), a hegemonia permanente em nossa vida política de uma enfermidade ideológica — um *gauchisme*, como dizem os franceses — a qual a tal ponto se enraizou na alma da pequena classe média mais inculta e mais alienada que torna extremamente árduo o esforço de superação de nosso patrimonialismo estatizante e paternalista. O getulismo explicita, na intelectuária botocuda, essa tendência para o niilismo antinômico, psicanaliticamente combinado com o populismo, para o terceiro-mundismo antiamericano, para o autoritarismo positivista, para a autarquia e controle da economia pelo Estado, e para o eterno ressentimento contra “os interesses imperialistas estrangeiros”, criador do mito da “dependência”. O getulismo define a ideologia brasileira.

As Forças Armadas se rebelaram em 1964, dez anos depois de sua morte, em parte para derrubar a herança de Getúlio: pelo menos era isso o que tencionava realizar Carlos Lacerda. Mas não durou muito. Vários dos aspectos mais rebarbativos do getulismo as contaminaram inteiramente. Em 1985, foi de novo o fantasma de Getúlio Vargas, o “Dr.” Getúlio como costumava ser chamado, que soprou as diretrizes inspiradoras do comportamento do “Dr.” Ulysses e dos outros politiqueiros medíocres que organizaram a Nova República, na verdade uma reencarnação “democrática” do Estado Novo... Sem nunca haverem defendido tese universitária, o “Dr.” Getúlio e o “Dr.” Ulysses foram os dois únicos personagens da República que fizeram jus a esse supremo título nobiliárquico da demagogia.

Podemos concluir este capítulo, notando que o governo da “Nova República” — herdeiro simultaneamente do “sistema” de 1964 e do velho getulismo populista, porém dirigido por uma sucessão de políticos de uma espantosa incompetência — Figueiredo, Sarney, Collor, Itamar — vê de par em par aberta a porta à deplorável opção nacional-socialista, como recurso de emergência para o enfrentamento dos sérios problemas

socioeconômicos do país. No Brasil, como na Rússia e em outros países ainda em fase de transição para a modernidade, podemos apontar para o caráter claramente "fascista", isto é, autoritário, estatizante, nacionalista, sebastianista e reacionário, da esquerda. Antonio Paim está absolutamente com a razão quando observa que o socialismo não-democrático, ou o que poderíamos também qualificar de democratismo, acentua cada vez mais esse seu pendor fascistizante.

Não deixa de ser indicativo das tendências ideológicas mais recentes que, por ocasião da Segunda Revolução de Outubro na Rússia, em 1993, o Presidente Yeltsin, com o intuito de assegurar o caminho da transição liberal, se tenha deparado com um Congresso e destruído uma oposição composta, ao mesmo tempo, de elementos comunistas, tenazmente resistentes às reformas empreendidas no sentido da "privatização" da economia, e de grupos nacionalistas fanáticos, qualificados de "extrema-direita". Valendo-se do domínio das velhas estruturas burocráticas do Parlamento, da Justiça e das Forças Armadas, essa oposição tentou dois golpes militares, mas foi, repetidamente, denunciada por Yeltsin como "conservadora" e "fascista". Paradoxo final da ideologia!

10.

A IDEOLOGIA PÓS-1988 NO BRASIL

Nos casos de “revolução pelo alto” como aquelas a que se refere Barrington Moore e que se registraram, historicamente, na Alemanha de Bismarck e no Japão de Meiji — e em cujo modelo se orientou a chamada “revolução” do regime militar de 1964 — verificamos que a dinâmica nacionalista lhe constitui um dos principais ingredientes. O entusiasmo nacionalista e patriótico deve contribuir para que os povos aceitem os sacrifícios, inerentes ao caminho adotado, de modernização e desenvolvimento acelerado sob a égide do Estado e de uma elite que se considera predestinada.

Nos dois casos exemplares, o alemão e o japonês, foi o nacionalismo, inicialmente, defensivo e unificador. Tratava-se, no episódio germânico, de reunir em um único Estado poderoso e sob hegemonia prussiana a poeira de pequenos principados, ducados, margraviados, cidades livres e monarquias que constituíam a velha confederação germânica, herdeira do Sacro Império do tempo de Carlos Magno. Convinha, como bem compreendeu Bismarck, combater a França. O “inimigo tradicional” jamais escondera seus interesses geopolíticos que incluíam o domínio da margem esquerda do Reno e a manutenção de uma Alemanha dividida. Onde o *slogan* do *Wacht am Rhein!*, a atenção dirigida para as fronteiras renanas. Seria esse o catalisador das energias nacionais. Quando caiu Bismarck, passou o Reich a ser governado por um estadista medíocre, vaidoso e tagarela, o Kaiser Guilherme II. Completamente prussianizado, degenerou o nacionalismo alemão, sob o sopro sonoro das trombetas wagnerianas, para uma política indiscriminadamente agressiva que teve as mais nefastas e terríveis consequências, como todos nós sabemos: jamais demonstrou uma nação tanto talento em mobilizar contra si seus vizinhos e alienar seus aliados.

Uma evolução da mesma natureza ocorreu no Japão. No século XIX e até a guerra russo-nipônica de 1904, o nacionalismo servira de valioso instrumento de aglutinação e mobilização popular para a tarefa ingente que representava a destruição da estrutura feudal e a transformação do Império Insular em uma nação ocidentalizada, industrializada e moderna. Tratava-se de operar a revolução modernizante a partir de uma situação inicial de completa vulnerabilidade. Com extrema prudência e genial sabedoria política, os eminentes samurais estadistas da era Meiji jogaram com as exigências concordantes de segurança e desenvolvimento, procurando apoios externos (Grã-Bretanha e Estados Unidos) e projetando o dinamismo sobre um inimigo *ad-hoc* de potencial relativo, a Rússia czarista, até alcançar o ponto ideal de consolidação da potência nipônica. Isso ocorreu no momento da I Guerra Mundial.

Na década de 30, porém, colorido de socialismo populista militar, o nacionalismo japonês contaminou-se de agressividade cega, embalado pelos sonhos utópicos de hegemonia pan-asiática ("Os quatro cantos do mundo sob um mesmo teto"). Os jovens samurais novamente desembainharam suas katanas e começaram, inicialmente, a assassinar todos os chefes que consideravam fracos, indecisos ou covardes: na verdade os realistas que se davam conta dos riscos de enfrentarem as potências anglo-saxônicas. Imaginaram, depois, poder conquistar a China, uma imensidão. O espírito da aristocracia militar que, no período Tokugawa e na era Meiji, se havia convertido à indústria e ao comércio em Yedo-Toquio — estendeu-se às Forças Armadas e pretendeu rejuvenescer, com uma versão singularmente nipônica do nacional-socialismo, o *Yamato Damashii* ou "espírito do velho Japão". O epílogo consumou-se na catástrofe da II Guerra Mundial: Pearl-Harbor, a bomba de Hiroxima, a rendição humilhante no convés do encouraçado "Missouri" e a ditadura militar "democratizante" do "shogun" americano, o General MacArthur...

Já na Itália, que também realizou uma "revolução pelo alto" a partir do *risorgimento* liderado por Cavour e pela Casa de Savóia, o uso do nacionalismo como arma política revela as mesmas ambiguidades. Muito romântico, encabeçado por poetas e músicos, o nacionalismo italiano do século XIX respondeu ao sentido inicial do termo quando empreendeu unificar a "nacionalidade" italiana num único estado, ocupando toda a península e absorvendo os remanescentes da presença estrangeira, austríaca ao Norte, e eclesiástica em Roma.

Os pesquisadores dos problemas dos países em desenvolvimento, como Samuel Huntington, hão seriamente estudado o uso que, do nacionalismo, pode ser feito como arma de integração em caso de impasse institucional. O problema da participação popular no regime brasileiro tem também sido objeto de consideração por parte dos "brasilianistas" que apreciaram os resultados da Revolução Industrial em nosso país. Não obstante os sucessos políticos e econômicos do sistema militar, na

década dos 70, é evidente que a oposição de esquerda foi muito melhor sucedida no esforço de mobilização popular para a re-democratização. Os militares parecem haver sofrido, desde o começo, de uma espécie de "má consciência". O sentimento acabou por dividi-los e provocar hesitações nefastas à administração. Ao princípio, um embaixador inglês, Sir Geoffrey Wallinger, ainda podia comparar os militares de Castello Branco aos puritanos de Cromwell, fanaticamente convencidos de sua missão de limpar a corrupção que contaminava o país. Mas as hesitações e as contramarchas entre "linha dura" e "legalistas" acabou comprometendo o projeto e o próprio bom senso.

Alguns dos "brasilianistas" acharam, na época, que duas soluções se poderiam então haver descortinado para o impasse institucional: a da profunda "reforma social" (numa linha de "esquerda") e a do nacionalismo, ambas sob uma fórmula de tipo, digamos, nasserista. O nacionalismo seria um recurso efetivo, porém perigoso, pois é uma arma de dois gumes. Na época, foram utilizados remédios suaves em certas medidas de entusiasmo cívico-patriótico — como, por exemplo, em torno de nossa política nuclear. Outras também tomadas de efeitos populares incontestáveis, como sejam a moratória no pagamento da dívida externa e restrições dirigidas contra as multinacionais, incorporadas na Constituição de 1988. A questão, nesse caso, é saber o limite de tais recursos. Medidas de repressão e combate ao capital estrangeiro e de reserva de mercado, como no caso da informática, acarretaram uma retração desse capital, com efeitos perniciosos sobre o desenvolvimento.

O nacionalismo populista permaneceu, contudo, como uma carta a ser jogada. Um trunfo escondido. É notório o fato de que os militares nunca dele abriram mão e o guardaram zelosamente, talvez numa eventualidade de colapso institucional desastroso. Trataremos, adiante, do tema do nacionalismo militar atual, tendo como foco a Amazônia. Mas notemos, desde já, que a última administração militar, a do General Figueiredo, destacou-se por sua incompetência, displicência e desarvoramento. Desafiado pela "linha dura" como em episódios de terrorismo secreto (o caso do Riocentro, por exemplo), o regime entrou em estertor sem preparar de modo algum, como o poderia ter feito, uma transição disciplinada. Olhando retrospectivamente, constata-se que a eleição de um presidente civil e a revisão constitucional deveriam ter sido levadas a cabo ao final do governo Geisel, valendo-se do autoritarismo desse militar, quando se sentia o "sistema" ainda suficientemente poderoso para ditar as linhas mestras do regime desejado. Vejam o que aconteceu no Chile: estavam ali os ânimos muito mais acirrados do que aqui, mas Pinochet conseguiu não só manter-se à testa das Forças Armadas, verdadeiro prodígio, mas assegurar o seguimento consistente de uma política econômica liberal a qual permitiu ao Chile alcançar o nível admirável de crescimento acelerado de que desfrutava.

No nosso caso, além disso, padecemos de má sorte: o falecimento do presidente eleito Tancredo Neves criou uma situação imprevista. A solução pela "reforma social" foi então amplamente posta em prática sob o governo de espantosa inépcia do Vice-presidente Sarney. Diante do vácuo assim deixado, as "esquerdas" exultaram. No entanto, o delírio constitucional nos legou o impasse escabroso em que o país se chafurda no momento de serem estas páginas escritas.

Um outro tipo, barato, de nacionalismo é o da demagogia do "Terceiro Mundo". Ele agregou-se ao democratismo desarvorado de 1988, agravando ainda mais a situação sob a desventurada fraude do Plano Cruzado e a perversa inspiração do "Dr." Ulysses, fraude política ainda maior. Às veleidades socialistas, constitucionalmente impostas, por infelicidade, um ano antes da queda do Muro de Berlim e do esfacelamento do Império Soviético, vieram agregar-se o que eu chamaria de "nacionalismo choramingueiro".

Nosso país desceu às vezes, como nos anos infelizes de 1961-64, a um baixo nível de diplomacia cafaíste e vulgar, mais digna de nações de terceira categoria fanatizadas por xiismos primários, como a Cuba fidelista, o Irã dos aiatolás, a Líbia de Khadafi e o Iraque de Saddam Hussein. O terceiro-mundismo nas administrações Geisel-Silveira, Figueiredo-Guerreiro e Sarney-Abreu Sodré se caracterizou pelas contradições e a covardia pavorosa. O efeito de uma política desse estilo foi, de qualquer forma, limitado e pouco capaz de mobilizar o entusiasmo popular. A política externa é longínqua. Ela nunca interessou profundamente o público brasileiro, sensível apenas a grandes conflitos em que o potencial do país se possa destacar em embate honroso — um confronto em que, por exemplo, tivéssemos como adversários os Estados Unidos ou outra grande potência européia. Francamente, as vitórias em campeonatos de futebol ou em corridas de Fórmula-1 mais estimulam o público do que qualquer episódio diplomático. Mas desenvolveremos o tema em capítulo posterior, com a análise do imperialismo e da teoria da dependência.

O mais perigoso de todos os recursos do nacionalismo seria um conflito com um de nossos vizinhos. Uma desavença com a Argentina, por exemplo. É curioso como muitos observadores estrangeiros, ignorantes em geral das verdadeiras condições do nosso relacionamento sul-americano, aventaram a hipótese de um antagonismo entre o nosso país e a Argentina, suscetível de conduzir a um choque armado. Há alguns anos, jornalistas à cata de sensacionalismo hão especulado em torno da rivalidade nuclear; ou se deixaram levar pelas mais audaciosas fantasias para antecipar "guerras" sul-americanas provocadas, digamos, por um choque entre o Chile e o Peru que, por força de alianças resultantes de fatores geopolíticos de equilíbrio de poder, se estendesse ao Prata e envolvesse todo o continente. Sem ignorar os fatores de fricção que, historicamente, existiram nas nossas relações com a Argentina — como o mais recente, que foi a questão do aproveitamento hidroelétrico do rio

Paraná; a rivalidade no desenvolvimento da energia nuclear; ou o nosso interesse pela Antártica, onde expedições brasileiras irritaram nossos vizinhos meridionais, há longo tempo ali estabelecidos. Sem desconhecer tampouco um outro tipo de perigo, relacionado com as próprias fraquezas internas, quer do Brasil, quer da Argentina — vulnerabilidades que possam induzir os governos a procurar uma escapatória de política externa para amainar tensões internas e mobilizar o entusiasmo popular, sabendo-se que se trata de um dos mais antigos e banais recursos da política, esse de projetar sobre o vizinho, promovido a “inimigo tradicional”, o insolúvel impasse interno — quero crer que poucas chances, felizmente, existem de ser nosso bom senso por elas atropelado.

E de fato as expectativas se reverteram totalmente. O reatamento mais íntimo com a Argentina, após o desastre sofrido por aquele país na guerra das Falklands e a grave recessão econômica brasileira, constituiu a única obra ponderável nos governos de olímpica mediocridade de Alfonsín e José Ribamar, vulgo Sarney. O Mercosul poderá enterrar definitivamente a obsoleta rivalidade. Mas resta ainda reduzir a considerável concentração de forças militares no Rio Grande do Sul (o antigo III Exército), tarefa acrescida pela resistência passiva de seus oficiais que ali, em sua maioria, são gaúchos e pouco inclinados ao desconforto de uma transferência residencial para o Nordeste ou a Amazônia.

Um uso moderado da arma de mobilização patriótica para o alcance de certos objetivos nacionais pode ser muito efetivo: não há governo que o ignore. Desde Getúlio Vargas que experimentamos a técnica banal de agitar fantasmas estrangeiros diante dos olhos arregalados da multidão passional, a fim de realçar o prestígio pessoal do demagogo carismático e fazê-la engolir as pilulas amargas do reajuste financeiro. O último mestre de talento nessa arte desprezível foi Jânio Quadros. Jânio provocou um conflito com o Portugal salazarista e, segundo se diz, pretendeu mesmo a aventura tresloucada de atacar a Guiana francesa. A ele se sucederam outros agitadores primários do mesmo tipo, no período 1962-64. O regime de 64 resistiu à sedução do nacionalismo, mas nem sempre. No princípio da administração Costa e Silva, houve uma pequena tentativa de alguns líderes, inclusive civis, de subir as escadas do poder pelos degraus de técnicas jingoístas. Houve também setores nacionalistas nas Forças Armadas que se agitaram sob o comando do General Albuquerque Lima, de índole socializante, embora tenham sido facilmente reprimidos: o pretexto utilizado era que a Albuquerque Lima faltava uma quarta estrela...

O ufanismo do desenvolvimento na década dos 70 obteve, em todo o caso, bastante sucesso ao inflar o orgulho nacional sem deixar medrar, incontrolavelmente, a reação patrioteira. Creio que é nesse ponto que, mais fortemente, foi testada a sabedoria da liderança da nação, pois o problema central das relações internacionais, no mundo contemporâneo, é justamente o da superação do nacionalismo. A reação internacional

quase unânime contra as enrascadelas do General Galtieri, nas Falklands, e de Saddam Hussein no Kuwait, demonstra que esse tipo de iniciativa encontra cada vez menos tolerância por parte de uma opinião pública sempre melhor informada e dos governos na comunidade internacional sempre menos inclinados a aventuras.

Grande parte da crise em que nos debatemos é oriunda da discrepância entre a crescente interdependência econômica, ecológica, política e militar das nações, de um lado, e a efervescência egoísta dos interesses de cada Estado-nação do outro. Estejamos de acordo com o fato de que as potências mais avançadas e mais civilizadas não conseguem, elas próprias, vencer o atavismo tribal. Se a França e a Alemanha, num gesto surpreendente de reconciliação promovido por De Gaulle e Adenauer, conseguiram superar a herança macabra de três guerras de vendeta, não lhes foi ainda concedida a graça de alçarem-se como líderes do movimento de unificação européia. Aos Estados Unidos, por outro lado, cabe a culpa de não haverem ainda atingido à alta concepção da verdadeira liderança, que é condicionada pela capacidade de sacrificar pequenos interesses econômicos imediatistas em benefício da segurança futura e prosperidade da comunidade ocidental em seu conjunto. O Plano Marshall foi um exemplo admirável de clarividência política, mas permaneceu como uma iniciativa relativamente isolada. A aliança para o progresso de Kennedy fracassou. O pacto defensivo consubstanciado na OTAN infortavelmente conviveu com políticas individuais, na perseguição de objetivos imediatos contraditórios. Um dos melhores exemplos dessa miopia nos foi oferecido pelo próprio De Gaulle, o qual — como finalmente acentuou o grande estadista belga Paul-Henri Spaack — preferiu ser o último ministro de Luís XIV a ambicionar a posição histórica de primeiro presidente dos Estados Unidos da Europa.

Fermento de mobilização popular, galvanizador de energias, “ópio dos intelectuais” como o denominou Aron, “traição dos clérigos” como o descreveu Benda, o nacional-socialismo é uma ideologia obsoleta cuja exaltação no mundo atual subdesenvolvido configura apenas um sério sintoma de seu próximo descalabro. O esquema internacional de 180 Estados-nações, a grande maioria dos quais absolutamente inviável política, social e economicamente, não é o mais adequado para a solução dos gigantescos desafios da humanidade. As tensões provocadas pela internacionalização da economia, a explosão demográfica, o esgotamento de recursos naturais, a poluição ambiental, a ameaça da fome, o alastramento epidêmico da criminalidade, os contrastes aberrantes de riqueza e penúria e a ameaça ominosa das ditaduras, donas de armamento nuclear — constituem tantas outras questões relevantes a que a estrutura mesquinha do Estado-nação não pode mais atender.

Neste universo de perspectivas não mui tranquilas, terá o Brasil de desempenhar o seu papel. Partimos de uma posição relativamente

privilegiada: encontramos-nos distantes das áreas centrais de atrito. Não conhecemos conflitos fronteiriços com nossos vizinhos imediatos. Possuímos uma tradição de diplomacia pacífica e tudo isso de muito nos pode valer. Com essas vantagens, talvez saibamos, à medida que formos conquistando os objetivos prioritários de desenvolvimento, elevar nossa visão para um quadro de cooperação, tal como o concebeu em serena análise o Presidente Castelo Branco, em *circulos concêntricos* de âmbito cada vez mais largo — o sul-americano, o atlântico, o ocidental e o mundial. Se tivermos a sabedoria de coibir nossos ímpetos nacionalistas a um nível que eu qualificaria de puramente *defensivo* — isto é, à simples proteção de interesses legítimos e plenamente justificáveis, quando agredidos por imposições estrangeiras arbitrárias, teremos então respondido plenamente ao supremo desafio de nossa diplomacia na Idade da Internacionalização.

Na fase de baixo astral que atravessamos e levando ainda em conta a insustentável leveza de nossa memória coletiva, temos tendência a extrapolar o pessimismo. Concluímos que o país está perdido. O Brasil é inviável. Não mais sairemos do poço. Ora, todas as nações atravessam crises, altos e baixos numa sucessão normal de épocas de crescimento e períodos de desordem e declínio. Algumas vezes, as próprias crises estimulam a criatividade artística e revigoram a produção intelectual. Derrotas catastróficas e a perda da independência nacional dão ensejo à elaboração de grandes obras de política, arte e filosofia. Afirmava Hegel que a coruja de Minerva levanta o vôo ao entardecer. Na verdade, coincidiu o apogeu do “milagre grego” com Sócrates, Platão e Aristóteles, no momento do trágico desenlace da Guerra do Peloponeso: poucas décadas mais tarde, a Grécia perdia sua independência. As obras mais importantes da Bíblia vétero-testamentária foram escritas no Segundo Exílio, o de Babilônia, após o colapso do reino de David e Salomão: os profetas reagiam para a transcendência religiosa contra o desastre fatal que atingia Israel. Na China, coloca-se o período áureo da filosofia, com Confúcio, Lao-Tzê e as outras “Cem Escolas”, justamente na fase de anarquia feudal conhecida como a dos “Reinos Combatentes”, precedendo a fundação do Império no ano 221 antes de Cristo. O apogeu da arte chinesa se situa do mesmo modo, sob a dinastia Sung, ao tempo dos desastres das invasões mongólicas.

Na história da Europa, os ciclos de grandeza e miséria afetam todas as nações, atingindo não apenas o poder político e econômico, mas a própria cultura. Um simples exemplo: só neste século a Espanha se recupera de mais de 200 anos da vergonhosa miséria que sucede ao esplendor dos reinados de Carlos I e Felipe II. Entre o Renascimento e o *risorgimento*, oferece a Itália o espetáculo do mais lamentável descalabro, junto com o declínio das artes. E chega a perder a independência. A Alemanha leva um século e meio para se recuperar dos estragos pavoro-

so causados pela Guerra dos 30 Anos. O afrouxamento afeta hoje a Inglaterra que, no século passado, era a principal potência mundial, orgulhosa e arrogante porque controlava o maior império que a história conheceu. E quem se lembra do melancólico destino da França entre as duas Guerras Mundiais, marcado pelo desastre sem precedentes de maio/junho de 1940, fica surpreendido com o dinamismo que o país readquiriu após De Gaulle. O que aconteceu é que todas essas grandes nações encabeçaram, sucessivamente, o progresso cultural e o poder político-militar para depois verem seu orgulho reduzido e humilhado. A *hubris* encarregou-se de lhes punir a prepotência. Hoje, nenhuma delas se pode mais medir com os países de âmbito continental como os EUA, a Rússia e a China, destinados a substituí-las numa nova ordem de grandeza. Para sobreviverem em influência, os países europeus são agora obrigados a unir-se numa comunidade continental.

Registra nossa história, de modo semelhante, ciclos de euforia e depressão. Em meados do século passado, graças ao prestígio internacional do império, podíamos sonhar com uma próxima integração na família das grandes nações civilizadas que hoje qualificamos de Primeiro Mundo. Mas leiam os ensaístas do início desta centúria. Vejam a austera e vil tristeza que sobre nós então se abate.

Durante a campanha pelo plebiscito de abril de 1993, li artigos em jornais do Rio e São Paulo que, lembrando a “esquecida Guerra Civil de 1893”, aos monarquistas atribuíam sua responsabilidade. Julgo que, mais propriamente, devia a culpa por essa mancha sangrenta em nossa história recair sobre o autoritarismo, de índole positivista, que caracterizou a República desde o 15 de novembro. Vejamos, com um pouco de objetividade, o que realmente se passou há 100 anos. Um golpe militar dado por um grupelho de intelectuais comitistas, com insignificante representatividade na população — havia apenas dois deputados republicanos no parlamento do império, sendo um deles Campos Salles, futuro presidente — que, para derrubar o império, se valeram da ingenuidade e dos ciúmes do velho Marechal Deodoro, o qual detestava o liberal Silveira Martins por motivos pessoais (*cherchez la femme!*...), deixou o povo “bestificado”, como confessou um dos envolvidos na quartelada. No Decreto n. 1, de 15 de novembro, um governo que se dizia provisório prometeu um plebiscito de consulta à vontade popular, o qual só se realizou no dia 21 de abril de 1993, 104 anos depois! O tal “governo provisório” torna-se ditatorial. Reúne um Congresso que logo em seguida dissolve. O próprio proclamador, desgostoso, é derrubado por seu vice, o Marechal Floriano. Estabelecida de acordo com os princípios positivistas da “ditadura republicana” de Júlio de Castilhos e de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, a tirania militar torna-se mais draconiana e repressiva. O marechal-presidente é um alagoano matreiro e atrabiliário, na tradição daquele estado. A Revolta da Armada, aliás, é

comandada por um almirante liberal e constitucionalista, Custódio de Mello, que não é monarquista. Ele recebe a adesão não só de monarquistas, mas de liberais, desgostosos com o caráter despótico do novo regime. Silveira Martins também se revolta, não porque é monarquista, mas porque é liberal e lhe repugna a ideologia de Júlio de Castilhos, o governador positivista do Rio Grande do Sul. O regime oligárquico e antidemocrático jamais se legitimou pelas urnas e esperou 60 anos para proporcionar ao povo brasileiro as primeiras eleições mais ou menos autênticas de que se beneficiou depois do império: as de 1946. Na guerra civil consequente, calcula-se em 15 mil o número de mortos, o episódio mais sangrento de nossa história. Não podemos ignorar, tampouco, a índole violenta dos comandantes florianistas no Sul, em especial do Coronel Moreira César, um epilético sadista. Foram sumariamente fuzilados os simpatizantes da revolução que ostentavam títulos nobiliárquicos — um ato absolutamente inédito na história do Brasil. Graças a Deus, não costumamos resolver nossas divergências políticas pelo homicídio. Os florianistas, entretanto, executaram seus adversários, degolando-os ou lançando-os pela janela do trem, na serra de Curitiba a Paranaguá. O filho do Barão de Batovi foi fuzilado simplesmente porque pediu para enterrar o pai, assassinado. Saldanha da Gama foi trucidado em campo aberto. Na mal chamada cidade de Florianópolis, a lembrança dessas barbaridades ainda está tão presente na memória popular que o próprio Presidente Figueiredo, quando a visitou no início de seu governo, foi ali vaiado: o ressentimento perdurava depois de 100 anos!

E o que dizer do “maior crime da nacionalidade” como o classificou Euclides da Cunha: a campanha de Canudos? De novo aparece a figura patibular de Moreira César. A barbaridade desse episódio, com algumas dezenas de milhares a mais de sacrificados em luta inglória e inútil, foi tanto maior quanto nenhuma “mão invisível” poderia haver financiado a causa monárquica junto aos miseráveis e fanáticos seguidores de Antonio Conselheiro. E por que não lembrar ainda as outras centenas de mortos nos distúrbios em torno do chamado “Contestado” do Paraná, tratando-se, ainda aí, de fanáticos religiosos que não mereciam a punição? Sem legitimidade, não deve o governo republicano ditatorial de 1889 arcar com a culpa pelos fatos cruentos que marcaram a guerra civil de 1893? Foi a ideologia positivista, com sua teoria de Ditadura Republicana, o que determinou tão infaustos e inéditos procedimentos, revertendo completamente as esperanças humanistas e culturais que se haviam criado em torno do império. Dediquei-me a lembrar esses infaustos acontecimentos do passado porque me parece haver alguma semelhança com a rebordosa em que estamos metidos.

A crise econômica, a guerra civil, Canudos e o arrependimento pelo 15 de novembro, na década que se seguiu à Proclamação da República, foram aguçados na consciência nacional pelo exemplo extraordinário da

Argentina. Lord Bryce, que nos visitou por essa época, nos prometeu um belo futuro, mas nada comparado com o de nosso vizinho meridional. Desse baixo nível de prestígio que tantos ressentimentos provocava, foi o patamar de nossa imagem subindo, em meados deste século, com a participação na II Guerra Mundial e o envio, à Itália, da Força Expedicionária; em seguida, com a construção de Brasília; e, nos anos 70, com o "milagre econômico" do período militar.

Não é de bom tom, no momento, relembrar o "ninguém segura este país!" da época em que crescia o PIB ao ritmo de 10 a 14 por cento e alguns geopolíticos, à vista de tão estupendos índices, já delirantemente falavam na emergência do Brasil como a super-potência do século XXI. Recordemos que isso aconteceu há apenas 20 anos! Do exterior se debruçavam sobre nós com uma atenção perplexa e ambivalente. Para a consciência democrática da Europa e dos EUA, numa época de triunfo esquerdista, o grande problema era contrapor o sucesso econômico do regime "direitista" com suas práticas autoritárias e repressivas. A famosa "imagem" de que o país gozava teve assim correspondentes altos e baixos. É o destino normal da história dos povos...

Aliás, essa perplexidade permanece, sem o mesmo conteúdo ideológico, ante o ímpeto universal e incoercível de liberalização, modernização e implantação da economia de mercado. O nosso exemplo da década dos 70 e o da China, do Chile e México de hoje, parecem demonstrar que *a perestroika social e econômica deve preceder a glasnost política*. Os regimes com autoridade, suscetível de manter a ordem interna, demonstram indiscutível superioridade na delicada transição para uma economia de mercado sobre aqueles que, como o Brasil e a Rússia, *se abriram politicamente antes de desmontar o monstruoso edifício do corporativismo e dos interesses adquiridos de suas Nomenklaturas*. O mesmo argumento é invocado por Samuel Huntington, diretor da Escola de Governo da Universidade de Harvard.

O sentimento agudo de insignificância, decepção, humilhação, exaustão e depressão que sentimos, coletivamente, diante de nossas agruras presentes — levanta, novamente, a pergunta sobre a viabilidade do Brasil como nação e excita, em reação compensatória, as veleidades do nacionalismo emocional. O estilo e tom assemelham-se aos dos autores do princípio do século. O Conde de Affonso Celso, fiel ainda à monarquia, criou a expressão "ufanismo" quando, ao descrever a largura do rio Amazonas e as belezas da baía de Guanabara, justificava o seu "Por que me ufano de meu país"...

O sentimento depressivo é hoje agravado pelos surdos e ominosos rumores de separatismo — coisa que não conhecíamos desde as lutas da Regência. Mais ominoso ainda é o fenômeno de emigração. Um milhão, pelo menos, já fugiram do descabro para a Europa, os Estados Unidos e o Japão. Mas é possível que os males que afetam o "homem doente das Américas" se agravem, antes que surja a receita salvadora. E essa, a meu

ver, só acontecerá quando as elites esquecerem as veleidades oferecidas pelo canto de sereia dos ideólogos do socialismo e do nacionalismo, convertendo-se à abertura proporcionada pelo liberalismo. O desmonte do Estado apodrecido: só isso basta!

Os sintomas do apodrecimento do Estado patrimonialista patrioteiro que se vangloria de sua soberania aparecem com maior agudeza nas reações aberrantes de certos círculos militares, felizmente reduzidos, que pretendem erguer da justiça a clava forte e, adorando a pátria, idolatrada, sem temer a própria morte... planejam a guerra na Amazônia! O objetivo do conflito seria combater as "potências do Norte". Estas, segundo alegam, desejam apossar-se daquele abençoado torrão natal sob a égide da ONU.

O tema da exacerbação nacionalista que excita alguns oficiais de linha dura, aliados a políticos demagógicos e à esquerda mais radical, merece abordagem precisa. A convergência dos extremos ideológicos é característica. Torna-se às vezes difícil distinguir as expectorações xenófobas do pessoal do Brizola com sua ideologia getulista, dos ativistas do MR-8, glasnostalgicos do PC do B e viúvas da Praça Vermelha em geral, das que são emitidas por ilustres patentes castrenses, muitas vezes no exercício de suas altas funções oficiais. No paralelismo das reações descubro o denominador comum naquele "nacionalismo temperamental" a que se refere Roberto Campos.

O denominador comum tem, na verdade, um foco único, os Estados Unidos da América. É fácil diagnosticar o fenômeno como resultante da reação compensatória ao baixo astral hipocondríaco que mais acima evoquei. Na vida das nações é comum — e insistamos na constatação — serem os períodos depressivos acompanhados de tensão contra o estrangeiro, com a seleção apropriada de um bode expiatório sobre o qual derramar a bília amarelenta da irritação com a mazela interna. Mas no caso específico do agravamento do nacionalismo militar descubro motivações mais concretas e ponderáveis: as Forças Armadas brasileiras perderam os dois inimigos principais contra os quais se mobilizavam, há várias gerações: Argentina e comunismo. O perigo vermelho desapareceu como por encanto: foi-se o martelo desde o colapso do "Império do Mal" em 1991, o encerramento sem fanfarras da Guerra Fria e a dissolução do movimento comunista internacional. A Argentina, cujas agruras foram bem mais graves do que as nossas, se transformou subitamente num aliado e parceiro preferencial dentro do Mercosul.

Ora, um exército privado de inimigos é um exército frustrado e perigoso. Se não existe inimigo, o soldado tem que inventá-lo. Dele necessita para se justificar a si próprio e justificar os sacrifícios de sua profissão... justificando também as pesadas verbas que pede no orçamento federal. Acresce que, com a perda de poder político depois da chamada "redemocratização",

carece também de uma parcela considerável de seu prestígio e, o que mais grave ainda é, grande parte de suas dotações e soldos.

À míngua de objetivos estratégicos válidos e temendo, inconscientemente, transformar-se numa mera força de polícia interna, para manter a ordem durante a ECO-92 ou limpar as favelas de traficantes super-armados, os militares precipitam-se sobre a Amazônia. Eis aí um terreno que, simplesmente por seu tamanho e sua riqueza em mitos e duendes, é digno da atenção de um grande exército, sobretudo levando em conta que o "inimigo ameaçador" é também de alto porte e alto coturno. Já não são mais Sir Walter Raleigh, Henry Ford, Herman Kahn ou Daniel Ludwig, é Washington ele próprio que deseja invadir a Amazônia! Se não Washington, Bush e Bill Clinton, pelo menos a CIA e o Pentágono. De um general prestigioso li um artigo em que fala na preparação de uma guerra de guerrilha, no modelo do Vietnã, para combater o desembarque de *marines*, a descida aérea de *rangers* e outras tropas de capacetes azuis. Esquece o articulista, evidentemente, que na década dos 60 os vietcongues resistiram graças ao armamento fornecido pela URSS e a China, e ao apoio moral da mídia americana; que as próprias técnicas de combate na selva foram aprendidas por nossos belicosos guerrilheiros nas bases americanas do Panamá; e que uma "guerra" declarada pela ONU contra o Brasil, por causa de maus tratos aos índios lanomâmis ou da derrubada da floresta tropical, é uma das eventualidades mais extravagantes que uma mente perturbada possa conceber. E no entanto é isso que desperta o amargo rancor do Governador Gilberto Mestrinho. Quando, em 1993, a imprensa anunciou que os americanos estavam efetuando exercícios conjuntos de treinamento com as forças locais, na Guiana ou no Suriname, os gritos de alerta se tornaram mais estridentes. Eram apenas 200 ou 300 instrutores. Mas quem sabe se esses poucos militares seriam reforçados pelo armamento irresistível e a invulnerabilidade de Arnold Schwarzenegger e Sylvester Stallone? Pela "hipótese de guerra" assim justificada e sabiamente elaborada nos estados-maiores de Brasília, é fácil imaginar quão tremenda é a tormenta na cuca castrense, nessa "nacionalpatologia" a que se refere Luiz Carlos Lisboa em brilhante suelto no *Jornal da Tarde* (13.8.91). O que os eventos históricos da Rússia e o alastramento universal do neoliberalismo demonstram é que o componente socialista da ideologia brasileira pode estar em minguinte; o nacionalismo, porém, em ascendência. A conscientização do que se passa entre nós está forçando a barra para a "direita", mesmo por parte dos elementos tradicionalmente perfilados à "esquerda", na base do social-esstatismo e crença comum na competência universal do Estado.

Pequenas notícias servem para exacerbar os ânimos e se divulgam como fogo no cerrado seco. Um exemplo foi a da recusa pelo Japão, há poucos anos, de financiar a construção da Rodovia 364, asfaltada, que deveria ligar o Acre a Pucallpa, no Peru, e daí à costa do Pacífico (uma alternativa mais prática estaria, no momento, sendo cogitada pelos dois

governos). Alegavam os exaltados que, a pretexto de preservar a floresta amazônica, a negativa resultaria da decisão dos EUA de “boicotar os recursos financeiros para o empreendimento”. Mas, afinal, se o Brasil realmente tivesse a intenção de construir a tal estrada, da maior importância estratégica para a saída ao Pacífico e a penetração de nossa economia no Peru e Equador, não precisaríamos de dinheiro estrangeiro. É fácil a um governo que já jogou fora cinco bilhões de dólares na Ferrovia do Aço, abandonada no sul de Minas, e outros dois bilhões de dólares em outra ferrovia, no Norte, que vai do nada ao nada, reservar 200 ou 300 milhões para um empreendimento tão prioritário. Mas por que se recusaram os japoneses a financiá-lo? Não pagar dívida, dizer ao povo que não vai pagá-la “à custa da fome de nosso povo”, não honrar juros da dívida e, ainda por cima, como prática de muitos de nossos negociadores, tratar desafortadamente os banqueiros credores nunca foi maneira adequada de obter empréstimos...

Um incidente com garimpeiros brasileiros, em 1991, e um massacre de ianomâmis dois anos depois, também perpetrado por garimpeiros em território da Venezuela, serviram aos meios de comunicação e círculos patrioteiros enfurecidos, para novelas dramáticas, com cenário naquela área tradicionalmente conhecida pela presença fantasmagórica de curupiras, macunaímas e boiúnas. O noticiário seria ridículo e insignificante se não provocasse repercussões no exterior que, por sua vez, excitam ainda mais os sentimentos exaltados e provocam manifestações oficiais estapafúrdias. Ainda em meados de 1991, por exemplo, na solenidade de troca de comando da Escola Superior de Guerra, o chefe do EMFA declarou que, para defender a soberania brasileira na Amazônia, “o Brasil pode até ir à guerra” (contra quem? pergunto eu; e com que roupa?). Respondendo ao desafio, alertou o novo comandante da ESG para o risco de “desestabilização” do sagrado território nacional. Pouco tempo depois, o General Lepage, secretário geral de Ciência e Tecnologia, chegou a admitir o uso militar de um reator do Exército, alegando que a intenção defensiva da bombinha seria “preparar tecnologicamente contra o efeito de uma arma nuclear”. O general estava obviamente divagando: ninguém se pode preparar contra os efeitos de uma arma nuclear, a não ser que esteja disposto a empreender, do mesmo modo como o Presidente Reagan, uma problemática Iniciativa Estratégica de Defesa ao custo de algumas centenas de bilhões de dólares, o equivalente ao PIB anual do Brasil! A chamada Guerra nas Estrelas pode não ter resultados práticos, mas contribuiu para o descalabro da ex-URSS, demonstrando ao Politbureau a inanidade de seus esforços no sentido de competir com os EUA em termos de poder tecnológico. Mas será que o general pretenderia preparar o reator nuclear do Exército para enfrentar, no mesmo nível, as 240 ogivas de hidrogênio carregadas nos 24 ICBMs de um único submarino estratégico americano que se haja posicionado, digamos, ao largo de Marajó?

Outro exemplo das tormentas causadas pelo emocionalismo ideológico é uma espécie de manifesto de alerta do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, do Rio de Janeiro. A propósito da Portaria 580 do Ministério da Justiça, de 1991, sobre a demarcação do território dos ianomâmis, clama a diretoria do CEBRES que a Amazônia seria uma "fronteira em perigo". A linguagem do manifesto é preocupante: uma salada russa bastante exótica de velhos *slogans* esquerdistas com idéias que costumamos atribuir ao pessoal da linha dura de direita. O documento fala em "domesticação neocolonialista" e denuncia o Primeiro Mundo dos G-7 (as Sete Grandes Potências econômicas associadas do Ocidente) que "não nos dá o direito de cuidar do que é nosso e nos impõe lições e ameaças". O delírio persecutório chega ao máximo neste outro trecho: "diante do cenário mundial tão sombrio, de triunfalismo cesarista para os PD (Países Desenvolvidos) e asfixiante para os PED (Países em Desenvolvimento) como o Brasil; diante de pressões crescentes contra a Amazônia brasileira, comprometedoras da soberania...", percebem-se, no cenário mundial, "ambições imperialistas sobre a Amazônia brasileira; tentativas que, embora remontem a 150 anos, nos últimos 50 se renovam, agravadas, para deserdá-la, para absorver excedentes populacionais ou internacionalizar a hiléia... para alagá-la ou criar enclaves, interiores ou, agora, periféricos". O texto vai por aí afora. Presumo que, na perspectiva desses grandes estrategistas, o "cenário mundial sombrio" resulta do descalabro da União Soviética e do fim da Guerra Fria, que nos teriam privado da opção de chantagem diplomática — idéia, aliás, também explicitada pelo Ministro Francisco Rezek quando lamentou a nova "unipolaridade", ao tempo em que era chanceler do Presidente Collor.

Quanto à eventualidade de absorção de excedentes populacionais, a pergunta é a seguinte: estarão os americanos da Califórnia ou Nova Inglaterra dispostos a se trasladar para o calor, a umidade, os mosquitos e as endemias desse clima adorável que é o da Amazônia? Ou igualmente dispostos a financiar a migração maciça para o Norte do Brasil de nigerianos, indianos, bengalis, chineses ou indonésios? Com que proveito? Que vantagem estratégica?

Para prevenir tão tenebrosa invasão colorida, ouvi nesse mesmo Centro de Estudos a sugestão pitoresca, apresentada com toda seriedade, de acelerar a explosão demográfica brasileira de maneira a povoar o vale do grande rio com 300 milhões de nossos homens cordiais, assim detendo o genocídio praticado pelo "imperialismo da pílula" (obviamente financiado pelas grandes empresas farmacêuticas dos G-7) e pela inominável ligadura de trompas no útero sagrado da mãe brasileira. As alegações foram tão fantasiosas quanto a do espanhol Lope de Aguirre, que perseguiu o El Dorado nas Sete Cidades de Manoa (Manaus). Ou a do Padre Cristobal de Acuña, que inventou o nome da região depois que Francisco de Orellana desceu o rio, em 1541, e asseverou que estava

poderosamente defendido por uma tribo de guerreiras a cavalo, mulheres nuas armadas de arco e flecha, e descendentes das que combatiam na Grécia pré-histórica — o que não impede, aliás, que outra etimologia atribua o nome ao termo que, num dialeto tapúia, designa o fenômeno da pororoca, *amassona*...

Um exame um pouco mais tranquilo da história revela que *sempre foi o Brasil que ambicionou e ocupou a Amazônia, se necessário pela força*. Pelo Tratado de Tordesilhas, a região deveria pertencer à coroa de Espanha. Historicamente, portanto, aos países andinos seus herdeiros. Foram espanhóis que descobriram e exploraram o grande rio. Em mapas antigos até fins do século XVIII ou, mais exatamente, até o Tratado de Madrid, a área se encontra sob o pavilhão de Castela. Em Quito, deparei-me certa vez com um mapa, apresentado por cidadãos que, irritadamente, se manifestavam contra o “imperialismo brasileiro”, no qual a fronteira de seu país se estendia até a embocadura do rio Negro com o Solimões, bem em frente a Manaus. Os equatorianos pespegam, por toda a parte, cartazes que enfatizam: *“el Ecuador és un país amazônico”*... Foram brasileiros que, invariavelmente, se expandiram pela “fronteira ameaçada”, isso porque, possivelmente, só os caboclos e mamelucos nossos patrícios aguentam suas horrendas condições climáticas. Foram brasileiros que, à procura da borracha, arrancaram o Acre da Bolívia, a qual não teve remédio senão se submeter aos bons ofícios do Barão do Rio Branco. E são hoje “excedentes populacionais” brasileiros, afastados pela explosão demográfica nas nossas áreas litorâneas do Nordeste e do Sul, que estão invadindo a Guiana francesa, a Venezuela, a Bolívia e o Paraguai. Foram militares brasileiros que, em 1991, mataram meia dúzia de colombianos (garimpeiros, guerrilheiros, traficantes de drogas?) em território colombiano. Foi um presidente brasileiro, Jânio Quadros em uma de suas alucinações banais, que, segundo consta e foi confirmado pelo Brigadeiro Grun-Moss, teria concebido a idéia tresloucada de ocupar a Guiana francesa... sem levar em conta, obviamente, a inevitável reação do Grand Charles (De Gaulle). E foi ainda um general brasileiro, Golbery do Couto e Silva, quem andou racionalizando esses impulsos expansionistas com doudas teorias geopolíticas sobre “projeções de poder”...

Ainda em meados de 1991, no mesmo valente cenáculo estratégico do CEBRES, a Professora Berta Becker discorreu sobre “a última fronteira de recursos”. Ela argumentou que a Amazônia constitui “o banco genético do planeta” e é, como tal, cobiçada pelas “potências hegemônicas(...) onde impera o neoliberalismo” que, em competição acirrada, marginalizam e afetam perigosamente os “países periféricos”. Outra ilustração ofuscante da paranóia explícita que perturba certas mentes castrenses pode ser oferecido na conferência de um certo Coronel Caio Amaral que, a 2.7.93, falou sobre os avanços tecnológicos da “realidade virtual” através da qual, segundo ele, “os americanos estão procurando manipular a mídia no Brasil, visando a implantar esse tipo de realidade

em nosso país". Conforme o Boletim Informativo do CEBRES, "a preocupação revelada pelo conferencista(...) é de que os americanos, realizando essas experiências no Brasil, poderão deformar a visão do meio em que vivemos, criando uma realidade virtual propícia à aceitação de suas idéias, já que no ambiente brasileiro as convicções patrióticas se encontram bastante amortecidas em virtude de nosso deficiente sistema educacional, das ações desencadeadas por maus políticos e da existência de um grande número de famintos (32.000.000) (sic)"... Nessas duas charlas, os prestigiosos cientistas geopolíticos foram vibrantemente aplaudidos por coronéis, generais, almirantes, brigadeiros, embaixadores aposentados e professores universitários que integram aquele augusto centro. Um psicanalista da linha adleriana não teria dificuldade em diagnosticar os complexos e sentimentos de frustração, de humilhação e temor que movimentam as hostes botocudas, gramscianamente "marginalizadas" em sua periferia... Mas, ó Pátria amada, idolatrada, salve, salve — em teu nome, quanta tolice!

O jornal *O Estado de S. Paulo* falou recentemente na "prisão de ventre" que anda afetando a nacionalidade a seu nível intestinal. A constipação da inteligência está, na verdade, se generalizando de forma epidêmica. Não se pode entender a famosa "crise" que atravessamos sem levar em linha de conta o ambiente ideológico em decomposição de uma certa elite que a determina. Mas o paradoxo é que os inquêritos de opinião consistentemente testemunham que está o povão bem na frente dos botocudos. Movido por relativa racionalidade, ele tende, precisamente, para a hegemonia do neoliberalismo. E o bom senso indica que, ao sairmos da Idade das Guerras e entrarmos na Idade do Crime, o papel das Forças Armadas deve, necessariamente, evoluir cada vez mais para a função de polícia — pelo menos, de policiamento internacional contra os marginais e mafiosos da conjuntura.

Nos capítulos que se seguem vamos abordar o problema ideológico em seu âmbito de política externa e procurar analisar as racionalizações teóricas que foram empreendidas, principalmente por autores marxistas, para justificar as concepções mambembes das relações internacionais, de que os exemplos já oferecidos constituem uma pequena, ainda que lastimável, ilustração.

Parte III

11.

MARX, O PROFETA

“Mediante a exploração do mercado mundial, a burguesia tem dado um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Com grande mágoa dos reacionários, ela puxou de sob os pés da indústria a base nacional onde se sustentava. As antigas indústrias nacionais foram destruídas ou estão sendo continuamente destruídas. São suplantadas por outras indústrias cuja introdução se converte em questão vital para todas as nações civilizadas; por indústrias que já não empregam matéria-prima indígena mas matérias-primas oriundas das regiões mais longínquas do mundo; indústrias cujos produtos não só se consomem no próprio país mas em todas as partes do mundo. No lugar das antigas necessidades, satisfeitas com produtos nacionais, surgem necessidades novas que reclamam, para sua satisfação, produtos dos países mais afastados e dos clientes mais diversos. *No lugar do antigo isolamento e da autarquia das regiões e nações, se estabelece um intercâmbio universal, uma interdependência universal das nações.* E isso se refere tanto à produção material quanto à intelectual. A produção intelectual de uma nação se converte em patrimônio comum de todas. *A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis;* e a partir das numerosas literaturas nacionais e locais se forma uma literatura universal”.

Adivinhem de quem é essa citação, com ênfase por nós acrescentada! Pois bem, é de Karl Marx. O próprio. Figura no início do Manifesto Comunista de 1848. Chamo particularmente a atenção para a frase sobre a interdependência universal das nações, interdependência que Marx, obviamente, considera irreversível. Quando mantenho que a característica principal de nossa intelectualidade esquerdista é a ignorância e a boçalidade, não estou falando em vão. Estou bem certo que a maior parcela “marxista” desta nação nunca leu Marx. Se o leu, tresleu. E se

tresleu, tal é a dose de obnubilação emocional que a afeta, que interpretou as idéias justo ao contrário do que demonstra expressamente o texto. Como pode, efetivamente, a teoria da “dependência”, prioritariamente defendida pelos marxistas nativos, se sustentar diante de argumentos tão incisivos, tão claros, tão positivos e tão empiricamente comprovados quanto os dos economistas de variada tendência, inclusive Marx, que anteciparam a internacionalização e privatização irreversível da economia e a coexistência mundial das culturas?

No contexto da ideologia brasileira que se desenvolveu a partir de 1930 e, mais expressamente, após o fim da II Guerra Mundial, como reflexo dos movimentos de opinião que se registram na Europa e no que então se convencionou chamar de “Terceiro Mundo” — cabe colocar com precisão o conceito de “dependência” e o de “imperialismo”, ao qual se vincula o primeiro. Atrevo-me assim a abordar o tema que tem obtido enorme circulação, porém mais dirigido ainda do que qualquer outro pelo sopro perverso da ideologia. Faço-o na plena consciência de que, muito embora haja o socialismo em nossa terra sofrido um golpe mortal com os acontecimentos de 1989/91, permanecem seus postulados em estágio subliminal, levantando obstáculos políticos-psicológicos (ou psicossociais, como se diz em outro vocabulário) à desejada abertura da economia brasileira.

Pois o fato é que o imperialismo e a dependência, como noções teóricas, alcançaram uma enorme importância na vulgata marxista, muito embora não hajam merecido qualquer desenvolvimento na obra do próprio Marx. É certamente um fenômeno que justificaria a observação do velho Marx de não ser e temer os “marxistas”. O conhecimento das escrituras de Marx sobre a matéria relevante é difícil e indigesto. Creio que muito poucos terceiro-mundistas se deram ao trabalho de examiná-las. Nas linhas que se seguem procurarei algumas indicações que possam orientar os incautos. Mais especificamente, tentarei explorar em rápido exame a postura do pensador alemão quanto à questão nacional e ao princípio de autodeterminação. Esta seção se adiciona, portanto, ao argumento que comecei a desenvolver no capítulo 7.

Para Marx, era a classe a categoria suprema. Não compreendia a história senão como registro da luta de classes e assim o declara, justamente, no início do Manifesto de 1848. A nação seria uma categoria transitória, secundária. Um produto artificial da detestável ideologia burguesa capitalista que combatia. Na realidade, ele pouco conhecia a história mundial ou, quando informado, deliberadamente descurava dos acontecimentos que não concorressem para provar seus preconceitos. Um bom e belo exemplo foi o caso da revolta dos escravos em Roma: Marx poderia haver notado que nenhum desses escravos e gladiadores esteve muito empenhado em seguir Spartacus em sua aventura revolucionária e, tão logo possível, tentaram todos retornar às suas terras de origem.

Marx só entendeu a revolta dos escravos como um fenômeno de luta de classes na organização social *interna* de Roma. Podemos aplicar-lhe o dito gracioso de Huxley: "a grande tragédia da ciência é o assassinio de uma bela hipótese por um fato hediondo"...

Foi Marx levado a uma atitude demasiadamente otimista quanto à superação dos ímpetus tribais do nacionalismo. Minha convicção é que nesse ponto reside a fraqueza do marxismo, a fratura decisiva que eventualmente e não obstante a repressão brutal dos nacionalismos paroquiais, no regime de Lenin e de Stalin, comprometeu a integridade da doutrina. O nacionalismo foi a fonte principal de sua corrupção, explicando por que uma filosofia pretensamente humanista, generosa e repleta de promessas de justiça iria desembocar na guerra, no terrorismo, no Gulag e na imposição do regime mais tirânico de que há memória na história da humanidade. O mais extraordinário é que, após 70 anos de marxismo na ex-União Soviética, e mais de 40 anos na ex-Iugoslávia titoísta, esses estados multinacionais se desintegraram, em grande parte por força da ação dos irreprimíveis ímpetus nacionalistas. Assistimos hoje, no Cáucaso e na antiga Iugoslávia, a sangrentas guerras civis provocadas por conflitos que, muito longe de representarem resquícios artificiais da superestrutura da "burguesia capitalista", resultam claramente da ação do outro funesto componente do binômio, o tribalismo primário.

Reconhecendo embora a importância dos problemas nacionais de sua época, como os da Alemanha, da Polônia, da Irlanda e do multinacional Império Austro-Húngaro, considerava Marx que a libertação dos povos "oprimidos" era essencial à libertação do próprio proletariado. Nesse sentido, sentia uma antipatia especial pela Rússia, que criticava repetidamente como grande potência reacionária cujo regime devia ser derubado antes que se pudesse esperar a redenção dos escravos. Como estava certo neste ponto! Segundo seu ponto de vista, só o proletariado — entenda-se, só o proletariado industrial das nações já avançadas da Europa Ocidental — poderia levar a cabo o grande empreendimento universal de libertação; só o proletariado poderia abolir os particularismos nacionais e, eventualmente, criar a grande fraternidade mundial. O proletariado do Ocidente deveria desempenhar um papel semelhante ao dos cristãos no declínio do Império Romano. Mais especificamente, o pensador alemão levava em consideração três princípios importantes: 1) o direito de autodeterminação devia ser circunscrito às grandes "nações históricas" já consolidadas, nas quais seria possível reconhecer a existência de um proletariado industrial amadurecido; 2) a questão nacional possui um valor subordinado, ou seja, na definição de Kautsky, depende das "exigências da evolução geral, da qual a luta da classe operária constitui a principal força motora"; e 3) "as relíquias de povos devem desaparecer".

Nesse sentido, Marx insistia que a “autodeterminação” constitui um direito abstrato, um princípio metafísico oriundo do mero “formalismo burguês”. A independência das pequenas nações subdesenvolvidas é uma utopia contrária à lei das nações. Marx certamente não teria admitido a existência de 180 Estados-nação soberanos como os que, atualmente, frequentam a Assembléia Geral das Nações Unidas. O problema da nacionalidade e do nacionalismo não obtém assim, na imensa obra marxista, um tratamento adequado. Não existem outros textos relevantes, nem em Marx, nem em Engels. O máximo que se possa citar é o ponto IV do final do Manifesto Comunista onde propõem uma política, puramente oportunista, de apoio a qualquer movimento dirigido contra a ordem política e social reinante no Ocidente Europeu. Na realidade, só na Alemanha e na Inglaterra é que Marx admitia haverem as condições objetivas de produção atingido o ponto de bala em que, pela ação automática das “leis férreas da História”, se poderia transitar folgadoamente para a Revolução Socialista. Que ele de maneira alguma avaliava a força vulcânica dos ímpetos emergentes de patriotismo agressivo e ressentido, no que chamamos os povos do Terceiro Mundo, eis o que pode ser comprovado por artigos e trechos de sua obra, sobretudo nos que escreveu na década de 1850.

Em sua obra monumental sobre *As principais correntes do marxismo*, confirma Leszek Kolakowski que era Marx sistematicamente hostil à Rússia. Observa que a distinção de Engels entre povos históricos e povos não-históricos é um reflexo dos sentimentos de 1848, ano traumático — não é uma teoria histórica deliberada. O que impressionou os dois amigos e comparsas do Manifesto foi a atitude dos vários povos europeus em relação à revolução que se alastrou então por todo o continente e ia provocar uma reação geral do autoritarismo absolutista. Só no fim da vida tornou-se Marx realmente preocupado com a perspectiva de uma revolução na Rússia czarista.

A verdade é que um dos aspectos mais curiosos da Vulgata usada pela propaganda marxista é o segredo em que mantém as opiniões e os sentimentos do próprio Marx em relação à Rússia. A revelação da postura tenazmente eurocêntrica, ocidentalizante e antieslava do grande profeta do socialismo não convinha, evidentemente, aos propósitos das “medidas ativas” soviéticas, no período da Guerra Fria. Esse ponto desperta uma série de surpreendentes e divertidos paradoxos. Na introdução a uma obra sobre o posicionamento de Marx em relação à Rússia, *La Russie et l'Europe*, Benoit Hepner escreve com muita ironia que, “promovido ao nível de divindade tutelar, invocado a título de mitologia política, tornou-se Marx ao mesmo tempo suspeito de pró-comunismo e de russofilia. Mas, pergunta Hepner sobre se Marx foi realmente filocomunista e totalitário. Salientando as contradições entre a doutrina real e a versão leninista, ortodoxa, que passou a dominar oficialmente, em proveito da

URSS, o professor francês, como o fazem, aliás, todos os estudiosos objetivos, admite a existência positiva, na doutrina, dos germes do totalitarismo. Recorda, contudo, a própria observação de Marx, citada por Lafargue, de que "se recusava a ser marxista"...

A revelação da antipatia radical que Marx alimentava pela Rússia não se encontra apenas em sua concepção de um modo de produção especial, dito de "despotismo oriental", que escaparia da dialética determinista em três tempos — feudalismo, capitalismo, socialismo. Esse modo de produção *sui generis* tornaria a Rússia, como aliás também a China, imune à ação das forças sociais que conduzem, pela própria dialética das "leis férreas da História", ao triunfo futuro do comunismo. O despotismo oriental de Marx, aliás, se ambienta com perfeição na tese de Weber sobre o patrimonialismo.

Mas num trabalho pouco conhecido e vitimado pela "conspiração do silêncio" — intitulado *A Rússia e a Europa — Revelações sobre a história diplomática do século XVIII*, Marx não esconde o grau extraordinário de repugnância pela nação que se tornaria, menos de 40 anos depois de sua morte, a grande paladina da teoria e da praxis por ele propostas. O interesse de Marx por suas surpreendentes "revelações", concernentes ao "conluio" diplomático anglo-russo no século XVIII, foi explicado a Bruno Bauer, um hegeliano de esquerda que era seu amigo. Isso ocorreu em 1856 — isto é, quando já terminara a Guerra da Criméia com a destruição, pelos exércitos anglo-franco-turcos, da base russa de Sebastopol. Marx acusara a Grã-Bretanha não apenas de, por egoísmo, haver feito da Rússia uma potência báltica mediterrânica, mas de haver contribuído para torná-la uma potência mundial. Seus argumentos críticos se assemelham aos que, 100 anos depois, foram dirigidos contra Roosevelt e Churchill por haverem covardemente, em Yalta, cedido a metade da Europa à URSS, permitindo-lhe converter-se em superpotência.

Não deixa de ser interessante o súbito empenho do filósofo, economista e sociólogo por um assunto que escapava inteiramente à sua especialidade. Procurando imitar Sherlock Holmes no gênio de investigação secreta, mergulhou Marx em velhos documentos mofados dos arquivos do governo britânico para escrever o livro que, logo em seguida, caiu no olvido e foi "censurado". Consta que, em 1908, alguns social-democratas russos e alemães, Riazanov, Mehring e Kautsky, desenterraram o volume. Ele não tardou, porém, a retornar ao túmulo das obras vitimadas pelo patrulhamento ideológico. Hepner nota com escárnio a falta de escrúpulos e desonestidade dos intelectuais socialistas em relação a seus próprios deuses. Estranha mais ainda como intenso é o moralismo indignado, emocional, ressentido, peremptório e desconfiado desse mais famoso de todos os filósofos materialistas, que é tido como inspirador original do "realismo" socialista.

O mais singular em toda a intriga é a obsessão de Marx com o papel que atribui à Inglaterra de responsável, deliberada ou inconscientemen-

te, pela expansão russa! Em carta a Engels de 12 de fevereiro de 1856, ele pretende "denunciar essa política ao mesmo tempo que predizer, com uma notável precisão, o crescimento futuro do império moscovita". Discutindo as iniciativas de Palmerston, o estadista inglês que acusa de ser "agente russo", Marx assinala a "futilidade" e a "loucura" de procurar motivações econômicas para a diplomacia pró-russa de Whitehall. É o próprio Marx, em suma, que nesse caso deblatera contra o método marxista de interpretar os acontecimentos políticos na base exclusiva de preconceitos economistas. A explicação é para ele muito mais simples. É mesmo simplória: não passam os políticos ingleses de medíocres personalidades venais e o dinheiro do czar é que havia determinado essa ou aquela iniciativa da corte de St. James. Fascinado pelo fenômeno político, pela ação do mero instinto de poder, Marx repudia como fundamentalmente errôneo e inútil qualquer método "marxista" de explicação.

Especialmente em relação à Inglaterra, Marx sempre a hostilizou como defensora máxima da burguesia capitalista, mas ao mesmo tempo esperava que ela se transformasse em campeã do socialismo. Em 1849, previa a revolta do proletariado da França e da Grã-Bretanha e a guerra mundial. A guerra mundial desencadearia a Revolução Mundial. Mas já em meados desse mesmo ano de 1849, os acontecimentos não se encaminhavam no sentido das suas mais doces esperanças. O sonho brilhou por um instante na mente profética e logo se dissolveu: no fim da vida iria mesmo aventar a hipótese de que, nos países anglo-saxônicos, inclusive na América, o proletariado poderia alcançar seus grandiosos propósitos *através de um simples esforço reformista*.

Outra curiosidade da obra de Marx, à luz de acontecimentos mais recentes, é um artigo do *New York Daily Tribune* de 14.2.1857. O editor desse jornal era um jornalista radical, Charles Augustus Dana, assessorado por discípulos do socialista francês Fourier. Como contribuidor para essa folha, Marx recebeu alguns dólares para sobreviver. Ele ali se estende em torno da "inimizade mortal" que existe no Afeganistão e na Pérsia (Irã) contra a Rússia, em virtude de sua política expansionista, essa "oposição mortal" sendo também alimentada pelo ódio religioso e racial. Dir-se-ia que ele teria previsto os acontecimentos ali neste final de século. Em artigo de 1.10.1859, Marx ataca a política russa em relação à China e mais uma vez atribui a Palmerston, o grande ministro do Exterior e primeiro-ministro inglês que é sua *bête noire*, a responsabilidade por deixar Moscou expandir-se às custas de um país asiático. É interessante notar que Palmerston era um liberal nacionalista, extremamente popular junto ao público inglês. Em relação ao império moscovita Marx é um *hawk*, um "falcão" como chamariamos hoje. Ele está teimosamente empenhado em *roll back*, em obrigar a Rússia a fazer marcha a ré em suas conquistas e expansão imperialista. Cento e tantos anos depois é com certo pasmo que seu "aviso à posteridade" nos atinge e

verificamos como foram precisamente os intelectuais marxistas declarados ou criptomarxistas que protestaram, com farisaica indignação, contra aqueles que temiam a ameaça soviética — acusando-os de maniqueístas, ideólogos obcecados, agentes provocadores da guerra-fria e *warmongers* a soldo dos americanos.

Em sua introdução à coletânea de artigos e escritos de Marx, *Karl Marx on Colonialism & Modernization*, Shlomo Avineri insiste sobre a repetida ênfase que Marx dá à necessidade de uma vitória dos países europeus nos vários conflitos que surgiram, em sua época, com potências não-européias. O caso único em que parece simpatizar com uma nação asiática é o do conflito russo-turco. Mas isso ocorre, não porque encontre algo de recomendável no Império Otomano ou na civilização islâmica, mas porque teme, acima de tudo, uma vitória russa. “Para Marx”, afirma Avineri, “a Rússia é a inimiga fígadal da revolução na Europa, e os problemas do Oriente Médio constituem somente apêndices de uma luta que é basicamente européia: que tenha implicações universais não a torna menos europocêntrica”. O vigoroso eurocentrismo de Marx é fácil de confirmar pela leitura da obra na década que se seguiu à publicação do *Manifesto Comunista*. O russo é para ele “o bárbaro das margens gélidas do Neva”. A própria Rússia é definida como o “bizantinismo mais terrível e mais tirânico que há”. É um país que, “por sua tradição, suas instituições e sua situação é semi-asiático”. Isso é o que escreve em outra de suas obras, *A questão do Oriente*. A Rússia “é a barbárie russo mongol em nome da qual os panslavistas se preparam para sacrificar oito séculos de participação efetiva à civilização”. A “tradição mongol” é repetidamente mencionada naquele livro. No prefácio da primeira edição do *Das Kapital*, Marx denuncia ainda com indignação a tese Herzen, um dos primeiros grandes pensadores liberais russos, que propunha o rejuvenescimento da Europa pelo uso do chicote, o Knut, e pelo sangue dos Kalmuks. O que se pode salientar nos vários trechos apontados é que essas opiniões de Marx não poderiam ser modificadas pela conversão da própria Rússia ao marxismo: elas se dirigem ao país como tal, independentemente do regime adotado. É como se Marx insistisse no caráter radicalmente tirânico da sociedade russa e antecipasse o que se iria passar no vasto império após a revolução.

Em artigo de 7 de abril de 1953, para o *New York Daily Tribune*, com o qual colaborou durante anos, Marx debica com amargor a “superstição *czaropopish*” (césaro-papista), misturando o culto do Estado com a veneração religiosa que era utilizada pelos tzaristas para penetrar na Romênia e no resto dos Balkans. Debica, aliás, todos os eslavos meridionais ou iugoslavos. Critica todos aqueles que olhavam para a Istambul otomana, a velha Constantinopla, como se fosse a Tzargrad, a cidade imperial legendária de onde surgiria o novo Messias armado que libertaria os povos balcânicos da dominação estrangeira.

Em outro artigo para o mesmo jornal, de 14.5.1853, critica Marx a

timidez dos estadistas ocidentais diante da "agressão russa" contra a Turquia. Tratava-se dos primórdios do conflito que seria chamado a Guerra da Criméia. No final de seus comentários, Marx conta a história de dois naturalistas que estavam examinando um urso. Um dos cientistas, que nunca vira o animal, perguntou ingenuamente se o urso punha ovos ou paria seus filhotes. O outro naturalista, que estava melhor informado, respondeu: "este animal é capaz de tudo"... E Marx conclui, ironicamente, "o urso é certamente capaz de qualquer coisa, contanto que saiba que os outros animais com quem está tratando de coisa alguma são capazes"... Reconhece Marx, particularmente, o papel messiânico que a Rússia se reservava para si própria. Mas isso não excita senão seu desgosto e temor. As idéias que afaga sobre o concerto europeu, sobre a natureza das relações internacionais e sobre o papel da Rússia eram um tanto ou quanto ingênuas. Por força da ojeriza feroz ao capitalismo inglês, empresta à "pérfida Albion" intenções fabulosas que ela jamais havia acariciado. E, nessas condições, julga extremamente perigosa a suposta concordância com as ambições russas sobre Constantinopla e os Estreitos turcos — essas mesmas ambições que Stalin reviveu nos anos de 1945-47 e que a proclamação da Doutrina de Truman, em 1949, preveniu.

A partir de 1853 e até o fim da Guerra da Criméia (1856), como notam Hepner e dois estudiosos americanos, P. Backstock e Bert Hozelitz em *The Russian Menace to Europe*, dedica-se Marx com afínco a solicitar a atenção do Ocidente Europeu para a realidade do imperialismo russo. É curioso que tanto Marx quanto Engels pouco se estenderam, nesse contexto, sobre as motivações econômicas da política das grandes potências na área mas, constante e moralisticamente, invocaram "a defesa da civilização ocidental" — invocação que se tornou, para a intelectualidade *gauchiste*, motivo de incontido sarcasmo. Em outro artigo, publicado no *New York Tribune*, e na *New American Cyclopaedia*, o pensador comunista martela no tema da "ameaça russa" com o cabo da foice e uma garra e ardor que, 100 anos depois, nos espantariam até num combatente de guerra fria. Apaixonado de política internacional, da qual entretanto pouco entendia e interpretava com preconceitos de grande primarismo, Marx chegou a ponto de em 1878, quatro anos antes de morrer, manifestar seu apreço pelos terroristas que assassinavam tzares, reis, chefes de polícia e ministros do Interior — mas daí a afirmar que mudou de opinião em relação ao Império Russo há uma grande distância. O que é certo é que o ódio e o nojo que dedicou ao "despotismo oriental", triunfante do Vístula à Sibéria, jamais arrefeceram.

Hepner argumenta que Marx sempre considerou a Rússia e a Inglaterra como os dois grandes jogadores da vida política internacional. Não teve, como seu contemporâneo Tocqueville, a intuição do futuro papel dos Estados Unidos. Acreditava que a revolução européia só poderia ser tragicamente detida pelo conluio de russos e ingleses e, nesse sentido

pelo menos, dir-se-á que a posição daqueles terceiro-mundistas modernos que proclamam a emergência do mundo subdesenvolvido, em revolta contra a hegemonia das superpotências, corresponde a uma autêntica interpretação.

Em 1848, em artigo na *Nova Gazeta Renana*, Marx pregara a guerra revolucionária contra a Rússia, guerra que devia “virilizar” os alemães e permitir-lhes expandir para leste sua civilização num sacrifício libertador. Idéia curiosa para um pacifista socialista! A honra alemã devia ser salva no conflito com o Leste. Ao percorrer esses trechos, poderíamos nos perguntar se Hitler leu Marx antes de empreender a Operação Barbarossa... Aos eslavos do Império Habsburguês, civilizados pelos alemães e húngaros, Marx aplicava a curiosa doutrina do “lixo dos povos”. Tudo que é subdesenvolvido é “lixo”, lixo contra-revolucionário destinado a ser despejado como adubo da história. “Às frases sentimentais que se nos oferecem em nome das nações contra-revolucionárias da Europa, respondemos: o ódio aos russos foi e permanece a primeira paixão revolucionária dos alemães... Salvaguardaremos a revolução por um terrorismo decidido em relação a esses povos eslavos”. “Sabemos agora”, acrescentava, “onde estão os inimigos da revolução: na Rússia e nos países eslavos da Áustria”... “Luta impiedosa”, “combate mortal” eram expressões que gostava de utilizar para descrever seu ardor anti-russo.

Nas páginas que escreveu sobre a Rússia e os eslavos, tanto em livros quanto em artigos de jornal, Marx segue a tradição alemã da época, de exaltar os fortes e vilipendiar os fracos, os submissos e os oprimidos. *Vae victis!* Era a dialética do senhor e do escravo. Ele a havia herdado de Hegel e ela ainda o dominava, muito embora se proclamasse o campeão das classes oprimidas contra a burguesia dominante. Na verdade, imaginava-se o forte líder de uma elite de dirigentes da massa de *hoi-polloi*. Na Rússia, condena Marx, precisamente, o masoquismo submisso do povo, dobrado na servidão por um milênio de tirania sob os Varegas e Normandos da Escandinávia, os Khans tártaros descendentes de Genghiz-Khan e os príncipes bizantinos que se transformaram em grão-duques da Moscóvia. Repete então, com ênfase, o julgamento do Marquês de Custine: todo o sistema russo se resume nestas poucas palavras, o maquiavelismo do escravo-usurpador. Da própria fraqueza, da própria escravidão fizeram os monarcas russos o princípio de sua força. Marx insistia ser o Império Russo de origem mongol e bizantina. Foram Genghiz e a Horda de Ouro que lhe constituíram os alicerces e, sobre esse fundamento primitivo de vontade de potência, é que devemos procurar as origens do poder do Kremlin. “Foi o jugo de Genghiz-Khan que até hoje desonra a alma do povo sobre o qual se abateu”. Ele aceitaria com agrado as observações mais recentes de Toynbee sobre a transposição do César-papismo constantinopolitano, colorido de despotismo mongol, para o poder moderno dos soviets stalinistas.

O Marquês de Custine, o diplomata francês do século passado cujo célebre relato de suas viagens na Rússia foi reeditado com alarde após a II Guerra Mundial, ofereceu uma das análises mais penetrantes do regime e da psicologia do povo russo — impressionante, sobretudo, porque muito se aplica a situação anterior a Gorbatchov e Yeltsin. Custine é dos que salientam o processo de osmose que se registrou em consequência da longa dominação tártara: “Os grão-duques de Moscou, forçados a oprimir seus povos em proveito dos tártaros, carregados eles próprios como escravos até os cafundós da Ásia, ordenados a comparecer perante a Horda em virtude de qualquer capricho, reinando apenas sob condição de que servissem de instrumento dócil à opressão, destronados tão logo deixassem de obedecer, instruídos no despotismo pela servidão, esses príncipes familiarizaram seus povos com as violências da conquista que sofriam pessoalmente: eis como, ao correr do tempo, os príncipes e a nação se perverteram mutuamente...” (*La Russie en 1839*, tomo I, V carta). Marx parece repetir o que teria lido nos relatos do aristocrata francês. Ouçamos a descrição colorida que Custine oferece do Kremlin: “Cárcere, palácio, santuário, avenida contra o estrangeiro, bastilha contra a nação, apoio dos tiranos, masmorra dos povos: eis o Kremlin... obra de um ser sobre-humano, porém maléfico. A glória na escravidão, eis a alegoria simbolizada por esse monumento satânico, tão extraordinário como arquitetura quanto as visões de São João na poesia: é a habitação que convém às personagens do Apocalipse”...

Sobre o tema favorito de Marx quanto às origens tártaro-bizantinas do imperialismo russo podemos consultar com proveito obras modernas como *Civilization on Trial*, de Toynbee; *L'Empire Mongol* e *L'Empire des Steppes*, do historiador e orientalista francês René Grousset; de Michael Prawdin, *L'Empire Mongol et Tamerlan*, e os livros de Hélène Carrère d'Encausse, que previu com dez anos de antecedência o descalabro do Império Soviético.

Mas há um outro elemento dessa história que convém relembrar: Marx acreditava fielmente na lenda do testamento de Pedro, o Grande — o programa apócrifo que o famoso tzar teria deixado a seus sucessores para a conquista do planeta. Os russos sempre adoraram a “visão conspiratorial do mundo”. Foram eles que inventaram, por encomenda da polícia do tzar, os “Protocolos dos Sábios de Sion” segundo os quais os rabinos judeus teriam estudado e planejado, por escrito, uma metodologia meticulosa para a destruição do cristianismo e o domínio político e cultural do mundo. Muita gente ainda hoje acredita na autenticidade dos Protocolos que serviram a Hitler para legitimar o Holocausto. O interessante é que ambos os documentos falsos refletem de maneira adequada a política que a Rússia czarista e sua sucessora, a URSS, posteriormente seguiriam em lenta expansão mundial com o uso das “medidas ativas”... Um russo que fôra diretor do Instituto Marx-Engels

de Moscou, Nicolas Riasanovsky, em artigo numa revista americana sobre "A Velha Rússia, a União Soviética e a Europa Ocidental", assevera na perfeição que "quanto mais os líderes soviéticos enfatizam Marx e Engels, tanto mais certos críticos se tornam convencidos de que esses líderes são geralmente inspirados pelo chamado testamento apócrifo de Pedro, o Grande, e pelo legado de Genghiz-Khan". Entre esses críticos ocidentais poderíamos incluir, em posição hegemônica, o nome do próprio Marx! E a grande ironia histórica se encontra precisamente no fato que constituiu o marxismo um dos elementos mais preciosos na máquina conspiratorial que, de 1945 a 1985, se manifestou sob as formas diversas da intervenção militar, ameaça nuclear, propaganda, "guerra psicológica", terrorismo, *desinformatsya* e movimento subversivo mundial, durante 70 anos empreendido por todos os PCs da linha de Moscou.

No final de sua obra, que considerou como uma mera "introdução" para uma pesquisa alentada sobre a Rússia a ser desenvolvida posteriormente, dedica-se Marx com uma energia mais brutal do que geralmente demonstrava em seus escritos polêmicos contra inimigos reais ou supostos, a analisar a formação histórica do Império Russo. Examina pormenorizadamente a história dos primeiros grão-príncipes de Moscou, Ivan I, vulgo Kalita ou "a Bolsa"; e Ivan III, o Grande, bem como a vida de Pedro, o Grande, Romanov. Insiste na dialética hegeliana do senhor e do escravo, argumentando que aqueles potentados eram orientados, duplamente, pelo torpe servilismo de seu serviço como instrumentos dos Khans e coletores de impostos; e pela arrogância cruel de déspotas intratáveis — o mais característico dos quais foi Ivan IV, o Terrível (*Grozny*). As palavras vigorosas com que se refere a esses tiranos detestáveis são as seguintes: "É na lama sangrenta da escravidão mongol e não na rude glória da época normanda que nasceu a Moscóvia, da qual a Rússia moderna é apenas a metamorfose". Marx critica então, acusa, debica, despreza, insulta e descreve os dirigentes russos como senhores cruéis e sem glória que, com as mãos sangrentas, enriqueceram pela pilhagem no meio da traição e da infâmia.

Essa opinião sobre os russos sempre permaneceria imutável na mente do pensador alemão. Em carta a Kugelman, de outubro de 1868, ele observaria que a viagem dos jovens aristocratas russos para se educarem no Ocidente — viagem da qual voltariam muitas vezes contaminados de idéias socialistas, inclusive de seus próprios princípios comunistas — "não os impede de se tornarem canalhas, tão logo entrem nos serviços do Estado". Assinala ainda que "as tendências para as conquistas mundiais do senhor (mongol) constitui o princípio vital da diplomacia da Rússia moderna". Não haveria hoje anticomunista ferrenho que fosse capaz de excedê-lo na escolha de termos mais duros e ofensivos para descrever o "maquiavelismo escravo-usurpador" desses

senhores do Kremlin. Sempre insiste que, *“entre a política de um Ivan III e a da Rússia moderna não há semelhança, mas identidade”*. E conclui seu livrinho propondo a dissuasão, a contenção e a consistência na determinação de repelir os avanços do imperialismo moscovita. Para Marx, nada de *“détente”*, mas sim *“guerra fria”*...

Benoit Hepner nota finalmente que, se a URSS mumificou Lenin sob as muralhas do Kremlin, Marx também sofreu a mesma sorte por alimentar a propaganda russa no exterior. De um modo geral, o bolchevismo *“asiatizou”*, *“mongolizou”*, *“barbarizou”* o próprio Marx. A voz póstuma que ouvimos através das *“Revelações”* de 1856, tão ignoradas que são, nos impressionam muito mais pelo que tão claramente representam de denúncia do despotismo soviético por parte de um profeta que, durante 100 anos, tronejou nas alturas do movimento esquerdista mundial. Poderíamos aqui invocar a famosa *“astúcia da razão”*, a *List der Vernunft* de Hegel. O conceito de uma ironia do espírito universal, que conduz a história a resultados surpreendentes e paradoxais, aplica-se ao caso. Marx não se deve ter dado conta que, ele próprio, era vitimado por essa astúcia que o ia encarnar como profeta e padroeiro venerável da potência nemina de tudo detestada.

Talvez o melhor julgamento que, em nossos dias, possamos fazer daqueles que acusavam os anticomunistas de alarmismo, fanatismo, muniqueísmo cego e obsessivo, ou mesmo de propaganda a serviço da CIA, seria encontrado nesses mesmos escritos de Marx. Nas *“Revelações”* sobre a história diplomática de 1856, Marx destrói, sem qualquer ambiguidade, os vários álibis que os filocomunistas, companheiros de estrada e partidários liberalóides da *détente*, costumavam avançar em defesa de sua posição. Eis aqui suas próprias palavras: *“A influência preponderante que a Rússia ganhou de surpresa na Europa, em épocas diferentes, atemorizou os povos do Ocidente que a ela se submeteram como uma fatalidade ou só resistiram depois do fato consumado. Mas ao lado do fascínio, descobre-se constantemente o renascimento de um ceticismo que segue o temor como uma sombra, misturando a nota ligeira da ironia aos gritos dos povos agonizantes, escarnecendo da magnitude verdadeira do poder russo como se fosse uma atitude tomada por um histrião, para deslumbrar e enganar. Outros impérios, em sua infância, despertaram dúvidas semelhantes. Mas a Rússia tornou-se um colosso sem dissipá-las. Ela oferece o exemplo único de um Estado imenso que, mesmo depois de realizações de âmbito mundial, não deixa de ser considerado como um objeto de crença, não como um fato. Desde os princípios do século XVIII até hoje, não há autor que tenha deixado de considerar possível dispensar-se de provar, em primeiro lugar, sua existência e, depois, glorificá-la ou criticá-la. Mas que sejamos materialistas ou espiritualistas em relação à Rússia, isto é, que consideremos sua existência como um fato palpável ou como uma visão fantasmagórica de povos europeus cuja*

consciência está atormentada de remorsos, a questão permanece a mesma: como essa potência — ou esse fantasma de potência — conseguiu alcançar tais dimensões, suscitando de um lado a denúncia ardente do perigo para o mundo, ao repetir o fenômeno de uma monarquia universal; e do outro, a negação furiosa de que um tal perigo exista?”. Insistamos: estas palavras são de Marx! Escritas há pouco mais de 130 anos. Para um profeta que errou redondamente em quase todas as suas previsões, esses pensamentos antecipatórios possuem um valor extraordinário, vindos dele precisamente.

Logo em seguida, naquele capítulo final de sua obra, Marx se refere ao espectro que atemoriza a Europa. Mas o espectro agora aludido não é mais o que proclamara três anos antes, no *Manifesto Comunista* — é o espectro do Imperialismo russo. Por que admirável astúcia hegeliana da razão histórica os dois espectros, armados com a bomba atômica, se fundiram num fantasma de existência tão grandemente concreta e real que atormentou o planeta durante 70 anos?

Como pitoniza, talvez seja Marx ainda mais interessante nas opiniões que externou quanto ao colonialismo, o anticolonialismo e o que hoje chamamos de imperialismo.

No que diz respeito ao colonialismo britânico na Índia, sua atitude é francamente ambivalente. Embora condene o *British raj* em termos candentes, não afaga simpatia alguma pelo atraso e superstições dos hindus. Fica indignado com a dieta de urina. Repugnam-lhe as vacas sagradas e as viúvas desgraçadas que se deixam queimar vivas nas piras funerárias dos maridos. Num artigo famoso para aquele jornal de Nova York, o *Daily Tribune*, de 25 de junho de 1853, pretende que os ingleses demoliram inteiramente o edifício da sociedade indiana — o que é, obviamente, um julgamento excessivo, pois, após 200 anos de governo britânico e 45 de independência, a base da estrutura social do subcontinente, com a detestável divisão em castas e a presença de 100 ou 200 milhões de párias miseráveis e desprezados, continua bastante semelhante ao que era naquela época. Marx considera a estrutura social da Índia como um exemplo sólido do que chama o “despotismo oriental” — importante conceito que, já em nosso século, Karl Wittfogel desenvolveria.

Expressa nesses artigos, a opinião de Marx a respeito da Índia é extremamente interessante na perspectiva de uma postura “politicamente correta” e correspondente à moda do terceiro-mundismo atual. Se não vejamos: “Ofensivos como possam ser ao sentimento humano contemplar essas organizações sociais industriais, patriarcais e inofensivas, desorganizadas e dissolvidas em suas unidades, atiradas num oceano de calamidades, e seus membros individuais perdendo ao mesmo tempo suas antigas formas de civilização e seus meios hereditários de subsis-

tência, não podemos esquecer que essas comunidades aldeãs idílicas, inofensivas tanto quanto possam parecer, sempre foram fundamentos sólidos do despotismo oriental; que elas restringiram a mente humana no compasso mais estreito possível, transformando-a no instrumento passivo da superstição, escravizando-a sob regras tradicionais e privando-a de toda grandeza e de todas as energias históricas"... Mas o polêmico profeta barbudo continua: "Não devemos esquecer que essas pequenas comunidades estão contaminadas por distinções de castas e pela escravidão; que subjagam o homem às circunstâncias externas ao invés de elevá-lo à soberania sobre as circunstâncias"... A peça continua no mesmo tom, falando em "abrutalhado culto da natureza", em "degradação" pelo fato de que o homem, soberano da natureza, se ajoelhe ao adorar o macaco Hanuman e a vaca sagrada Sabbala... E conclui: "Eis a questão: pode a humanidade cumprir o seu destino, sem uma revolução fundamental no estado social da Ásia? Se não puder, quaisquer que possam ter sido os crimes da Inglaterra, foi ela o instrumento inconsciente da história ao provocar essa revolução. Assim, por mais forte que, diante do espetáculo da ruína de um mundo antigo, possa o azedume afetar nossos sentimentos pessoais, temos o direito, do ponto de vista da história, de exclamar com Goethe:

Sollte diese Quall uns quälen

Da sie unsre Lust vermehrt?

(Devemos porventura lamentar essa dor/

Que aumenta nosso prazer?)

Torna-se bastante claro que Marx sempre se coloca numa perspectiva eurocêntrica, contemplando a barbaridade dos povos que, conforme o espírito da época, classifica como selvagens ou apenas emergindo da barbárie. Não se descobre traço algum da ternura romântica pelo Bom Selvagem à la Rousseau ou Montaigne. Traço algum da condescendência por esses expoentes do tribalismo que tentam conquistar sua liberdade. Seu realismo é brutal. Como acentua Kolakowski, este argumento é importante para nosso entendimento da interpretação da história por parte de Marx. A revolução de que se fala não é a revolução marxista. É a revolução *modernizadora*. Foi ela levada a cabo pelo Ocidente capitalista que desbaratou o que o próprio Marx acoimava de "despotismo oriental"...

Outro aspecto curioso da atitude de Marx em relação ao mundo não-europeu é a excitada atenção jornalística com que seguia os acontecimentos asiáticos, particularmente a Revolta dos Sipaios, na Índia; a Guerra dos Taipings, na China, e os vários conflitos que se desenrolavam na Turquia, Irã e Afeganistão, por força do enfrentamento entre a Rússia e a Grã-Bretanha em todo o Oriente Médio. Em caso algum, nos seus

suetos e artigos, revelou qualquer simpatia pelos movimentos revolucionários que seriam, mais tarde, transformados em heróicas antecipações das “guerras de libertação” anticolonialistas. Os Taiping, por exemplo, eram por ele descritos como “apóstolos da destruição em forma grotescamente horripilante”. Aliás, o fato é que, na situação do despotismo oriental, nem a revolução era possível. Comentando a Revolta dos Taiping num artigo na *Die Presse* de Viena, Marx afirma que “os impérios orientais sempre apresentaram uma infra-estrutura social imutável, combinada com incessantes mudanças nas pessoas e tribos que conseguiam se atribuir a si próprias a superestrutura política”. Seguindo nisso seu mestre Hegel, Marx julga mero romantismo falacioso a admiração que os *philosophes* do século XVIII haviam dedicado à China.

A Índia não tem história, escrevia ele em outro artigo para o *New York Daily Tribune* (8/8/1953). Pelo menos, história conhecida. “O que chamamos história não é senão a crônica de invasores sucessivos que fundaram impérios na base passiva dessa sociedade imutável e não-resistente”... É o Ocidente burguês que, na Índia, deve introduzir a história. “O período burguês da história é que deve criar a base material para o novo mundo — de um lado, o intercâmbio universal fundado na dependência mútua da humanidade, e os meios daquele intercâmbio; e do outro lado, o desenvolvimento dos poderes produtivos do homem e a transformação da produção material num domínio científico das agências da natureza. A indústria e o comércio burgueses criaram essas condições materiais de um novo mundo, do mesmo modo como revoluções geológicas criaram a superfície da Terra”. Chamo aqui a atenção, na parte enfatizada, para o elogio implícito do fenômeno de “dependência”, tido como necessário à emergência de um “novo mundo”. Em outro comentário para a mesma folha americana, depois de emitir improperios contra a violência de que a “civilização burguesa” seria responsável, ele reafirma que “a era histórica burguesa deve criar a base material de um novo mundo: de um lado, o tráfico mundial fundamentado sobre a *interdependência dos povos e dos meios desse tráfico*; do outro, o desenvolvimento de todas as forças produtivas e a transformação científica das forças naturais”. Perfeitamente coerente com sua doutrina de materialismo dialético, conclui afirmando que só os povos mais avançados, que controlam o mercado mundial e as forças produtoras modernas, poderão levar a cabo a revolução por ele anunciada. Se fossem escritos hoje, esses artigos dificilmente se adaptariam aos conceitos vulgares de terceiro-mundismo que conhecemos.

Mais interessante ainda, de nosso ponto de vista, é uma peça que Marx publicou no *Neuer Rheinische Zeitung* (15/2/1849), quando se refere à guerra em que então se enfrentavam americanos e mexicanos. Marx se coloca absolutamente ao lado dos *yankees*, que enaltece como representantes da civilização e do progresso. Critica o anarquista Baku-

nin por seu sentimentalismo humanitarista na defesa de Antonio López de Santa Anna, o destemperado general-presidente mexicano. Marx elogia o dinamismo e enfatiza o papel civilizador dos norte-americanos, acentuando não ser de modo algum um desastre que “a bela Califórnia seja arrancada das mãos dos preguiçosos mexicanos”. Se a peça houvesse sido produzida em nossa época, dificilmente resistiríamos à tentativa de a classificar como o produto “politicamente incorreto” de uma mentalidade racista e fascista, a soldo da CIA...

Como hegeliano puro, gostava Marx de exaltar a força e o poder da história, exercendo-se através da opressão e do sofrimento do escravo. Por uma curiosa conversão inconsciente, essencial à compreensão de sua doutrina e do impacto clamoroso que exerceu sobre a humanidade, ele acreditava que a dor e o pecado constituem o preço da salvação. Marx é um messiânico. É um profeta nas profundidades arquetípicas de sua mente de judeu convertido, salvo que a salvação cogitada não deve realizar-se nos termos de transcendência celeste, mas terrestre e imanente. Deve ser politicamente necessária aqui, neste nosso miserável mundo sublunar. Certa vez Marx declarou que o Oriente nada nos ofereceu a não ser religião e peste. Se levarmos em conta o desprezo que reserva para o ópio dos povos — desprezo que não lhe é retribuído por nossos “teólogos da libertação” — vemos que, em relação à Ásia, não se posiciona muito longe de um Kipling ou um Tennyson: *Better fifty years of Europe / Than a cycle of Cathay...*

“A Imbecilidade da vida rural”, afirmava Marx, é combatida pela burguesia industrial e foi isso o que tornou o campo dependente da cidade, “do mesmo modo como tornou os países bárbaros dependentes dos civilizados, e as nações camponesas dependentes das nações urbanizadas, e o Oriente dependente do Ocidente”. Sempre considere, por esse motivo, um dos problemas mais fascinantes da história cultural da humanidade o fato de alguns dos maiores marxistas deste século, Mao Dzedong por exemplo, que no campesinato chinês baseou sua revolução; ou o lugar-tenente de Mao, o Marechal Lin Piao — o dirigente da revolução cultural que, na década dos 60, promoveu a teoria do cerco das cidades pelas áreas rurais do mundo; ou o revolucionário cambojiano Pol Pot que, pelo genocídio, pretendeu destruir inteiramente a vida urbana em seu país; ou mesmo nosso ilustre Celso Furtado, o planejador-mór do Polígono das Secas — terem sustentado, como pseudomarxistas ignorantes, teses camponesas tão diametralmente opostas às do próprio economista barbudo, um burguês empedernido da cidade de Trier, na Renânia.

O que é, finalmente, paradoxal no contexto incoerente da ideologia é que, contrariando as próprias convicções mais arraigadas de seu fundador, se haja o marxismo transformado num instrumento doutrinário das nações rurais subdesenvolvidas do “Sul” contra as nações civili-

zadas, urbanizadas e industrializadas do "Norte". Os expoentes mais radicais do marxismo na atualidade (além, naturalmente, da *intelligentsia brasileira*) são Cuba, o Vietnã, a Coreia do Norte e o Camboja, países que, com a delicadeza de linguagem que sempre o distinguiu, Marx teria classificado como "lixo", "lumpen", "sujeira de povos"...

Tal como acentua Shlomo Avineri (*opus cit*), essa perspectiva burguesa de Marx é o que lhe permitiu dissociar a indignação moral e a crítica social do julgamento histórico frio e objetivo. Cuidadoso em não se deixar empolgar pela "verde" condenação romântica do progresso industrial e tecnológico, Marx é o maior entusiasta do tipo de desenvolvimento científico e técnico característico do Ocidente. Num trecho célebre de sua "Contribuição à Crítica da Economia Política" (1859), ele assegura que "nenhuma ordem social jamais desaparece antes que todas as forças produtivas, para as quais haja oportunidade, sejam desenvolvidas; e novas e mais altas relações de produção nunca aparecem antes que as condições materiais tenham amadurecido no seio da velha sociedade". Que novas e mais altas relações de produção, perguntamo-nos, intrigadíssimos, apareceram nas áreas rurais da China, do Camboja, da Etiópia, de Angola, do Yemem ou mesmo de Cuba e do nosso Nordeste, para justificar o amadurecimento de partidos comunistas que se pretendem vanguardas do proletariado local? Fica aí a pergunta... Consequentemente, como adverte o autor israelense, "o ponto de vista de Marx quanto ao imperialismo pode ser embaraçosamente penoso para os comunistas ortodoxos"... "Os maoístas, em particular, parecem estar fora de contato total com esse ponto de vista: eles certamente fazem com que sua versão particular do marxismo seja inteiramente discrepante da do próprio Marx".

A teoria de Marx de que os pequenos povos atrasados e oprimidos entre as grandes potências não têm direito à existência independente não é certamente conhecida ou reconhecida pelos delegados dos países membros da ONU, a maioria dos quais se reclama ou reclamava de Marx em maior ou menor grau. Lenin, Stalin, Khrushchev e sobretudo Breshnev sempre souberam manipular a doutrina para seus próprios fins. Quando foi necessário eliminar ou trasladar os tártaros da Criméia, os mongóis do Turquestão, os alemães do Volga ou os judeus, ou subjugar poloneses, húngaros, tchecos, baltas ou berlinenses revoltados, o pessoal do Kremlin nunca sobremodo vacilou em fazer avançar os tanques. Nossos intelectuais filomarxistas também não sabem disso, presumivelmente porque nenhum deles leu seu herói no original, mas apenas versões *ad usum delphini*. Numa perspectiva estritamente marxiana (mas não marxista!) não haveria lugar no mundo para 15 ou 20 estados inviáveis da América Latina e Caribe, ou para 50 ou 60 "sujeira de nações" africanas, asiáticas e polinésias. E por que deveriam existir o Uruguai, a Bolívia, o Equador ou essa mixórdia da América Central, a Nicarágua por exemplo,

ou uma Granada que, em 48 horas, por um batalhão de Marines e outro de Rangers americanos, foi colocada fora de combate, ainda que protegida por cubanos? Se fosse convidado a sentar-se na Assembléia Geral da ONU ou no Conselho da OEA, Marx se sentiria mal... Vejam esta soberba frase de estilo spengleriano: "Nada na História foi realizado sem violência e sem a brutalidade de ferro; e se Alexandre, César e Napoleão tivessem manifestado o mesmo sentimentalismo cor-de-rosa, o que teria acontecido com a História"? Esta sentença, que consideráramos oriunda de um Nietzsche, um Treitschke, um von Bernhardi ou um Spengler — se não fosse mesmo extraída do Calicles no diálogo *Gorgias* de Platão ou do *Mein Kampf* de Hitler! — confirma a sarcástica presunção de que penosamente se poderia conciliar o pensamento legítimo de Marx com o pseudomarxismo choramingueiro, triunfante em nossas plagas de ignorância tupiniquim e cerebração umbandista. No culto da violência e do triunfo do mais forte, Marx nada mais realiza do que seguir o caminho tradicionalmente traçado por seu mestre Georg Wilhelm Friedrich Hegel, na dialética do senhor e do escravo da *Fenomenologia do Espírito*.

Marx, obviamente, muito melhor entendeu a dialética do que Lenin e seus seguidores, incluindo a moderna intelectuária esquerdista. Para Hegel, efetivamente, não só o escravo depende do senhor, o senhor também depende do escravo. O que é importante não é a dependência do inferior dominado em relação ao membro da elite superior dominante; é a interdependência de um e de outro na correlação dialética. Marx argumentava mesmo que, do ponto de vista do público britânico em geral, o custo da administração da Índia excedia a renda que Londres podia obter da mais preciosa jóia da coroa britânica. O colonialismo não seria assim um empreendimento tão produtivo quanto os nossos modernos propugnadores da teoria do imperialismo pretendem. Em última análise, "era a Grã-Bretanha e não somente a Índia que estava sendo explorada em benefício das classes dirigentes inglesas...".

12.

SOBRE O IMPERIALISMO

Começaram as coisas a mudar quando Lenin revolucionou o marxismo, criando o que se tornou a moderna Vulgata ortodoxa, origem da teoria do imperialismo. A mais importante contribuição para o tema do imperialismo é a que, de fato, devemos a Lenin e constitui, aliás, o ponto central da ideologia marxista-leninista na área de política externa, tal como se manifestou no fenômeno que chamo de nacional-socialismo.

Com suas inúmeras variedades, a noção principal oriunda das matutações mediócras de Lenin (ele era principalmente um agitador, um líder de massas, e não um teórico) é que o imperialismo seria a mais alta e derradeira forma do capitalismo. O panfleto foi publicado em 1917, com o título: *O imperialismo, o mais alto estágio do capitalismo*. Eis o que escreveu: "Envolve a economia capitalista, nos seus estágios mais avançados, a concentração do capital e da produção, de tal modo que a livre concorrência do capitalismo primitivo é substituída pelo mercado monopolista... O capitalismo se transforma então no imperialismo". Tendo em vista a crescente aceleração do processo de desenvolvimento das forças produtivas sob controle "monopolista" do capital financeira (dos grandes bancos privados), chega Lenin à conclusão de que as grandes potências burguesas procuram obter o domínio político das áreas coloniais da África, Ásia e América Latina para permitirem a sobrevivência do modo de produção capitalista. Além disso, tenderia a crescer a disparidade entre o desenvolvimento da agricultura e o desenvolvimento da indústria. O capitalismo procuraria, cada vez mais, exportar capital em vez de exportar mercadorias.

Nos países atrasados, as matérias-primas são baratas; os salários, baixos; e a terra, disponível. Os dois exemplos americanos de "colônias financeiras" assim duramente exploradas, que Vladimir Ilitch oferece à nossa indignada consideração, são o Canadá e a Argentina. Ora, contra-

riando Lenin, é hoje o Canadá, precisamente, o segundo país mais rico do continente. A Argentina tornou-se, na década seguinte à que Lenin escreveu, a quarta ou quinta maior economia do mundo, com uma renda per capita equiparada à da Inglaterra ou da França, só perdendo essa posição privilegiada por sua própria incompetência política...

No capítulo VIII de seu livrinho do ano de graça de 1917 (ano fatídico da Revolução Bolchevista e ano da entrada dos EUA na guerra, que transformaria a América na maior potência mundial), discute Lenin, longamente, o que chama o parasitismo e a decadência do capitalismo. Os burgueses imperialistas passam a viver de suas rendas, caem na ociosidade e sobrevivem parasiticamente do trabalho colonial. "A exploração de um número cada vez maior de pequenas nações fracas por um número diminuto das mais ricas e poderosas — com os monopólios, as oligarquias, a ânsia de domínio ao invés do anseio de liberdade — tudo isso deu origem a essas feições do imperialismo que nos compele (é sempre Lenin que está falando) a defini-lo como capitalismo moribundo"... A tese é ardorosa, revolucionária, impregnada de justa indignação moral. É também falsa, desvirtua a verdade e foi repetidamente desmentida pelos fatos.

À luz da teoria, representariam o Brasil, como os demais países em desenvolvimento, uma simples área semicolonial pela qual lutam os vários imperialismos, à procura de mercados. Nele investem para tirar o maior lucro possível. Exploram as pobres massas de trabalhadores nativos que são reduzidos à miséria. Como qualquer colônia de exploração, seria nosso país um mercado privilegiado para os produtos de exportação da Europa e América, cada vez mais caros, e fornecedor de matérias-primas a preços cada vez mais depreciados. Uma economia explorada como a brasileira veria, constantemente, crescer seu débito em relação às economias imperialistas, ao mesmo tempo em que se intensificaria a injusta diferença de preços entre o que exportamos e o que importamos. O lucro imperialista — a *mais-valia* do comércio internacional — estaria baseada nessa troca desigual e na exploração financeira do país. Em outras palavras, *a Europa e os Estados Unidos são ricos porque nós somos pobres. Fomos nós, juntamente com nossos irmãos do Terceiro Mundo, que enriquecemos a América do Norte e a Europa Ocidental.*

Vemos que a teoria adquire várias formas e é, às vezes, corrigida pelos "revisionistas" que, desejando demonstrar generosa abertura a concepções mais racionais e "modernas", admitem variações e restrições de menor importância à dogmática. Passam sob silêncio o que lhes parece por demais radical na obra do velho revolucionário cuja múmia apodrecida continua a ser exibida no mausoléu da Praça Vermelha, em Moscou. Admitem, por exemplo, que os imperialistas podem ter interesse em criar indústrias, através do método de *joint-ventures*. Podem desejar ampliar o mercado consumidor. O importante, de qualquer forma, é que a

extravagante doutrina, oriunda da cuca de Lenin e por muito tempo triunfante na ONU, atingiu foros de respeitabilidade e acabou sendo adotada por círculos nacionais que protestariam, com santa indignação, se lhes fôssemos apontar a origem de seus pontos de vista. Entra aí em linha um outro fator: a emoção bairrista que obnubila a razão.

Além de Lenin, outros autores marxistas melhor discutiram o problema do imperialismo e da dependência, logo convindo mencionar o socialista austríaco Rudolf Hilferding e a judia alemã Rosa Luxemburgo, de que tratamos em capítulo anterior. Em sua obra *Finanzcapital*, publicada em 1910, foi Hilferding um dos principais teorizadores do imperialismo. Como membro do Partido Social-democrático foi duas vezes ministro da Fazenda do Reich alemão e morreu em 1941, como prisioneiro dos nazistas.

Interessante também é a contribuição ao tema do imperialismo de John A. Hobson, cujo livro do mesmo nome tornou-se célebre. Contudo, procurou Hobson ver o fenômeno do ponto de vista das próprias nações capitalistas européias, considerando seus deveres e missão na empresa imperialista. As potências coloniais tinham obrigações tais como trazer a educação, organizar uma estrutura administrativa nos territórios colonizados, desenvolver a tecnologia moderna e oferecer as formas democráticas de governo. A interferência na vida dos povos subjugados tornava-se legítima somente se fosse dirigida, "primariamente, no sentido de garantir a segurança e o progresso da civilização no mundo, e não os interesses especiais da nação que estiver interferindo. Ela deve resultar no progresso e elevação do caráter do povo que for reduzido ao estatuto colonial". Em outras palavras, Hobson aplicava ao caso a crença, originariamente manifestada por John Stuart Mill, de que o governo do país dominante se torna legítimo "se for aquele que, no estado atual de civilização do povo submetido, melhor facilita a transição para um estado mais alto de aperfeiçoamento". A distinção que faz Hobson entre o império e a *Commonwealth* é fundamental e muito relevante na apreciação da chamada Nova Ordem Internacional que está surgindo no mundo. Pois, de fato, a alternativa para o mundo ecumênico que se organiza, após o declínio do Estado-nação, é o da constituição de uma *Commonwealth*, uma República, uma Comunidade de povos livres mas politicamente confederados.

Era essa também a idéia de Edmund Burke, o grande filósofo político conservador britânico. Pertencendo ao partido liberal *Whig* e se havendo manifestado favorável à independência dos Estados Unidos, acentuava Burke que "todo poder político exercido sobre outros homens(...) *de um modo ou de outro* o deve ser em seu benefício". Cabe assinalar que tal concepção não está muito afastada da do próprio Marx. A colonização seria uma etapa *necessária* e, por conseguinte, desejável da evolução histórica. Ela forçaria o desaparecimento do feudalismo e dos resquícios

folclóricos de um passado pré-burguês, pré-capitalista e pré-industrial. Do ponto de vista de uma *diamat* objetiva, caberia exaltar e não criticar o colonialismo.

A idéia generalizada de Hobson e de outros teorizadores do imperialismo é que a colonização do Terceiro Mundo constitui como que uma tutela legítima, exercida sobre povos ou populações primitivas, de baixo grau de cultura. As Nações Unidas aceitaram a noção ao criarem um Conselho de Tutela. Fala-se hoje, novamente, em restabelecer a tutela sobre certas nações africanas ingovernáveis, como a Somália. É a mesma postura, em outras palavras, que ainda mantemos em nosso próprio país em relação aos índios — que são legalmente “tutelados” em que pese a utopia selvagem do antropólogo morubixaba que vice-desgovernou o Rio e é hoje seu representante no Senado. Oficialmente, o que pretendemos é contribuir para a “educação” de nossos silvícolas. Transformados em “adultos” civilizados, esperamos que possam se integrar como cidadãos de pleno direito na nacionalidade.

Entre os burgueses europeus, contudo, a tutela colonialista gerou um terrível sentimento romântico de culpa que se alastrou epidemicamente na Europa e na América. Num livro de 1983, *Le Sanglot de L'Homme Blanc*, analisa Pascal Bruckner, com profundidade e ironia, o sentimento de remorso e ódio de si mesmo que atormenta o homem branco.

Em *A tempestade*, de Shakespeare, o selvagem Caliban previne seu senhor civilizado, Prospero:

You taught me language; and my profit on't

Is, I know how to curse...

(Ensinaste-me a linguagem e agora sei xingar-te...)

O furor anticolonialista que se espalhou pelo mundo após a II Guerra Mundial teve como consequência a desintegração sucessiva dos impérios coloniais europeus — inglês, francês, holandês, belga, espanhol, português e mesmo australiano, na África, Ásia, Oceania e Caribe. Mas o delírio foi então utilizado, em seu próprio benefício, pela maior de todas as potências imperialistas, a União Soviética. Na atmosfera de polêmica revolucionária, orientada pela esquerda moscovita, perdeu-se frequentemente de vista o papel histórico de resultados positivos e irreversíveis desempenhado pelo colonialismo: ele unificou o mundo; estendeu a civilização moderna sobre todo o planeta; espalhou a tecnologia e a medicina; carregou consigo os valores ocidentais de democracia, liberdade, cidadania, autonomia moral e respeito pelos direitos e dignidade da pessoa humana — certamente o lado positivo de um movimento planetário de que é o domínio colonial o lado sombrio. Mesmo no Brasil, o delírio anti-racista e antiimperialista atingiu paroxismos de extravagância quando se condena a colonização portuguesa do país, como se

fosse possível reverter a história e retornar à selvageria dos tupiniquins e botocudos.

Hannah Arendt também abordou o tema na segunda parte de sua obra, *As origens do totalitarismo*. Citando Cecil Rhodes, ela define o imperialismo como o instinto expansionista do tipo desse inglês que sentenciava: "Se pudesse, anexaria os planetas"... Arendt acredita, no entanto, que "a conquista empreendida por uma nação conduz ao despertar de uma consciência nacional nos povos conquistados e, portanto, à rebelião contra o conquistador ou à tirania". Em outras palavras, o imperialismo está condenado pela própria ideologia que o determinou: o nacionalismo. Ela identifica, praticamente, o imperialismo com o racismo e reserva um capítulo inteiro de sua obra à discussão do tema. Contrariamente à noção que me parece mais aceitável, também estabelece que o "nacionalismo tribal" pouco tem em comum com o nacionalismo que surgiu nos Estados-nação completamente desenvolvidos. Sua análise estende-se ao tipo de imperialismo étnico, tal como se manifestou nos movimentos do pangermanismo e do panslavismo, movimentos que flagelaram a Europa mas é um tema que escapa ao âmbito mais limitado de nossa disquisição. A burocracia, a extensão do número de refugiados e apátridas, e o atual fenômeno das migrações, legítimas ou clandestinas, para os países desenvolvidos do "Norte" são outros sinais que confirmam a antecipação, existente na obra de Arendt, de um "declínio do Estado-nação".

Mais interesse, com a resposta adequada às teorias do imperialismo e da dependência veiculadas pelos marxistas-leninistas, nos oferece a obra de Joseph Schumpeter, economista tcheco-alemão estabelecido nos Estados Unidos. Em seu livro *Imperialismo e classes sociais*, pela primeira vez publicado em inglês em 1951, encarregou-se Schumpeter de desfazer uma série de preconceitos ridículos. Ele defendeu em primeiro lugar a tese de que *as sociedades democráticas capitalistas ocidentais, na medida justamente em que eram democráticas e capitalistas, não podiam por sua própria natureza ser imperialistas*. O propósito da obra de Schumpeter consistia em rebater, não apenas os primaríssimos argumentos polêmicos de Lenin, mas os arrazoados mais sérios de Hobson, Hilferding e Rosa Luxemburgo. Baseado em evidência histórica incontestável, o ponto inicial de Schumpeter é que as tendências agressivas para a expansão territorial, sem limites utilitários definidos, desempenham um papel importante na história da humanidade como manifestação característica de instintos inexoráveis do homem vivendo em sociedade, do homem como animal político. Mas essa inclinação para a guerra e a conquista é irracional. Representa uma reação puramente instintiva. Não existe "razão" adequada, orientada pelo interesse, para tal comportamento de expansão do poder territorial. Trata-se de uma disposição psicológica, sustentada por estruturas sociais adquiridas no

passado remoto, que se estabeleceu firmemente e que continua a exercer efeitos muito tempo depois de se justificar racionalmente. O imperialismo é, em suma, uma tendência atávica. Diríamos que ele está relacionado com o que os modernos biólogos ou etólogos denominam de "imperativo territorial" — imperativo cuja ação pode ser observada num número considerável de espécies animais, particularmente entre aquelas que vivem em grupos coesos. Os gregos falavam na pleonexia, o desejo humano, muito humano, de obter e possuir sempre mais. O imperialismo é uma sobrevivência do passado, semelhante a outros aspectos arcaicos do comportamento social que desempenham papel em situações históricas concretas — a antropofagia e a escravidão, por exemplo.

Continuando seu discurso, alega o economista austríaco-americano que o sistema de competitividade industrial tem tendência a utilizar as energias da maior parte da população em todos os níveis econômicos, de tal modo que sobra muito menos para a guerra e a conquista. A indústria absorve o ímpeto de luta e concorrência, não mais havendo excesso disponível para o entusiasmo conquistador. Schumpeter repete um arrazoado que foi utilizado por Herbert Spencer segundo o qual, no decorrer da evolução, os instintos guerreiros se transmudam em ímpetos de crescimento industrial e desenvolvimento econômico. "Numa sociedade puramente capitalista", escreve Schumpeter, "o que era antes energia para a guerra torna-se, simplesmente, energia para o trabalho de toda espécie"(...) "Um mundo puramente capitalista não pode, por conseguinte, oferecer qualquer solo fértil aos impulsos imperialistas".

O economista demonstra que tendências antiimperialistas se manifestarão à medida que o capitalismo penetrar na economia e, através dela, inspirar toda a mente da nação. Onde mais forte for o capitalismo — e precisamente onde houver democracia, no sentido burguês moderno — menos poderosamente se exercerão os velhos atavismos de agressão territorial. O argumento se sustenta na circunstância de que as classes mais inclinadas à guerra e à conquista são aquelas que carregam mais fortemente a herança da velha aristocracia militar feudal, para a qual a guerra era, simplesmente, o modo normal de vida. Isso explica a permanência de tradições aristocráticas belicosas no corpo de oficiais de praticamente todos os exércitos do mundo, inclusive e preeminentemente no Exército Vermelho.

A tese de Schumpeter é bem conduzida quando ele demonstra que, mesmo numa nação que se revelou tipicamente imperialista no século XIX, como a Grã-Bretanha, foi também nela que, em primeiro lugar, se manifestou uma oposição fundamental à escravidão moderna, à guerra de expansão, à diplomacia de gabinete, ao rearmamento, aos exércitos profissionais, socialmente entrincheirados, e ao próprio imperialismo. Tal oposição surgiu nos primórdios da Revolução Industrial capitalista, isto é, em fins do século XVIII, coincidentemente com o radicalismo

filosófico. Este configurou o primeiro movimento intelectual a representar tal tendência. Onde quer que tenha penetrado o capitalismo democrático, partidos pacifistas surgiram com tal força que, virtualmente, toda guerra significou uma luta política no cenário doméstico. Podemos salientar, nesse particular, o isolacionismo americano, o desarmamento depois da II Guerra Mundial que permitiu a expansão soviética do período stalinista e a oposição interna à guerra do Vietnã. Ao contrário, a guerra e a expansão sempre foram consideradas normais naqueles países onde, por mais tempo, permaneceram os costumes tradicionais, oriundos de outras épocas e representados por classes “nobres” de cavalheiros e samurais, atavicamente dedicadas à profissão das armas.

Assinala Schumpeter que, entre as economias capitalistas, representa a americana aquela que está menos carregada de elementos pré-capitalistas, sobrevivências, reminiscências e fatores de poder oriundos de um passado guerreiro. Os Estados Unidos não se aproveitaram da imensa superioridade de poder, no momento de sua maior hegemonia relativa, para se apoderar do Canadá ou do México, como podiam ter feito. Não conservaram nem mesmo as Filipinas. Podemos acrescentar que, no período entre 1945 e 1954, quando foi rompido o monopólio nuclear e enquanto o poder de sua produção industrial equivalia à de todo o resto do mundo junto, a América não se valeu da oportunidade, singular na história da humanidade, para assegurar irreversivelmente a sua hegemonia mundial. É, aliás, Voegelin que, na obra *A nova ciência da política*, citada anteriormente, observa, com razão: “os fatos são simples e, no entanto, não é suficientemente aceita a constatação de que, nunca antes na história da humanidade, uma potência mundial usou a vitória deliberadamente para criar um vácuo de poder em seu próprio prejuízo” (VI.2).

Como conclusão e completando a opinião de Hannah Arendt, oferece Schumpeter o prognóstico de que, “sem possibilidade de contradição... os elementos pré-capitalistas em nossa sociedade podem ainda ter uma grande vitalidade e em circunstâncias especiais da vida nacional podem reviver — mas, no final, o clima do mundo moderno deverá destruí-los. E com eles desaparecerá o imperialismo”. A leitura de Arendt, Schumpeter e Voegelin, nesse como em outros temas político-econômicos, exerce um efeito saudável para afastar os miasmas peçonhentos da Vulgata nacional-socialista que contamina a mente ideológica, sem qualquer resistência crítica.

Podemos, no entanto, descobrir uma discussão mais avançada do problema do imperialismo no capítulo IX do livro *Paz e guerra entre as nações*, de Raymond Aron. O capítulo se encaixa na segunda parte da obra. Ali aborda o sociólogo francês as várias determinantes sociológicas do poder, no relacionamento bélico ou pacífico entre as nações — determinantes tais como espaço, número da população, regime, etc. O imperialismo é estudado no quadro dos recursos. Ele discute as teses de

Hobson, Hilferding, Lenin, Schumpeter e outros, rebatendo a crença de que o imperialismo seja a expressão necessária do capitalismo em sua fase derradeira de evolução; e acentua que a dialética do mercantilismo do século XVIII muito mais claramente criava rivalidades e conflitos. Uma vez que a busca de metais preciosos, cujo estoque era considerado limitado, constituía a preocupação máxima dos monarcas, o mercantilismo não podia deixar de conduzir a confrontos bélicos. Do século XVI ao século XVIII, discutiu-se amiúde se era ou não o dinheiro, o ouro, o nervo da guerra — inclusive porque a guerra era frequentemente combatida com soldados mercenários. *Pas d'argent, pas de Suisses*, lamentava o rei da França, François I.

Aron prossegue, distinguindo três tipos diversos de imperialismo. O primeiro seria o que chamaríamos de *imperialismo primário*, quando se verifica, na história, o espetáculo de tribos nômades de bárbaros que, acometendo seus vizinhos civilizados e sedentários, criam grandes impérios. Foi o caso, por exemplo, dos assírios, dos persas, dos celtas e dos germanos, e dos vários impérios hunos, árabes, turcos e mongóis. O segundo caso seria o *imperialismo hegemônico*, do tipo que pretendeu Sparta exercer sobre a Grécia e que levou Roma a dominar o mundo clássico. Seria também o imperialismo segundo foi sucessivamente tentado, na Europa, por espanhóis, franceses, alemães e russos, na façanha de impor uma “nova ordem” universal. Os exemplos são os empreendimentos expansionistas de homens como Felipe II de Castela, Luís XIV e Napoleão, Guilherme II e Hitler, Stalin e Breshnev. O terceiro tipo, finalmente, é o *imperialismo propriamente colonial*. Este é mais ligado a motivações econômicas estritas, embora frequentemente, no seu sentido grego original, a imperativos puramente demográficos. A criação dos Estados Unidos da América é devida quase que exclusivamente à emigração europeia, induzida inicialmente pela dissidência religiosa e política e, mais tarde, pelo ímpeto aventureiro de excedentes populacionais europeus que procuravam novas oportunidades de vida livre e próspera no que era então chamado o Novo Mundo. No próprio Brasil colonial, podemos constatar as motivações portuguesas originais do mercantilismo — com a exploração econômica do pau-brasil, do açúcar e do ouro, sucessivamente — mas também a perseguição de outros objetivos pessoais que muitas vezes eram até opostos ao interesse econômico. A colonização do Brasil comportou, assim, uma dupla origem “imperialista” e demográfica.

O escopo sugerido por Aron para a expansão colonialista europeia no século XIX é, principalmente, de caráter político. É certo, afirma ele, que “a abundância de capitais não foi a causa direta das conquistas coloniais ou da guerra de 1914-18”. Desenvolvendo sua opinião, acrescenta que o estudo histórico demonstra claramente três coisas: 1) a importância das conquistas coloniais não é proporcional à necessidade que teria cada um

dos países europeus interessados, se fosse verdadeira a teoria que explica o imperialismo colonialista pelas “contradições” do capitalismo; 2) as colônias mais recentes, isto é, essencialmente as colônias francesas, inglesas e alemãs da África, só absorviam uma pequena fração do comércio externo das respectivas metrópoles (o intercâmbio entre os próprios países industrializados, assim como o comércio com terceiros países eram bem mais importantes); e 3), se é verdade que certos grupos privados, grandes empresas e aventureiros internacionais tiveram alguma relevância nas conquistas coloniais, a ambição de grandeza e glória que animava os governantes pesou mais no curso dos acontecimentos do que a influência oculta das sociedades anônimas. Donde Aron conclui que “o que faz com que o imperialismo europeu na África apareça erroneamente como um fenômeno misterioso, aos olhos de certos historiadores, é que ele não é moderno — se é que só são modernos os fenômenos determinados por causas econômicas”.

Na época em que Aron escreveu, não se havia registrado um fenômeno dos mais curiosos e cuja constatação pode hoje ser feita: os países comunistas da Europa Oriental, supostamente livres do imperialismo pela sua escolha “voluntária” do regime marxista-leninista, com a socialização forçada dos meios de produção, tornaram-se pesadamente endividados em relação aos bancos ocidentais. Lembremos o escândalo da dívida de perto de quatro bilhões de dólares que a Polônia, a Romênia e a Iugoslávia contraíram com o Brasil — cabendo indagar que explicação podem os marxistas oferecer para essa aberração, uma vez que dificilmente se alegaria tenha a Polónia, “protegida” como era por seu poderoso “aliado” soviético, sido vitimada pelo “imperialismo brasileiro”?

Finalmente, o argumento de Aron termina com uma análise do relacionamento entre o capitalismo e o socialismo do ponto de vista da guerra e do imperialismo. O argumento empírico desses últimos anos pode ser avançado de que o socialismo, longe de evitar as guerras e a opressão colonialista como pretendia a teoria marxista-leninista, antes as incentivou. Tivemos, na segunda metade deste século, o exemplo das guerras entre a Somália e a Etiópia, entre o Vietnã e a China, entre o Vietnã e a guerrilha comunista que obedecia à liderança maoísta de Pol Pot, na “Kampuchea democrática”, além da própria hostilidade entre a China e a URSS. Temos, agora mesmo, o exemplo das guerras regionais entre as antigas repúblicas soviéticas e iugoslavas (Geórgia, Armênia, Azerbaijão, Croácia, Sérvia, Bósnia, etc.). Fariamos mal, acentua Aron, “em criticar, no campo da história, o que Kant chamava de *mal radical*: não devemos exigir que os homens façam o bem pelo bem; devemos satisfazer-nos com os resultados de seu egoísmo e de suas rivalidades, quando estes são tais que poderiam constituir o objetivo da ação dos homens de boa vontade”. A conclusão inapelável de Aron é que, teoricamente, 1) a economia planificada de tipo socialista reforça as razões que

levam a almejar a ampliação do espaço vital sob a própria soberania nacional e, 2) nenhum regime, capitalista ou socialista, faz com que a guerra seja inevitável. Nenhum regime permite sempre evitá-la. É mesmo difícil de precisar, em termos abstratos, qual dos dois regimes é mais propício à pacificação geral.

Quantas vezes, em minha longa existência, já assisti ao retorno de “novidades” velhíssimas que entram na moda e são repetidas pela intelectualidade tupiniquim como se fossem o último grito do pensamento de vanguarda no mundo. Os *slogans* mitológicos aparecem, fascinam, dominam e passam. Alguns anos depois, voltam à tona sob outras roupagens. Mantêm, porém, uma característica invariável, a de serem o produto do ressentimento patriótico e do mau hábito de atribuir a fatores exógenos a culpabilidade por defeitos e mazelas de nossa própria sociedade. O ultranacionalismo xenófobo e, ocasionalmente, anti-semita era alimentado, como já vimos em parte anterior desta obra, por correntes procedentes da Alemanha, França e Itália. O marxismo dominou no pós-guerra, valendo-se dos sucessos militares e políticos de “nossos valentes aliados russos”. Cinquenta anos transcorreram, mas nossos intelectuais de algibeira ainda andam de calças curtas, com uma foice e um martelo nos cafundós. O uso que faz Lenin da palavra “monopólio” é um caso típico.

Monopólio (do grego *monos*, único, e *pólen*, vender) implica a venda exclusiva de um produto por um único produtor. Sem encontrar concorrência, estabelece o produtor, arbitrariamente, o preço do produto e não leva em conta as regras do mercado. Basta haver dois concorrentes do mesmo produto para que funcione a concorrência numa economia de mercado. Nesse caso, não existe monopólio. Entretanto, conseguiu o líder bolchevista cercar o termo com uma conotação quase mística, uma auréola de magia negra. Passou-se a denunciar os “monopólios internacionais” disto ou daquilo quando é evidente que, num mercado onde funcionam dúzias ou mesmo centenas de companhias privadas e estatais competitivas, não subsiste monopólio algum. Falando dos monopólios bancários (que “concentram o domínio econômico do mundo e acabam de dividir o planeta em zonas de influência”), Lenin menciona uma porção de instituições francesas, alemãs, inglesas e americanas, todas assiduamente concorrentes. Passados 70 anos, o número de grandes bancos não parece haver diminuído, mas aumentado em proporções incalculáveis. As maiores instituições de crédito do mundo são hoje japonesas, o Sumitomo por exemplo — sendo o Japão um país que, há 70 anos, poderia ser considerado como apenas emergindo do Terceiro Mundo. Nos Estados Unidos, tanto as famílias Morgan e Mellon quanto os Rockefeller perderam o controle das instituições que fundaram.

Embora ainda uma das linhagens bilionárias da América, possuem os Rockefeller apenas cinco por cento das ações do Chase Manhattan.

O mesmo se poderia dizer do petróleo. Durante décadas se ouviu falar, em nossa terra, dos “monopólios do petróleo”, como se corporificassem um gigantesco polvo a controlar e sugar a riqueza dos países pobres. Mas uma tentativa verdadeira de monopolização do carburante só ocorreu por iniciativa dos árabes. Mesmo num mercado que se considera cartelizado pelas Sete Grandes Irmãs, a verdade é que uma multidão de pequenas e médias empresas privadas, junto com grandes empresas estatais (inclusive da Rússia que, crelo, ainda é a maior produtora do mundo) estão absolutamente livres de fixar os respectivos preços do barril produzido.

Da luta contra os monopólios resultou a constituição de um imenso monopólio estatal, a Petrobrás. Foi na época, na década dos 50, em que tanto se falava nos “monopólios internacionais”, que num conluio satânico a ideologia do getulismo se associou à sua opositora, a demagogia da UDN, para organizar um monstro estatal que se tornou o Petrossauro, hoje combatido por Roberto Campos como um dragão pelo S. Jorge. Encarregada de dissolver o fantasma do Senhor Link, o famoso geólogo americano que negara a presença de reservas substanciais no subsolo brasileiro (mas nunca se referira à plataforma continental), há 40 anos que o poderoso dinossauro, descobrindo e explorando o petróleo para nos livrar do imperialismo *yankee*, não o consegue fazer. Conseguiu, isso sim, transformar-se numa presença opressiva em nossa economia, dando empregos altamente remunerativos a uma *Nomenklatura* de mais de 50 mil funcionários, uma das classes mais corporativas, privilegiadas e bem remuneradas do país.

Por falar em monopólios, lembro-me de uma experiência curiosa que registrei como chefe do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, nos anos 1956-59. Conto essa história porque é reveladora da maneira como se processam as coisas em nosso país, na base do faz-de-conta ideológico. Um rico mecenas paulista interessava-se com entusiasmo pela possibilidade de o Itamaraty autorizar uma exposição de arte moderna chinesa na Bienal de Arte de São Paulo. Não mantínhamos, na época, relações diplomáticas com a China (continental ou comunista) a qual, além disso, tudo produzia em matéria de “revolução cultural”, menos arte moderna que prestasse... No mesmo momento, estudantes cariocas da UNE deram início a ruidosas manifestações contra um “monopólio” estrangeiro, uma indústria americana de latas. *American can, Brazilian cannot* era o divertido trocadilho no slogan das arruaças. Meu pasmo foi descobrir que o mecenas paulista era o representante de outro “monopólio”, europeu esse, interessado em impedir a concorrência da American Can Co. no mercado já conquistado. A exposição de arte chinesa era o quiproquó que o milionário monopolista

oferecia, como associado dos estudantes comunistas, em troca de suas badernas financiadas.

A grande injustiça internacional de que seríamos vítimas como exportadores de matérias-primas nos levou, por inspiração dos grupos brilhantes de diplomatas nacionalistas que dominavam o Itamaraty, a ingressar no campo do Terceiro Mundo cuja elite reivindicadora se mobilizou no chamado Grupo dos 77, o Grupo de Argel. Esquecendo os "monopólios" e os bancos de judeus colonizadores, o fervor xenófobo passou a argumentar obsessivamente com o desequilíbrio, deterioração ou injustiça das relações de troca — ou seja, a *mais-valia* internacional das teses de Lenin.

O exemplo inicialmente invocado foi o da queda dos preços do café — um produto que, durante um século, dominou nossa pauta de exportação e fez a riqueza de São Paulo. Tinha-se o cuidado, aliás, de tomar como base de comparação inicial a alta espetacular registrada nos anos de 1955/56, em que ocorreram geadas no Paraná e outros fatores de redução dos estoques. Caso se recorresse, para comparação, ao final da década dos 30, verificar-se-ia, ao contrário, que o rendimento da libra-peso do produto se comportou de maneira até bastante generosa. Alegava-se, também, que nossas exportações aumentavam substancialmente em tonelagem total, mantendo-se quase constante a renda obtida com as vendas no exterior. Aí, de novo, havia o cuidado ideológico todo especial de ocultar uma das explicações óbvias para o fenômeno: o crescimento relativo do minério de ferro em nossa pauta exportadora. O ferro é um produto que notoriamente se distingue por seu baixo custo em termos de peso pesado. A forma mais rudimentar do argumento comparava, por exemplo, o preço de um automóvel com o de um certo número de sacas de café. Ora, seria infantil duvidar de que um Ford modelo T, dos anos 20, é uma mercadoria bem mais barata e menos pesada do que um Ford Lincoln Presidencial dos anos 70. É, por conseguinte, irrelevante a comparação com um número X de sacas de café.

Durante anos, prodigalizaram Mário Henrique Simonsen e Roberto Campos palavras de ironia em relação a esses arrazoados insossos, mas aparentemente não conseguiram impressionar substancialmente a *intelligentsia* botocuda. Em seu livro de grande sucesso, *Brasil 2001*, Simonsen derramou um merecido sarcasmo sobre as teorias estruturalistas marxistas e cepalinas. O estruturalismo, acentua ele, "lembra a possibilidade de se revogar a penosa aritmética do desenvolvimento pela reforma das estruturas. Como é muito mais fácil pregar reformas (sobretudo quando não se especifica seu conteúdo) do que aceitar sacrifícios, não surpreende que a corrente tenha encontrado fervorosos adeptos

entre certos economistas jovens". No capítulo IX desse livro, Simonsen analisa o "mito" do declínio das relações de troca e chega à conclusão de que "a revolta contra a aritmética" do nacionalismo obscurantista não corresponde aos interesses nacionais. Sua condenação da tese argelina da deterioração das relações de troca é radical. Mas, curiosamente, foi um estudo publicado em maio de 1975, de uma comissão *ad-hoc* da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, que acabou demonstrando o argumento não ter fundamento na base dos dados estatísticos disponíveis. A comissão era imparcialmente constituída de técnicos designados por uma organização internacional, hoje controlada pelo Terceiro Mundo.

O ardor dessa controvérsia lembra-me a estória, que me foi contada por uma economista, de um rei oriental que possuía 17 esplêndidos cavalos puro-sangue. Ao morrer, o soberano deixou-os em testamento a seus três filhos, a quem muito amava. Mas de modo desigual, de maneira que a metade da cavalaria foi atribuída ao primogênito, um terço ao segundo filho e um nono ao benjamim. O testamento foi violentamente contestado. Os príncipes gostavam de cavalos, exigiam sua parte, mas não sabiam como proceder para a divisão do bolo, pois como dividir 17 por dois e por três e por nove? O mais velho não aceitava oito e meio cavalos, nem o segundo 5,666, nem o terceiro menos do que dois cavalos. Queriam cavalos inteiros. Que fazer? Quando a situação fraternal já parecia gravemente comprometida, o velho grão-vizir, rico em anos e mais ainda em sabedoria, sugeriu a compra de um belo alazão que possuía, para facilitar a partilha. Dezoito cavalos ficaram então disponíveis. E não foi difícil entregar nove animais ao primeiro filho, seis ao segundo herdeiro e dois ao mais moço, de acordo com o testamento real. Contaram então os animais e, para surpresa geral, verificaram que, nos estábulos do palácio, continuavam a existir 17 cavalos: $9 + 6 + 2 = 17$. O ministro fiel recebeu de volta o alazão, como preço de seus serviços. E, para sua amada filha, a mão do príncipe primogênito. O que acontecera, perguntou-me o economista?

Até bem recentemente esforçaram-se setores "antimperialistas" do país, donos de conhecimentos primários e intenções secundárias, enquanto desprovidos da sabedoria do grão-vizir, de atrelar nossa diplomacia a esses cavalos da ONU. Mas se os reclamos contra os monopólios foram esquecidos, cresceram em fervor outros programas ainda mais duvidosos. É difícil imaginar as antigas expectorações passionais, de extrema virulência, sobre a remessa de lucros, seguidas de legislação ultranacionalista que, nos tempos do "Dr." Getúlio, de Goulart, do PTB, PSD e UDN, se registraram no plenário do Congresso e na imprensa.

O arrazoado era sempre simplório. Vejam como se desenvolvia, pelo exemplo que vou dar — para facilitar a explicação com números redondos. Suponhamos que uma indústria estrangeira investisse 100 milhões

de dólares no Brasil e, anualmente, remetesse 10 milhões de lucros (10 por cento) a seu país de origem. No fim de dez anos, alegava-se, teria a empresa dos gringos remetido a mesma quantia investida e, daí por diante, estaria descapitalizando nosso pobre povo, vergonhosamente explorado. De muita gente seria ouvi esse argumento infantil, inclusive nos augustos conselhos da ONU. Os nacionalistas nunca podiam entender, naturalmente por ignorância elementar e generalizada de economia, que os 100 milhões originais do capital investido haviam produzido, digamos, 200 milhões em salários de trabalhadores, compra de matérias-primas nacionais, impostos pagos ao Estado e preços mais baixos aos consumidores. E que, de qualquer forma, era tal investimento mais vantajoso do que a simples importação dos produtos acabados estrangeiros equivalentes. Sem falar no conhecimento tecnológico que a indústria estrangeira aqui estabelecida proporciona.

Tanto quanto me possa recordar, no período dos anos 30 em que a ideologia ainda não fazia seriamente incursões em nosso meio, era a empresa canadense *Brazilian Traction, Light and Power Co.*, de Toronto, conhecida do Zé Povinho simplesmente como a Leite ou a Companhia dos Bondes (do inglês *bonds*, obrigações ou ações de sociedade anônima vendidas na Bolsa), o bode expiatório de nossos ressentimentos patrióticos. Na época, os canadenses nos proporcionaram bom gás de cozinha, excelente iluminação e ótimo transporte urbano em nossas principais cidades. Acabaram, no entanto, cansando-se de serem malhados. Venderam as empresas do grupo às estatais brasileiras, sem nenhum proveito óbvio para nossa economia como um todo e com grande prejuízo para os consumidores. O monstro da Eletrobrás aí está para enriquecer seus funcionários e empobrecer o país.

O mesmo ocorreu com as estradas de ferro. Lenin dava uma importância enorme à construção de ferrovias, como se representasse essa engenharia a realização suprema do imperialismo capitalista, em sua triste e derradeira fase. Devemos perdoá-lo. Não nascera com a imaginação futurista de um Jules Verne ou um H.G. Wells, pois atribuía ao sistema ferroviário a opressão de um bilhão de pessoas nas colônias dos imperialistas. Compreendo que um pobre coitado, pingente de todos os dias ao viajar, de Madureira ou Mogi das Cruzes pelos trens da Central do Brasil, para trabalhar na cidade, se sinta tão justamente revoltado com a má qualidade do serviço prestado que, em momento de fúria irracional, arrebente a estação e destrua a própria composição que o deve transportar. Mas pergunto se seria muito "científico" atribuir sua triste sina a algum conluio imperialista... Por que não lembrar a dogmática desenvolvimentista, ao tempo de J.K., que considerava a estrada de ferro obsoleta e implantava uma enorme indústria automobilística num país com pouco petróleo? Há 50 anos, o ressentimento leninista já se dirigia contra as ferrovias, muitas das quais haviam sido construídas pelos

ingleses: a São Paulo Railway ou a Leopoldina Railway, por exemplo. Aqui, como na Argentina, onde os investimentos britânicos eram bem mais consideráveis, elas foram vendidas ao Estado no pós-guerra, em pagamento dos vultosos créditos acumulados por nossas exportações de alimentos e matérias-primas para a Grã-Bretanha, nos anos do conflito mundial. A nacionalização das ferrovias e dos sistemas energéticos, longe de haver estimulado o desenvolvimento nacional, nos causou dano inestimável, pois o capital melhor teria sido aplicado em novas indústrias de base.

Os ataques que até a II Guerra Mundial foram principalmente dirigidos contra a Inglaterra, passaram depois do conflito a se endereçar quase que com exclusividade contra os Estados Unidos. E por um motivo muito simples: a América se tornara a principal adversária da Rússia comunista em seu projeto de hegemonia e revolução universal, justificando fossem as baterias da *agitprop* dirigidas naquela nova direção.

Eis senão quando a crise do petróleo modificou totalmente a postura brasileira em face do problema. Tanto falaram os diplomatas brasileiros em “remessa de lucros” e “deterioração das relações de troca”, nos cenáculos onusianos e conferências internacionais, que acabaram sendo ouvidos pelos diplomatas árabes do grupo dos 77. A visão fantasmagórica dos petrodólares na imaginação de nossos subdesenvolvidos mentais foi responsável pelos prejuízos que estes nos trouxeram. O país foi levado a solidarizar-se com a Argélia, o Iraque, a Líbia, cujos governos são notoriamente irresponsáveis e mais semelhantes aos antigos piratas da Costa, apropriadamente chamada da Barbária. Mas ao invés de entrarmos na caverna de Ali-Babá, mais certelramente fomos vítimas dos 40 ladrões...

Lembro-me de uma ocasião em 1970, quando era eu embaixador em Israel, em que fui urgentemente convocado para uma reunião de diplomatas no Oriente Médio a fim de tratar dos métodos de atrair petrodólares destinados a “salvar” o Brasil. O dinheiro devia acelerar nosso desenvolvimento. Um *djinn* malicioso, daqueles que saem da lâmpada maravilhosa de Aladim, fez fracassar a reunião, graças a Allah todo-poderoso! Os árabes constataram, de fato, que sua própria matéria-prima, generosamente escondida pelo onipotente al-Akber, louvado seja!, no subsolo do Oriente Médio, estava com o preço gravemente “deteriorado”. Descobriram também que era o Ocidente industrializado que deles “dependia” nesse particular. Aumentaram subitamente os preços do hidrocarboneto, valendo-se do pretexto de um novo conflito com os israelenses, a chamada Guerra do Yom Kippur (1973). As duas crises do produto desgraçou-nos: o petróleo não era nosso, nunca fôra nosso, era dos árabes. Ainda por cima, fomos obrigados a acrescentar à dívida os juros pagos aos banqueiros ocidentais que reciclavam os ganhos de ventania

(*windfall gains*) dos xeiques e ditadores do deserto, depositados por nossos novos-ricos colegas nos cofres dos gnomos da *Paradeplatz*, em Zurique e em outras bancas. Nunca um tiro tão bem salu pela culatra!

O "abre-te-sésamo" já nos custou em importações de petróleo a preços extorsivos, desde a primeira crise de 1974, mais de 95 bilhões de dólares, uma quantia sensivelmente igual à dívida externa. A opinião pública brasileira nunca esteve suficientemente informada, é a triste verdade, do quanto nos tem pesado cambialmente o abastecimento em precioso "ouro negro" energético, sendo ele que faz mover o transporte e a indústria nacional e que teimamos em adquirir no Oriente Médio, ao invés de procurá-lo em fontes mais seguras, entre nossos próprios vizinhos da América Latina, ou na própria plataforma continental.

É, porém, necessário repetir *ad nauseam* o que se passou. Obcecados pela dívida em relação aos bancos ocidentais, esquecemos da origem correta da encalacrada em que nos metemos. Por motivos ideológicos especiais, a esquerda e os patrioteiros nacionalistas petrobrasófilos voltaram-se para o tema da dívida externa, dita impagável, mas cuidadosamente esconderam ou esqueceram a verdadeira razão de nosso endividamento. Com isso se beneficiaram os companheiros de Ali Babá. Se não vejamos.

Em 1973, ano no final do qual ocorreu a primeira "crise do petróleo", importamos 605 milhões de dólares de óleo bruto. Já em 1974, com o aumento dos preços do produto determinado pela OPEP, as importações haviam subido para 2,59 bilhões de dólares. Foram então num crescendo acelerado até atingir, após o segundo choque petrolífero, 6,26 bilhões em 1979; 9,37, em 80; 10,60, em 81, e 9,37 bilhões em 82. Lembro-me da sensação de pânico que me atingiu naquela época, ao antecipar as consequências catastróficas para a nossa economia ainda adolescente de uma sangria anual dessa magnitude. E o que me admira foi que o então presidente da República, o General Geisel, ex-presidente da Petrobrás e bem preparado durante anos para arcar com a suprema magistratura da nação, não tivesse tomado as medidas urgentes e radicais que eram exigidas para fazer face à gravidade da emergência. Teria cabido acelerar imediatamente a exploração de nossas fontes petrolíferas submarinas, abrir novas áreas a contratos de risco em condições atraentes para as multinacionais, estimular rapidamente o Proálcool e restringir sem piedade o consumo da gasolina, por um aumento substancial dos preços ao consumidor (como foi feito em todos os países ricos e civilizados da Europa). A partir de 1983, as importações começaram a baixar lentamente, até atingir pouco mais de três bilhões em 1988. No momento, o barril de petróleo está abaixo dos 20 dólares.

Os favorecidos com os lucros extraordinários proporcionados pelo bom cliente brasileiro foram, em primeiro lugar, o Iraque, de onde importamos, no período, 27 bilhões de dólares; em segundo lugar, a Arábia Saudita com 21 bilhões; e em terceiro o Irã, com mais de cinco

bilhões. Da Líbia importamos perto de dois bilhões. À luz do raciocínio terceiro-mundista, *continuamos a ser vítimas, mas desta vez não mais como exportadores, mas como importadores de um produto de base.* Poder-se-ia arguir que a crise era imprevisível. Tão imprevisível quanto o temperamento inflamável dos árabes, em correta correspondência com a mercadoria que os enriquece — mas o fato essencial foi a reversão total da postura do Brasil perante essa questão.

O mais dramático em nossa política foi a escolha do Iraque como parceiro preferencial. Em parte resultou esse privilégio de um acaso: a designação para embaixador em Bagdad, após recusa do posto por parte de vários diplomatas de carreira convidados, de um general da reserva amigo do presidente da República: esse militar ali permaneceu vários anos. Acumulou petrodólares na sua conta bancária com o bom salário de embaixador, fez amizade com seus colegas do país, assessores imediatos do tirano, e ao voltar ao Brasil passou a exercer a profissão, também bem remunerada, de chefe do *lobby* de Saddam Hussein em Brasília.

Na época, sentíamos como que uma atração fatal por personalidades rubro-negras de guerrilheiros, piratas, terroristas, contrabandistas, picaretas e déspotas orientais da pior espécie, na vã ilusão dos “barbudinhos” de que seria a maneira adequada de irritar os americanos. Saddam Hussein; Khadafi; Fidel Castro; Agostinho Neto, de Angola; Ortega, da Nicarágua; e o Sargento Bouterse, do Suriname foram carinhosamente tratados. Colaboramos no fornecimento a vários deles de armamento sofisticado, especialmente a Saddam, com que preparar seus mísseis e alimentar sua ambição hitleriana. É impossível imaginar o que teria acontecido se, ao famigerado líder de Bagdad, houvesse sido permitido manter sua conquista do Kuwait e o controle de mais de 50 por cento das reservas petrolíferas do mundo, juntamente com o dos preços da OPEP. Vinte ou trinta dólares a mais no preço do barril e a nossa desgraça teria sido completa. Várias empresas brasileiras ficaram ameaçadas de falência ou faliram após haverem embarcado no tapete mágico: a Mendes Júnior, a Engesa, a Embraer e a Avibrás, entre outras. A própria Petrobrás caiu no conto do vigário do campo de Majnoon, “a mais rica província petrolífera do mundo”, como se anunciou então. A área foi conquistada mas perdida pela estatal Braspetro. Esta, aliás, na década de 70, também derramou outros 100 milhões de dólares nas areias da Líbia, o que não impediu que, nos últimos quatro anos, justo no momento em que o latifúndio do Coronel Khadafi era isolado do resto do mundo como responsável por atos de terrorismo internacional, novo prejuízo de 25 milhões de dólares fosse registado pela empresa*. Chegamos mesmo

(*) O abuso da imperícia (talvez propositada e suspeita) teria levado a Braspetro, no momento em que escrevo, a ser investigada por ordens da Presidência da República. Seus prejuízos já seriam da ordem dos 500 milhões de dólares.

a gastar uns 200 ou 300 milhões de dólares para desenvolver um magnífico supertanque de guerra, o *Osório*, que devia fazer suas provas no deserto das Arábias. Contudo, grande parte da opinião pública brasileira, deliberadamente desinformada quando da Guerra do Golfo, manifestou-se com simpatia pelo energúmeno que tiraniza o Iraque. Eis o quanto nos custou o “bom entendimento” que o Embaixador Azeredo Silveira — o braço-direito do General Geisel na política externa e aquele que, talvez por afinidade eletiva de origem racial, desfraldou a bandeira rubro-negra no Itamaraty — estabeleceu com o ladravaz de Bagdad! É o que acontece quando a Princesa Sheherazade passa a frequentar os gabinetes de Brasília...

O fato a levar atentamente em conta é que, invariavelmente, tomamos o bonde errado: por uma tríplice política de monopólio estatal do petróleo, de expansão megalomaniaca da indústria automobilística e de imperdoável abandono dos sistemas de transporte ferroviário e de cabotagem — nos colocamos numa situação de extrema vulnerabilidade em relação aos carburantes líquidos. Ficamos a mercê dos xeiques e ditadores do deserto, aos quais devemos prestar homenagens com os necessários rapapés. E nenhum esquerdista jamais se atreveu a denunciar o monopólio e o cartel da OPEP, porque isso liquidaria com a dogmática leninista da ideologia brasileira... O problema do comércio exterior do Brasil tornou-se seriamente afetado pela carestia espantosa de um produto primário do qual dependemos em escala crescente para movimentar nossos transportes. E nossos perseguidores não são mais os malfadados “monopólios internacionais” ou as indigítadas multinacionais que remetem lucros. São aqueles colegas do Terceiro Mundo que alguns mal inspirados diplomatas insuflaram, em sua ganância monopolista e altista.

Apreciado na perspectiva dos dogmas leninistas, o problema do petróleo demonstra como fomos sensíveis ao “pensamento inferior”, emanado do íncubo ideológico. O fantasma da satânico ou amigo-da-onça, o faceto localizado na parte traseira de um cérebro pouco desenvolvido, “soprou” essa tola teoria relativa à perversidade da remessa de lucros e à “injustiça” do comércio internacional — uma espécie de teoria da *mais-valia* transferida para a esfera das relações internacionais — e eis aí o resultado detestável!

“Os fatos são teimosos”, acentuava Lenin. Mas é curioso como vítimas do íncubo não aceitam os fatos, relacionam erradamente os fatos entre si e, na base de fatos mal interpretados, lançam-se a projeções aberrantes sobre outros fatos. A técnica consiste, invariavelmente, em criar um vocabulário próprio, preservando-o sempre da definição exata dos termos. Fala-se em “inclinação managerial”, “dependência em relação à área central”, “burguesia nacional internacionalizada”, “dinâmica estamental”, “pastorização da economia”, “colonial-fascismo traidor”. Usa-se outras expressões herméticas no gênero, para demonstrar erudição

acadêmica. Com prodígios de argúcia, investigando como Sherlock Holmes as motivações secretas de nossa política, deduz-se que nos encontramos num estado de "dependência periférica" em relação ao pólo imperialista. O Estado brasileiro seria o "comitê executivo" da burguesia dependente. As Forças Armadas seriam o "braço armado da oligarquia entreguista". E depois de dizer isso, fica-se satisfeito e refestela-se em sua poltrona. Falou e disse! Tem-se direito a um bom copo de uísque *on the rocks*...

Mas os fatos são teimosos, como repetia Lenin, citando um provérbio inglês cujo pragmatismo exprime uma virtude que ainda nos falta adquirir. Tomemos como exemplo a agricultura em geral. Na obra já citada sobre o imperialismo (pág. 759), argumentou Lenin que, em sua derradeira fase imperialista, o capitalismo abandona "terrivelmente" a agricultura e é incapaz de elevar o nível de vida das massas famintas, a despeito do incrível progresso tecnológico. Os nossos leninistas também denunciaram, outrora, a "pastorização" da economia brasileira, isto é, o abandono do esforço industrial em proveito de uma agricultura que servia apenas para alimentar os imperialistas. Sempre foi este o argumento. Mas vejamos o que demonstram os fatos teimosos. É a América do Norte o principal exportador de cereais do mundo, inclusive para a China e a Rússia, potências que costumavam comprá-los em quantidades prodigiosas para compensar a baixa produtividade de sua própria atividade agrária coletivizada. Seis milhões de camponeses americanos não apenas alimentam a população dos Estados Unidos, mas conseguem ainda acumular estoques colossais para vir em socorro da Rússia, da Índia, do Bangladesh e da Somália, ameaçados de fome. O mesmo acontece em menor escala com o Canadá, a Austrália, a Argentina e o Brasil. Em nosso país, apenas dez por cento da população rural é assalariada e a produção agrícola cresce, há décadas, ao ritmo médio de cinco a sete por cento ao ano. Como explicar tais contradições, à luz da teoria leninista do "parasitismo" internacional?

Os ideólogos querem forçar a todo custo a realidade brasileira na cama procustiana da dogmática nacional-socialista. Há 40 anos denunciavam a "burguesia nacional internacionalizada" e a "oligarquia governante" por quererem pastorizar o país, em vez de industrializá-lo. Hoje, criticam o governo por não dar ênfase suficiente à agricultura. Mas o que vemos, meus caros leitores, no que diz respeito aos fatos teimosos? Está o Brasil se transformando num dos principais exportadores de alimentos do mundo. Cuba, que antes de Fidel Castro dispunha da quarta ou quinta renda per capita das Américas e era o principal fornecedor mundial de açúcar de cana, perdeu para o Brasil essas duas posições. O que prova como tinha razão o velho e sábio ministro soviético Anastás Mikoyan quando, irritado após uma viagem a Havana, se pronunciou sobre a incompatibilidade fundamental entre o socialismo e a rumba.

Juntemos agora vários fatos de conhecimento geral para concluir com este tema irritante: 1) a campanha contra os “monopólios estrangeiros” que contribuiu para legitimar a constituição do monopólio estatal do petróleo e, indiretamente, para a nossa dependência em relação ao petróleo monopolista do aiatolá da Pérsia, do rei da Arábia e do ditador do Iraque; 2) o estado de decrepitude das estradas de ferro, algumas das quais foram construídas outrora pelos “imperialistas” britânicos, como resultado de uma política obsessiva de incremento do transporte rodoviário; 3) a criação de uma indústria automobilística de crescimento monstruoso, cujos produtos consomem mais petróleo do que conseguimos produzir e exigem mais rodovias que, por sua vez, estimulam mais automóveis; 4) o aumento constante do fornecimento de alimentos para um mundo que está com fome, por parte de um Brasil que também se industrializa, enquanto os ideólogos não cessam de matutar sobre a “dependência” brasileira.

Serviram as teses leninistas, de qualquer maneira, para impressionar a diplomacia do Ministério das Relações Exteriores. Do ponto de vista de política interna, escondiam o benefício adicional de reviver a decantada “política externa independente” dos áureos tempos de Jânio Quadros, San Tiago Dantas e Araujo Castro, principal mentor da idéia. Acontece que mais vale ser discreto desenvolvido do que herói de subdesenvolvidos. Suficientes foram algumas sábias medidas na área da Fazenda, do Planejamento e da Indústria e Comércio, ao tempo do saudoso Presidente Castello Branco, bem como o esforço de propaganda e expansão comercial empreendido pelo próprio Itamaraty, para que se registrasse uma completa e surpreendente “reversão de expectativas” em nossa posição. Sob as presidências Kubitschek e Médici, deu o Brasil um imenso salto para a frente em matéria industrial. As exportações de manufaturas subiram em flecha.

Um outro exemplo clamoroso do arrazoado nacionalista, encampado pela esquerda marxista-leninista, é o que se refere ao problema da dívida externa. A berraria contra os bancos credores atingiu ao máximo à época do Presidente José Ribamar, vulgo Sarney. Esse poeta e comparsa de Alfonsin na arrogância de sua suficiência olímpica utilizou fartamente a questão da dívida externa para justificar seus fracassos administrativos, a fraude monumental do Plano Cruzado, a inflação galopante, a incúria e corrupção de sua presidência. Foi gritado o *slogan*: “Não pagaremos a dívida com a fome de nosso povo!”. Ouvi o Senador Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda na época em que escrevo, também declarar a um auditório do PT que a principal causa de nossas agruras financeiras é a dívida externa — isso quando agora dispomos de consideráveis reservas de divisas que, rapidamente, se aproximam dos 30 bilhões de dólares.

Entre os argumentos utilizados, que li em artigos de jornal e ouvi em conferências, era de que a dívida se equiparava ao Tratado de Versalhes, que desgraçou a Alemanha na década dos 20 e serviu de pretexto aos nazistas para a conquista do poder. Ora, Versalhes foi um *diktat*, uma imposição militar, como se queixavam os alemães. Nós contraímos nossa dívida externa *voluntariamente*. Ninguém nos obrigou a pedir dinheiro aos bancos. A política de empréstimo foi principalmente executada, além do mais, no governo do eminente, autoritário e estatizante General Ernesto Geisel que, mais do que em qualquer governo antes ou depois, foi um enérgico proponente de teses nacionalistas. Se contraímos empréstimos quando esses nos pareciam baratos, levando em conta a situação financeira internacional e estando os bancos abarrotados de eurodólares e petrodólares oriundos dos lucros espantosos dos árabes do petróleo, o fizemos porque aos governantes estatizantes da época parecia essa estratégia preferível à de atrair o capital de risco estrangeiro, privado, para investimentos diretos em nosso desenvolvimento. Perdurava a idéia que toda multinacional era um assaltante de estrada e que devíamos evitar qualquer relacionamento com tais facínoras. O empréstimo direto aos bancos, assim se raciocinava, melhor preservaria nossa autodeterminação.

Se, por outro lado, aceitamos juros flutuantes, de novo o fizemos por livre e espontânea vontade. Isso, com pleno conhecimento do honrado presidente militar de então e por um motivo muito simples: o dólar e as outras moedas fortes européias sofriam, na década dos 70, um processo inflacionário inédito. Não se podia obter juros fixos. Pelo mesmo motivo, aliás, pelo qual alcançam hoje os juros bancários normais, no Brasil, cifras astronômicas: eles devem ser calculados sempre alguns pontos acima da inflação. O Banco Central chegou a pagar no over juros de três por cento ao dia, não obstante o dispositivo constitucional restritivo do art. 192, 3º, inspirado pelo brilhante Deputado Gasparian. Por que não se justificaria então igual medida do Federal Reserve Bank de Washington para conter a inflação da moeda americana, que atingiu uma taxa de desvalorização superior a dez por cento ao ano? E se mesmo o famoso *spread* foi, em alguns casos, exagerado, culpemos do fato as autoridades de nosso Ministério da Fazenda que não negociaram percentagens mais reduzidas, como provavelmente podiam ter feito.

De qualquer forma, é uma reação infantil falar em “perversidade” das finanças internacionais. As finanças internacionais obedecem às leis do mercado. São as leis frias e objetivas da oferta e da procura que afetam o preço do dinheiro, como afetam qualquer outra mercadoria. Pensar de modo diverso só pode ser atribuído a preconceitos ideológicos e ignorância das leis da economia, para o que aconselharia a leitura dos autores liberais de Adam Smith a Friedrich Hayek, passando por von Mises e os outros economistas clássicos.

Finalmente, o que o Brasil gastou nas duas últimas décadas em

projetos faraônicos, desperdícios e fraudes, de toda ordem e espécie, de muito supera o montante da dívida externa. Só de importação de petróleo, como já dissemos, despendemos mais de 90 bilhões de dólares como resultado da crise de 1974/80. Junte-se 50 bilhões, que a tanto foram calculadas as fraudes e desperdícios do sistema previdenciário; os cinco bilhões da Ferrovia do Aço; os 20 bilhões do projeto nuclear; o superdimensionamento da indústria estatal do aço; os bilhões da Transamazônica; os três bilhões da Ferrovia Norte-Sul; etc. etc. Eu mesmo testemunhei e protestei contra os quase quatro bilhões emprestados à Polônia, país comunista, durante o governo Figueiredo. Pensem bem nisso, antes de culpar os banqueiros estrangeiros por nossas misérias!

O resto do arrazoado me lembra as diatribes do líder integralista Gustavo Barroso, em seu livro *Brasil, colônia de banqueiros*, que é de 1936. Curiosamente, os argumentos são absolutamente paralelos aos que desenvolveu Lenin, como se nossos ultranacionalistas o tivessem lido e absorvido o espírito. A única diferença entre a mitologia da época e a de hoje é que o comandante da milícia integralista era ferozmente anti-semita e imaginava que todos os pançudos, belçudos e narigudos banqueiros internacionais, sem exceção, eram judeus. Rothschild, Pereyre, Lazare e companhia carregavam a inteira responsabilidade pelos males financeiros do Brasil.

O último argumento, muito usado, contra o pagamento da dívida externa, é de que contratos não devem ser honrados, caso "ameacem de fome nosso povo"... Se essa opinião esdrúxula fosse correta, não haveria ordem jurídica, nem poderia o Brasil fazer parte de uma comunidade internacional em que, sempre na medida do possível, o princípio *pacta sunt servanda* vigora como sustentáculo da lei. A moratória ou suspensão, em certo momento, do pagamento da dívida causou o maior prejuízo ao crédito do país no exterior. A inadimplência comprometeu todas as nossas transações a curto e médio prazo, em detrimento do comércio externo. Um país pode, naturalmente, romper com o sistema financeiro internacional. Pode passar um calote sem ser fisicamente vitimado, ao contrário do que ocorria no século passado quando vigorava a *gun-boat policy*, pela intervenção armada dos países credores. Mas será vantajosa a autarquia albanesa, a perda do crédito, o isolamento total, a transformação do comércio internacional num regime primitivo de troca? Hoje, é o líder da maior nação comunista do mundo, Deng Xiaoping, que prega a abertura ao comércio e ao capital internacional. Querer voltar à Idade Média "idílica" não me parece a melhor receita do desenvolvimento...

Comentando a histeria que se manifestou nessas duas décadas que precederam o renascimento do espírito liberal, o historiador, jornalista e político inglês Paul Johnson, em sua obra *Modern Times*, acentua que "os ataques contra a América nos anos 1970 foram tão envenenados e, na maior parte, tão irracionais que mereceriam a descrição de uma

caça-às-bruxas internacional". O erudito e impagável historiador assinala que "a forma mais ubíqua de racismo durante a década foi o antiamericanismo. O adágio 'tudo saber é tudo perdoar' não funciona nos negócios internacionais. Um dos motivos pelos quais a América foi tanto atacada era porque tanto se sabia sobre ela, principalmente graças à mídia e às universidades americanas que despejavam uma torrente de material autocrítico. Mas uma razão mais fundamental era que a América, como uma grande potência e ainda mais o americanismo como um conceito, firmavam-se pelo princípio do individualismo, em oposição ao coletivismo, e pelo livre arbítrio em oposição ao determinismo. O espírito da década dos 60 e ainda mais da década dos 70 era fortemente coletivista e determinista".

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, com sede em Roma, é a FAO a maior das agências especializadas da família onusiana. É o organismo internacional que mais recolhe e distribui dinheiro. Também aquele que mais enriquece sua própria burocracia. A peculiaridade dessa entidade é que cinco de seus membros, os Estados Unidos, a Alemanha, o Japão, a Grã-Bretanha e a Suíça, contribuem com 54 por cento do orçamento mas são, invariavelmente, derrotados na votação quando procuram restabelecer um pouco de seriedade em suas atividades. O populismo e o empreguismo da FAO podem ser avaliados pelo fato de que se calcula que 2/3 do seu orçamento sejam destinados à remuneração do pessoal do secretariado em Roma.

O problema da fome, no entanto, atormenta a consciência dos países civilizados, servindo de motivo para alegações espúrias que procuram utilizar o flagelo num sentido de política ideológica. A perplexidade também afeta a população bem nutrida de nosso país, em relação à massa dos que se alimentam defeituosa e insuficientemente.

Além do Nordeste que, alegadamente, "está morrendo de fome", os casos mais recentes e concretos do flagelo foram o da Etiópia, Somália e Camboja (Kampuchea). Esta infeliz nação asiática, se devemos acreditar no que nos informaram as agências internacionais, esteve à beira de uma catástrofe sem precedentes que poderia haver comprometido a própria sobrevivência do povo khmer. Depois do genocídio deliberado da população urbana, promovido pelos Khmers Rouges, partidários da China — como expressão original do conceito de "luta de classes", segundo a versão maoísta — o governo de Phnom-Penh, partidário do Vietnã e da URSS, teria inutilizado a maciça assistência internacional em alimentos, com o propósito imediatista de liquidar pela fome a resistência da facção adversária. Ora, se esses fatos, no Brasil e no resto do mundo, são suficientes para gerar um profundo problema de consciência entre os mais gordos, os mais ricos, os mais bem aquinhoados (estimulando a

opinião pública americana a forçar o governo do Presidente Clinton a uma política, mal concebida e mal conduzida, de intervenção na Bósnia e na Somália), de maneira alguma justificariam uma atribuição de culpa às nações civilizadas ou às classes mais ricas. O único argumento anticolonialista sério parece-me provir de uma secularização do conceito cristão de pecado por omissão, conforme descrito na parábola do Bom Samaritano. Devemos todos ser bons samaritanos. Devemos nos ajudar uns aos outros, ajudar os fracos, educar os ignorantes e dar de comer aos famintos. *Mas isso é um dever moral, não é uma obrigação política.* Afinal de contas, é também verdade que um quarto das despesas mundiais em armamentos são gastos pelo Terceiro Mundo, sendo quase quatro bilhões de dólares pela África, o que daria amplamente para esses países importarem comida com que alimentar suas populações famintas.

Essas considerações vêm à baila diante de uma circunstância, igualmente líquida e certa, a saber que são precisamente os países mais ricos ou, com mais exatidão, os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália, aqueles que produzem a maior quantidade de excedentes com que alimentar as regiões famintas. Sobre o problema do uso político da fome, lembro-me do romance de John Updike, *The Coup*, em que o tema é masoquisticamente tratado como se ocorrido num utópico país africano. Foi também o Ocidente que promoveu a chamada "revolução verde", o que quer dizer, foi na América do Norte e na Europa que se desenvolveram novas variedades de trigo, arroz, milho, etc. as quais permitiram multiplicar estupendamente a produtividade das terras nos países de alta densidade demográfica da Ásia e África. O melhor exemplo é o da Índia. Ela consegue hoje alimentar uma população de mais de 900 milhões de habitantes quando, há 50 anos, conheceu um dos mais terríveis flagelos do século. Historicamente, ainda nos séculos XVIII e XIX se morria extensamente de fome na Europa. A França perdeu perto de um terço de sua população em 1709, ao final do reino de Luís XIV, como resultado de uma guerra infeliz. A Irlanda quase ficou despovoada. Na própria Escandinávia, tão grave era o flagelo no inverno que grande parte de sua população emigrou para a América do Norte. Na década de 70 do século passado, em que pese a falta de documentação adequada, afirma-se que um terço da população do Ceará morreu de fome.

O "cientista" brasileiro Josué de Castro, que adquiriu fama universal com sua *Geografia da fome*, foi um dos principais promotores da idéia esdrúxula de que a responsabilidade pela fome no mundo cabe, não à explosão demográfica, mas aos ocidentais. Charlatão de talento imitado hoje por nosso "sociólogo" Betinho, o ilustre Lysenko brasileiro por pouco se tornou Diretor Geral da FAO e Prêmio Nobel da Paz. Morreu prematuramente, deixando como legado a tese "científica" de que o homem faminto mais reproduz, como se a cócega da fome no estômago aumentasse a tesão dos gametas — tese que realmente lhe deveria haver

merecido o galardão da Academia de Ciências de Estocolmo, notável às vezes por suas extravagâncias...

Os herdeiros de Josué de Castro encontram-se hoje entre os "teólogos da libertação". Li na obra de um desses imprudentes clérigos, Hugo Assmann, que 30 milhões de homens morrem anualmente de fome. Não sei se recolheu esses dados de algum burocrata da FAO, ansioso por um exercício mental após um bom passeio no Pinclo e uma macarronada numa trattoria da via Veneto. Mas vejamos a lógica do argumento. Como é possível que populações cujos índices de expansão demográfica atinjam as cifras explosivas de 2,5 e mesmo 3 por cento ao ano, estejam morrendo de fome? Que raciocínio josuécastreense poderia explicar um tal paradoxo? Ou a população de um país morre de fome e, nesse caso, diminui; ou a população expande e, nesse caso, se não está bem alimentada, pelo menos sobrevive. Assmann não se lembra que mais de 30 milhões de homens suplementares nascem, precisamente, nas áreas onde se alega haver fome, inclusive no Nordeste brasileiro. O que falta ali não é alimentos, mas paternidade responsável. Se os nordestinos estão verdadeiramente morrendo de fome, e não simplesmente se alimentando defeituosamente com feijão, arroz, alpipim, poucas vitaminas e menos proteínas, como se explicaria que o índice de natalidade naquela região flagelada do Brasil continue sendo de quase quatro por cento ao ano, despejando os excedentes nas favelas de São Paulo, Rio e Brasília? E sendo a reprodução a única próspera indústria do Agreste, assistimos naquela área a meninas que já começaram a gerar seus bonequinhos com 14 anos e até mesmo 12 anos de idade.

Natalidade e mortalidade são fenômenos que se subtraem. A demografia logo revela se é um ou outro fator que predomina. FAO, fome e fantasia devem, contudo, ser desmascaradas nesta época de verdes ecólogos bravios. Como bem acentua o professor americano Thomas Sowell, um preto por falar nisso, a pobreza e a fome muito ajudam a enriquecer intelectuais e burocratas demagogos...

13.

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA REVISITADA

Dos conceitos marxistas-leninistas mal digeridos ou mal elaborados sob o impacto dos ressentimentos e protestos nacionalistas é que nasceu o conceito de *dependência*. Coloco francamente a teoria da dependência como o produto sublimado do que chamamos a ideologia brasileira. A ideologia brasileira é o maniqueísmo nacional-socialista e terceiro-mundista que domina nossa intelectualidade, há 70 anos, a princípio com um colorido de direita na dramática década dos 30, em seguida francamente de esquerda. A dependência é a última das fórmulas mágicas cozinhadas pelo incubo botocudo, na marmita de feitiçaria negra ideológica. A inspiração inicial parece proceder de Gramsci. Nascido na Sardenha paupérrima e marginalizada, foi Gramsci o primeiro a sustentar o modelo pouco marxista de uma distinção espacial entre centro e periferia — devendo a *emarginazione* ser, contudo, transcendida por força do movimento revolucionário. Nesse modelo, parece-me que o elemento “nacionalista” prepondera sobre o “socialista” — ainda que jamais haja Gramsci abandonado a noção marxista de luta de classes dentro de uma mesma sociedade.

Depois de haverem pregado a “política externa independente”, num momento em que o país se encontrava à beira da falência; depois de haverem deblaterado contra as multinacionais e protestado com veemência contra a remessa de lucros, no momento em que se acelerava o ímpeto desenvolvimentista; depois de conceberem a idéia de uma “deterioração das relações de troca” e demonstrado santa indignação patriótica contra a dívida externa, tida como “impagável” — os senhores da *intelligentsia*, tão notoriamente privados da própria, passaram a denunciar nossa *dependência* periférica. Isso era realizado exatamente quando cresciam

as opções do país, quando vendíamos açúcar à China e calçados à URSS; exportávamos motores de automóvel e aviões para os próprios Estados Unidos; trocávamos aço e *know-how* por petróleo com a Nigéria e o Iraque; e comprávamos trens à Hungria e usinas nucleares à Alemanha. Dependência, na verdade, é a situação em que se encontra, justamente, a intelectualidade esquerdizante refugiada no caloroso aconchego das universidades da Europa e da América, sempre prontas para aplaudir tipos exóticos, barbudinhos de tez morena, amantes de samba ou rumba, empenhados em denegrir suas pátrias — e imitando, nesse particular, a prática dos universitários norte-americanos de notório pendor suicida.

As análises *ad hoc* dos ilustres professores sempre foram desfeitas. Mas nunca desistiram. O insucesso das previsões nunca afetou o prestígio de cátedra de que dependem. Com as mudanças inesperadas de direção, sempre possíveis no Brasil qualquer que seja o regime, viram-se na contingência de rever os esquemas explicativos, manipulando dados e interpretações à luz de acontecimentos mais recentes que justificassem novas previsões. O sistema de raciocínio obedece ao princípio *post hoc, ergo propter hoc*. Nunca perderam, assim, as esperanças, e novos paradigmas, novos modelos, novas definições, novos cenários foram imaginados para anunciar esta ou aquela catástrofe próxima. O que desejavam e sempre obtiveram foram prestígio intelectual e empregos na administração pública. Por mais que o socialismo e o nacionalismo demonstrassem seu fracasso, recusaram-se tenazmente a se reconciliar com as teses econômicas de Mises, Hayek, Friedman ou Buchanan. E justo no momento em que ruiu o império comunista soviético, num estrondo que abalou o planeta, esses senhores alteiam a voz e proclamam, convictos, o declínio dos Estados Unidos...

O conceito de dependência me lembra uma corrida de obstáculos: os corredores estão na "dependência" uns dos outros, em relação à meta final de vitória. A velocidade é o que conta. Aquele que vai mais devagar e perde encontra-se, obviamente, na dependência do exercício mais veloz daquele corredor que se encontra na frente. Até aí morreu o Neves, não o Tancredo, mas o outro. Não me parece que a famosa teoria contribua com qualquer outra brilhante sugestão... Mas não seria preferível se, ao invés de mergulhar em bizantínicas análises da dependência, esses senhores meditassem sobre a necessidade de conscientizar, como propunha Marx, a total interdependência material e cultural em que se encontra o mundo como resultado do crescimento da burguesia industrial? Somos todos dependentes. Talvez haja algumas exceções. Há uns dez anos era a Albânia e talvez hoje Myanmar, mais conhecida como Birmânia, cujo comércio internacional total só ultrapassa de pouco o meio bilhão de dólares anuais, o país mais independente do mundo. Vale a pena? A maioria depende do petróleo dos árabes para movimentar seus automóveis. Outros ainda de nosso café, de nosso minério de ferro e de

nossa soja. Ou de nosso samba, carnaval e praias de areia branca, para se divertirem. Outros, muito poderosos, dependeram durante 50 anos das bombas nucleares americanas, para se protegerem dos 40 mil tanques soviéticos. Os vários guarda-chuvas atômicos que recobrem o planeta criaram laços de dependência absoluta para todas as nações do mundo, já que a segurança de todos é garantida pelo equilíbrio nuclear dos mais fortes. O Japão, primeira vítima de uma bomba atômica, continua a fortemente depender da proteção americana nesse terreno, não só contra a Rússia, mas até mesmo contra o possível surgimento de armamento nuclear na Coreia do Norte. Muitos há que dependem da tecnologia ocidental — e o que seria hoje o Brasil sem os avanços nas áreas de medicina, informática, comunicações e aviação, quase sempre procedentes dos Estados Unidos? Os países do Mercado Comum Europeu estão deliberadamente criando e incentivando a sua própria interdependência, com vistas a uma unidade supranacional. Há milhões que dependem do trigo do Midwest americano para cozinhar seu pão de cada dia. Os há aos montões que, durante décadas, dependeram das instruções emanadas de Moscou, após leitura cuidadosa do *Pravda*, e se sentem hoje paralisados quando secou a fonte de Castália onde se abeberavam. E todos nós, finalmente, dependemos de uma sabedoria de governo capaz de — por cima dos egoísmos nacionais, da cobiça, da inveja, da mentira, do terror, da guerra, do ódio e do medo — preservar a humanidade do cataclismo nuclear, da fome, da poluição ambiental e da explosão demográfica, enfrentando os outros gigantescos problemas que desafiam nosso pobre planeta. O progresso reside, pois, na linha da maior dependência. Ou daquela “interdependência universal das nações” de que sabiamente falava Marx.

Fiéis à tendência que se manifesta em seu mundo fantasmagórico de dogmas, *slogans*, lugares-comuns primários e preconceitos filosóficos, contaminados de emocionalismo, os ideólogos brasileiros têm repetidamente debatido com seus colegas estrangeiros essa famosa questão da dependência. Nos anos de distúrbio que precederam 1964, o grande *shiboleth* da ideologia era a “política externa independente”. De 64 para cá, parece que o que passou a mais lhes fascinar não é a dependência da diplomacia, mas a dependência da economia. Na Assembléia Geral das Nações Unidas continuam a repetir as queixas lamurientas dos pobres que dependem dos ricos. Muitos *scholars* americanos e europeus gostam de homenagear nessa mesma linha as figuras exponenciais de um Hélio Jaguaribe, um Otávio Ianni, um Celso Furtado ou um Fernando Henrique Cardoso que granjearam extraordinário auditório no exterior. Deste último, reluto em atender-lhe o pedido insistente: “esqueçam tudo que escrevi”... Fernando Henrique pouco lê, mas às vezes escreve. E fala muito, e muito bem: *words, words, words*, palavras, palavras, como no *Hamlet* de Shakespeare...

A teoria da dependência está associada, como salientei anteriormente, ao socialismo marxista-leninista e, mais nitidamente, ao nacionalismo. Esse nacionalismo foi explicitado claramente, nas décadas de 60 e 70, por um de seus grandes promotores no âmbito da diplomacia, o Embaixador Araujo Castro. João Augusto de Araujo Castro foi um dos membros mais ilustres e mais capazes de nossa carreira diplomática. Seu momento de glória principiou quando da Operação Panamericana, ao tempo da presidência Kubitschek, assumindo a chefia do Departamento Político do Itamaraty. Servia como ministro conselheiro na embaixada em Tóquio, em 1961, quando Goulart o conheceu, na sua fatídica viagem à China. Goulart o trouxe de volta ao Brasil e o colocou, em princípios de 1964, como ministro das Relações Exteriores, posto do qual acabava de se demitir quando do golpe militar de abril daquele ano. Foi posteriormente, já sob o regime militar, o único ministro de Goulart que não foi punido ou cassado. Ao contrário, chefleu nossa missão permanente à ONU e a embaixada em Washington, onde morreu relativamente jovem. Nessas ocasiões expôs seu pensamento numa série de princípios que até hoje orientam o Itamaraty, havendo criado um culto em torno de sua pessoa. Com razão, aliás, pois a partir de 1967 foi a velha casa de Rio Branco governada, com poucas honrosas exceções, por uma série ímpar de mediocridades. E por isso é relevante e merece análise o que teve a dizer sobre nossa política externa.

Numa curiosa mistura de realismo irônico e de idealismo utópico; de orgulho e de ressentimento; de ceticismo e entusiasmo; de visão e de miopia — Araujo Castro deve provavelmente a seu intenso sentimento nacionalista, inteligentemente expresso, o motivo de haver tido sua reputação, juntamente com a de San Tiago Dantas, promovida aos píncaros por aqueles que advogam a “política externa independente” e que, naquela época, ainda não haviam deixado crescer suas barbas marxistas. O primeiro desses princípios que defendeu, na época do “Brasil Grande” e do “ninguém segura este país” de Médici e Geisel, é que o Brasil, *por destino manifesto, está “condenado à grandeza”*. O segundo princípio é que, “enquanto não se estabelece um sistema de justiça distributiva entre as nações, com normas coercitivas e obrigatórias, o direito e mesmo o dever de cada Estado é promover a defesa de seus interesses. E a eles não podemos renunciar”...

Confrontando esses dois postulados de política externa, quedamos verdadeiramente perplexos. É preciso lembrar, antes de mais nada, que Araujo Castro serviu em Nova York onde, na década dos 50, absorveu a semântica e os vícios peculiares do meio onusiano, com sua diplomacia “multilateral” ou “parlamentar”. É paradoxal que um país “condenado à grandeza” sinta urgência em receber ajuda não interessada de uma potência estrangeira — reagindo com ralva quando tal assistência não lhe é prontamente concedida. E é mais estranho o arrazoado condicional

do "enquanto não se estabelecer (por quem?) um sistema de justiça distributiva entre as nações, com normas coercitivas e obrigatórias" (impostas por quem?). Uma lógica, a meu ver, absurda, de parte de alguém formado em *Realpolitik*. Não consigo atinar como um homem tão inteligente como esse meu antigo colega e grande diplomata que, em outras partes de seu discurso manifestava tão fortes opiniões pragmáticas, possa ter exarado uma tese tão ofensiva ao bom senso.

O conceito de "justiça distributiva entre as nações" é abstruso e desprovido de praticabilidade. *Não existe, nunca existiu, nem jamais existirá uma justiça distributiva entre as nações.* A própria idéia matriz de justiça distributiva tem que ser qualificada à luz dos princípios filosóficos neoliberais sobre justiça. A justiça distributiva poderia existir, apenas, entre indivíduos. É justo que um empregado, mais trabalhador e capaz, receba melhor remuneração do que um serviçal incapaz e preguiçoso: isso é justiça distributiva. Não se pode conceber que as nações mais ricas do mundo, que são também as mais poderosas e melhor armadas, possam se submeter a um sistema de normas coercitivas e obrigatórias que distribua sua fortuna entre povos menos afortunados e menos capazes, sobretudo entre muitos povos subdesenvolvidos que desperdiçam escandalosamente seus recursos em armamentos inúteis, na corrupção de seus líderes e em projetos mal concebidos. É utopia ou fantasia delirante imaginar o contrário. Os mais ricos e poderosos é que podem impor normas em seu próprio proveito pois, como alegou, aliás, Araujo Castro num momento de maior discernimento, "nenhuma nação pode passar procuração a ninguém para a defesa (desses) interesses, porque *estamos num mundo sem ilusões e sem piedade*"...

A sugestão de Araujo Castro me lembra a de Hélio Jaguaribe, outro dos praticantes do esquerdismo onusiano, no sentido de concretizar o princípio "uma nação = um voto" numa Assembléia Geral com poderes executivos e coercitivos. Estariam porventura os EUA, a Rússia, a França, a Inglaterra e a China, nações que são membros permanentes do Conselho de Segurança, com direito a veto e dispendo de armamento nuclear suscetível de ser entregue a domicílio, dispostas a obedecer a uma decisão de uma maioria arbitrária, composta por um esquema de que fizessem parte, digamos, o reino do Kabaka do Burundi, o Vanuatu, Honduras, o Suriname, o Bhutan e as Comoras? Os G-7 pagariam porventura um "imposto de renda" obrigatório a nações tais como a Somália, em permanente estado de anarquia e guerra civil; ou ao Zaire, onde todo dinheiro que entra a título de assistência internacional retorna à Suíça, sob a forma de depósitos na conta secreta pessoal do ditador local; ou ao Iraque, para que possa manufaturar a sua bombinha atômica, a "primeira bomba árabe", e armas químicas? Que tolíce!

É verdade que os Estados Unidos e, em menor grau, alguns países europeus e o Japão, têm praticado uma política de assistência financeira,

de que o Plano Marshall é o mais famoso exemplo. Isso sempre foi feito, porém, dentro dos padrões de seus próprios interesses políticos a longo prazo, por livre e espontânea vontade. Pertence à esfera da mais desarvorada e romântica fantasia onírica pensar que a Organização das Nações Unidas poderá jamais, enfrentando possíveis vetos no Conselho de Segurança, impor uma justiça socialista internacional. O socialismo, aliás, jamais exerceu influência na esfera do relacionamento internacional, isso, mesmo na época do apogeu dessa ideologia. O maior promotor do socialismo como dinâmica interna foi a URSS, mas sua política externa sempre se caracterizou pela exploração mais cínica e agressiva dos vizinhos, muito longe de quaisquer veleidades distributivistas.

Imagino que foi a recusa do governo de Washington em conceder uma ajuda equivalente ao Plano Marshall a países da América Latina nos quais, com razão, não confiava (por ocasião da Operação Pan-americana e da fracassada Aliança para o Progresso), e a negativa paralela em transferir a tecnologia nuclear por temor da proliferação do armamento atômico, o que teria levado Araujo Castro e seus discípulos fiéis a alimentarem ressentimentos que evoluíram para a elaboração da "política externa independente", "não-alinhada" ou sustentada no pressuposto da "equivalência moral" entre o capitalismo democrático americano e o totalitarismo soviético.

Confrontando assim os dois postulados de política externa explicitados por Araujo Castro quedamo-nos, verdadeiramente, perplexos. A idéia que todo Estado tem "o direito e mesmo o dever" de promover a defesa de seus interesses pareceria, à primeira vista, acaciana. Seria de um óbvio ululante se não apreciássemos o profundo conteúdo emocional que encerra. Os brasileiros, somos românticos e formados pela teologia tomista da Contra-Reforma que sustenta a benevolência e bondade natural do homem, colorindo de matizes negativos, demoníacos, conceitos banais como os de capital, de lucro e de interesse. Ficamos muito surpresos quando nos damos conta que todo Estado, como aliás todo indivíduo, promove seus interesses em primeiro lugar, e não o interesse de outros. Os Estados não possuem nem o direito, nem o dever de defender seus interesses: eles o fazem por instinto natural. Como todo grupo humano, *celà va sans dire*... É um princípio primário de ciência política que todo grupo político (um Estado), por mais invertebrado que seja e pelo simples fato de constituir um grupo social, existe precisamente para defender os interesses coletivos do grupo. Só não sabe disso quem irremediavelmente padece de imaginação romântica. Na época da Independência, os americanos ainda sofriam desse mal. Isso levou George Washington, em sua célebre Mensagem de Despedida (*Farewell Address*, de 1796) a insistir sobre esse ponto. A defesa dos interesses da sua nação, nas negociações políticas, no comércio ou no "tira lá, dá cá" que configura a própria essência do relacionamento internacional, é a função precípua

da diplomacia. O comércio ou a negociação, o *do ut des* justamente, constituem a alternativa adequada para a guerra. Em tempo de guerra, como acentuavam os diplomatas gregos ao tempo de Péricles, “os fortes fazem o que podem e os fracos o que devem”...

A repetição ociosa de que devem os diplomatas defender os interesses do Brasil provém, presumivelmente, da crença antiga de que, expatriados por profissão, podem deixar-se facilmente contaminar pelos interesses das nações junto às quais se achem por longo tempo acreditados. A principal pecha da “diplomacia tradicional” é que ela servia aos interesses dos Estados Unidos. Criou-se mesmo a expressão popular “entreguista”. Era aplicada àqueles que não demonstrassem suficiente empenho anti-americano. Por combater obstinadamente o monopólio estatal da Petrobrás e a reserva de mercado para a informática, duas políticas que causaram e continuam a causar ruinosos problemas para o país, recebeu o Embaixador Roberto Campos o apelido de *Bob Fields*. O Presidente Castello Branco, um dos estadistas que mais corajosa, lúcida e inteligentemente defendeu os interesses do Brasil a longo prazo, foi também acoimado de entreguista. Seu ministro das Relações Exteriores, Juracy Magalhães, que promoveu a reaproximação com os Estados Unidos após a crise da época de Goulart, foi acusado de haver opinado que “o que é bom para os EUA é bom para o Brasil” quando sua frase, ouvida por um jornalista mal intencionado, fora na realidade: “tanto melhor se o que for bom para os EUA também for bom para o Brasil”. O que quer que seja, a retórica vulgar dos discursos de posse e comemorações no Itamaraty passou a incluir, invariavelmente, a promessa de “defender os sagrados interesses da pátria”... como se sempre houvesse perigo que o alto funcionário viesse a defender os interesses da Abkázia, do reino de Tonga ou da República Popular Científica de Pongo-Pongo...

Talvez uma lúcida consideração de racionalidade possa determinar, no próximo século, a criação de uma ordem internacional baseada na liberdade no individualismo. O que se pode acentuar nessa questão é que existe uma visão curta e uma visão longa do que sejam os interesses nacionais. Já propus, certa vez, uma Crítica da Razão Curta, de natureza kantiana, quando sugeri que certas pessoas são como as crianças, com uma compreensão imediatista de seus interesses: recusam-se, por exemplo, a tomar uma injeção que lhes preserve a saúde, porque dói; e não reconhecem o perigo do câncer numa baforada de cigarro. À medida que amadurecemos, começamos a cultivar um entendimento cada vez mais largo e distante de nossos interesses. Os Estados Unidos, repito, demonstraram uma extraordinária visão de seu proveito a longo prazo quando, logo depois da guerra, elaboraram o Plano Marshall (1948) que concedeu uma assistência de 17 bilhões de dólares para a reconstrução da Europa, inclusive de seu ex-inimigo, a Alemanha — uma quantia fabulosa para a época. Nossa diplomacia revelou agúcia ao medir os interesses do

Brasil a longo prazo quando, sob as administrações dos Chanceleres Juracy Magalhães e Mário Gibson Barbosa, concluiu com o Paraguai os acordos para a criação da empresa Itaipu Binacional e a construção da maior usina hidroelétrica do planeta: não obstante tenha o preço da obra recaído pesadamente sobre nosso país, o fato é que a comunidade de interesses no aproveitamento da energia do rio Paraná atraiu para nossa esfera de influência e incluiu em nosso âmbito econômico um pequeno país mediterrâneo que poderá vir a desempenhar importante papel em nosso desenvolvimento.

Os ressentimentos manifestados pelo Embaixador Araujo Castro, como porta-voz daquela corrente que veio a ser chamada de “terceiro-mundista” no Itamaraty; corrente cujos princípios foram nitidamente formulados por San Tiago Dantas (o qual, por sua vez, evoluiu do integralismo para o socialismo, passando pelo liberalismo democrático) e atingiram a sua mais forte formulação no conceito de “congelamento do poder mundial”- esses ressentimentos, dizíamos nós, alimentam a idéia que os Estados Unidos, por motivos nunca bem especificados, se opõem à elevação do Brasil à categoria de grande potência. A teoria granjeou, naturalmente, a maior ressonância nos meios militares, à época do “Brasil Grande” e da vitória no campeonato mundial de futebol na Suécia. Ela é falsa, porém. Desde que a presunção de “congelamento do poder mundial” foi exposta por Araujo Castro, várias nações emergiram no cenário mundial, provando que, em política internacional, nada é congelado mas, muito pelo contrário, tudo está fervendo em estado de fluxo perpétuo. Aliás, a insistência dos nossos analistas de política externa sobre o ominoso “congelamento” convive, na mente desses analistas e muitas vezes nas mesmas páginas do que escrevem, com a constatação duplamente ressentida e invejosa que novos e ardentes pólos de poder não congelado estão pipocando por toda a parte. O Japão, que em 1945 se achava prostrado de tal modo que seu PIB era inferior ao do Brasil e que não merecia, nem merece, apreço especial por parte do povo americano, emergiu progressivamente em força e produtividade, tornando-se a segunda nação economicamente mais importante do planeta. Os chamados “tigres asiáticos” salientaram-se do mesmo modo. A Coréia está crescendo como potência. Toda a Ásia Oriental desenvolve-se tão rapidamente que seu fervilhar descongela qualquer veleidade frígida. Na Europa, a Alemanha e a Itália, vencidas em 1945, são hoje duas das nações economicamente mais relevantes do continente. E se Araujo Castro, ao criticar o alegado “congelamento”, tinha em mente o armamento nuclear, podemos retrucar que as potências que, por um motivo ou outro, seriam desejadas alcançar o estágio em que se permitem estourar sua ameaçadora arma, sempre o poderão fazer por meios próprios. A China, a Índia, Israel e a África do Sul possuem armamento nuclear porque sobre esse objetivo concentraram seus esforços, qualquer

que tenha sido a oposição externa. Notai que as quatro nações mencionadas dispunham, no momento em que alcançaram o status de "donos da bomba" de um poderio industrial inferior ao do Brasil.

Mas haveria, realmente, vantagem para nós em tal empenho? Nem o Japão, nem a Alemanha, potências colocadas em segunda e terceira posição na hierarquia de riqueza e influência mundial, possuem armamento nuclear, e se dão muito bem nessa situação. Nem se sentem frustradas e congeladas por esse motivo... O melhor mesmo é uma pá de cal no projeto, como o fez Fernando Collor pouco depois de assumir sua malfadada presidência. Não pensar em congelamento, mas arder!

Fala-se agora na oposição Norte X Sul, na fatalidade do confronto internacional entre ricos e pobres. Está mais na moda, muito embora países do Hemisfério Sul como a Austrália, a União Sul-africana, a Argentina e o Chile tenham feito, melhor do que nós, uma opção preferencial pela riqueza...

Nos últimos anos, o que chamei de fantasia albanesa e seria agora, mais propriamente, denominado rumba cubana tem sido acolhida com menor entusiasmo pelos cientistas sociais do Ocidente. Continua, no entanto, a pipocar aqui e acolá em trabalhos acadêmicos como se as universidades permanecessem, como sempre foram, aliás, as instituições mais conservadoras do mundo. Num artigo de 1991 do deputado professor Florestan Fernandes, li as expressões consagradas da Vulgata esquerdista: "países da periferia", "capitalismo tardio", "dependência em relação ao Centro capitalista", "burguesia nacional", etc. Essa idéia de "burguesia nacional", parasitária do capital estrangeiro e traidora dos interesses do país, é interessante e velha. Na China do Kuomintang, a burguesia das grandes cidades costeiras, em contacto com os estrangeiros, pertencia a uma classe que era conhecida como a dos *compradores*, termo português que designou, desde o século XVII, os intermediários no comércio exterior da China. Foi contra essa classe que Mao fez a Revolução Comunista de 1949/50. Hoje, ela está novamente próspera...

Um dos principais promotores desse edifício ideológico desmoralizado foi, naturalmente, o ilustre, charmoso e brilhante Senador Fernando Henrique Cardoso. Em seu livro *The Capitalist Revolution*, Peter Berger a ele se refere como "o mais importante (autor) e mais do que qualquer pessoa o pai da teoria da dependência e com uma influência que se estende muito além da América Latina". Berger cita um professor coreano que, havendo lido os livros de F.H.C., já escreveu sobre a "febre da dependência" que percorre as universidades de Seul e afeta a juventude de Jacarta, na Indonésia. É muito característico que, em seu recente livro *The End of History and the Last Man*, Francis Fukuyama, hoje muito conhecido por um artigo em que celebrou hegelianamente o Fim da Guerra Fria e o colapso

do comunismo, menciona F.H. Cardoso, Celso Furtado e Theotonio dos Santos, um medíocre e barbudo professor da UnB, como próceres da teoria da dependência. O jovem autor nipo-americano salienta que, justo no momento em que as idéias marxistas foram reconhecidas, na China e na URSS, como uma base deplorável para o desenvolvimento de grandes sociedades, foram elas rejuvenescidas por intelectuais do Terceiro Mundo e das universidades americanas e européias.

Na verdade, não teria sido nosso simpático político patricio, Fernando Henrique, mas talvez o argentino Raul Prebisch quem, nos anos 60, como diretor da CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina), em Santiago do Chile e posteriormente nas Conferências das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), elaborou em primeiro lugar a teoria da deterioração das relações de troca entre o “centro” e a “periferia”. No final da vida, Prebisch arrependeu-se de muito que escreveu. O Professor Og Leme, diretor executivo do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, que, durante anos, trabalhou na CEPAL e sofreu com a convivência dos “dependentistas” obsessivos, relatou-me aspectos singulares da atitude desse pessoal, completamente contaminado pela ideologia.

Assim como Lenin, seguindo Rosa Luxemburgo, Hobson e Hilferding, foi obrigado a cozinhar a sua própria teoria do imperialismo para, contra Marx, justificar o triunfo do comunismo no país mais atrasado da Europa — assim também a teoria da dependência foi inventada como estrutura mental para transformar o “Terceiro Mundo” em “proletariado externo” do Ocidente. André Gunder Frank, outro dos botocudos da “dependência” que se distinguiu nos EUA, cunhou a frase de efeito “o desenvolvimento do subdesenvolvimento é o resultado da penetração capitalista”, sentença que se espalhou entre os subdesenvolvidos onde, muito claramente, o capitalismo jamais penetrou. Na verdade, é difícil imaginar o mal que a detestável teoria causou ao desenvolvimento de nossos países, desde quando começou a agir, por volta da década dos 50. Embora seja possível que o “desenvolvimentismo” surgido na presidência Kubitschek e prolongado pelos militares pós-1964, com a política de substituição de importações, deva algo ao anseio de “independizar” industrialmente o Brasil, a maior parte das consequências foi calamitosa. A ideologia brasileira, revigorada no período Geisel-Figueiredo-Sarney-Itamar, implica uma “afinidade eletiva” em relação aos regimes estatizantes-patrimonialistas semelhantes ao nosso. O comércio de Estado a Estado abriu um vasto horizonte a burocratas corporativistas à cata de negócios de milhões e bilhões de que se possam locupletar, se não com polpudas comissões e participação nos lucros escusos, pelo menos (como é o caso dos diplomatas) com promoções a ministro e a embaixador, belos postos na *carrière* e respectivas mordomias. O nacional-socialismo de nossa ideologia justifica e legitima um recurso ao mercantilismo de séculos

passados de que talvez nunca tenhamos realmente saído, não obstante a Abertura dos Portos por D. João VI em 1808.

O fato é que o comércio exterior sempre foi privilégio de entidades governamentais. Fui testemunha direta do processo quando embaixador em Varsóvia, caso em que o tal comércio direto nos custou quase quatro bilhões de dólares da dívida polaca. A dívida foi gerada pelos ímpetos concupiscentes do IBC, querendo vender café; da Siderbrás, desejando importar carvão; da Vale do Rio Doce, objetivando vender minério de ferro; da Interbrás, pretendendo se desfazer de estoques de eletrodomésticos; e da Seplan, imaginando reequilibrar as trocas pelo método *sui generis* de financiar o desenvolvimento da mineração polonesa de carvão e enxofre (financiando, simultaneamente, os bolsos das altas autoridades daquele ministério). Ponham na salada russa a cobiça de empresários especializados no comércio com o Leste e associados aos *padrones* das máfias estatais socialistas — e verão o mecanismo mercantilista absurdo a que nos levou o terceiro-mundismo como corolário da teoria da dependência. E quando por alguém de bom senso foi sugerida a inclusão do Brasil, como credor, nas negociações do Clube de Paris, um porta-voz da Chancelaria avançou o argumento negativo que tal adesão “reforçaria a aparência de um suposto alinhamento brasileiro às potências desenvolvidas ocidentais”... Quatro bilhões de dólares foi o que nos custou, só nesse caso, a “independência não-alinhada”...

Talvez prematura seja a esperança daqueles que, como eu, acreditam ou acreditaram esteja o Brasil pronto para abandonar seus complexos e extravagâncias e entrar no Primeiro Mundo. Episódios dos últimos anos na vida política nacional não contribuem para nos tornar mais otimistas. Tais episódios se registaram inclusive na Casa de elite que, durante mais de 40 anos, me abrigou e onde sempre confiei em nossa capacidade de ultrapassarmos as fronteiras da Cucaracholândia, enquadrando-nos na Nova Ordem liberal ecumênica que surge no horizonte.

A simples título de exemplo, quero citar os discursos que foram pronunciados a 25 de maio de 1990, no Dia do Diplomata celebrado em Brasília, sendo paraninfo dos jovens formandos do Instituto Rio Branco o “embaixador” Antonio Houaiss. Esse ilustre intelectual e filólogo, tradutor, escritor, brilhante joyceano, ex-ministro da Cultura, burilou, para os futuros diplomatas, uma peça admirável pelo uso de expressões rebuscadas e pela profundidade de suas heideggerianas meditações existenciais. Em alguns momentos, sua charla pareceu mais opaca do que a própria literatura de Joyce. Registraram-se, é bem verdade, alguns termos preciosos e de étimo obscuro — como, por exemplo, “septuagenariedade”, “congêmino”, “performance”, “literatado”, “procônico” — alguns dos quais não constam nem mesmo do Aurélio, para o qual Sua

Excelência ricamente contribuiu. Dizia Schopenhauer a propósito dos escritos de Hegel que, "quanto mais espessa a escuridão, mais pirilampejam os vagalumes"... Mas perdoem esse entre os mais talentosos membros da Academia Brasileira de Letras: sendo o maior filólogo do Brasil, possui todo o direito de criar vocábulos novos ou modificar o sentido dos antigos. Além do mais, com toda a sua respeitável septuagenariedade — condição problemática e um tanto ou quanto vexatória que também a mim lamentavelmente afeta — produziu um ensaio filosófico, às vezes até emocionante. O que foi "estocástico" e realmente "randômico" em sua pálea sibilina foi ter sido pronunciada naquele auditório como eleito dos jovens aos quais estará afeto, nos anos próximos, a difícil tarefa de levar o Brasil da retórica nervosinha do subdesenvolvimento para o plácido pragmatismo responsável da seriedade, cultura, bom senso e poder do Primeiro Mundo. Não esqueçamos que Houaiss teria sido escalado para chanceler, caso houvesse triunfado o lula-lá na data fatídica de 17 de dezembro de 1989 (e nada impede, aliás, que essa eventualidade ainda se realize... mas nessa época estará Houaiss próximo da octogenariedade). A intenção maquiavélica dos atrevidos alunos do Instituto Rio Branco, diante de um presidente que havia anunciado sua intenção de levar o Brasil àquele Primeiro Mundo favorecido, não me parece por isso descartada. Terá sido ainda um desagravo contra o ato do governo militar que, em 1964, cassou um simples intelectual julgado perigoso, por ser notoriamente obediente ao credo comunista e infiltrado nas fileiras de nossa diplomacia?

Além do "embaixador" Houaiss, foram citados e homenageados, na cerimônia a que me refiro, alguns veneráveis nomes de desaparecidos, os antigos Ministros do Exterior San Tiago Dantas, Araujo Castro e Azeredo da Silveira. São exatamente aqueles que se notabilizaram pelo petulante esforço de retirar o Brasil de sua tradicional participação no âmbito periférico do Primeiro Mundo, para uma duvidosa metodologia de chantageá-lo sob pretexto de "não-alinhamento" numa nova "política externa independente". Na verdade, na cerimônia no Itamaraty que citei como padrão dos sentimentos dominantes na geração nova de diplomatas, nenhuma voz se levantou para celebrar os velhos nomes daqueles que fizeram a nossa política externa, os de Alexandre de Gusmão e do próprio Rio Branco por exemplo, que nos deram as fronteiras que o Brasil hoje possui; ou Nabuco, Raul Fernandes, Pimentel Brandão, Ouro Preto, Vasco Leitão da Cunha, Heitor Lyra ou qualquer outro daqueles que civilizaram nossa diplomacia. Os discursos sem relevo limitaram-se, como de costume, a proclamar a necessidade de "defender os sagrados interesses" do país, como se houvesse novo perigo que fossem eles olvidados em benefício dos interesses da Pyindaungsu Thammada Myanmar Naingnandaw, do Darussalam ou da Sakartvelos Respublica, mais conhecida como Geórgia. Enfim, é assim que vão as coisas neste país...

Para concluir esta série de cogitações: a concepção de uma "nova ordem econômica internacional" costumava enternecer até as lágrimas Dom Helder Câmara na época em que Sua Eminência Reverendíssima, com seu sorrizinho mefistofélico, para ela apelava. A expressão "nova ordem internacional" é agora detestada pela esquerda. Mas talvez porque não mais comporte a idéia de óbolos, donativos e esmolinhas distribuídas a torto e a direito pelo mundo dos burocratas subdesenvolvidos, sendo originária de um discurso do Presidente Bush. Na realidade, as duas ordens, a econômica e a política, estão agora intimamente associadas: a comunidade de nações que desejam uma "nova ordem" é composta por aquelas que se abriram ao relacionamento e interdependência das nações livres. Podemos notar, por exemplo, que as três ilhas antilhanas Trinidad, Tobago e Barbados, todas as três habitadas por pretos e mulatos descendentes de escravos, gozam de esplêndida estabilidade democrática e possuem a maior renda per capita do continente "ao Sul do Rio Grande" (US\$7,000 em Trinidad-Tobago, quase seis mil em Barbados), ao passo que Cuba dispõe de um per capita de menos de US\$800 e Haiti de aproximadamente US\$500. Ora, sabemos que as três primeiras ilhas *dependem* de sua associação com o mundo capitalista, enquanto Cuba dependia apenas da ex-URSS e Haiti vive num primitivo regime patrimonialista/mercantilista quase autárquico. As três primeiras ilhas foram educadas e institucionalizadas durante 200 anos de pedagogia britânica. Cuba, ao contrário, preferiu a "política externa independente" e Haiti não sofreu senão 100 anos de domínio colonial francês, ficando "independente" ainda no século XVIII. A diferença em desenvolvimento se prende a tais condições históricas...

E no Brasil? A prosperidade, a maior renda per capita, os mais altos índices sociais são encontrados nas regiões meridionais do país, áreas que se valem de maior relação de dependência com a economia, a etnia, as instituições e, de um modo geral, a cultura da Europa Ocidental e América do Norte. No Piauí, Roraima, Acre, Amapá ou no interior sertanejo do Nordeste em geral, onde campeiam a miséria, o analfabetismo, a mortalidade infantil, a reduzida expectativa de vida, a promiscuidade sexual dos adolescentes, a proliferação demográfica e os padrões do velho patrimonialismo de origem feudal, não se registra "dependência" alguma em relação ao "Centro" da economia e da cultura mundial. Nessas regiões quase não se importa e pouco se exporta. Ali, não se acolhem multinacionais, não há remessa de lucros, nem se revelam quaisquer relevantes sinais de intensa presença material e espiritual estrangeira. Não obstante, obstinam-se os socialistas, os nacionalistas e os social-democratas (ou os que se declaram tal) a bater na velha tecla monótona da "dependência", do "empobrecimento" do Terceiro Mundo e da oposição Norte X Sul. A paranóia é, às vezes, total. Permanece a retórica de políticos, professores universitários, escrevinhadores subalternos de

jornais, clérigos da esquerdigreja que dirigem a CNB do B, militares frustrados e ociosos bacharéis que controlam a OAB, denunciando o capitalismo ao mesmo tempo em que se queixam da falta de interesse desse mesmo capital em relação a nosso país. O Brasil, nesse discurso, continua sendo “jogo de interesses externos”, mas jamais é realmente explicado em que sentido esse jogo se processa em nosso detrimento. Eles verberam os banqueiros estrangeiros por cobrarem juros extorsivos, mas reprovam quando empréstimos solicitados não são concedidos. Falam em descapitalização do país, mas se irritam quando o Brasil acumula grandes excedentes em divisas como resultado do sucesso das exportações. Açoitam as “potências estrangeiras” e os EUA em particular que nos negam o fornecimento de tecnologia nuclear, mas se absterem de assinar ou ratificar os acordos internacionais que, sabiamente, objetivam o combate à proliferação do armamento atômico. Gritam com indignação que determinados políticos ou órgãos da administração não defendem a soberania e os interesses nacionais, mas se quedam mais encolerizados ainda quando, no uso de sua própria soberania, as potências estrangeiras defendem seus próprios interesses legítimos, prejudicados por iniciativas econômicas brasileiras. Acusam a indústria farmacêutica estrangeira de assassina, como o faz o Senhor Mauro Santayana, editorialista do *Jornal da Tarde*, porque não vende seus produtos aos pobres abaixo do custo. Mas se recusam a respeitar as marcas, patentes e direitos autorais de vigor universal. Reclamam ferozmente contra qualquer real ou suposta violação dos direitos humanos no Brasil, mas fustigam com ainda maior virulência a imprensa estrangeira e os órgãos, privados ou oficiosos, que no exterior veiculam notícias sobre massacres de menores e outros graves desrespeitos a tais direitos em nosso território. Acreditam que o Brasil sofre “manipulação externa”. Gritam que essa manipulação se processa através das “elites” brasileiras, “allenadas e manipuladas”, e reconhecem que as falhas da educação, sobretudo no primeiro grau, e o excessivo crescimento demográfico são os principais fatores responsáveis pela permanência de intratáveis bolsões de pobreza, mas voltam a se exasperar, patrioticamente, com os “estrangeiros” que criticam tais fenômenos, como se houvessem esses estrangeiros tido qualquer interferência em tais mazelas. Ressentimentos, hipocrisia, emotividade infantil, excitação de adolescente que ainda não se livrou das borbulhas cutâneas da puberdade, tais as características da mentalidade de “dependentismo xenófobo”.

As considerações que precedem são relevantes quando os dinossauros que têm governado o Brasil nesses últimos anos se preparam para reformar; ou resistir à reforma da Constituição de 88; e apresentar os candidatos que nos vão dirigir até quase o fim do século. Com todo o respeito aos mortos, permito-me oferecer como exemplo do desafio ideológico que o país enfrenta, neste final de século, a fala do Deputado Ulysses Guimarães ao tomar posse

como presidente da Constituinte, em fevereiro de 1987 — uma fala de mau agouro! Escolhi esse discurso como modelo porque, não obstante a votação ridícula que obteve em 1989, como candidato à presidência, exerceu o “Dr.” Ulysses imensa influência sobre o encaminhamento da estrutura constitucional brasileira. Sendo um homem sério e inteligente foi, juntamente com o General Geisel, homem igualmente sério e inteligente, a personalidade, a meu juízo, ideologicamente mais nefasta que apareceu no cenário nacional — isso, precisamente porque ambos, Geisel “à direita” e Ulysses “à esquerda”, consolidaram a tendência patrimonialista estatizante que nos desgraça, exatamente no momento em que a ideologia nacional-socialista agonizava.

É interessante apontar para o fato curioso que Ulysses Guimarães tenha sido, com o “Dr.” Getúlio, o único a merecer esse título nobiliárquico de “Dr.”, nos 100 anos da República, sem nunca haverem defendido tese universitária ou tratado de enfermos — o que prova o prestígio ímpar que ambos conquistaram. No discurso de posse a que me refiro, o “Dr.” Ulysses concentrou nas 19 laudas de sua charla populista todos os lugares-comuns do social-estatismo, todas as tolices que ouviu de seus mediócrs conselheiros e camaradas de partido, formados nos bancos do clientelismo PMDBista, do positivismo, marxismo, estruturalismo, cepalismo e terrorismo Val-Palmes. A oração merece realmente Nota 10. Cedendo aos vícios da intelectualária, S.E. usou da técnica conhecida de projetar sobre os homens de empresa, industriais, fazendeiros, investidores e banqueiros estrangeiros, em suma, sobre todos aqueles que criam riqueza e nos trazem tecnologia, capital e cultura, a culpa pelas tristezas da nação. Como supremo representante da Cosa Nostra burocrática, ele denunciou os privilégios e os privilegiados no momento exato em que os jornais anunciavam que sua prima, Maria do Socorro, a Cho, exonerada por incompetência pois nem mesmo sabe escrever à máquina, fora reintegrada com um salário exorbitante, graças a seu pistolão, à Secretaria de Educação de Mato-Grosso. “Não existe, salvo na África, sociedade que seja tão cruel com os trabalhadores”, disse ele, abstraindo naturalmente o salário da Cho. E prosseguiu: “Não entendem os insensatos que somos no Terceiro Mundo também senzalas dos países poderosos e que só seremos realmente livres do saque quando distribuirmos a renda pelo menos com equidade e, desta forma, dermos dignidade ao convívio social interno”. Ora, equidade, dignidade e redistribuição de renda devem começar em casa. Parece-me singularmente falso e hipócrita falar nessas virtudes e benfeitorias quando se recebe o equivalente de 150 salários mínimos para presidir um Legislativo desmoralizado e vice-presidir um Executivo que dispõe de um milhão e meio de mordomos semi-ociosos e incompetentes no “Paraíso dos Vira-Bostas” (a expressão é de Emil Farhat) em que se transformou a Administração da União, dos estados e dos municípios. Pois não foi o próprio presidente da Constituinte quem

afirmou: “para fazer política é preciso dar empregos”?... (*Folha de S. Paulo*, 27.7.86). E não descreve ele o seu próprio estilo quando denuncia “a política que desce de sua grandeza à superfície das disputas menores, do jogo ridículo do poder pessoal, da acanhada busca de glórias pálidas e efêmeras”?

E, para concluir o lamentável arrazoado da “união das esquerdas” que, derrotada em 1989, reassumiu por meios ilícitos em 1992 e continua hoje a conduzir o país à ruína, o fantasma do faraó da Constituinte de 88, ao asseverar que “não podemos pensar no liberalismo clássico que deixa às forças do mercado o papel regulador de preços e salários”, se alinhou com a solução que, apenas dois anos depois de seu discurso, levou a Albânia, a Iugoslávia, a Nicarágua, Suriname, Cuba e a própria URSS e seus satélites da Europa Oriental ao completo descabro.

Um membro interessante da moderna escola de pensamento neoliberal é o Professor Peter T. Bauer, economista inglês de origem húngara que, em seu livro intitulado *Igualdade, Terceiro Mundo e ilusão econômica*, também propõe, contra os preconceitos atuais terceiro-mundistas e a má-consciência intelectual do Ocidente, a tese de que a política de ajuda externa aos países em desenvolvimento é nociva e contraproducente. Em muito de seu arrazoado, Lord Bauer confirma o que tenho escrito e insistido em obras como *Política externa*, de 1968, *Psicologia do subdesenvolvimento*, de 1972, e *O Brasil na idade da razão*, de 1980. Acentua o professor da *London School of Economics*, que foi um dos mestres de Mrs. Thatcher: “É preciso entender que o socialismo não é uma teoria social ou econômica; é uma teoria de poder. Poder dos governantes sobre seus milhões de súditos. Veja o Estado previdenciário inglês: quem realmente se beneficia com ele? Os administradores; não a classe trabalhadora, que é brutalmente taxada para manter uma enorme máquina burocrática. Metade da renda do trabalhador é retida na fonte e transferida para os burocratas, os administradores do sistema previdenciário, esses especialistas em caridade que fazem caridade com o dinheiro alheio. Na realidade, o que está ocorrendo é uma redistribuição de poder, não de renda. Quando os socialistas falam em redistribuição de renda, eles querem dizer redistribuição de poder — poder para eles. Aplique isso a uma redistribuição de renda em escala mundial e terá uma idéia do que poderia acontecer”.

A teoria da dependência, em suma, não morreu. Sobrevive como fantasma: *pero que los hay, los hay!* Enquanto continuarem nossos presidentes, chanceleres e políticos glasnostálgicos a invocar a memória do “Dr.” Getúlio, de San Tiago Dantas, do “Dr.” Ulysses ou de Azeredo da Silveira, para formular suas políticas nacional-socialistas e justificar a retórica patrioteira a gritos de hino nacional, ó Pátria amada, idolatra-

da... com uma das paspalhices mais infantis que as ciências sociais jamais elaboraram, o malfadado íncubo ideológico continuará a perseguir nossos pesadelos.

Entretanto, se o receio que nos afligia, há 10 ou 20 anos, de que a humanidade estivesse caminhando fatalmente para o coletivismo totalitário, encontra hoje menor base de sustentação, não podemos garantir que não passe, futuramente, a nova emergência. Roque Spencer Maciel de Barros fala no "fenômeno totalitário" como algo que não é, simplesmente, ocasional e passageiro: "Ele deita raízes no âmago mesmo do ente humano... do mesmo modo, aliás, como o fenômeno da liberdade". Decano dos pensadores liberais em nossa terra, o Professor Roque Spencer fornece rico material para sua tese.

No entanto, a grande vitória obtida pelo neoliberalismo ou Segundo Liberalismo nos momentosos acontecimentos europeus de 1989/91 — acontecimentos infelizmente posteriores à redação de nossa desastrosa Constituição dos Miseráveis — resultou da convicção generalizada dos economistas, inclusive dos soviéticos com assento no Politbureau, de que as teses de Mises, Hayek, Friedman, Buchanan e outros sobre a eficácia e racionalidade do mercado livre estavam sendo confirmadas pela experiência empírica. O colapso do Império Soviético e, com ele, da maior parte dos regimes de igual teor, se prende à constatação de Moscou que a URSS não era mais capaz de competir com a economia e a tecnologia americanas. Deitadas por terra as ambições da superpotência soviética de impor a sua hegemonia sobre o mundo e sem o estímulo da perspectiva de Revolução Mundial, toda a estrutura ideológica do marxismo ruíu como um castelo de cartas.

Na Conferência do Rio de Janeiro da Sociedade do Mont Pèlerin, em setembro de 1993, James Buchanan afirmou categoricamente o seguinte: "Como sabemos e fomos informados pelas grandes revoluções na Europa Central e Oriental em 1989/91, do mesmo modo como pela experiência histórica cumulativa em outras partes do mundo, tudo suplementado por argumento analítico, os princípios centrais da ordem socialista estão fatalmente comprometidos e já estavam desde o início de sua promulgação... Existe agora uma aceitação generalizada à proposição que somente a organização do mercado na economia, que explora o potencial humano, poderá produzir um agregado adequado aceitável de valor econômico". Sendo assim, as saídas propostas pela teimosia dos social-democratas, que falam em "terceira via" entre o capitalismo e o socialismo, não resolvem tampouco os problemas levantados pela conjuntura. Por mais que a *Cosa Nostra* de nossos políticos vigorosamente procure modos de estender e preservar o Estado previdenciário, "não o poderá tornar viável porque é ele, inerentemente, uma má idéia". Podemos, neste contexto, também citar Bertrand de Jouvenel, o autor da obra *Du Pouvoir*. Acentua esse conhecido pensador que "quanto mais consi-

deramos a questão, tanto mais claramente se torna que a redistribuição (da fortuna, promovida pelo Estado) é, de fato, muito menos uma redistribuição da renda livre dos mais ricos para os mais pobres, como imaginávamos, do que uma redistribuição do poder do indivíduo para o Estado”.

Podemos acentuar ao término deste ensaio, quando me permito agradecer ao leitor paciente sua bondosa atenção — que problemas constitucionais tais como a alternativa entre presidencialismo e parlamentarismo; monarquia ou república; federalismo efetivo, municipalismo ou maior centralização em Brasília; estrutura partidária; reforma da lei eleitoral, com voto distrital, fidelidade partidária e Congresso unicameral, para purificar a representação e suprimir as vantagens aberrantes concedidas aos estados mais pobres, pequenos e atrasados da União; ou outra qualquer no gênero — devem ser resolvidos para favorecer a capacidade atuante do governo num sentido de melhor representatividade, maior eficiência tributária, melhor funcionamento institucional e mais rígida imunidade contra os achesques do fisiologismo e da corrupção. São problemas que empalidecem, entretanto, diante da magna questão que nos desafia. Que nos desafia como a muitas outras nações, desenvolvidas, em desenvolvimento ou em transição para fora do totalitarismo.

A questão fundamental deste fim de século é a seguinte: como superar a estrutura do Estado-nação soberano; como transcender a cultura ideológica que tiraniza a consciência das massas; e como organizar uma Nova Ordem Internacional em que o sujeito de direito seja o indivíduo livre e moralmente responsável? O clamor pela justiça, pelo progresso e pela ordem é um clamor legítimo. A pobreza, o atraso, o analfabetismo, a doença endêmica, a mortalidade infantil, a criminalidade, o abandono do campo, as desigualdades excessivas na distribuição dos bens deste mundo — todos estes desgostos da nacionalidade são muito reais e merecem uma solução. Eles afetam a parte mais considerável de nossa população. Resolvê-los é o dever das elites governantes e, portanto, também daquelas que são responsáveis pela conduta da política externa do país. Mas é preciso desfazer o mito de que só o populismo de índole ideológica oferece uma tal solução. A solução não é utópica. A solução será encontrada a longo prazo e alcançada através de um lento e profundo processo educativo, uma *paideia* que — por ser possível apenas num regime de liberdade — constitui seu mérito e objetivo supremo.

ERRATA

No Índice Onomástico e Geográfico a indicação da numeração das páginas deverá ser considerada com um acréscimo de duas páginas. Ex.: Abkázia, 226 está na pág. 228.

Índice Onomástico e Geográfico

A

- Abkázia, 226
Açores, ilhas dos, 129
Acre, 170, 173, 232
Acton, Lord J.M. Dalberg, 46, 74, 119
Adams, James, 97
Adenauer, Konrad, 85, 164
Afeganistão, 114, 137, 182, 190
África, 23, 39, 88, 110, 115, 131, 151, 195, 198, 203, 218, 234
África do Sul, 227
Agamemnon, 82
Agostinho Neto, 110, 211
Agostinho, santo, 13, 23, 59, 147
Ahriman, 87, 99
Al-Hussaini, Amin, 132
Albânia, 114, 221, 235
Albi, 41
Albuquerque Lima, gal., 163
Alemanha, 33, 47-48, 55, 58, 62-63, 68, 71, 78, 85-86, 89, 94, 100, 102-107, 110, 112, 117, 125-126, 130, 137, 143, 159, 164-165, 179-180, 204, 215, 217, 221, 226-228
Alexandre da Macedônia, 40, 194
Alfaro, gal., 95
Alfonsín, Raúl, 214
Allende, Salvador, 36
Almelda, Rômulo de, 142
Alsogaray, Alvaro, 137
Alvarado, Velasco, 36
América Central, 193
América do Norte, 39, 48, 71, 91, 113, 196, 218, 232
América do Sul, 72, 132, 137
América Latina, 23, 32, 36-39, 48, 76, 110, 113, 131-134, 137, 193, 195, 210, 225, 228-229
Amin Dadá, Idi, 123
Amós, 13
Angell, Norman, 44
Angola, 193, 211
Antártica, 163
Antonescu, mal., 127
Aramburu, Pedro, 135-136
Aranha, Oswaldo, 143, 154, 156
Araújo, Ricardo Benzaquem, 141
Arendt, Hannah, 14, 21, 27, 29, 36, 40, 43, 45, 60-63, 65, 80, 113, 123, 199, 201
Argel, 129, 206
Argélia, 114, 129, 209
Argentina, 36-37, 72, 76, 80, 83, 95, 110, 114, 133-137, 148, 162-163, 168-169, 195, 209, 213, 228
Aristóteles, 13, 39, 97, 165
Armênia, 203
Arns, Dom P. Evaristo, 68
Aron, Raymond, 14, 25, 80, 87, 91-92, 112, 164, 201-203
Ásia, 15, 23, 32, 39, 69, 131, 186, 190, 192, 195, 198, 218, 227
Assis, J. Machado de, 157
Assmann, Hugo, 219
Atenas, 36, 40, 51, 56
Atlântico, 165
Auschwitz, 63, 88
Austrália, 69, 213, 218, 228
Áustria, 62, 103, 107, 185
Austro-Húngaro, Império, 48, 103, 122, 170
Avineri, Shlomo, 183, 193
Azerbaijão, 203
Azeredo da Silveira, emb., 64, 132, 162, 212, 231, 235
Azevedo, Thales de, 146-148

B

- Babeuf, Gracchus, 25, 43-44
Babilônia, 165
Backstock, P., 184
Bacon, Francis, 12, 69
Badoglio, Pietro, 126
Bakunin, príncipe, 45, 192
Balkans, 183
Balladur, Edouard, 69
Bangladesh, 213
Barbados, 232
Barbosa, Mário Gibson, 227
Barcelona, 127

Barrès, Maurice, 55, 62, 142
 Barrington Moore, 159
 Barros, Roque S. Maciel de, 236
 Barroso, Gustavo, 142-143, 216
 Barzun, Jacques, 56
 Bastiat, C.F., 15, 97
 Bastos, Tavares, 142
 Batlle y Ordoñez, José, 72
 Battenberg, Louis Alexander, 42
 Bauer, Bruno, 181
 Bauer, Lord Peter T., 15, 235
 Bauer, Otto, 103-104
 Baviera, 123, 125
 Becker, Berta, 173
 Becker, Gary, 15
 Bélgica, 89
 Bell, Daniel, 115
 Belloc, Hillaire, 25
 Beltrão, Hélio, 91
 Benda, Julien, 25, 48, 112, 164
 Bentham, Jeremy, 15, 97
 Berdiaev, Nicholas, 14
 Berger, Harry, 148
 Berger, Peter, 228
 Bergson, Henri, 108, 147
 Berlim, 79, 100, 113, 117, 126-127, 145, 162
 Bernstein, Eduard, 102
 Besançon, Alain, 25-26
 Bessarábia, 127
 Bhutan, 224
 Bierut, 127
 Biran, Maine de, 25-26
 Birmânia, 221
 Bismarck, Otto von, 54, 101-102, 121, 159
 Boêmia, 19
 Bolívar, Simon, 37
 Bolívia, 132, 173, 193
 Bonaparte, Napoleão, 25, 30, 46, 53, 58, 61, 89, 121, 153, 194, 202
 Bonhoeffer, Dietrich, 24
 Bonn, 100
 Bordiga, 122
 Borges de Medeiros, 151
 Borja, São, 155
 Bose, Chandra, 112
 Bósnia, 203, 218
 Bouterse, sarg., 211
 Braden, Spruille, 135
 Brandão, Mário Pimentel, 231
 Brasil, 11, 13, 15-16, 20, 28-31, 33-34, 36-37, 50, 58, 64, 70, 73, 78, 91-92, 95, 115, 129-130, 132-135, 141-143, 145-148, 150-151, 153-156, 158-159, 163-

165, 167-168, 170-174, 196, 198, 202-203, 206, 208-209, 211-217, 219, 221-223, 226-233, 235
 Brasília, 13, 32, 119, 168, 170, 211-212, 219, 230, 237
 Breshnev, Leonid, 89, 193, 202
 Brito, Farias, 142
 Brizola, Leonel, 152, 169
 Brunehilda, 124
 Bryce, Lord James, 134, 168
 Brzozowski, Stanislaw, 103
 Buchanan, James, 15, 221, 236
 Buenos Aires, 136
 Bulgária, 48
 Burckhardt, Jacob, 120
 Burke, Edmund, 15, 80, 97, 197
 Burundi, 224
 Busch, cel., 132
 Bush, George, 170, 232
 Buzaid, Alfredo, 142

C

Cabul, 115
 Calcutá, 88
 Califórnia, 13, 172, 192
 Cállicles, 56
 Câmara, Dom Helder, 89, 142, 232
 Camboja (Kampuchea), 54, 88, 137, 193, 203, 217
 Campanella, Tommaso, 52
 Campos Salles, pres., 166
 Campos, Francisco, 150, 155
 Campos, Roberto, 15, 31, 78, 169, 205-206, 226
 Canadá, 69, 90, 195-196, 201, 213, 218
 Canaris, alm., 125
 Caracalla, imperador, 41
 Cardoso, Fernando Henrique, 214, 222, 228
 Cardoso, Zélia, 76
 Caribe, 198
 Carlos I, rei, 165
 Carlos V, imperador, 147
 Carlos XII, rei, 42
 Carnegie, Andrew, 109
 Carol, rei, 127
 Castália, fonte de, 222
 Castañeda, Jorge, 75
 Castello Branco, pres., 161, 214, 226
 Castilhos, Júlio, 150-151, 166-167

Castro, Fidel, 28, 30-31, 38, 78, 110, 115-116, 123, 211, 213
 Castro, João Augusto Araújo, 214, 223-225, 227, 231
 Castro, Josué de, 218-219
 Catalunha, 112
 Catarina, a grande, 42
 Cáucaso, 137, 179
 Cavallo, Domingo, 137
 César, Júlio, 120-121, 144, 147, 194
 César, Moreira, cel., 167
 Ch'in Shih Huang-ti, 114
 Chamberlain, Houston Stewart, 124
 Chardin, Teilhard de, 107
 Chesterton, G.K., 59
 Chiang Kaichek, 130
 Chile, 36-37, 76, 161-162, 168, 228-229
 China, 29, 46, 66, 88, 90-91, 114, 126, 128, 130-132, 160, 165-166, 168, 170, 181-182, 190-191, 193, 203, 205, 213, 217, 221, 223-224, 227-229
 Chipre, 57
 Chou Enlai, 130-131
 Churchill, Sir Winston, 77, 81, 85, 112, 125, 181
 Clinton, Bill, 170, 218
 Codreanu, Corneliu, 127
 Cohn, Norman, 14
 Coimbra, 128
 Collor, Lindolfo, 152, 156
 Colômbia, 95, 137
 Comorras, ilhas, 224
 Comte, Auguste, 25, 119, 150
 Condillac, Etienne Bonnot de, 24-26
 Constant, Benjamin, 97, 166
 Constantinopla, 183-184
 Corção, Gustavo, 84-86, 96
 Córdoba, 135
 Coreia do Norte, 193, 222
 Coreia, República da, 227
 Costa e Silva, Arthur, 163
 Crippa, Adolfo, 12
 Cristo, Jesus, 59, 147
 Croácia, 203
 Croce, Benedetto, 28
 Cuba, 80, 89, 114-115, 162, 193, 213, 232, 235
 Cunha, Euclides da, 142, 167
 Cunha, Flores da, 149
 Cunha, Vasco Leitão da, 231
 Cunhal, Álvaro, 129
 Custine, Marquês de, 185-186

D

D'Annunzio, Gabriele, 122-123
 Dakar, 151
 Dana, Charles A., 182
 Dantas, San Tiago, 114, 142, 214, 223, 227, 231, 235
 Darwin, Charles, 56, 124
 David, rei, 13, 40, 165
 De Bonald, Louis G.A., 55, 62
 De Gaulle, Charles, 55-56, 81, 85, 129-130, 164, 166, 173
 Decatur, Stephen, 47, 99
 Deng Xiaoping, 90, 131, 216
 Descartes, René, 25, 86
 di Rienzi, Cola, 104
 Diaz, Porfirio, 153
 Diderot, Denis, 25
 Dinamarca, 70, 89-90, 126
 Disraeli, Benjamin, 40, 62
 Djilas, Milovan, 74
 Dórea, Gumercindo Rocha, 12, 141
 Dostoevski, Fyodor, 45
 Dows, Anthony, 92
 Droysen, Johann Gustav, 54
 Dutra, Eurico Gaspar, 149, 156

E

Eden, Sir Anthony, 81
 Efigênia, santa, 82
 Einstein, Albert, 47
 El Salvador, 115, 137
 El-Gallani, Rachid, 112, 132
 Ellade, Mircea, 14
 Elisabeth II, rainha, 42
 Engels, Friedrich, 25-27, 88, 180, 182, 184, 186-187
 Equador, 95, 171, 193
 Eritreia, 88
 Escandinávia, 69, 71, 185, 218
 Espanha, 78, 109, 112
 Esparta, 51, 128
 Estados Unidos da América, 11-12, 15, 33-37, 44, 46, 58, 68, 70-71, 87, 91, 93, 95, 117, 121, 133-134, 151, 160, 164, 166, 168-169, 171, 182, 184, 196-199, 201-202, 204-205, 209, 213, 216-218, 221-222, 224, 226-227, 229, 233

Etiópia/Abissínia, 54, 88, 126, 193, 203, 217

Eugénio de Savóia, príncipe, 42

Europa, 12, 14, 20, 28, 32-35, 39, 44, 46-48, 51, 53, 55-57, 59-60, 62, 71-73, 75, 80, 85, 87, 91, 94, 100, 102-103, 105, 112-113, 118, 124-125, 129, 133, 135, 137, 142-144, 149, 151, 164-165, 168, 178-179, 181, 183, 185, 187-189, 196, 198-199, 202-203, 210, 218, 221, 226-227, 229, 232, 235-236

Ezequiel, 13

F

Falklands, ilhas, 136, 163-164

Farhat, Emil, 234

Feder, Gottfried, 54

Felipe da Macedônia, 40

Felipe II, rei, 147, 165, 202

Felipe, Rei Luís, 62

Fernandes, Florestan, 228, 231

Feuer, Lewis, 27

Fichte, J.G., 53-54, 102, 121

Figueiredo, Euclides, 149

Figueiredo, João, 157, 161-162, 167, 216, 229

Finlândia, 112, 126, 128

Florença, 59

Foot, Michael, 82

Ford, Henry, 170

Fortunato, Gregório, 153

Fourier, Charles, 62, 67, 182

Fournier, capt., 143, 149

França, 25, 33, 41-42, 47, 55-56, 58, 61-63, 71, 81-82, 87, 89, 91, 100, 107, 110, 117, 121-123, 126, 130, 132, 135, 137, 142, 149, 159, 164, 166, 182, 196, 202, 204, 218, 224

Franco, Francisco, 116, 127-128

Franco, Itamar, 76, 137, 157, 229

Frank, André Gunder, 229

Frederico II, rei, 121

Freyre, Gilberto, 34

Friedman, Milton, 15, 65, 221, 236

Fukuyama, Francis, 121, 228

Furet, F., 64

Furtado, Celso, 192, 222, 229

G

Gallotti, Antonio, 142

Galtieri, Leopoldo, 136, 164

Gandhi, mahatma Mohandas, 88

Garcia Marques, Gabriel, 115

Garibaldi, Giuseppe, 104

Gdansk, 114

Geisel, Ernesto, 74, 132, 137, 161-162, 210, 212, 215, 223, 229, 234

Genghiz-Khan, 185, 187

Gentile, Giovanni, 122

George V, rei, 42

Georgia, 203

Gerdau, Jorge, 15

Germino, Dante, 25, 30

Ghana, 114

Gheorghiu, Virgil, 127

Gide, André, 113

Gierek, 127

Glemp, cardeal, 116

Gobineau, conde de, 124

Godwin, William, 52

Góes, Walder de, 32

Goethe, J. Wolfgang von, 49, 53-54, 85, 190

Gomulka, 127

Gorbachov, Mihail, 80-81, 127

Gorgias, 56, 194

Goulart, João "Jango", 114, 152, 154, 207, 223, 226

Gramsci, Antonio, 28-31, 104, 122, 126, 220

Grécia, 13, 40, 48, 88, 128, 133, 165, 173, 202

Grotius, Hugo, 41

Guardini, Romano, 14

Guerrreiro, Ramiro Saraiva, 114, 162

Guevara, Francisco "Che", 38

Guiana, 63, 163, 170, 173

Guicciardini, Francesco, 59

Guilherme II, kaiser, 159, 202

Guimarães, Ulysses, 157, 162, 233-235

Gusmão, Alexandre de, 231

Guzman, Abimael, 38

H

Haiti, 232

Hamilton, Alexander, 97

Hamlet, 34, 222
 Hasselmann, alm., 143
 Haushofer, Karl, 122, 125
 Havel, Vaclav, 33
 Hayek, Friedrich, 15, 32-34, 68, 71, 119-120, 215, 221, 236
 Hayes, Carlton, 47, 59
 Hegel, Georg F.W., 14, 21-22, 27-28, 51-54, 97, 100, 102, 108, 112, 121, 147, 165, 185, 188, 191, 194, 231
 Hemingway, Ernest, 112
 Hepner, Benoît, 180-181, 184, 188
 Herzen, Alexander, 115, 183
 Himmelfarb, Gertrud, 65
 Hindenburg, Paul von, 123
 Hitler, Adolf, 22, 44, 54, 56, 62-63, 81, 85-86, 103, 106, 119, 121-127, 132, 155, 185-186, 194, 202
 Ho Chi-min, 110
 Hobbes, Thomas, 13-14, 23
 Hohenstaufen, Frederico de, 124
 Holanda/Países Baixos, 69, 89, 126
 Holmes, Sherlock, 181, 213
 Homero, 40, 82
 Honduras, 224
 Houaiss, Antonio, 230-231
 Hozelitz, Bert, 184
 Hugo, Victor, 55
 Humboldt, Alexander von, 97
 Hungria, 48, 126, 221
 Huntington, Samuel, 160, 168
 Hus, João, 19
 Hussein, Saddam, 112, 123, 162, 164, 211
 Huxley, Thomas, 179

I

Ianni, Otávio, 222
 Índia, 57, 88, 112, 189-191, 194, 213, 218, 227
 Indonésia, 112, 114, 132, 228
 Inglaterra, 224
 Inglaterra/Grã-Bretanha, 33, 42, 58, 62, 71-72, 79, 82, 89, 94, 107, 117, 119, 123, 132, 134, 136, 149, 160, 166, 180-182, 184, 190, 194, 196, 200, 209, 217
 Irã/Pérsia, 54, 112, 162, 182, 210, 214
 Iraque, 54, 112, 132, 162, 209-212, 214, 221, 224
 Irigoyen, Hipólito, 134

Irlanda, 46, 137, 179, 218
 Isaías, 13
 Israel, 13, 15, 40, 62-64, 114, 132, 165, 209, 227
 Itália, 29-30, 47, 78, 89, 103, 109, 112, 117, 120, 122-123, 126, 135, 151, 160, 165, 168, 204, 227
 Iugoslávia, 48, 52, 57, 114, 137, 179, 203, 235
 Ivan I, Kalita, 187
 Ivan III, o Grande, 187-188
 Ivan IV, o Terrível, 187

J

Jaguaribe, Hélio, 73, 222, 224
 Jahn, F.L., 54
 Jaruzelski, gal. V., 79
 Jaurès, Jean, 43, 106-107, 109
 Jeanne d'Arc, 41, 47, 55
 Jefferson, Thomas, 97
 Jeremias, 13, 82
 João Paulo II, Papa (Cardeal Wojtyła), 85, 116
 João VI, Dom, 230
 João, São, 49, 186
 Johnson, Paul, 62, 216
 Jouvenel, Bertrand de, 236
 Joyce, James, 230
 Jugurtha, 120
 Jung, C.G., 14, 30

K

Kahn, Herman, 170
 Kant, Immanuel, 88, 97, 203
 Kapp, gal., 110
 Kautsky, 181
 Kennedy, John F., 164
 Kerenski, Aleksandr, 115
 Keynes, Lord J. Maynard, 33
 Keyserling, Hermann von, 153
 Khadafi, Muamar, 89, 123, 162, 211
 Khrushchev, Nikita, 113, 115, 193
 Kirzner, Israel, 15, 65
 Klaus, Vaclav, 80

Koestler, Arthur, 112-113
 Kohn, Hans, 14, 44-45
 Kojève, Alexandre, 121
 Kolakowski, Leszek, 14, 28-29, 96, 102,
 105-107, 180, 190
 Kolbe, Frei Maximiliano, 88
 Kristol, Irving, 65, 95
 Kronstadt, 112, 115
 Kubitschek, Juscelino, 28, 74, 114, 214,
 223, 229
 Kujawski, Gilberto de Mello, 25

L

La Paz, 133
 Labriola, Antonio, 103-104
 Lacerda, Carlos, 113, 156-157
 Lacombe, Américo, 142
 Lamarca, capt., 38
 Lanusse, Alejandro, 136
 Lassalle, Ferdinand, 101-102
 Leão XIII, Papa, 128
 Leme, Og, 229
 Lenin, 206
 Lenin, Vladimir I.U., 22, 28, 31, 43, 80,
 85-86, 90, 104-105, 108, 110, 115, 122,
 125, 143, 179, 188, 193-197, 199, 202,
 204, 208, 213, 216, 229
 Levy, Bernard-Henri, 87
 Líbia, 46, 89, 132, 162, 209, 211
 Liebknecht, Karl, 105
 Lima, Alceu Amoroso, 89
 Lin Piao, 131, 192
 Lisboa, 78
 Lisboa, Luiz Carlos, 170
 List, Friedrich, 54, 188
 Locke, John, 15, 25, 80, 97
 Lonardi, Eduardo, 135
 Londres, 77, 194
 López Rega, 136
 Löwith, Karl, 14
 Lucas, São, 84
 Lúçifer, 84, 98
 Ludwig, Daniel, 170
 Luís XIV, rei, 202, 218
 Lutero, Martín L., 150
 Luxemburgo, Rosa, 104-106
 Lyra, Heitor, 231

M

Mably, J. Bonnot de, 25, 52
 Macabeus, 114
 Machado, Pinheiro, 151
 Macharski, cardeal, 116
 Madlram, Jean, 96
 Madison, James, 97
 Magalhães, Agamemnon, 152, 156
 Magalhães, Juracy, 226-227
 Major, John, 89
 Maksoud, Henry, 15
 Malaparte, Curzio, 143
 Malasartes, Pedro, 157
 Malraux, André, 112-113, 130
 Malthus, Thomas, 15, 97, 101, 131
 Mangabeira, Otávio, 149
 Mann, Thomas, 107
 Mao Dzedong (Tsetung), 106, 110, 116, 130-
 131, 192, 228
 Maquiavel, Nicolo, 24, 97, 149
 Marchais, George, 83
 Marighela, Carlos, 38
 Marinetti, F.T., 122
 Maritain, Jacques, 85
 Marshall, George (Plano), 164, 225-226
 Martins, Silveira, 150, 166-167
 Marx, Karl, 14, 21-22, 25-28, 30-31, 42, 45,
 56, 61-62, 67-68, 88, 90, 97, 100-105,
 107, 111-112, 119, 121, 131, 147, 177-
 194, 197, 221-222, 229
 Mateus, São, 84
 Maurras, Charles, 47, 55, 62, 122, 142
 Médici, Emílio G., 28, 116, 214, 223
 Mehring, 181
 Meiji, Mitsuhiro (era), 159-160
 Mello, Fernando Collor de, 76, 154, 157, 172
 Melo, Gladstone Chaves de, 78-79, 83-84
 Mendès-France, Pierre, 129
 Ménem, Carlos, 136-137
 Mengitsu, Mariam H., 88, 110
 Mestrinho, Gilberto, 170
 Metaxas, Ioannis, 128
 México, 37, 76, 137, 153, 168, 201
 Mikoyan, Anastás, 213
 Mill, John Stuart, 15, 97, 197
 Minas Gerais, 32, 135, 149
 Mises, Ludwig von, 15, 68, 215, 221, 236
 Mohammed, Mahomet, 41
 Molotov, Vyacheslav, 106, 112, 126
 Monnerot, Jules, 14, 81-82
 Montaigne, Michel, 190
 Monteiro, gal. Góes, 149, 156

Montesqueu, C.L. de Secondat, 15, 49, 74, 97

Mosca, Gaetano, 122

Moscou, 63, 88, 91, 112, 127, 130, 148, 182, 185-187, 196, 222, 236

Mounier, Emmanuel, 86

Mountbatten, Lord Louis, 42

Mountbatten, Philip, 42

Müller, Filinto, 142, 149, 156

Mussolini, Benito, 21, 28, 54, 81, 104, 106, 108, 112, 118-119, 124, 126, 128, 132-133, 143, 155

N

Nabuco, Joaquim, 231

Namíbia, 116

Napoleão III, 62

Neves, Tancredo, 162, 221

Nicarágua, 110, 114-115, 137, 193, 211, 235

Nietzsche, Friedrich, 26, 46, 99, 108-109, 122, 150, 194

Nigéria, 48, 221

Noruega, 70, 126

Nova Inglaterra, 172

Nova York, 47, 92, 189, 223

Nuremberg, 119, 126

O

Oceania, 115, 198

Oliveira, Armando de Salles, 149

Oriente Médio, 39, 48, 64, 98, 132, 183, 190, 209-210

Ortega y Gasset, 12, 25

Ortega, pres., 211

Orwell, George, 47, 112-113, 115, 128

Ouro Preto, Carlos de, 231

P

Padilha, Raymundo, 142

Pahlevi, Reza Khan, 113

Paim, Antonio, 31, 75, 82-83, 113, 115, 158

Palestina, 57

Palme, Olof, 70

Palmerston, Lord, 182

Papen, Franz von, 123

Paquistão, 57

Paraguai, 95, 136, 173, 227

Paraná, 163, 167, 206, 227

Pareto, Vilfredo, 122

Paris, 44, 230

Paulo, são, 41

Paz, Octávio, 35, 37

Paz Estenssoro, Victor, 133

Pedro I, Dom, 35

Pedro, o Grande, 42, 115, 186-187

Penna, J.O. de Meira, 155

Peralva, Osvaldo, 113, 115

Péricles, 56, 226

Peron, Eva "Evita" de, 110, 134-135

Peron, Juan Domingos, 83, 113, 133, 135-136, 153

Peron, Maria Isabel de, 136

Petersburgo, São, 115

Plaui, 232

Peper, Joseph, 14

Pilsudski, Jozef, 126

Pinochet, Augusto, 36, 114-116, 161

Pinto, Álvaro Vieira, 28

Platão, 13, 56, 65, 97, 134, 144, 165, 194

Pol Pot, 88, 116, 192, 203

Polônia, 48, 50, 63, 80, 83, 103-105, 111-112, 114, 116-117, 126, 128, 179, 203, 216

Pombal, Marquês de, 75

Pompeu, gal., 120

Pomplignon, Bispo Le Franc de, 59

Popper, Sir Karl, 21, 147

Portugal, 89, 128, 148, 163

Praga, 114

Prebisch, Raul, 134, 229

Prestes, Luís Carlos, 38, 86, 110, 148, 151

Prestes, Olga Benário, 148

Proudhon, Pierre J., 61-62, 67

Q

Quadros, Jânio, 114, 154, 163, 173, 214
Quinn, Anthony, 127

R

Raleigh, Walter, 170
Ramos, Guerreiro, 78
Ramsés, Faraó, 114
Rangel, Carlos, 35-38
Reagan, Ronald, 85, 117, 171
Reale, Miguel, 141-142
Renânia, 125, 192
Renner, Karl, 104
Revel, Jean-François, 35
Riazanov, 181
Ribbentrop, Joachim von, 106, 112, 126
Ricardo, David, 15
Rio Branco, barão do, 173, 223, 230-231
Rio de Janeiro, 15, 68, 172, 229, 236
Rio Grande do Sul, 144, 150, 163, 167
Ritter, Karl, 150
Robespierre, Maximilien de, 50, 86, 107, 135
Rockefeller, John, 109, 204
Rodbertus, Johann K., 101
Röhm, Ernst, 123-124
Roma, 21, 41, 54, 58-59, 84, 120-122, 126-127, 133, 145, 160, 178-179, 202, 217
Romênia, 48, 126, 183
Rommel, Erwin, 125
Roosevelt, Franklin D., 68, 112, 125, 181
Roosevelt, Theodore, 65, 109
Roraima, 232
Rosas, Juan Manuel de, 114
Rosenberg, Alfred, 54, 108, 121, 125
Rothbard, Murray, 15
Rousseau, Jean-Jacques, 14, 21-22, 25, 35, 45-46, 49-52, 86, 97, 100, 106, 112, 146, 148, 190
Rússia (v. também URSS), 28, 33, 42-43, 52, 54, 64, 66, 68, 78, 80, 86, 89, 103, 105-107, 110, 112-113, 117, 126-127, 130, 151, 160, 170, 180-181, 183-188, 203, 217, 221, 224

S

Saint-Just, Louis, 50, 107
Saint-Simon, Claude H. de, 67, 119
Saladino, Salah ud-din Yussuf, 114
Salazar, antonio de Oliveira, 116, 128-129
Saldanha da Gama, alm., 150, 167
Salgado, Plínio, 86, 122, 141, 143-145
Salisbury, John, 41
Salomão, Luiz, 78
Salomão, rei, 13, 165
Santa Anna, Antonio López de, 192
Santayana, George, 25
Santayana, Mauro, 233
Santiago (Chile), 229
Santos, Theotonio dos, 229
São Paulo, cidade de, 12, 205, 209
Sarmiento, Domingo Faustino, 37, 137
Sarney, José R., 74, 157, 162-163, 214, 229
Sartori, Giovanni, 92-95
Sartre, Jean Paul, 113, 116
Savigny, Friedrich K. von, 100
Schleicher, Kurt von, 123
Schopenhauer, Arthur, 71, 231
Schwarznegger, Arnold, 170
Schweizer, Albert, 47
Scipião, 58
Sérvia, 203
Shakespeare, William, 34, 150, 198, 222
Shanghai/Xangai, 11, 58, 130
Shaw, Bernard, 49
Silone, Ignazio, 113
Silva, Luís Inácio "Lula" da, 116
Silva, Nelson Lehmann da, 13-14
Sima, Horia, 127
Simon, Yves, 81
Sismondi, Jean de, 67
Smigly-Rydz, Edward, 126
Smith, Adam, 15, 70, 80, 97, 215
Soares, Mário, 129
Sócrates, 13, 36, 56, 97, 108, 165
Sodré, Abreu, 162
Solano Lopez, Francisco, 153
Solzhenitzyn, Alexander, 114
Somália, 54, 198, 203, 213, 217-218, 224
Sorel, George, 28, 103-104, 108-110, 122, 142
Souza, Herbert "Betinho" de, 87-89, 218
Souza, Washington Luís Pereira de, 152
Sowell, Thomas, 219
Spartacus, 120, 178
Spengler, Oswald, 14, 120, 150, 194
Spínola, Antonio, 129

Stael, Madame de, 67
 Stalin, Joseph V., 28, 43, 63, 86, 103-106,
 116, 126, 155, 179, 184, 193, 202
 Stalingrad, 121
 Stalone, Sylvester, 170
 Stauffenberg, Claus von, 125
 Stendhal, M.H. Beyle, 55
 Sterne, Lawrence, 58
 Stewart, Donald, 15
 Strasser, Gregor, 123-124
 Stroessner, Alfredo, 116, 153
 Sturzo, Luigi, 47
 Suécia, 42, 70-71, 89-90, 227
 Suharto, gal., 132
 Suíça, 69, 74, 89-90, 94, 217, 224
 Sukarno, Soekarno, 112, 132
 Sulla, 120
 Sun Yatsen, 130
 Suriname, 170, 211, 224, 235

T

Tácito, 141
 Talmon, J.L., 14, 21
 Tchecoslováquia, 48, 63
 Temístocles, 56
 Tereza de Calcutá, madre, 88
 Thatcher, Margaret, 72, 85, 89, 235
 Tillich, Paul, 14
 Tocqueville, Alexis de, 15, 25, 37, 80, 97,
 119, 184
 Togliatti, Palmiro, 122
 Tojo, Hideki, 128
 Tolstói, Lev, 49
 Tóquio, 117, 126, 145, 223
 Torres, Alberto, 142-143
 Torres, Camilo, 38
 Toussenet, A., 62
 Toynbee, Arnold, 14, 40, 45, 56-58, 120,
 131, 134, 185-186
 Tracy, Destutt de, 25-26
 Treitschke, Heinrich von, 54, 194
 Trindade, Héglio, 141
 Trinidad-Tobago, 232
 Tróia, 40
 Trotski, Leon B., 28, 31, 43, 105-106, 125
 Truman, Harry, 184
 Tukatchevski, Mal., 112
 Turquia, 11, 184, 190

U

Uriburu, José Félix, 134
 URSS/União Soviética, 29, 63, 79-80, 85,
 89, 101, 106, 127, 131, 137, 158, 166,
 168, 170, 172, 179, 181-182, 185, 187,
 190, 198, 205, 209, 213, 222, 225, 229,
 232, 235-236
 Urugual, 72, 95, 193

V

Valmy, 49
 van den Bruck, Arthur Moeller, 124
 van der Leuw, G., 14
 Vanuatu, 224
 Vargas, Benjamim, 153
 Vargas, Getúlio, 11, 20, 83, 86, 113, 133,
 135, 141, 144-145, 148-150, 152-157,
 163
 Varsóvia, 12, 111, 115, 127, 230
 Vaz, Padre Lima, 29
 Vélez Rodríguez, Ricardo, 75
 Verdun, 51
 Viana, Oliveira, 142, 144, 147
 Vichy, 151
 Videla, Jorge, 116
 Viena, 62, 123, 191
 Vietnam, 54, 113-114, 170, 193, 201, 203,
 217
 Villaroel, Gualberto, 132
 Vinock, Michel, 61
 Voegelin, Eric, 14, 23-25, 27, 201
 Volta Redonda, 151
 Voltaire, François M.A., 40, 61
 von Bernhardt, 54, 194
 von Hatzfeldt, Condessa, 102
 von Herder, J.G., 45, 53
 von Kluge, mal., 125
 von Witzleben, mal., 125

W

Walesa, Lech, 79, 111, 116

Wallinger, Str Geoffrey, 161
Washington, D.C., 15, 22, 170, 215, 223,
225
Washington, George, 225
Weaver, Richard, 33
Webb, Sydney, 109
Weber, Max, 15, 29, 35, 80, 97-98, 147, 155,
181
Wittfogel, Karl, 189
Wyzinsky, Cardeal, 116

Y

Yalta, 112, 181
Yeltsin, Boris, 78, 80-81, 88-89, 158, 186
Yemen, 193

Z

Zaire, 224
Zebedeu, 84

BIBLIOGRAFIA

- Acton, John E., Lord — *History of freedom & others essays*. Londres, 1907.
- Agostinho, Santo — *A cidade de Deus e As conflagrações*.
- Anthony de Crespigny & Kenneth R. Minogue — *Filosofia política contemporânea*. Trad., Ed. UnB, Brasília.
- Arendt, Hannah — *On revolution*. Pelikan Books, Londres, 1977.
- Arendt, Hannah — *The origins of totalitarianism*. Nova York, 1973.
- Aristóteles — *Política*.
- Aron, Raymond — *L'optimum des intellectuels*. Paris, 1968.
- Aron, Raymond — *Paz e guerra entre as nações*. Trad. Ed. UnB, Brasília, coleção Pensamento Político, nº 7, 1979.
- Aron, Raymond — *Mémoires*. Paris, 1983.
- Avineri, Shlomo — *Karl Marx on colonialism & modernization*. Nova York, 1969.
- Azevedo, Thales de — *A religião civil brasileira*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1981.
- Baechler, Jean — *Le pouvoir pur*. Calmann-Lévy, Paris, 1978.
- Barretto, Vicente; Antonio Palm, etc. — *Evolução do pensamento político brasileiro*. Itatiaia/USP, 1989.
- Barrington Moore — *Social origins of dictatorship and democracy*. Boston, 1966.
- Barzun, Jacques — *Darwin, Marx, Wagner — critique of a heritage*. Univ. of Chicago Press, 1941/81.
- Bauer, P.T. Lord — *Equality, the third world and economic delusion*. Harvard, 1981.
- Bauer, P.T. Lord — *Reality and rhetoric*. Harvard, 1984.
- Bell, Daniel — *The end of Ideology*. Glencoe, 1960, trad. Ed. UnB, Brasília, coleção Pensamento Político, nº 11, 1980.
- Benda, Julien — *La trahison des Clercs*. Paris, 1927.
- Berger, Peter — *Invitation to sociology: A humanistic perspective*. Pelikan Books, Londres, 1966.
- Berger, Peter — *The capitalist revolution*. Basic Books, Nova York, 1986.
- Bergier, Jacques — *La troisième guerre mondiale*. Paris, 1976.
- Bergson, Henri — *Les deux sources de la morale et de la religion*. Genebra, 1945.
- Blackstock, P & Hozelitz, Bert — *The russian menace to Europe*. Glencoe, 1952.
- Bloch, Ernst — *Prinzip Hoffnung*. Trad. francesa, Paris, 1976.
- Bruckner, Pascal — *Le sanglot de l'homme blanc*. Seuil, Paris, 1983.
- Bryce, Lord James — *South America, observations and impressions*. Londres, 1916.
- Burke, Edmund — *Reflexões sobre a revolução em França*. Trad. Ed. UnB, Brasília, 1982.
- Campos, Roberto de Oliveira e M.H. Simonsen — *A nova economia brasileira*. José Olímpio, Rio de Janeiro, 1974.
- Carrière d'Encausse, Hélène — *Le grand frère*. Flammarion, Paris, 1983.
- Castro Josué de — *Geografia da fome*.

- Castañeda, Jorge — *Utopia unarmed*. Knopf, Nova York, 1993.
- Chamberlain, H. S. — *The foundations of the XIXth century*. Trad. inglesa, 1911.
- Cohan A.S. — *Teorias da revolução*. Trad. Ed. UnB, Brasília, coleção Pensamento Político, nº 29.
- Conquest, Robert — *Present danger*. Oxford, 1979.
- Corção, Gustavo — *Dois amores, duas cidades*. AGIR, Rio de Janeiro, 1967.
- Crespigny, Ant. de e Jeremy Cronin — *Ideologias políticas*. Trad. Ed. UnB, Brasília, coleção Pensamento Político, nº 37.
- Crassweller, Robert — *Peron and the enigma of Argentina*. Norton, Nova York, 1987.
- Cunha, Euclides da — *Os sertões*.
- Cunha, Euclides da — *A margem da história*. Porto Alegre.
- Custine, Marquis de — *La russie en 1839*. Paris, 1846.
- Destutt de Tracy — *Eléments d'idéologie*. 1801.
- Djilas, Milovan — *A nova classe*. Trad., Nova York, 1957.
- Dows, Anthony — *Economic theory of democracy*. 1957.
- Dulles, John W.F. — *Vargas of Brazil*. Univ. of Texas, Austin, 1967.
- Dulles, John W.F. — *Unrest in Brazil*. Idem, 1970.
- Dulles, John W.F. — *Brazilian communism, 1935/45*. Idem, 1983.
- Eliade, Mircea — *The quest: History and meaning in religion*. Univ. of Chicago, 1969.
- Fanon, Frantz — *Les damnés de la Terre*. Paris.
- Farhat, Emil — *O paraíso dos ultra-bostas*. T.A. Queiroz Ed., São Paulo, 1987.
- Feuer, Lewis S. — *Ideology and the ideologists*. Oxford, 1975.
- Feuerbach, Ludwig — *The essence of christianity*. Trad., 1941.
- Freud, Sigmund — *The future of an illusion*. Nova York, 1928.
- Freud, Sigmund — *Civilization and its discontents*. Nova York, 1961.
- Freyre, Gilberto — *Interpretação do Brasil*.
- Friedman, Milton — *Capitalism & freedom*. Chicago, 1952.
- Furtado, Celso — *O mito do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 1974.
- Furtado, Celso — *Pequena introdução ao desenvolvimento*. São Paulo, 1980.
- Georgiu, Virgil — *A vigésima-quinta hora*. Trad., 1949.
- Germino, Dante — *Beyond Ideology*. Univ. of Chicago Press, 1967.
- Germino, Dante — *Antonio Gramsci*. Louisiana Univ. Press, 1990.
- Gilder, George — *Wealth and poverty*. Bantam Books, Nova York, 1982.
- Gobineau, Comte de — *Essai sur l'inegalité des races humaines*. Paris, 1854.
- Gramsci, Antonio — *Quaderni del carcere*. 1947.
- Grousset, René — *L'empire mongol*. Payot, Paris, 1941.
- Grousset, René — *L'empire des steppes*. Payot, Paris, 1952.
- Hallowell, John H. — *The moral foundation of democracy*. Chicago, 1954.
- Hartwell, R.H. — *History & Ideology*. Londres, 1971.
- Hayek, F. von — *Individualism & the economic order*. 1940.
- Hayek, F. von — *The road to serfdom*. Londres, 1944.
- Hayek, F. von — *The constitution of liberty*. Londres, 1972.
- Hayek, F. von — *New studies*. Londres, 1978.
- Hayek, F. von — *Hayek na UnB*. Ed. da UnB, Brasília, 1981.
- Hayes, Carlton — *The war of nations*. Nova York, 1914.
- Hayes, Carlton — *Nationalism, a religion*. Nova York, 1960.
- Heller, Michel/Aleks. Nekrich — *L'utopie au pouvoir*. Trad., Paris, 1982.
- Hepner, Benoit — *La Russie et l'europe de K. Marx*. Gallimard, Paris, 1954.
- Hegel, G. W. F. — *Philosophy of right*. Trad., Oxford, 1942.
- Hegel, G. W. F. — *The phenomenology of mind*. Trad., Londres, 1910.
- Hilferding, Rudolf — *Das Finanzkapital*. 1920.
- Hitler, Adolf — *Mein Kampf* (Minha luta). 1925.
- Hobbes, Thomas — *Leviathan*. 1651.
- Hobson, John A. — *Imperialism*. Trad. Ed. UnB., Brasília.

- Huntington, Samuel — *A ordem política nas sociedades em mudança*. Trad. Ed. USP/Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1975.
- Jaguaribe, Helo — *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro, 1958.
- Jaurès, Jean — *L'armée nouvelle*. Paris, 1981.
- Johnson, Paul — *Modern times*. 2ª Edição aumentada, trad. pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro, 1991.
- Jouvenel, Bertrand de — *Du pouvoir*. Hachette, Paris, 1972.
- Keyserling, Hermann v. — *Meditations Sud-américaines*. Trad., Stock, Paris.
- Kissinger, Henry — *The troubled partnership*. Nova York, 1965.
- Kohn, Hans — *The idea of nationalism*. Nova York, 1944.
- Kolakowski, Leszek — *Main currents of marxism*. Três vols., Oxford, 1981.
- Lacqueur, Walter, edit. — *Fascism, a reader's guide*. Nova York, 1979.
- Lafer, Celso — *Paradoxos e possibilidades*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1982.
- Lehmann da Silva, Nelson — *A religião civil do estado moderno*. Thesaurus Editora, 1985.
- Lenin, Wladimir I. — *O imperialismo*. Trad. Foreign Languages Publishing House, Moscou, 1960.
- Leoni, Bruno — *Liberdade e a lei*, Instituto Liberal do Rio de Janeiro, 1993.
- Lepage, Henri — *Demain le libéralisme*. Paris, 1980.
- Levy, Bernard-Henri — *La barbarie à visage humain*. Paris, 1977.
- Locke, John — *An essay concerning human understanding*.
- Lukacz, Georg — *History and class consciousness*. Londres, 1971.
- Luxemburg, Rosa — *Die Akkumulation des Kapitals*. 1913.
- Maclei de Barros, Roque Spencer — *O fenômeno totalitário*. Itatiaia/USP, 1990.
- Mackinder, Sir Halford — *Democratic ideals and reality*. Nova York, 1947.
- Macridis, Roy C. — *Ideologias políticas contemporâneas*. Trad. Ed. UnB, Brasília, coleção Pensamento Político, nº 58.
- Madiran, Jean — *On ne se moque pas de Dieu*. Nouvelles Eds. Latines, 1957.
- Malaparte, Curzio — *A técnica do golpe de Estado*. Trad.
- Malraux, André — *Les conquérants*. Paris, 1928.
- Malraux, André — *La condition humaine*. Paris, 1933.
- Mannheim, Karl — *Ideology and utopia*. Nova York, 1936.
- Marcuse, Herbert — *Reason and revolution*. Oxford, 1941.
- Marx, Karl — *Selected works*. Londres, 1942.
- Marx e Engels — *Basic writings*. Ed. Lewis Feuer, Nova York, 1959.
- Merquior, J. Guilherme — *O liberalismo antigo e moderno*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1991.
- Mill, John Stuart — *On liberty*.
- Mises, Ludwig von — *Socialism*. Yale, 1951.
- Monnerot, Jules — *La France intellectuelle* — Raymond Bougine, 1970.
- Montesquieu — *L'esprit des lois*. 1748.
- Moog, Vianna — *Bandeirantes e pioneiros*. Rio de Janeiro, 1955.
- Mylosz, Czelaw — *A mente caída*. Trad.
- Novak, Michael — *The spirit of democratic capitalism*. Nova York, 1982.
- Ortega y Gasset — *La rebelión de las masas*.
- Orwell, George — 1984. Londres, 1949.
- Orwell, George — *Animal farm* (A revolução dos bichos). Londres, 1945.
- Orwell, George — *Hommage to Catalonia*. Londres, 1938.
- Plamenatz, John — *Ideology*. Londres, 1970.
- Platão — *A república*.
- Platão — *Gorgias*.
- Peyrefitte, Alain — *Les chevaux du lac Ladoga*.
- Podhoretz, Norman, edit. — *O Deus que falhou*. Trad.
- Polin, Claude — *L'esprit totalitaire*. Éditions Sirey, Paris, 1977.
- Popper, Sir Karl — *The open society and its enemies*. Londres, 1945.
- Popper, Sir Karl — *The poverty of historicism*. Londres, 1957.
- Prawdin, Michael — *L'empire mongol et tamerlan*. Trad., Paris, 1937.

- Proudhon, P. J. — *Carnets*. Paris, 1923.
- Ramos, Guerreiro — *Introdução aos problemas brasileiros*. ISEB, Rio de Janeiro.
- Reale, Miguel — *Obras políticas*. Ed. UnB, Brasília, 1983.
- Revel, Jean François — *La tentation totalitaire*. Paris, 1876.
- Revel, Jean François — *La nouvelle censure*. Paris, 1977.
- Rangel, Carlos — *Do bom selvagem ao bom revolucionário*. Trad., Ed. UnB, Brasília, 1981.
- Rangel, Carlos — *O terceiro mundo e o ocidente*.
- Rosenberg, Alfred — *Der Mythos des 20. Jahrhunderts*. 1930.
- Sabine, George — *A history of political thought*. Londres, 1937/1960.
- Salgado, Plínio — *O esperado*. Ed. Voz do Oeste, 5ª ed., São Paulo, 1981.
- Salgado, Plínio — *A quarta humanidade*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1936.
- Salgado, Plínio — *Vida de Jesus*. Ed. Voz do Oeste, 22ª ed., São Paulo, 1985.
- Sartori, Giovanni — *Partidos e sistemas partidários*. Trad., Ed. UnB, Brasília, coleção Pensamento Político, nº 43, 1982.
- Sartre, J. P. — *Critique de la raison dialectique*.
- Schumpeter, Joseph — *Capitalism, socialism and democracy*. Nova York, 1950.
- Schumpeter, Joseph — *Social classes, imperialism*. Nova York, 1955.
- Simonsen, Mario Henrique — *Brasil, 2001*. Apec, Rio de Janeiro, 1959.
- Sismondi, Jean — *Études sur l'économie politique*. Paris, 1836.
- Solzhenitzyn, Alex — *O primeiro círculo*. Trad.
- Solzhenitzyn, Alex — *O arquipélago Gulag*. Trad.
- Sorel, George — *Reflétons sur la violence*. Paris, 1908.
- Sowell, Thomas — *Marxism*. Nova York, 1985.
- Sowell, Thomas — *Compassion versus guilt*. Nova York, 1987.
- Strachey, John — *The end of empire*. Londres, 1959.
- Sterne, Lawrence — *Sentimental journey*. 1763.
- Talmon, J. L. — *The origins of totalitarian democracy*. Nova York, 1970.
- Talmon, J. L. — *Political messianism*. Nova York, 1961.
- Tocqueville, Alexis de — *Democracy in America*. Trad., Nova York, 1953.
- Tocqueville, Alexis de — *L'ancien régime et la Révolution Française*. Paris, 1856.
- Tomás de Aquino, São — *Summa contra gentiles*.
- Torres, Alberto — *A organização nacional*. Rio de Janeiro, 1914.
- Toynbee, Arnold — *A study of history*. Oxford, 1947.
- Toynbee, Arnold — *Civilization on trial*. Oxford, 1948.
- Trindade, Héglio — *O integralismo*. Difel, São Paulo, 1974.
- Updike, John — *The coup*. Fawcett Books, Nova York.
- Voegelin, Eric — *A nova ciência da política*. Trad., Ed. UnB, Brasília.
- Voegelin, Eric — *Order and history*. Cinco vols., Louisiana Univ. Press, 1958.
- Watkins, F.M. e Isaac Kramnick — *A idade da ideologia*. Trad. Ed. UnB, Brasília, coleção Pensamento Político, nº 32.
- Weber, Max — *The protestant ethics and the spirit of capitalism* — Londres, 1962.
- Weber, Max — *The theory of social & economic organization*. New York Free Press, 1964.
- Weber, Max — *The sociology of religion*. Londres, 1963.
- Wittfogel, Karl — *Oriental despotism* — Yale Univ. Press, 1957